



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mutabilidade e Adaptabilidade em edifícios pombalinos:

Viagem por três casos de estudo em Lisboa

Dana Lea Duarte Silva Guardado (Licenciada)

Dissertação de Natureza Científica, para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, com
Especialização em Arquitetura

Orientação Científica:

Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Júri:

Presidente Doutor Francisco Carlos Almeida do Nascimento e Oliveira

Vogal Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Vogal Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Fevereiro, 2023



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mutabilidade e Adaptabilidade em edifícios pombalinos:

Viagem por três casos de estudo em Lisboa

Dana Lea Duarte Silva Guardado (Licenciada)

Dissertação de Natureza Científica, para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, com
Especialização em Arquitetura

Orientação Científica:

Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Júri:

Presidente Doutor Francisco Carlos Almeida do Nascimento e Oliveira

Vogal Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Vogal Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Fevereiro, 2023



Fig. 0.1 - Praça do Comércio, vista do Arco da Rua Augusta (Fotografia da autora, 2022)

[...] por vezes sucedem-se cidades diferentes sobre o mesmo chão e sob o mesmo nome, nascem e morrem sem se ter conhecido, incomunicáveis entre si. Às vezes até os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo o delineamento dos rostos; mas os deuses que habitam debaixo dos nomes e sobre os locais partiram sem dizer nada a ninguém e no seu lugar aninharam-se deuses estranhos. É inútil interrogarmo-nos se estes são melhores ou piores do que os antigos, dado que não existe entre eles nenhuma relação. [...]

(Calvino, 2003, pp. 33-34)

Dedico este trabalho a várias pessoas especiais:

À minha irmã, ao meu pai e à minha mãe que me apoiaram e ajudaram sempre em tudo e porque eles são os responsáveis pela minha educação, visto que me deram as ferramentas necessárias para conseguir fazer este percurso sozinha, para além de me terem dado a conhecer a Arte e a Arquitetura que agora fazem parte de mim, tal como eles.

Ao meu noivo por toda a ajuda, apoio, paciência, carinho e motivação. Aos meus avós, sobretudo à minha avó Isabel que sempre me apoiou a continuar os estudos, e que, se não estivesse doente, ficaria muito orgulhosa.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo relacionar as habitações pombalinas com as formas de habitar atuais, centrando-se sobretudo no período pombalino (séc. XIX) e no contemporâneo (atualidade).

Na investigação é explorada a capacidade que o espaço doméstico tem de se transformar e adaptar através dos conceitos da flexibilidade, adaptabilidade e mutabilidade, como resposta ao desfazimento dos modelos habitacionais perante a vida moderna. E ainda como solução face às evoluções e transformações da sociedade e da tecnologia, que conseqüentemente vieram alterar as formas de habitar e mudar as necessidades e exigências habitacionais. Mostrando a urgência de repensar a lógica interna dos espaços domésticos e a importância de criar habitações sensíveis que sejam capazes de se adaptar e responder às necessidades diversas e imprevisíveis da vida contemporânea.

A Baixa Pombalina surgiu da reconstrução da cidade antiga de Lisboa, consequência do grande terramoto, maremoto e incêndio que ocorreram no dia 1 de novembro de 1755. Este acontecimento, apesar de trágico, possibilitou a reformulação do centro histórico da cidade, criando as bases do que virá a ser o urbanismo moderno. Assim como, a criação de um novo estilo arquitetónico inovador e único. Que merece ser preservado pelo seu valor patrimonial e cultural e pelas suas qualidades arquitetónicas e construtivas excecionais.

Para além da compreensão da arquitetura residencial pombalina e da sua organização interior, foi também procurado compreender a evolução da Baixa Pombalina, desde o plano de reconstrução até ao presente. Avaliando o seu estado atual, as transformações a que os edifícios originais pombalinos foram sujeitos ao longo dos séculos e percebendo a forma como a Baixa é hoje habitada.

Para analisar a adaptabilidade e mutabilidade dos edifícios pombalinos, foram estudados três edifícios em Lisboa, com características originais semelhantes, mas que foram sujeitos a pressões de transformação diferentes.

Com este trabalho, pretendemos avaliar qual a capacidade dos edifícios pombalinos se adaptarem à vida, cujos hábitos são de natureza evolutiva. Esta avaliação é importante, num tempo em que se reconhece uma elevada importância cultural a esta tipologia construtiva e em simultâneo se atualizam estas construções para diversos usos.

PALAVRAS-CHAVE:

Edifícios pombalinos; Mutabilidade; Adaptabilidade; Modos de habitar; Organização espacial.

ABSTRACT

The objective of the present dissertation is to relate pombaline dwellings with current ways of dwell, focusing mainly on the pombaline period (19th century) and the contemporary period (current times).

The investigation explores the domestic space's ability to transform and adapt through the concepts of flexibility, adaptability and mutability, as a response to the unconformity between housing models and modern life. And also, as a solution to the evolutions and transformations of society and technology, which consequently came to change the ways of dwell and change housing needs and requirements. Showing the urgency of rethinking the internal logic of domestic spaces and the importance of creating sensitive buildings that are capable of adapting and responding to the diverse and unpredictable needs of contemporary life.

Baixa Pombalina emerged from the reconstruction of the old city of Lisbon, as consequence of the big earthquake, seaquake and fire that occurred on November first of 1755. This event, although tragic, made it possible to reformulate the historic center of the city, creating the foundations of what will be the modern urbanism. As well the creation of a new innovative and unique architectural style. Which deserves to be preserved for its heritage and cultural value and for its exceptional architectural and constructive qualities.

In addition to understanding pombaline residential architecture and its interior organization, an attempt was also made to understand the evolution of Baixa Pombalina, from the reconstruction plan to the present. Evaluating its current state, the transformations to which the original Pombaline buildings were submitted over the centuries and realizing the way in which Baixa is inhabited today.

To analyze the adaptability and mutability of pombaline buildings, three buildings in Lisbon were studied, with similar original characteristics, but which one of them were submitted to different transformation pressures.

With this work, it intend to assess the capacity of pombaline buildings to adapt to the life, whose habits are of an evolutionary nature. This assessment is important, in a time when this constructive typology is highly culturally important and at the same time these constructions are being updated for different uses.

KEY WORDS:

Pombaline buildings; Mutability; Adaptability; Modes of dwell; Spatial organization.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Doutor Flávio Lopes, por ter aceitado acompanhar-me nesta viagem pelo conhecimento e também por todo o apoio que me deu.

À minha família e ao meu noivo, que sempre me ajudaram em todas as fases deste estudo e de outras aventuras. Ao Prof. Francisco Oliveira, ao Prof. António Lobato dos Santos, à Prof.^a Maria João Neto e à Prof.^a Ana Vaz Milheiro, por tudo o que ensinaram neste curso. Aos colegas de curso, que tornaram esta viagem bem mais fácil e agradável, sobretudo ao Luís, à Daniela, à Mariana e à Mónica. A Deus, que esteve sempre a meu favor.

ÍNDICE

RESUMO.....	V
ABSTRACT	VII
AGRADECIMENTOS.....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIV
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	XXI
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento da investigação	1
1.1.1. Escolha do Tema	1
1.1.2. Motivação Pessoal	2
1.1.3. Motivação Social	2
1.1.4. Motivação Científica	2
1.2. Objetivos	2
1.3. Metodologia da investigação	3
1.4. Estrutura do documento.....	5
CAPÍTULO 2. CONCEITOS E SIGNIFICADOS.....	7
2.1. Enquadramento dos conceitos.....	7
2.2. Flexibilidade.....	10
2.3. Adaptabilidade	14
2.4. Mutabilidade	20
CAPÍTULO 3. EVOLUÇÃO DO HABITAR.....	25
3.1. O conceito de “habitar”	25
3.2. Evolução da Habitação.....	29
3.3. Evolução dos modos de habitar.....	32
3.4. Novas exigências habitacionais.....	36
CAPÍTULO 4. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	43
4.1. Lisboa antes do terramoto de 1755.....	43
4.2. O grande terramoto de 1755.....	45
4.3. Reconstrução da baixa pombalina.....	47
4.4. As características da arquitetura habitacional pombalina.....	49
4.5. A organização espacial dos edifícios de rendimento.....	53
CAPÍTULO 5. ENQUADRAMENTO PÓS-TERRAMOTO.....	59
5.1. Evolução histórica dos prédios pombalinos.....	59
5.2. Normas de salvaguarda do valor cultural do legado arquitetónico e urbanístico pombalino.....	63

5.3.	Um olhar moderno sobre a arquitetura pombalina.....	68
5.4.	Exemplos de intervenções realizadas em edifícios antigos.....	72
CAPÍTULO 6. CASOS DE ESTUDO 1 Rua de São Mamede, 25.....		77
6.1.	Contextualização geral do edifício em estudo.....	77
6.2.	Enquadramento histórico: Lugar.....	78
6.3.	Enquadramento histórico: Edifício.....	80
6.4.	Caracterização do Imóvel.....	81
6.4.1.	Período Construtivo.....	81
6.4.2.	Sistema Estrutural.....	81
6.4.3.	Fachadas.....	83
6.4.4.	Infraestruturas.....	85
6.4.5.	Interiores.....	85
6.4.6.	Organização Espacial.....	86
6.4.7.	Elementos com Valor.....	88
6.4.8.	Entre a permanência e a mudança.....	88
CAPÍTULO 7. CASOS DE ESTUDO 2 Rua dos Anjos, 2.....		89
7.1.	Contextualização geral do edifício em estudo.....	89
7.2.	Enquadramento histórico: Lugar.....	90
7.3.	Enquadramento histórico: Edifício.....	92
7.4.	Caracterização do Imóvel.....	93
7.4.1.	Período Construtivo.....	93
7.4.2.	Sistema Estrutural.....	93
7.4.3.	Fachadas.....	96
7.4.4.	Infraestruturas.....	97
7.4.5.	Interiores.....	98
7.4.6.	Organização Espacial.....	98
7.4.7.	Elementos com Valor.....	101
7.4.8.	Entre a permanência e a mudança.....	101
CAPÍTULO 8. CASOS DE ESTUDO 3 Rua 1º de Dezembro, 42.....		103
8.1.	Contextualização geral do edifício em estudo.....	103
8.2.	Enquadramento histórico: Lugar.....	104
8.3.	Enquadramento histórico: Edifício.....	106
8.4.	Caracterização do Imóvel.....	109
8.4.1.	Período Construtivo.....	109
8.4.2.	Sistema Estrutural.....	109
8.4.3.	Fachadas.....	111

8.4.4.	Infraestruturas	113
8.4.5.	Interiores	113
8.4.6.	Organização Espacial	114
8.4.7.	Elementos com Valor.....	116
8.4.8.	Entre a permanência e a mudança	116
CAPÍTULO 9. CONCLUSÃO		121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		127
REFERÊNCIAS FIGURAS		133
ÍNDICE ANEXOS		145
ANEXOS.....		1

ÍNDICE DE FIGURAS

CONTRACAPA

Fig. 0.1 – Praça do Comércio, vista do Arco da Rua Augusta.....1

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Fig. 1.1 – Ortofotomapa do limite do Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina.....1

Fig. 1.2 – Localização dos três casos de estudo em Lisboa.....4

CAPÍTULO 2. CONCEITOS E SIGNIFICADOS

Fig. 2.1 – A arquitetura flexível da Maison Dom-Ino.....11

Fig. 2.2 – Subdivisão dos espaços da Katsura Imperial Villa, Kyoto (Japão), 1616.....13

Fig. 2.3 – Casas vitorianas em Chelsea (Londres).....16

Fig. 2.4 – Terraced houses em Manchester.....16

Fig. 2.5 – Liberdade na conceção dos espaços, projeto 110 rooms em Barcelona.....16

Fig. 2.6 – Alçado principal e interior de um apartamento, projeto 110 rooms em Barcelona.....17

Fig. 2.7 – Camadas construtivas de Brand: terreno, pele/fachada, estrutura, serviços/instalações, interior, mobiliário.....22

CAPÍTULO 3. EVOLUÇÃO DO HABITAR

Fig. 3.1 – Cabana primitiva no Essai sur l'architecture de Marc-Antoine Laugier.....26

Fig. 3.2 – Vários apartamentos do Edifício Mitre em Barcelona.....28

Fig. 3.3 – Vista exterior da Casa Farnsworth de Mies van der Rohe, 1951.....30

Fig. 3.4 – Homem jovem à janela, 1875.....30

Fig. 3.5 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: cozinha da Idade Média, cozinha do século XVIII, cozinha da Revolução Industrial, cozinha dos anos 20, cozinha dos anos 40 a 80, cozinha contemporânea do século XXI.....31

Fig. 3.6 – Interior de uma casa pombalina (à esquerda) e interior de uma casa contemporânea (à direita).....33

Fig. 3.7 – Apartamento da Unidade de Habitação de Marselha.....35

Fig. 3.8 – Três tipos de arranjos de plantas da Unidade de Habitação de Marselha.....36

Fig. 3.9 – Pia de despejo (à esquerda), Instalações sanitárias improvisadas no logradouro (ao centro) e Quarto interior (à direita), Edifício na Rua das Pedras Negras.....37

Fig. 3.10 – Modelos de salas, relação entre área, acesso e equipamentos/mobiliário.....39

Fig. 3.11 – Área mínima para manobras de cadeiras de rodas.....39

CAPÍTULO 4. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Fig. 4.1 – Planta de Lisboa antes do Terramoto.....	43
Fig. 4.2 – Registos dos sismos ocorridos em Lisboa.....	44
Fig. 4.3 – Ruínas da Sé de Lisboa após o Terramoto de 1755.....	45
Fig. 4.4 – Alegoria ao terramoto de 1755.....	46
Fig. 4.5 – Planta do projeto de reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755.....	48
Fig. 4.6 – Figuras principais da Reconstrução da Baixa Pombalina: Da esquerda para a direita, D. José I, Marquês de Pombal, Carlos Mardel, Manuel da Maia e Eugénio dos Santos.....	49
Fig. 4.7 – Plantas, alçados e cortes no início da reconstrução e com acrescento.....	50
Fig. 4.8 – Corte perspectivado, rua de S. Julião, nº 110.....	50
Fig. 4.9 – Fachada-tipo das ruas principais: um piso de lojas, quatro de habitação e um de trapeiras.....	52
Fig. 4.10 – Piso térreo dos edifícios pombalinos, à esquerda abóbadas de aresta, ao centro arcos e vigas de madeira e à direita apenas vigas de madeira.....	53
Fig. 4.11 – Compartimento independente, com acesso pelo patim da escada ou pelo apartamento da esquerda.....	54
Fig. 4.12 – Compartimentos importantes para a frente de rua.....	55
Fig. 4.13 – Compartimentos menos importantes para o interior do quarteirão.....	56
Fig. 4.14 – Compartimentos interiores da habitação e inexistência de corredores.....	56
Fig. 4.15 – Esquema do acesso aos apartamentos, ligações entre os espaços e identificação do patim das escadas e do corredor.....	57
Fig. 4.16 – Flexibilidade e multiplicidade de portas no apartamento pombalino.....	58

CAPÍTULO 5. ENQUADRAMENTO PÓS-TERRAMOTO

Fig. 5.1 – Proposta para a Rua de São Nicolau, nº 74-80 e nº 66-72.....	60
Fig. 5.2 – Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António.....	61
Fig. 5.3 – Arquétipo de um edifício pombalino e de um edifício gaioleiro.....	62
Fig. 5.4 – Planta de enquadramento do Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina.....	66
Fig. 5.5 – Cais das colunas (Terreiro do Paço), início do século XX.....	68
Fig. 5.6 – Marquês de Pombal e Avenida da Liberdade.....	69
Fig. 5.7 – Rua Augusta cheia de turistas a passear.....	71
Fig. 5.8 – Planta do apartamento na Estrela.....	73
Fig. 5.9 – Da esquerda para a direita, sala de estar (antigos quartos), quarto (antiga sala) e cozinha.....	74
Fig. 5.10 – Aspeto do interior do edifício antes da obra.....	74
Fig. 5.11 - Planta dos apartamentos na Baixa.....	74

Fig. 5.12 – Da esquerda para a direita, sala (1º piso), sala (5º piso) e sala (2º piso).....	75
Fig. 5.13 – Rua dos Douradores, 186, em Lisboa; pormenor de frescos conservado no decurso de obras de reabilitação.....	75

CAPÍTULO 6. CASO DE ESTUDO 1: Rua de São Mamede, 25

Fig. 6.1 – Fachada principal, quarteirão e anexo em ruínas.....	77
Fig. 6.2 – Fachada Tardoz, quarteirão e anexo em ruínas.....	77
Fig. 6.3 – Ortofotomapa do quarteirão.....	77
Fig. 6.4 – Cartografia histórica de Carlos Mardel, 1756	78
Fig. 6.5 – <i>Planta Topographica de Lisboa</i> , 1780.....	78
Fig. 6.6 – Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812.....	78
Fig. 6.7 – Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58	79
Fig. 6.8 – Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878.....	79
Fig. 6.9 – Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911.....	79
Fig. 6.10 – Ortofotomapa.....	80
Fig. 6.11 – Da esquerda para a direita: abóbadas de aresta no piso térreo; pavimento e vigas de madeira; parede de frontal.....	81
Fig. 6.12 – Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua de São Mamede, 25.....	82
Fig. 6.13 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Rua de São Mamede; alçado principal para a rua de São Mamede; alçado tardoz para o logradouro; logradouro visto do edifício na Rua das Pedras Negras, 34.....	84
Fig. 6.14 – Planta dos tipos de solos.....	85
Fig. 6.15 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 2; cozinha do piso 3; salão do piso 3; compartimento interior do piso 3; escadas do piso 3 para o 4; vista geral do piso 4.....	86
Fig. 6.16 – Organização espacial do caso de estudo na Rua de São Mamede, 25.....	87

CAPÍTULO 7. CASO DE ESTUDO 2: Rua dos Anjos, 2

Fig. 7.1 – Fachada principal e lateral, quarteirão.....	89
Fig. 7.2 – Fachada Tardoz, quarteirão.....	89
Fig. 7.3 – Ortofotomapa do quarteirão.....	89
Fig. 7.4 – <i>Planta Topographica de Lisboa</i> , 1780.....	90
Fig. 7.5 – Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812.....	90
Fig. 7.6 – Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58.....	91
Fig. 7.7 – Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878.....	91
Fig. 7.8 – Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911.....	91

Fig. 7.9 – Ortofotomapa.....	92
Fig. 7.10 – De cima para baixo: sondagem estrutural do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2: Parede de alvenaria de pedra; parede de frontal; parede de tabique.....	94
Fig. 7.11 – Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2.....	95
Fig. 7.12 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: alçado principal para a rua dos Anjos; Largo do intendente, vista para o edifício; Fachada lateral para a Travessa do Maldonado antigamente (1964) e atualmente.....	97
Fig. 7.13 – Planta dos tipos de solos.....	98
Fig. 7.14 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 1; vista geral do piso 2; vista geral do piso 2; patim do piso 3 e escadas; vista geral do piso 3; vista geral do piso 4	99
Fig. 7.15 – Organização espacial do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2.....	100
Fig. 7.16 – Elementos com valor histórico-cultural, guardas metálicas da escadaria e azulejos decorativos da fachada do final do século XIX.....	101
Fig. 7.17 – Mutabilidade do interior do primeiro piso, através de plantas pré 1887, 1887, 1957 e da atual, do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2.....	102
CAPÍTULO 8. CASO DE ESTUDO 3: Rua 1º de Dezembro, 42	
Fig. 8.1 – Fachada principal, quarteirão.....	103
Fig. 8.2 – Fachada Tardoz, quarteirão.....	103
Fig. 8.3 – Ortofotomapa do quarteirão.....	103
Fig. 8.4 – Cartografia histórica de Carlos Mardel, 1756	104
Fig. 8.5 – <i>Planta Topographica de Lisboa</i> , 1780.....	104
Fig. 8.6 – Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812.....	105
Fig. 8.7 – Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58.....	105
Fig. 8.8 – Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878.....	105
Fig. 8.9 – Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911.....	106
Fig. 8.10 – Ortofotomapa.....	106
Fig. 8.11 – Café Chave D’Ouro.....	108
Fig. 8.12 – Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua 1º de Dezembro, 42.....	110
Fig. 8.13 – Alçado principal para a Praça D. Pedro IV; Alçado tardoz para a rua 1º de Dezembro; Praça D. Pedro IV, vista para o edifício antigamente e atualmente.....	112
Fig. 8.14 – Planta dos tipos de solos.....	113

Fig. 8.15 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 1; vista geral do piso 2; vista geral do piso 3; divisórias de madeira no piso 3; vista geral do piso 4; cobertura em terraço.....	114
Fig. 8.16 – Organização espacial do caso de estudo na Rua 1º de Dezembro, 42.....	115
Fig. 8.17 – Praça D. Pedro IV, em Lisboa; fachadas do quarteirão a ponte, na versão do projeto original do século XVIII e na atualidade.....	116
Fig. 8.18 – Mutabilidade do interior, através de plantas de 1925, 1933 e da atual, do caso de estudo na Rua 1º de Dezembro, 42.....	118

CAPÍTULO 9. CONCLUSÃO

Fig. 9.1 – Compartimento independente e multiplicidade de portas, Edifício na Rua das Pedras Negras.....	122
Fig. 9.2 – Esquemas das camadas construtivas: relação do edifício com o meio; sistema construtivo; fachadas; cobertura; configuração espacial interna; infraestruturas e mobiliário...123	
Fig. 9.3 – Mutabilidade (grau de transformação) das camadas construtivas dos três casos de estudo.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

ARU – Área de Reabilitação Urbana

BNU – Banco Nacional Ultramarino

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DGEMN – Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DMCRU - Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana

ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LXi – Lisboa Interativa (aplicação informática)

NESDE - Núcleo de Engenharia Sísmica e Dinâmica de Estruturas

NTA - Normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada

OASRS – Ordem dos Arquitetos Secção Regional Sul

PDM – Plano Diretor Municipal

PPSBP – Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina

RGE - Regime Geral de Edificações

RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas

RTHS - Recomendações Técnicas para Habitação Social

SCIE - Segurança Contra Incêndio em Edifícios

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Lisboa foi reconstruída após o terramoto de 1755 com um novo tipo de arquitetura, atualmente denominada de pombalina, que foi usada até finais do século XIX. Ao longo dos tempos a maioria desses prédios foram alvo de transformações arquitetónicas, com o objetivo de se adaptarem às necessidades funcionais e às novas exigências de conforto e segurança, num tempo em que o seu valor histórico, artístico e técnico não era reconhecido. No final do século XX, passou a reconhecer-se valor cultural a este tipo de arquitetura, através da classificação da Baixa Pombalina como Imóvel de Interesse Público e já no século XXI foram criadas normas legais e regulamentares de proteção desse património urbano (Plano Diretor Municipal e Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina).



Fig. 1.1 – Ortofotomapa do limite do Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina (Adaptado do Google Earth, 2022)

1.1.1. ESCOLHA DO TEMA

A presente dissertação de Mestrado surgiu da vontade de estudar, documentar e analisar a tipologia arquitetónica da Baixa Pombalina e a sua evolução no tempo em conjunto com a evolução da sociedade. Numa tentativa de contribuir para a preservação deste estilo arquitetónico tão singular, que contribui para a identidade e para a cultura da cidade de Lisboa e do país.

A escolha deste tema deu a possibilidade de estudar uma temática atual e pertinente que nunca foi abordada, apesar da existência de muitas teses e dissertações sobre a temática da Baixa Pombalina e de outras sobre o conceito da flexibilidade, da mutabilidade e da adaptabilidade na

arquitetura, não existe nenhum estudo onde estes temas tenham convergido, para entender realmente como é que alguns edifícios pombalinos evoluíram no tempo e como é que se foram adaptando às necessidades exigidas pelos seus habitantes.

Perguntas gerais da investigação

A organização funcional dos edifícios habitacionais pombalinos é passível de adequar às formas de habitar da atualidade?

Quais as características de evolução e adequação que os edifícios habitacionais pombalinos tiveram para resistirem ao tempo? E quais os elementos que têm maior sentido de permanência e os que estão sujeitos a maior pressão de mudança?

1.1.2. MOTIVAÇÃO PESSOAL

Sempre tive muita curiosidade em investigar e aprofundar os meus conhecimentos sobre a arquitetura da Baixa Pombalina. Uma vez que esta área histórica é como um testemunho do passado inovador e único da arquitetura e do urbanismo português. Durante o meu percurso académico nunca foi possível investigar este tema pelo que foi na presente dissertação que encontrei o espaço para estudá-lo de forma mais aprofundada. No 5º ano do Mestrado em Arquitetura (no ano letivo de 2021/2022) o tema proposto foi a Reabilitação de Paços e Quintas Nobres, tendo sido estudada a Quinta do Senhor da Serra, em Belas. Contudo, apesar do meu interesse pelo lugar e pelo tema proposto, optei por estudar a temática da Baixa Pombalina que sempre teve maior relevância e significado para mim.

1.1.3. MOTIVAÇÃO SOCIAL

A escolha deste tema teve como objetivo perceber quem habita a Baixa, como é que as pessoas que frequentam esta zona a vivem, a modificam e ainda de que forma se apropriam dos espaços. Outra das motivações foi compreender a importância do centro histórico nos dias de hoje, uma vez que se assiste a uma descentralização da população, sobretudo para as zonas da periferia.

1.1.4. MOTIVAÇÃO CIENTÍFICA

Com esta dissertação pretendem-se mostrar as alterações que têm ocorrido em alguns edifícios da Baixa e consequentemente em grande parte deles, onde assistimos a uma constante alteração das estruturas e das organizações espaciais originais. Procurei mostrar a importância de manter a Baixa e de conservar os edifícios pombalinos, sobretudo os elementos que expressam valor e que são fundamentais para a identidade desta zona da cidade. Algumas das perguntas que pretendem ser respondidas ao longo desta investigação são: Mas será que os planos de conservação e salvaguarda são suficientes para salvar esta tipologia arquitetónica tão peculiar e importante para o nosso país? Qual o grau de alteração admissível nestes edifícios?

1.2. OBJETIVOS

Com a presente dissertação foi analisado o modo como os edifícios pombalinos se foram adaptando à mudança, ao longo do tempo, para poder avaliar qual a sua capacidade futura de

permanecerem como testemunhos do passado e, simultaneamente, poderem responder às necessidades evolutivas da cidade.

Nesta investigação, o **principal objetivo** foi compreender, avaliar a mutabilidade e a adaptabilidade dos edifícios habitacionais pombalinos.

Para esse efeito foi importante:

- Conhecer as principais características dos edifícios pombalinos, nomeadamente estruturais, arquitetónicas e funcionais;
- Verificar que elementos desses edifícios estiveram sujeitos a maior pressão de mudança e também aqueles que revelaram um maior sentido de permanência;
- Verificar as possíveis tensões entre os objetivos de salvaguarda do património arquitetónico urbano e as necessidades funcionais atuais, incluindo os fatores de conforto e segurança;
- Relacionar os edifícios pombalinos com as novas formas de habitar e as novas exigências, para perceber a sua adaptabilidade;
- Compreender a mutabilidade dos edifícios habitacionais pombalinos e a sua evolução na história.

1.3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A metodologia apresentada na presente dissertação iniciou-se com uma investigação sobre a temática escolhida, abordando os seguintes tópicos:

- A evolução urbanística e arquitetónica da Baixa de Lisboa;
- A arquitetura habitacional pombalina;
- Mutabilidade e adaptação arquitetónica.

Esta investigação foi feita através da revisão de artigos, livros, documentos legislativos, investigação arquivística, blogues e sites, visitas aos locais de estudo, mas também foram elaboradas fichas de leitura sobre os assuntos mais relevantes para a realização desta dissertação.

Posteriormente, foram analisados três edifícios de génese pombalina que constituíram casos de estudo reais e específicos, para permitir compreender as transformações neles ocorridas ao longo do tempo.

Os três casos de estudo foram escolhidos segundo três critérios: o primeiro é que esses edifícios tivessem tido como função original a habitacional (quer sigam o modelo ou tipo pombalino); o segundo é que estes não tenham sido tratados por nenhuma investigação, abordando a mesma temática; o terceiro é que cada um deles fosse representativo de um grau, maior ou menor, de transformação. O objetivo foi analisar estes casos de estudo e a sua evolução no tempo, percebendo a capacidade de mutação e adaptação perante as novas formas de habitar os espaços que estão sempre em constante mudança. Por razões de adequação deste trabalho, à extensão pretendida atualmente a uma dissertação de mestrado, não foi possível o estudo de um maior número de edifícios de uma forma mais aprofundada. Apesar das múltiplas variáveis a abordar, os resultados obtidos são representativos de um grande número de intervenções

ocorridas em edifícios pombalinos até à atualidade, mas admitimos a existência de exceções ou variantes.

Para esta análise, além da investigação teórica (bibliográfica, documental, arquivística) e das visitas aos locais e casos de estudo, foi realizado um modelo de análise para investigar os casos de estudo, passando por uma análise do lugar e da história de cada edifício, por uma descrição do mesmo, passando pelo entendimento das alterações que ocorreram ao longo do tempo (em termos do sistema estrutural, funções, usos, organização espacial, fachadas, etc.). Posteriormente à investigação dos casos de estudo, chegaram-se a conclusões sobre a capacidade adaptativa destes edifícios e à forma como poderão ser preservados os seus elementos essenciais no futuro.

Casos de Estudo:

1. Edifício na rua de São Mamede, Nº 25;
2. Edifício na rua dos Anjos, Nº 2;
3. Edifício na rua 1º Dezembro, Nº 42.



Fig. 1.2 – Localização dos três casos de estudo em Lisboa (Planta da autora, 2022)

Nota: ver anexo 12 e 13

Em suma, a recolha de informação para o tema desta dissertação, foi feita através de leituras de relatórios e documentação produzida por especialistas, análise de cartografia, fotografias e documentos históricos, entre outros. A parte prática desta dissertação passou por proceder à análise dos vários casos de estudo e pela elaboração de esquemas, diagramas, mapas,

plantas, entre outras ferramentas de trabalho, que serviram para compreender a capacidade de adaptabilidade deste tipo de edifícios, face a necessidades habitacionais futuras.

1.4. ESTRUTURA DO DOCUMENTO

A presente dissertação encontra-se dividida em seis capítulos teóricos (incluindo a introdução e a conclusão) e três de carácter mais prático. O **primeiro capítulo** de carácter introdutório pretende enquadrar o estudo (1.1), demonstrar os objetivos (1.2) e a metodologia que foi utilizada para a realização desta dissertação (1.3), assim como a estrutura da mesma (1.4).

O **segundo capítulo** pretende definir e explicar alguns conceitos fundamentais para os capítulos seguintes, através de um enquadramento geral dos conceitos (2.1) e mediante a exploração dos seguintes conceitos: flexibilidade e capacidade dinâmica do espaço (2.2); adaptabilidade e capacidade de versatilidade de usos (2.3); mutabilidade e capacidade de transformação através do tempo (2.4). Estas características são fundamentais para as habitações e modos de vida atuais, para além de prolongarem o período de vida útil das casas.

O **terceiro capítulo** reflete sobre o conceito de habitar (3.1) percebendo a ideia de abrigo, arquétipo e de um espaço que se torna num cenário íntimo e único nas nossas vidas, uma extensão de nós do ponto de vista mental e físico. Passando pela evolução da habitação (3.2), pelos modos de habitar e pelos estilos de vida que estão em constante mudança (3.3). Referindo as novas exigências habitacionais estabelecidas: pelos regulamentos e normas, pelos novos requisitos habitacionais, pelas preocupações e necessidades atuais dos habitantes (3.4).

O **quarto capítulo** é um enquadramento histórico, que pretende demonstrar a evolução da Baixa Pombalina, com essencial destaque para o terramoto de 1755 (4.2) e para o plano de reconstrução, ao nível urbanístico e arquitetónico (4.3). Com principal foco nas características das habitações pombalinas (4.4) e na organização espacial (4.5).

O **quinto capítulo** é um enquadramento pós-terramoto, que pretende demonstrar o andamento do plano de reconstrução até à sua conclusão, assim como a influência do estilo pombalino na arquitetura do país e a passagem para o estilo gaioleiro (5.1). Referindo as normas existentes para a proteção e conservação dos edifícios da Baixa (5.2). Demonstrando o estado da Baixa na atualidade, a forma como é habitada, as mudanças que ocorreram desde o plano original até aos dias de hoje (5.3) e dois exemplos de excelentes intervenções realizadas em Lisboa que protegem e enaltecem o valor patrimonial daquelas habitações (5.4).

O **sexto**, o **sétimo** e o **oitavo capítulos** são dedicados ao estudo dos edifícios pombalinos escolhidos e incluem o conhecimento das suas características construtivas e espaciais e a evolução histórica com identificação das várias campanhas de obras a que, com maior ou menor profundidade, estiveram sujeitos. No sentido de verificar se estes edifícios se adequam às novas necessidades, formas de habitar e modos de vida atuais e se possuem requisitos de flexibilidade, adaptabilidade e mutabilidade.

O **nono capítulo**, de carácter conclusivo, pretende apresentar os resultados obtidos com a presente investigação e com a análise dos casos de estudo.

CAPÍTULO 2. CONCEITOS E SIGNIFICADOS

2.1. ENQUADRAMENTO DOS CONCEITOS

Segundo Flávio Lopes (2020), a cidade de Lisboa, assim como as outras cidades em geral, estão em constante **mudança e transformação** para se poderem adaptar às necessidades dos seus utilizadores. Existe uma adaptação constante da cidade antiga às novas formas de viver e de habitar, pelo que é necessário saber interpretar as cidades antigas e encontrar de alguma forma inspiração para a transformação da arquitetura. Nas cidades deve existir um equilíbrio entre a preservação do **património e as novas necessidades**, para que esta não seja uma cidade estática que não evolui, mas também que não seja uma cidade moderna que esquece a sua história.

O património deve ser conservado, para que haja um acréscimo de vitalidade, que suscite novas formas de interesse e atratividade. Deve **valorizar-se sempre o antigo**, quando este tem valor e **introduzir a contemporaneidade**, para manter a história, mas acrescentando vida ao edifício (Santos, 2005).

A arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos. O elemento coletivo e o privado, sociedade e individuo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de tantos pequenos seres que procuram uma organização e, juntamente com esta, um pequeno ambiente para si mais apropriado no ambiente geral.

(Rossi, 2021, p.29)

A evolução da arquitetura e das cidades está relacionada com o **processo evolutivo do Homem**, porque a sociedade não é estática, existe sempre a procura da mudança e do progresso (Guedes, 2016). O tema da habitação difere em todos os períodos, culturas e também lugares. Os arquitetos no ato de projetar têm de ter em conta as **necessidades dos utilizadores** e ter a sensibilidade de **prever as necessidades do futuro** em termos espaciais, pois as habitações estão expostas à mudança e podem perder o sentido para o qual foram inicialmente concebidas. Os utilizadores ao verem estes problemas, vão adaptar-se às limitações dos espaços, ou então, vão ter de encontrar outra habitação que corresponda às suas necessidades (Carvalho, 2017).

Manuel Pereira Rama de Carvalho (2017) argumenta que a casa é como um **organismo vivo**, e deve corresponder ao seu habitante e às suas necessidades. As casas devem ajustar-se às necessidades mutáveis, mas de que forma uma construção pode acompanhar estas mudanças?

No tratado *De Architectura*¹, o arquiteto Vitruvius define os três princípios da arquitetura, que são: **“utilitas”** (utilidade, relacionada com a função e comodidade), **“firmitas”** (solidez e estabilidade, relacionada com a estrutura/construção) e a **“venustas”** (beleza, relacionada com a

¹ *De Architectura Libri Decem* (Dez Livros sobre a Arquitetura) é um tratado escrito em latim sobre a arquitetura e a atividade do arquiteto. A obra é de autoria do romano Marco Vitruvius Polião, e foi escrita no século I a.C. Está dividida em dez volumes, em que cada volume aborda um aspeto específico da disciplina da arquitetura.

apreciação estética). A utilidade ou a **função** é um dos focos essenciais da arquitetura, também Louis Sullivan afirma que “a forma segue a função”², a forma deve ter em conta a função para a qual se destina e seguir as exigências dos seus utilizadores.

Sara Vale Guedes (2016) refere que é muito importante que a arquitetura e, mais especificamente, as habitações, sejam **flexíveis e adaptáveis**, para que possam **acompanhar o crescimento dos seus habitantes**. Estas devem corresponder às mudanças de hábitos e à constante transformação na maneira como se habitam e pensam os espaços (Carvalho, 2017), e são as habitações que devem adaptar-se às pessoas e não o contrário³. As **mudanças contemporâneas**, ocorrem devido às mudanças sociais, familiares, profissionais, económicas, tecnológicas, entre outras, o que faz com que a arquitetura tenha de evoluir em conjunto com toda a sociedade (Carvalho, 2017).

Estes três conceitos: Flexibilidade, Adaptabilidade e Mutabilidade foram escolhidos porque eles estão relacionados e **complementam-se** e são características que fazem parte dos edifícios pombalinos. Os conceitos apresentam as suas especificidades e **diferenças**. No entanto estas são características fundamentais para o bom funcionamento e durabilidade de uma habitação. Os três conceitos estão diretamente relacionados com outros três: **movimento, versatilidade e capacidade de transformação**.

Os edifícios mais flexíveis e adaptáveis permitem uma maior **intervenção** por parte dos habitantes. O utilizador passa a ser ativo em vez de ser apenas um espectador passivo. Os edifícios tornam-nos ativos e livres. A habitação com estas características acaba por ser mais **económica** e também **ecológica**. Estes edifícios tendem a ser mais modestos, humildes e funcionais do que estéticos e vistosos, sendo uma arquitetura mais prática, para ser mais vivida do que vista (Silva, 2011). Sem medo de adaptar a casa às necessidades da família, aumentando assim o seu ciclo de vida e sendo a indústria da construção civil uma das mais poluentes é importante que as casas perdurem e sejam mutáveis.

Estas casas acabam por ser **mais atuais** porque estão mais preparadas para as várias mudanças (sociais, económicas, tecnológica, etc.). Ficamos com **liberdade** para alterar as habitações, deixar o edifício fluir, para que ele evolua connosco e nós com ele. O **movimento** tem de estar presente também na arquitetura, porque nada é estático. Se os seres humanos estão em constante evolução/movimento, qual a razão para que a arquitetura tenha de ser algo parado e permanente. As habitações tornam-se mais **versáteis** de forma a integrar mais facilmente as inovações técnicas e tecnológicas (Silva, 2011).

A integração de **estratégias de flexibilidade e adaptabilidade** em projetos de arquitetura e habitacionais foi mais intensa no período pós-guerra. Quando surgiu uma grande procura de

² A frase “*Form follows function*”, ou “a forma segue a função” foi proferida em 1910, pelo arquiteto norte-americano Louis Sullivan, que é considerado um dos fundadores do movimento modernista na arquitetura. Segundo Louis, “se a forma segue a função, então o trabalho deve ser orgânico”.

³ Manuel Pereira Rama de Carvalho (2017), refere a ideia de Kronenburg, R. (2007). *Flexible: Architecture that Responds to Change*. Londres: Laurence King Publishing.

habitações, para isso os arquitetos adotaram **soluções alternativas** e flexíveis (Schneider & Till, 2007). Por vezes as habitações que menos esperamos são as que nos surpreendem mais. Exemplo disso são as habitações da época da **Primeira Guerra Mundial**. Estas eram muito simples, também muito económicas e com características de flexibilidade e adaptabilidade. Foram continuamente adaptadas e moldadas às necessidades e requisitos dos habitantes e estavam sempre em constante mudança (Brand, 1995).

Concordo com Winston Churchill quando refere que **nós moldamos os edifícios** e que de seguida **eles moldam-nos**: *“Whe shape our buildings, and afterwards our buildings shape us”* (Churchill, 1924, Awards ceremony for the Architectural Association). Contudo Stewart Brand veio completar e finalizar o pensamento de Churchill. Brand refere que nós moldamos os edifícios e depois eles a nós, mas não apenas uma vez, mas **vezes sem conta**: *“First we shape our buildings, then they shape us, then we shape them again – ad infinitum. Function reforms form, perpetually”*. (Brand, 1995, p.3)

Por vezes as **soluções** de que a arquitetura precisa já existem, apenas as tendências e obras arquitetónicas que temos como referência é que não são as melhores, não nos transmitindo os conceitos certos. Frequentemente, apenas retemos que um edifício tem de ser esteticamente apelativo e **desvalorizamos estes aspetos mais profundos** da arquitetura e mais importantes. Por vezes os edifícios invisíveis, baratos, sem projeto e sem grandes qualidades estéticas são onde as **pessoas se sentem mais felizes a viver**. Estas habitações geralmente nem são reconhecidas como arquitetura, no entanto permitem uma maior criatividade por parte dos seus habitantes e liberdade para alterar ou modificar os vários espaços e elementos da casa (Brand, 1995).

Stewart Brand (1995) refere que os arquitetos muitas vezes projetam edifícios **“radicais”** que com o tempo acabam por se tornar conservadores. E pergunta se não será preferível projetar edifícios modestos, humildes e **conservadores**, que progressivamente se vão tornando **“radicais”**. Usando termos de Brand, por vezes é preferível um **design evolucionário** em vez de um **design visionário**. Quando navegamos na maioria dos sites de arquitetura ou nas revistas não percebemos de que de forma é que os edifícios crescem, se desenvolvem ou como funcionam.

As **idades** geralmente crescem organicamente e gradualmente e esta seria a forma natural de evolução. Porém, quando as cidades são feitas segundo um plano urbanístico, desenvolvem-se de uma forma diferente, crescem de uma forma controlada, previsível e separada por zonas (habitações, comércio, serviços, indústrias...) (Brand, 1995). A arquitetura tem vindo a espelhar o que acontece nas cidades, tem sido feita arquitetura planeada que **não cresce organicamente** e que não flui como as cidades antigas. Estamos perante arquiteturas estáticas e artificiais, que definem todos os espaços e respetivos usos e funções, que **não dão espaço à mudança** e à imprevisibilidade que é a vida.

Muitos acontecimentos ao longo da história alteraram os paradigmas da arquitetura, contudo mais recentemente vivemos durante uma **pandemia** que veio colocar a arquitetura e sobretudo a habitação em perspetiva. Percebemos ao longo deste período de medos e incertezas que a **única coisa constante é a mudança** e que muitas habitações não funcionam. E percebemos isso numa altura onde as casas se tornaram o centro de tudo e da nossa vida, lugar onde vivíamos,

trabalhávamos, onde íamos à escola e brincávamos. Antes, as habitações eram quase meros dormitórios, mas perante este acontecimento marcante percebemos que realmente o futuro das habitações está na flexibilidade e na adaptabilidade. Além disso, o edifício deverá ser mutável, para ter a capacidade de se transformar perante as situações que possam surgir. "A habitação é volátil, sujeita a uma variedade completa de mudanças cíclicas, não-cíclicas e tendências, e se não é capaz de responder a estas mudanças, ela torna-se no melhor dos casos, insatisfatória, no pior, obsolescente" (Schneider & Till, 2007, p.35).

Todas as habitações têm **algum grau de flexibilidade e adaptabilidade** desde a sua conceção, o que permite através da intervenção dos seus utilizadores uma personalização dos espaços. Mas essas intervenções, adaptações e transformações são feitas com muito **esforço**, obras e custos financeiros. As pessoas em geral pensam que as habitações são objetos estáticos, que são imutáveis e permanentes (Guedes, 2016). Isto vai fazer com que haja uma procura por **respostas espaciais que sejam flexíveis**, adaptáveis, evolutivas e que apresentem possibilidades ilimitadas. Para que estejam preparadas para mutações do espaço e dos usos assim como das próprias dinâmicas familiares, para que não tenham de se submeter às limitações das casas tradicionais (Kronenburg, 2007).

2.2. FLEXIBILIDADE

O conceito de **flexibilidade** está diretamente ligado aos conceitos de **movimento**, mudança, **capacidade dinâmica**, funcionalidade, durabilidade e sustentabilidade (Esteves, 2013). As pessoas estão habituadas a projetos com **qualidades fixas e permanentes**, baseados em formas estáticas e standardizadas. Geralmente são vistos como projetos mais importantes, do que projetos com **qualidades flexíveis**. No entanto, estes estão mais preparados para resolver os vários problemas arquitetónicos, pois não são totalmente estáticos e estão pensados para dar resposta a diferentes funções, usos e por vezes localizações e ainda permitem uma arquitetura mais personalizada e diversificada (Silva, 2011).

A arquitetura flexível responde às mudanças que ocorrem ao longo da vida (culturais, sociais, tecnológicas, entre outras). Este tipo de arquitetura permite uma utilização durante mais tempo, criando **soluções a longo prazo**, logo uma opção mais económica e mais ecológica e ao mesmo tempo possibilita uma certa intervenção por parte dos seus utilizadores, para além de possibilitar com maior facilidade a introdução de inovações técnicas. É muito importante criar um **ambiente doméstico fluído** e que seja adaptável, em que os espaços correspondam às necessidades e atividades dos seus habitantes, para isso é necessário que estes tenham a capacidade da mudança, do movimento, de criar condições de adaptação e evolução. O **espaço e o homem estão interligados** e a adaptação tem de ser mútua⁴ (Silva, 2011).

A **casa moderna funcionalista**, do início do século XX, baseia-se na otimização dos espaços e na sua **pré-determinação**, que está relacionada com a determinação da forma e dimensão das divisões consoante a atividade praticada, a determinação fixa das várias atividades domésticas e ainda as relações entre os compartimentos. Apesar da arquitetura funcionalista ter sido feita para

⁴ Tiago Almeida Alves Silva (2011), refere a ideia de Kronenburg, R. (2007). *Flexible: Architecture that Responds to Change*. Londres: Laurence King Publishing, p.55-58.

ser funcional a verdade é que se tornou **disfuncional** e pouco eficiente. Devido à especificação, à hierarquização das várias divisões, ao nível da dimensão dos compartimentos e perante o seu posicionamento na casa. Contudo, a flexibilidade pretende ser a solução para a rigidez imposta pela funcionalidade (Pereira, 2016).

A *Maison Dom-Ino* (1914) de Le Corbusier, permite uma **total liberdade na conceção e definição dos espaços**, possibilitando uma infinidade de organizações interiores. A estrutura (três lajes, seis pilares e as escadas) neste projeto é a única coisa fixa, tudo o resto pode ser flexível e adaptável às necessidades dos habitantes, visto que este edifício tem uma **planta livre**. Mas por vezes este tipo de arquitetura “ampla” e com espaços indefinidos, que parece quase uma **caixa vazia** também não funciona. O facto de os espaços serem tão livres e amplos, confere à habitação um carácter temporário e precário. O melhor será um **equilíbrio** entre uma casa que permita ser adaptada e que seja flexível e não estática. Mas que, pelo menos, alguns elementos desta estejam definidos e sejam mais permanentes e outros tenham a capacidade de serem reconfigurados, alterados e móveis.

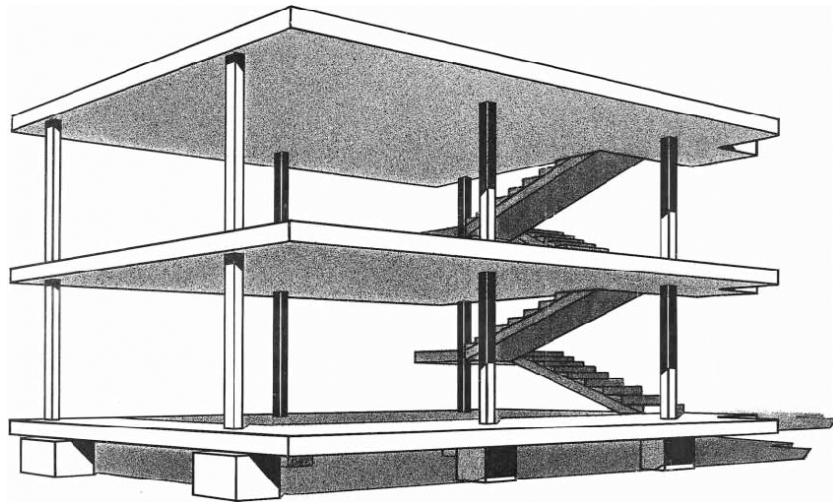


Fig. 2.1 – A arquitetura flexível da Maison Dom-ino (Desenho de Le Corbusier, 1914)

Ter **qualidade habitacional** não está relacionado com ter uma casa com mais área ou melhores acabamentos, está relacionado com a sensibilidade e o pormenor com que os espaços são tratados de forma a serem “**pequenos mundo domésticos**” (Pedro & Filho, 2012). Por vezes os **projetos flexíveis** são vistos como sendo limitados, mas a verdade é que resolvem mais problemas e correspondem melhor às necessidades mutáveis dos habitantes que os projetos ditos **convencionais**. A habitação tem um **longo período de vida útil**, podendo muitas vezes perdurar por gerações. Segundo Robert Kronenburg (2007) “A arquitetura flexível consiste em edifícios projetados que respondem facilmente às mudanças ao longo da sua vida” (p.7).

Perante os desajustes entre os modelos atuais e a evolução natural dos habitantes, assim como dos seus modos de vida, a flexibilidade parece uma **solução** para resolver os problemas das habitações correntes que são rígidas e predeterminadas funcionalmente. Cada vez mais a **vida contemporânea** está em constante mudança e em profundas transformações a todos níveis e por isso torna-se necessário criar **habitações sensíveis**, para que tenham a capacidade de se adaptar e de dar respostas às diferentes necessidades dos habitantes (Maia, 2016). Devido à

impossibilidade de prever as mudanças do futuro e que vão sucessivamente e naturalmente acontecendo, é necessário dotar as habitações de características que ofereçam respostas às diversas transformações que possam surgir a todos os níveis (Esteves, 2013).

As habitações devem ser **versáteis** para permitir espaços variados que dão respostas às diversas mudanças, usos e funções. Essa **capacidade de adaptação física** e espacial às necessidades deve permitir tanto um uso de curta duração e específico assim como um uso de longa duração. Muitas vezes o conceito de flexibilidade é comparado ou até confundido com o de adaptabilidade. Isto porque a **flexibilidade** de um espaço, por vezes, pode **passar pela sua adaptabilidade**, e a adaptabilidade pode ser obtida através da flexibilidade. Certos autores diferenciam estes conceitos e outros quase que os fundem, como se fossem sinónimos (Maia, 2016).

Robert Hertzberger (2005) distingue duas possíveis estratégias de flexibilidade: flexibilidade ativa e flexibilidade passiva. A **flexibilidade ativa** consiste na **capacidade de mutação**, ou seja, na **alteração física** do espaço, a qual permite dar aos habitantes com necessidades diversas respostas também mais diversas. Podendo haver uma **manipulação de elementos de carácter móvel**, este conceito também acaba por estar ligado à mutabilidade. Estes elementos móveis e com capacidades de mutação permitem oferecer diferentes configurações aos interiores da habitação, podendo juntar ou separar espaços. Os elementos podem sofrer mudanças temporárias ou permanentes (Maia, 2016).

A flexibilidade ativa pode ser uma rápida transformação dos vários espaços ou uma transformação mais prolongada segundo as necessidades da família. E ainda resulta na possibilidade de aumentar e diminuir os espaços, alterando as dimensões da casa. Enquanto a **flexibilidade passiva** está relacionada com o conceito de adaptabilidade. A flexibilidade passiva não tem a ver com uma mutação física do interior, mas sim com a possibilitação de um **uso variado dos espaços** e diferentes apropriações do mesmo por parte dos habitantes (Maia, 2016).

A flexibilidade tem sido subdividida de várias formas, consoante os autores e as suas perspetivas, no entanto existe uma subdivisão que tem sido mais recorrente: flexibilidade inicial ou permanente. Na **flexibilidade inicial** ou **conceptual** surge com a definição do interior doméstico numa fase inicial do projeto e da construção. Permitindo a participação dos habitantes e uma variedade de usos. É muito importante a participação dos utilizadores ao longo da vida da casa, mas também na conceção inicial do projeto, para que possam decidir o que melhor se adequa às necessidades da família e de cada indivíduo. Permite que participem na configuração espacial da habitação (Esteves, 2013).

A **flexibilidade permanente** ou **contínua** é uma estratégia ativa e não apenas inicial. Não diz respeito apenas à configuração dos espaços, também está ligada à ideia de mutabilidade do espaço doméstico ao longo do tempo e das necessidades e exigências. Existe uma livre utilização e apropriação dos vários espaços da casa, tendo em conta as presentes e futuras necessidades e possíveis transformações (Maia, 2016). A principal ideia é criar elementos móveis que permitam transformar a casa de acordo com as necessidades mutáveis dos habitantes (Pereira, 2016).

A flexibilidade permanente segundo Eleb-Vidal, Chatelet e Mandoul (1988) ainda se subdivide em mais partes: mobilidade, evolução e elasticidade. A **mobilidade** é a modificação física do espaço ao longo do dia, através de elementos móveis. A **evolução** é a modificação do

envolvente interior da habitação, para que corresponda às transformações familiares, através da eliminação ou adição de divisórias. A **elasticidade** é a modificação da habitação através da adição ou subtração de compartimentos.



Fig. 2.2 – Subdivisão dos espaços da Katsura Imperial Villa, Kyoto (Japão), 1616 (Fotografias de Giulio Ghirardi, s.d.)

Os conceitos de **flexibilidade** e **adaptabilidade** foram muito importantes para a evolução da **arquitetura japonesa** e em particular para a habitação. Desde muito cedo que a prática construtiva da arquitetura japonesa tem preocupações com a adaptabilidade espacial e funcional dos espaços. Esta adaptabilidade irá conferir um carácter flexível aos espaços. O desenho reflete sobre as possíveis **variações de uso** a curto e a longo prazo (Maia, 2016).

As **habitações japonesas** resultam da relação entre o conceito de **flexibilidade ativa** (flexibilidade), pela capacidade de transformação física (através de leves ajustes ou pelo deslizamento, abertura e fechamento de portas ou paredes/divisórias, que alteram a forma e o tamanho das divisões de uma forma fácil e até elegante), a distinção entre elementos fixos e móveis é feita através da utilização de soluções técnicas que permitem a clara distinção; e **flexibilidade passiva** (adaptabilidade), devido a possibilitar diferentes funções e usos ao longo do tempo. A flexibilidade passiva e ativa pode ser observada através do **Katsura Imperial Villa** em Kyoto, figura 2.2, um projeto que apresenta simplicidade estrutural e espacial, modularidade, pureza dos materiais e uma ambiguidade espacial que o torna versátil (Maia, 2016).

É muito importante a distinção que existe nas habitações japonesas entre a **estrutura rígida do exterior** (elementos estruturais) e os **elementos que dividem o espaço interior** (elementos de separação espacial). Esta distinção confere um uso mais adaptável do espaço e uma independência do desenho dos espaços interiores relativamente à estrutura exterior. Os espaços acabam por ser neutros, fornecendo uma livre apropriação por parte dos seus habitantes. No entanto, apesar da sua neutralidade comparativamente com as habitações ocidentais consegue reconhecer-se a domesticidade nestas casas.

Além da distinção entre o exterior e o interior da habitação e da neutralidade dos espaços, também é importante compreender que existe **pouco mobiliário nas habitações japonesas**, além de reduzido e ligeiro também possui um carácter móvel, que permite um uso variado nos vários espaços (Maia, 2016). A introdução do **tatami**⁵ também facilita a

⁵ Tatami é um tipo de tecido retangular feita de palha entrelaçada, usado como tapete ou revestimento no piso tradicional japonês. As casas tradicionais utilizam tatamis em vários ambientes. Muitas das casas modernas japonesas têm pelo menos um quarto de tatami. Disponível a partir de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tatame>

adaptabilidade dos espaços e a sua manipulação, devido à **neutralidade** que confere às divisões e à sua versatilidade. Não é só o espaço que confere flexibilidade e adaptabilidade, mas também o mobiliário, a forma como nos apropriamos dos espaços e a versatilidade que lhes conferimos. O espaço pode permitir um uso flexível mas o utilizador tem de usufruir dessas potencialidades.

Estas casas não têm usos específicos o que permite uma livre apropriação dos espaços. As próprias designações das divisões demonstram a forma como as habitações são utilizadas. Como por exemplo, no **ocidente** damos nomes aos espaços consoante os usos que neles praticamos, enquanto no **Japão** os nomes dos espaços referem-se à **situação espacial dentro da divisão**, o que os torna logo à partida mais adaptáveis e flexíveis, até porque cada compartimento pode conter duas ou até mais funções (Maia, 2016).

A **flexibilidade** de uma forma geral segue os seguintes parâmetros:

- **Independência entre as envolventes:** exterior (estrutura permanente) e interior do edifício (camada que se adapta ao habitante e que é adaptável);
- **Carácter dinâmico** dos espaços (movimento):
 - Tornam o espaço versátil;
 - Ambiente doméstico fluído;
 - Oferece novas configurações espaciais, através da fácil alteração dos espaços;
 - Permite uma infinidade de soluções e usos/funções;
- Possível **manipulação física** do espaço (transformação):
 - Alterando a forma e tamanho das divisões;
 - Através de portas de correr, translúcidas e opacas;
 - Através de diversas divisórias amovíveis;
 - Por meio da adição ou subtração de compartimentos ou divisórias.

O conceito da flexibilidade é muito complexo e cada vez mais é discutido. Já foi estudado e serviu de **reflexão para vários autores** (ver anexo 1), como: Robert Kronenburg, Herman Hertzberger, Xavier Monteyts & Pere Fuertes, Robert Venturi, Steven Groak, Jeremy Till & Tatjana Schneider, Stewart Brand, entre muito outros. Ter habitações com a característica da flexibilidade dá-nos a possibilidade de **desenvolver e melhorar** as habitações e os seus espaços de uma forma gradual, reversível e dinâmica. Por vezes tentamos encontrar exemplos contemporâneos de habitações flexíveis, no entanto, se **regressarmos ao passado** e analisarmos a habitação japonesa, por exemplo, vemos que questões que pensamos ser atuais já eram reflexão na antiguidade. Tal como refere Kuma (2010), por vezes existe a necessidade de regressar ao passado para conseguir projetar o futuro. A fim de **reformular as habitações atuais** que estão desatualizadas e não correspondem a muitas das necessidades da vida contemporânea, porque muitas das casas perderam o sentido, o propósito e até a essência.

2.3. ADAPTABILIDADE

O conceito de **adaptabilidade** está diretamente ligado aos conceitos de **versatilidade, ambiguidade funcional**, polivalência, funcionalidade, durabilidade e neutralidade. As mudanças são recorrentes e a adaptação torna-se essencial para responder a essas mudanças. Para tal é necessário criar espaços que sejam versáteis para os diferentes usos, funções e até necessidades. Muitas vezes esses espaços são amplos e a estrutura muito bem pensada para facilmente serem

mudados e adaptados no futuro. Estes espaços devem dar resposta a diferentes utilizadores e serem uma solução para diferentes atividades, para que existam constantes mudanças e variadas intervenções (Silva, 2011).

Infelizmente, a forma como se tem desenhado e construído habitações não tem sabido acompanhar a evolução social. Tudo está estandardizado e com as funções pré-definidas. As habitações acabam por não dar margem de adaptação e por não serem capazes de crescer com os seus habitantes. A maioria dos habitantes para além de não possuir uma casa adaptável e muito menos flexível, **nem tem possibilidade de ajustar a distribuição dos espaços** aos hábitos e costumes da família e de cada indivíduo. Pelo menos devia existir uma flexibilidade inicial na fase de construção, para haver alguma adaptabilidade (Lorenzo, 2014).

A arquitetura adaptável pode seguir duas vertentes distintas: **Aberta** ou **Desierarquização**. A primeira é quando os espaços e as suas funções não estão definidos, sem limites espaciais, porque o **volume é amplo e simples**, os espaços vão sendo criados consoante as necessidades dos seus habitantes. Um pouco à semelhança da Maison Dom-ino de Le Corbusier. A segunda diz respeito às divisões que têm a mesma hierarquia e as **mesmas características espaciais**, permitindo uma maior liberdade na utilização do espaço e na possibilidade de mudar a função dos compartimentos a qualquer momento (Guedes, 2016). Como nos exemplos seguintes das casas vitorianas e dos 110 apartamentos em Barcelona do atelier Maio.

Segundo Stewart Brand "A idade mais a adaptabilidade é o que faz um edifício ser amado. O edifício aprende com seus ocupantes, e eles aprendem com ele"⁶ (p.23) e os "edifícios amados são os que funcionam melhor"⁷ (p.209). Um tipo de edifícios que é muito amado pelos seus habitantes e que tem permanecido na história pelas suas qualidades únicas são as **casas vitorianas**. Adriano Couto (2020) defende que este é um dos estilos arquitetónicos mais famosos do Reino Unido e também dos Estados Unidos da América. Estas residências surgiram no período da **Revolução Industrial**, para dar resposta à forte procura de habitações nos centros urbanos por parte dos trabalhadores das fábricas. O termo "vitoriano" dá-se porque as casas nesta época foram erguidas durante o Reinado da Rainha Vitória (1837-1901).

A arquitetura e os acabamentos das casas vitorianas dependiam da zona onde estavam inseridas, podendo estar em bairros mais abastados (figura 2.3) ou em **bairros de trabalhadores** (figura 2.4), onde as casas eram mais modestas e humildes (Couto, 2020). Estas casas têm muitos quartos por piso, são fáceis de dividir, os espaços são modestos e além disto não possuem funções específicas. Foi Robert Venturi (2004) que inventou o termo "**flexibilidade útil**" para referir a arquitetura intemporal, onde os espaços possuem usos genéricos em vez de específicos. Cada espaço não se abre para um corredor mas para um espaço contíguo. Estas casas oferecem **flexibilidade e adaptabilidade ilimitada** aos seus moradores. Eles têm liberdade para alterar a casa consoante as suas necessidades (Brand, 1995).

⁶ Original em inglês: "Age plus adaptativity is what makes a building come to be loved. The building learns from its occupants, and they learn from it." (Brand, 1995, p.23).

⁷ Original em inglês: "Loved builindgs are the ones thar work well [...]" .



Fig. 2.3 – Casas vitorianas em Chelsea (Londres) (Fotografia da autora, 2022)



Fig. 2.4 – Terraced houses em Manchester (Fotografia de autor desconhecido, 2011)

O projeto do Atelier Maio, **110 rooms**, é um projeto de habitação colaborativa e situa-se em Barcelona. Veio trazer a **tradição tipológica** do *Bairro Eixample* de Barcelona, onde se encontra inserido (Maio, 2016). O verdadeiro interesse deste projeto é a inovação de ter trazido um **modo de habitar antigo para os tempos atuais**. A arquitetura pombalina e este género de arquitetura flexível acaba sempre por ser intemporal.

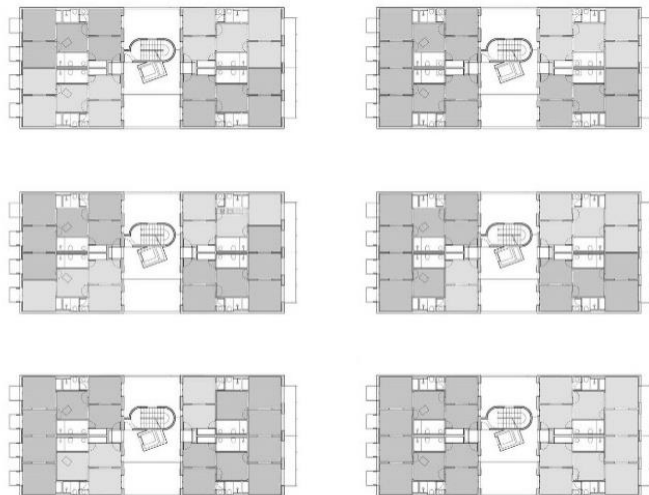


Fig. 2.5 – Liberdade na conceção dos espaços, projeto **110 rooms** em Barcelona (Plantas do Atelier Maio, 2016)

Este projeto de 2016 é constituído por 110 habitações e estas podem ser utilizadas da forma que cada habitante pretender. Cada apartamento é totalmente **adaptável**, podendo ser ampliado, reduzido ou mudado. Tudo isto para atender às necessidades presentes dos seus habitantes, mas principalmente as futuras. Para estas habitações serem adaptáveis, as várias divisões são muito semelhantes em tamanho, como podemos ver na figura 2.5, o que as torna em espaços não pré-definidos e sem hierarquia, tendo todos a mesma importância. Isto dá muita **liberdade** aos habitantes na conceção dos espaços, porque a sala passa facilmente a quarto e o quarto rapidamente a cozinha (Maio, 2016). Algumas características deste projeto também são visíveis nas casas pombalinas.

Cada apartamento tem cinco quartos todos eles interligados, não havendo a necessidade de criar corredores. A cozinha encontra-se ao centro da casa, o que faz com que os restantes espaços possam ser utilizados para quartos, sala de estar, sala de jantar, escritório, entre outros.

Esta **organização espacial** torna estes apartamentos mais flexíveis e permitem uma maior liberdade para futuras adaptações (Maio, 2016).



Fig. 2.6 – Alçado principal e interior de um apartamento, projeto *110 rooms* em Barcelona (Fotografia de José Hevia, 2016)

Os **espaços versáteis** devem ter a capacidade de mudar as instalações (ventilação, iluminação, comunicações, etc.) de forma rápida e os espaços devem ser capazes de se **reorganizar ou subdividir**, porque as famílias estão em constante mudança e as suas necessidades também. É fundamental que a planta da habitação seja capaz de adaptar-se a diferentes modos de vida (Silva, 2011). Existe cada vez mais a necessidade de projetar habitações que tenham a capacidade de se adaptar e de crescer.

No entanto existem **limitações sobretudo de carácter tecnológico** que dificultam a capacidade de adaptação dos espaços. Tal como refere Stewart Brand “a longevidade do edifício é muitas vezes determinada por quão bem eles podem absorver os novos serviços de tecnologia [...] os dois compartimentos mais reformados de todas as casas são a cozinha e a casa de banho⁸” (Brand, 1995, p.19). Falamos em especial da **cozinha e da casa de banho** que acabam por ter um carácter mais permanente (Lorenzo, 2014). Mas se apenas estes dois espaços necessitam de um lugar mais específico, porque os restantes não podem ser mais adaptáveis e neutros, para que se possa desempenhar as mais variadas tarefas?

A adaptabilidade alcança-se através da conceção de quartos ou unidades que possam ser usados de várias maneiras, através do modo como as salas são

⁸ Original em inglês: “[...] the longevity of building is often determined by how well they can absorb new services technology [...] the two most renovated rooms in all houses are the kitchen and bathroom”.

organizadas, os padrões de circulação e a designação das salas... a flexibilidade é conseguida alterando o tecido físico da construção: juntando salas ou unidades, estendendo-as, ou deslizando ou dobrando paredes e móveis.

(Schneider & Till, 2007, p.5)

Cabrita Reis e Batista Coelho (2003) afirmam que a adaptabilidade é um critério fundamental para a conceção e configuração espacial do interior doméstico. Para dotar as habitações de adaptabilidade é necessário existir pouca ou até nenhuma **diferença nas dimensões dos compartimentos**. Assim como conferir **neutralidade** aos espaços, para que as funções não sejam pré-determinadas e não tenham de estar localizadas num lugar específico. O **posicionamento e dimensão dos vãos** deve ser cautelosamente pensado e desenhado para potenciar vários usos e apropriações do espaço. Deverá ainda existir uma relação entre as divisões, mesmo quando existem corredores. Se existirem **espaços de circulação**, estes não deverão ser apenas lugares de passagem, mas também de permanência, dando a possibilidade de desenvolver mais funções. O corredor pode ser considerado com mais uma divisão da casa, se o seu traçado/desenho oferecer as condições necessárias (Monteys et al., 2011).

Uma característica que também confere adaptabilidade às habitações é a questão de possuir mais que uma **porta de entrada**. Contudo, atualmente nem questionamos o facto de termos apenas uma porta de entrada. Mas antigamente, era recorrente existir uma **entrada de serviço independente**, que conferia independência a certas partes da casa, muitas vezes podendo quase existir duas casas dentro da mesma, como vamos poder ver mais à frente nas habitações pombalinas (capítulo 4.5). Estes espaços independentes fazem parte das estratégias da flexibilidade passiva ou adaptabilidade, porque possibilitam **usos distintos e independentes**, evitando modificações ou alterações do espaço. Este tipo de soluções é muito importante, porque cada vez mais existem **diferentes arranjos familiares** e as famílias tornam-se em pessoas adultas que vivem sobre o mesmo teto e que conseqüentemente necessitam do seu espaço e privacidade.

Existem vários **critérios e requisitos para que uma casa seja adaptável** (Monteys & Fuertes, 2017 e Maia, 2016):

- **Liberdade na apropriação** e configuração dos espaços:
 - Capacidade natural de apropriação dos espaços pelas suas características de versatilidade, sem que sejam necessárias mudanças físicas;
 - Estrutura espacial estática e fixa que potencia a diversificação do espaço naturalmente. A sua estaticidade e a capacidade de apropriação do espaço sem que seja necessária uma transformação física faz com que o tema da adaptabilidade seja associado à flexibilidade passiva;
- Criação de espaços com as características da **versatilidade** e **polivalência**:
 - Espaços que não são excessivamente funcionalistas;
 - As habitações deverão ter compartimentos com usos genéricos em vez de terem usos específicos, para que não haja uma pré-determinação espacial;
 - Criação de espaços multifuncionais e versáteis;
 - Possíveis adaptações dos espaços aos diferentes usos e necessidades;
 - Oferece a oportunidade de fazer modificações de acordo com os desejos e exigências dos habitantes no presente e futuro;

- Criação de espaços com um **carácter neutro**:
 - A adaptabilidade é sobretudo uma questão de potencialidade;
 - Simplicidade e neutralidade dos espaços e do mobiliário, para que não definam o uso ou a função daquele compartimento. Para que em caso de mudança o espaço não fique limitado pela sua função anterior;
- **Ambiguidade funcional e espacial** dos compartimentos:
 - Por vezes, espaços pequenos interligados permitem um uso mais versátil que casas amplas;
 - Para os compartimentos serem adaptáveis e flexíveis é importante o seu tamanho, a posição que ocupam no espaço, a relação entre os vários espaços, o número de acessos e portas interiores;
 - Os compartimentos definem-se pela forma como acedemos a esse espaço e pelo tipo de porta. O tipo de porta é definido pelo tipo de espaço. Atualmente as portas são standardizadas e iguais na casa toda, fazendo com que os espaços pareçam todos iguais e sem distinção. Se os espaços são diferentes e possuem funções e usos distintos, as portas deveriam expressar essa diferença ao nível da sua altura e largura e ainda da sua cor e material. A aparência deveria expressar a forma como vamos usar aquele espaço;
- Acompanha as **transformações recorrentes**:
 - Acompanhar o crescimento da sociedade, as alterações nos modos de habitar, as transformações da família e dos habitantes, dos seus hábitos e rotinas, das suas necessidades e exigências.

A configuração da casa deveria adaptar-se aos diferentes modos de vida, para isso é necessário existir a possibilidade de fazer **mudanças na planta**. Os edifícios adaptáveis e versáteis geralmente têm custos mais elevados, no entanto têm uma **vida útil maior**, devido à sua capacidade de transformação e de evolução, e conseqüentemente são uma opção mais **sustentável** para o ambiente, por possibilitar também um **melhor aproveitamento do espaço** (Silva, 2011).

Somos muito pouco críticos com a forma de habitar as nossas casas. Adaptamo-nos à sua distribuição e aceitamos uma hierarquia de espaços e quartos que, muito provavelmente, não reflete as nossas convicções e aspirações. Convivemos com a distribuição da habitação e temos aprendido a tolerá-la. A alternativa parece reduzida a uma reforma integral da casa ou a uma mudança⁹.

(Monteys et al., 2011, p.33)

A adaptabilidade nas habitações da atualidade ainda é muito insuficiente e ainda tem um longo caminho pela frente. Apesar deste tema ser muito falado é **pouco solucionado**, mas a resolução é tão simples. Na conceção da habitação deve privilegiar-se a adaptação física e deve **satisfazer-se as necessidades e exigências dos habitantes de uma forma continuada**. A madeira é

⁹ Original em espanhol: “Nos adaptamos a su distribución y aceptamos una jerarquía de espacios y estancias que, muy probablemente, no refleja nuestras convicciones y aspiraciones. Convivimos con la distribución de la vivienda y hemos aprendido a tolerarla. La alternativa parece reducida a una reforma integral de la casa o a una mudanza”.

o material mais adaptável, porque é fácil de manipular, de transformar, de mover e tem qualidades únicas que conferem flexibilidade aos espaços. Na altura em que os requisitos de adaptabilidade e flexibilidade são mais precisos para responder às mudanças recorrentes é onde temos menos. Os arquitetos em geral, as escolas de arquitetura e os próprios utilizadores das habitações estão muito presos aos conceitos restritos e tradicionais, por essa razão, é necessário que haja uma revisão do conceito e da configuração do interior doméstico, para que este corresponda melhor à vida contemporânea.

2.4. MUTABILIDADE

Outro conceito sobre o qual é importante refletir é o da **mutabilidade**. Este conceito está associado à **capacidade de transformação**, porque para os espaços serem adaptáveis e flexíveis têm de se transformar e mudar. “Todos os prédios crescem. A maioria cresce mesmo quando não é permitido¹⁰” (Brand, 1995, p.10). Recorrentemente observamos ou experienciamos **transformações básicas** nas habitações convencionais, como a mudança da distribuição do mobiliário, a pintura de paredes, a mudança de janelas e portas, entre outras. No entanto, **para mudar a maneira de usar o espaço** das nossas habitações, seja no seu interior ou exterior é preciso um projeto e uma construção mais complexa, que tenha a capacidade de aumentar, diminuir ou de movimentar certas partes do edifício. Para permitir um ambiente que mude a sua forma, volumes, configuração espacial, ou seja, que tenha um carácter mutável¹¹ (Silva, 2011).

Segundo Stewart Brand (1995), “*Almost no buildings adapt well, they’re design not to adapt, also budgeted and financed no to, constructed not to, administered no to, maintained not to, regulated and taxed not to, even remodeled not to.*”¹² (p. 2). A **maioria dos edifícios não se adaptam bem** porque não são construídos para esse efeito, nem para serem permanentes. Porém, mesmo não se adaptando bem, todos têm de se adaptar, porque tudo está em constante mudança. Os edifícios estão em constantemente mutação e alteração, desde os primeiros esboços, ou seja, desde que são concebidos até à sua demolição.

Segundo Brand (1995), os edifícios devem ser planeados a longo prazo, porque senão vão desenvolver problemas ao nível da adaptabilidade. E quando o proprietário possui uma habitação que não funciona, tem três opções:

- **Suportar** aquele edifício, fazendo com que os habitantes tenham de se adaptar às restrições e condicionantes do lugar onde vivem;
- **Mudar** a sua casa, de modo a adaptá-la melhor ao estilo de vida e exigências da família e de cada indivíduo;

¹⁰ Original em inglês: "All builings grow. Most grow even when they're not allowed to."

¹¹ Tiago Almeida Alves Silva (2011), refere a ideia de Kalhofer, G. (2010). Mobile Architecture. Basel: Detail-Small Structures, p.63-66.

¹² Tradução do original em inglês: “Quase nenhum edifício se adapta bem, porque eles são projetados para não se adaptar, também orçamentados e financiados não para, construídos para não, administrados não para, mantidos não para, regulamentados e tributados para não, mesmo reformados para não.”

- **Destruir** algo que não funciona, para construir algo novo que se adeque melhor aos seus habitantes.

Os arquitetos muitas vezes não pensam nos habitantes quando projetam habitações ou então colocam os habitantes em segundo plano, esquecendo-se que a **arquitetura é para pessoas**. Os arquitetos também não acompanham a evolução do edifício, apenas participam no projeto até ao final da sua construção e quando este é entregue ao cliente, o arquiteto deixa de fazer parte da história daquela habitação. Como se o primeiro impacto é que fosse importante e o que acontece posteriormente não tivesse qualquer importância. O que não faz sentido porque a **vida daquele edifício** apenas começa quando é habitada. “Um edifício não é algo que nós terminamos, é algo que nós começamos.” Seria interessante ver os edifícios a resistirem ao tempo e perceber como eles funcionam depois de serem habitados, porque “*every house is a work in progress*” (Brand, 1995, p.163).

Tal como refere Stewart Brand (1995), são os habitantes que remodelam e adequam a casa para responder às suas necessidades e estas devem **fluir com o tempo e os seus habitantes**. É preciso perceber o que acontece aos edifícios depois da sua construção, porque é a partir desse momento que o edifício se desenvolve e se começa a adaptar seja para melhor ou pior. Os arquitetos **não podem ignorar a mudança** e a **passagem pelo tempo** porque ela é inevitável, porque vai haver sempre coisas que não funcionam. Tal como refere Stewart Brand “a unidade de análise para nós não é o edifício, é a utilização do edifício ao longo do tempo. O tempo é a essência dos problemas reais de design¹³” (Brand, 1995, p.10).

Os edifícios habitacionais - as casas - são os edifícios que mais mudam, respondendo diretamente às ideias e aborrecimentos da família, crescimento e perspectivas. A casa e seus ocupantes moldam-se vinte e quatro horas por dia, e o prédio acumula o registo dessa intimidade¹⁴.

(Brand, 1995, p.7)

Os **edifícios antigos** é que são os verdadeiros exemplos de arquitetura flexível e adaptável, porque sobreviveram no tempo, **evoluíram com a sociedade**. Na altura poderiam nem ser edifícios de grande importância ou destaque, mas com o tempo tornaram-se importantes pelas suas **qualidades de transformação** (Brand, 1995). Muitas vezes os “edifícios do passado podem ser estudados em termos de como eles funcionaram e interagiram ao mesmo tempo ou em termos de como eles evoluíram ao longo do tempo” (Brand, 1995, p.209).

O **tempo** é um dos elementos mais importantes na vida e também no uso de uma habitação (Maia, 2016). O edifício sofre várias **alterações ao longo da sua vida útil**, no entanto essas transformações podem ser diárias ou demorarem anos ou até décadas a realizarem-se. O

¹³ Original em inglês: “The unit of analysis for us isn't the building, it's the use of the building through time. Time is the essence of the real design problems.”

¹⁴ Original em inglês: “Domestic buildings – homes – are the steadiest changers, responding directly to the family's ideas and annoyances, growth and prospects. The house and its occupants mold each other twenty-four hours a day, and the buildings accumulate the record of that intimacy”.

conceito de camada foi inicialmente proposto por Duffy em 1990, cinco anos mais tarde foi desenvolvido por Brand. Ambos estudaram a forma como os edifícios se **adaptam às mudanças funcionais**. Os edifícios são construídos por diferentes **camadas construtivas** (figura 2.7): terreno (Site), estrutura (Structure), pele/fachada (Skin), serviços/instalações (Services) e mobiliário (Stuff). As camadas construtivas estão organizadas de forma crescente e de acordo com a sua **disposição à mudança e nível de durabilidade** (Architectural Resources, 2022).



Fig. 2.7 - Camadas construtivas de Brand: terreno, pele/fachada, estrutura, serviços/instalações, interior, mobiliário (Esquema de Architectural Resources, 2022)

Segundo os autores é necessária autonomia construtiva **entre as várias camadas** para permitir a introdução de estratégias de flexibilidade e adaptabilidade e ainda prolongar a vida funcional do edifício e **aumentar a sua mutabilidade e durabilidade**. É importante a independência das camadas construtivas para que possam existir renovações, reconstruções, remoções ou adições sem interferir com os restantes elementos e camadas do edifício e facilitar o processo de mutação (Abreu & Heitor, 2007). No entanto, também é necessário perceber a forma como as camadas interagem e dependem umas das outras, de forma a compreender a forma como evoluem no tempo (Architectural Resources, 2022).

A vida útil de uma habitação é **imprevisível**, porque é influenciada por quem a habita. Apesar da arquitetura ser tratada como um objeto estático, na verdade é constantemente adaptada e modificada. O esquema das camadas construtivas representa a **instabilidade da arquitetura** ao longo dos tempos e acaba com a ideia de que a arquitetura é permanente (Architectural Resources, 2022). Cada camada tem o seu **nível de mutabilidade e durabilidade**, *“Interiors change radically while exteriors maintains continuity¹⁵”* (Brand, 1995, p.21). Por exemplo, a estrutura é algo que permanece por longos anos. A pele/fachada está mais suscetível à mudança por estar mais exposta ao exterior. No entanto, o interior está em constante alteração pelos seus ocupantes (Architectural Resources, 2022).

Este esquema também explica **a forma como as pessoas usam e também ocupam os edifícios**. Porque um habitante usufrui do espaço de uma forma diferente de vários ocupantes, para além do exterior do edifício afetar a envolvente e a comunidade que ali vive. **Tudo influencia a evolução de um edifício**, os materiais, o local, mas sobretudo as pessoas. A arquitetura não é um produto acabado, é um processo sem fim. Um conceito muito interessante que pretende prolongar a vida útil dos edifícios existentes é o **reuso adaptativo**, do inglês *adaptive reuse* (Architectural Resources, 2022).

¹⁵ Tradução do original em inglês: “Os interiores mudam radicalmente enquanto os exteriores mantêm a continuidade”.

Consiste em reutilizar e adaptar a arquitetura existente para novos usos/funções. Um edifício pode receber muitos usos ao longo da sua vida útil. O objetivo é **preservar e enaltecer as qualidades arquitetónicas e construtivas** daquele edifício em particular e evitar que este seja demolido. Fazendo com que este permaneça por muito mais tempo, tornando-se num projeto mais económico, sustentável e eficiente, evitando demolições e novas construções (Architectural Resources, 2022). É uma forma de **preservar a memória** e as diferentes passagens de tempo que por aquele edifício ou lugar passaram, dando continuidade à memória do edifício de uma forma adaptada (Moreira, 2019).

Tendo a acreditar que os tipos da casa de habitação não tenham mudado desde a Antiguidade, mas isto de facto não significa defender que o modo concreto de viver não tenha mudado desde a Antiguidade até hoje e que não existam sempre novos e possíveis modos de viver.

(Rossi, 2021, p.50)

Os edifícios estão em constante mudança, porque todas as **pessoas que os usam têm as suas próprias formas de viver**, para além dos edifícios não terem sido feitos para serem permanentes. As habitações e as pessoas mudam, evoluem e transformam-se com o tempo. É importante avaliar a **capacidade de transformação dos edifícios**, para saber que estratégias aplicar. As principais estratégias que aumentam o período de vida útil do edifício estão relacionadas com a flexibilidade e adaptabilidade para consequentemente resultarem em **mutabilidade**.

CAPÍTULO 3. EVOLUÇÃO DO HABITAR

3.1. O CONCEITO DE “HABITAR”

Existiram vários acontecimentos que impulsionaram a **evolução do Homem**. No entanto os mais importantes para a disciplina da Arquitetura foram, o domínio do fogo e o abandono do nomadismo que conduziram à necessidade e à procura de um lugar de abrigo, um local onde o Homem se pudesse esconder e sobretudo proteger. Foi desde tempos remotos que surgiu o **conceito de abrigo**, refúgio e consequentemente de habitação, que acompanhou a evolução da Humanidade (Gomes, 2009).

A casa é o cenário da vida de cada um, e quando o espaço sem importância se torna no nosso espaço pessoal, podemos dizer que esse sítio se torna num **lugar**, um lugar que nos traz a ideia de calor, proteção, bem-estar e harmonia. Este lugar passa a ser uma extensão de nós, tanto mentalmente como fisicamente, uma expressão da personalidade e dos padrões de vida de cada habitante (Pallasmaa, 2019).

Muitos arquitetos não conseguem captar a verdadeira **essência do habitar**. Pensam que a casa é simplesmente um lugar que tem de ser funcional, deslumbrante e quase um produto comercial, mas esquecem-se dos significados existenciais pré-conscientes do habitar. A casa não é um simples objeto ou edifício, é algo complexo e que está vivo, que **integra as nossas recordações e memórias**, os nossos desejos, sonhos e medos, e ainda o nosso passado e presente. Não é possível produzir uma casa de uma só vez, ela é construída com o tempo, é um lugar que vai surgindo gradualmente, para se adaptar à família e aos indivíduos que nela habitam (Pallasmaa, 2019).

Esta ideia de lugar onde nos sentimos refugiados e protegidos, quase de abrigo, sempre existiu, desde os tempos mais remotos. Surge associada, a um conceito que é fundamental para a disciplina da arquitetura que é o **arquétipo**¹⁶, neste caso ligado à habitação. Este conceito não só influencia e manipula a ideia que temos de habitação, mas também, a maneira como vivemos e pensamos o espaço (Rodrigues, 2013). O arquétipo é um conjunto de imagens primordiais que estão presentes no **imaginário do inconsciente coletivo**¹⁷. A casa “passa a ser uma espécie de templo: o da representação, uma memória da primeira domesticidade, o habitante torna-se ator de um drama cujo tema já foi estabelecido pela tradição” (Netto, 1997).

A casa tem a sua mente e alma, além das suas qualidades formais (Pallasmaa, 2019), suporta o mundo pessoal, é a **reunião de experiências e memórias** que no espaço e naquilo que o

¹⁶ Arquétipo é um conceito que representa o primeiro modelo de algo ou antigas impressões sobre algo. O conceito foi criado pelo suíço Carl Gustav Jung e representa um conjunto de imagens primordiais que dão sentido às histórias passadas entre gerações, formando o conhecimento e o imaginário do inconsciente coletivo. Disponível a partir de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquétipo>

¹⁷ Imaginário coletivo é um conjunto de símbolos, conceitos, memória e imaginação de um grupo de indivíduos pertencentes a uma comunidade específica. A sensibilização dessas pessoas em relação a esses símbolos compartilhados, reforçam o sentido de comunidade. Disponível a partir de https://pt.wikipedia.org/wiki/Imaginário_coletivo

preenche, juntamente com o nosso ser, vai construir uma identidade, mesmo quando temos hábitos e culturas diferentes, a casa acaba por ser o espelho do habitante. A habitação tem no entanto, uma **imagem comum** que a identifica como arquétipo. Esta imagem é constituída por um paralelepípedo com um telhado inclinado de duas águas, com uma lareira a deitar fumo, uma porta e uma janela. Está presente no nosso imaginário, desde que somos crianças e foi fundamental para a história da arquitetura e para a sua evolução. Por essa razão é motivo de reflexão para vários autores (Rodrigues, 2013). “Da mesma maneira que o arquétipo não faz arquitetura, não é a imagem da casa que faz a arquitetura e não é a imagem da casa que faz do edifício uma casa” (Rodrigues, 2013, p.90).

As **casas da nossa memória** e também da nossa imaginação, acabam por estruturar as nossas experiências (Pallasmaa, 2019). Muitas vezes vamos buscar a experiência de habitar e a origem da casa à história e até à nossa infância. Por exemplo, ao brincar com casas de bonecas, aprendemos como é o espaço doméstico, a relação dos vários espaços da casa e ainda os objetos que a caracterizam. Desde crianças que sentimos a verdadeira essência do habitar (Monteys & Fuertes, 2017).



Fig. 3.1 – Cabana primitiva no Essai sur l'architecture de Marc-Antoine Laugier (Gravura de Charles Eisen, 1755)

O conceito “Habitar” é um tema que tem sido muito debatido e estudado ao longo de vários anos na disciplina de teoria da arquitetura. Segundo Vitruvius, referido por Gonçalves (2017), a casa está associada a **uma cabana primitiva** (figura 3.1) que protege o fogo e é essa a verdadeira essência da arquitetura, no entanto são os habitantes que lhe dão vida e significado. Vitruvius foi dos primeiros arquitetos a procurar a verdadeira essência da casa e para ele a cabana e o **fogo** são inseparáveis, e esta análise foi um importante contributo para a teoria da arquitetura. Apesar de os tempos terem mudado a cozinha e a lareira ainda representam o ato de domesticar o fogo e demonstram como convertê-lo em energia para cozinhar ou apenas servir de fonte de calor (Monteys & Fuertes, 2017).

Para Joaquín Arnau (2000), habitar é muito mais complexo do que o ato de comer, dormir, conviver, trabalhar, tratar da higiene, etc. Esta é a parte superficial do habitar. Habitar significa apropriarmo-nos do nosso espaço e reunir as condições ideais para simplesmente **estar e sermos nós próprios**, o objetivo é dar vida ao espaço e expressarmos nele a nossa identidade.

Nos espaços domésticos o que importa não são os **elementos** que a constituem, mas a maneira como a vivenciamos e como agimos perante esses elementos. Numa casa o que interessa é o ato de entrar e não propriamente a porta, assim como o ato de ver o mundo através de uma janela que nos permite sonhar e não tanto o próprio elemento.

Apesar de ter sido referido no capítulo anterior que devem ser exploradas novas formas de conceber habitações, com características de adaptabilidade, flexibilidade e mutabilidade, as casas contemporâneas tradicionais e convencionais geralmente dividem-se em três zonas: a **zona de circulação**, composta pelo átrio de entrada, pelo corredor e pelos acessos verticais; a **zona privada** que é servida pela zona de circulação, que engloba as zonas de sono, higiene e trabalho, ou seja, o quarto, a casa de banho e o escritório; e a **zona comum**, constituída pelas zonas de refeição, repouso e convívio, isto é, pela sala de estar e/ou jantar e a cozinha, a zona comum está à disposição de todos (Ranieri, 1994).

A **zona de refeições** tem como espaço principal a sala de estar, que atualmente é a maior divisão e onde se realizam a maior parte das refeições e ainda serve como espaço de repouso e convívio. De seguida, destaca-se a importância da cozinha, que por vezes para além de ser um espaço de confeção, também é utilizado como espaço de refeições. Atualmente a sala de jantar já não é usual, porque tornou-se um espaço dispensável. A **zona de sono** é uma das zonas mais importantes da casa pois é um espaço de repouso, que deve ser a zona mais calma da casa, para facilitar e permitir o descanso da intensidade da vida moderna e do seu ritmo excessivo. É fundamental o isolamento do quarto e a sua posição na casa relativamente às zonas mais comuns (Ranieri, 1994).

A **zona de higiene** é uma zona mais funcional, onde tudo é pensado para ser mais rápido e agradável. Geralmente existe uma zona de higiene mais privada junto dos quartos e outra mais comum para servir o resto da casa. A **zona de trabalho** varia muito, depende da idade dos habitantes e da forma de trabalhar de cada um, porque a forma de trabalhar/estudar de uma criança é muito diferente da de um adolescente ou adulto, pois as necessidades são diferentes. Enquanto uma criança facilmente se apropria da mesa de jantar para as suas tarefas, o adulto necessita de um espaço calmo, que facilite a concentração, logo mais isolado e silencioso (Ranieri, 1994).

Num mesmo edifício temos, por vezes, diversos **apartamentos iguais** em termos arquitetónicos. No entanto, é interessante perceber que a **apropriação** por parte dos seus habitantes é muito **distinta**, como se pode observar na figura 3.2, e são esses aspetos que realmente tornam as casas diferentes. Cada apropriação modifica o espaço de uma maneira diferente e consequentemente a perceção que temos do espaço também se torna distinta. Com esta adaptação por parte dos usuários percebemos **de que forma é que eles vivem** e de que forma interagem com os vários elementos arquitetónicos (Monteys & Fuertes, 2017).

As imagens (figura 3.2) apresentadas de forma isolada apenas demonstram o interior de uma casa sem qualquer contexto, no entanto, se as virmos no seu conjunto, demonstram que a

arquitetura é muito mais profunda do que parece, porque representa o **cenário de vida** das pessoas (Monteys & Fuertes, 2017). A casa transmite-nos a ideia de proteção e de um lugar onde podemos descansar, sonhar, fazendo a relação entre a vida íntima e a vida pública (Pallasmaa, 2019).



Fig. 3.2 – Vários apartamentos do Edifício Mitre em Barcelona (Fotografia de Corsini, in “Casa Collage”, 1959, p.27)

Os termos habitação e cidade sempre estiveram ligados, porque as habitações desde sempre ocuparam a maior parte da área urbana. As casas são fundamentais numa **cidade**, porque são elas que nos trazem a **privacidade**, o conforto e a segurança. A casa é o principal elemento na construção da cidade (Gonçalves, 2017).

Os espaços domésticos são constituídos por um conjunto de espaços, que estão estabelecidos pela sociedade como **espaços fundamentais** para todas as casas e para todos os habitantes. Estes são: sala (estar e/ou jantar), cozinha, quarto(s), casa(s) de banho, escritório, entre outros. A verdade é que nos habituámos tanto a estes espaços, que **nem questionamos a sua utilidade ou as nossas necessidades**. O que realmente é fundamental numa casa é que esta seja um lugar de abrigo e que nos transmita conforto e segurança, mas que também permita realizar tarefas como dormir, comer, estar, trabalhar, e higiene. No entanto, devíamos questionar a razão pela qual cada tarefa tem de ter um espaço específico e a razão de ter de ser algo universal para todos. Temos estas divisões tão enraizadas em nós, que nem sabemos as nossas verdadeiras necessidades ou de que espaços precisamos. A **questão da habitação** tem de ser **repensada pelos arquitetos**, mas também pelos **habitantes**. Primeiro os usuários têm de saber o que precisam para o arquiteto, poder responder a essas necessidades.

As **formas de habitar** têm vindo a mudar e a arquitetura não tem acompanhado essa evolução, havendo muitas vezes um certo **desajuste** entre os espaços da casa e os usos que praticamos neles. Esta questão coloca todo o **habitar contemporâneo** em causa e o próprio modelo de habitação e todas as divisões que a compõem. Cada vez há mais diversidade a todos

os níveis, nomeadamente nas cidades, nos estilos de vida e nas pessoas. Porque não criar **várias soluções habitacionais** para permitir diferentes modos de habitar para os diversos estilos de vida?

Como definir a ideia de habitar contemporânea? Essa ideia é esboçada pela caracterização de determinados conceitos, aferida à realidade atual: a privacidade, o conforto, a memória, o significado, o uso, a identidade. Uma questão importante é que, acima de tudo, a ideia de habitar contemporânea já não está dirigida ao “conceito de família”, mas a várias concepções de Habitante: a maneira como cada indivíduo utiliza a casa.

(Lameira, 2006, p.23)

A arquitetura contemporânea destinada à habitação tem de ser marcada pela **diversidade**, tem de deixar de ser algo estático, para ser um campo de experimentações. A arquitetura é a organização do espaço do habitar humano e é uma mediação entre espaço e uso. O conceito de habitar deve ser repensado para responder às **necessidades atuais, reais e mutáveis** dos habitantes. É necessário que arquitetura se reinvente para acompanhar a velocidade alucinante e complexa da evolução. Mas o aspeto mais importante a reinventar não é a questão formal, mas sim a **questão funcional e organizacional**, porque esse é o aspeto mais desatualizado, o que leva a que os modelos de habitação contemporâneos sejam colocados em causa (Lameiras, 2006).

Atualmente, não podemos continuar a conceber espaços com apenas um uso. As **casas** têm de ser mais **ambíguas e polivalentes**, em que cada divisão tem uma variedade de possíveis usos por parte de cada habitante, não só no presente, como no **futuro**, acabando com os espaços com usos específicos (Lameiras, 2006). A arquitetura não pode ser pensada para hoje, tem de ser pensada para amanhã. Não se pretende que os arquitetos inventem um novo modo de habitar e uma organização espacial para cada habitante, o que é importante é **reinventar os espaços tradicionais** a que estamos habituados, mais de acordo com a arquitetura contemporânea, para que se adequem melhor à vida atual.

3.2. EVOLUÇÃO DA HABITAÇÃO

Segundo o arquiteto Juhani Pallasmaa (2019), atualmente a essência da arquitetura está a ser colocada em causa devido à funcionalidade e simultaneamente à estética. Vivemos num **mundo muito materialista** e o nosso sentido de tempo tem-se vindo a alterar imenso pois cada vez vivemos mais nervosos e apressados. O **tempo perdeu importância** e o indivíduo contemporâneo começou a dar prioridade ao espaço e à forma. Os edifícios passam quase a ser esculturas, com o fim de chamar a atenção e serem cativantes ao primeiro olhar, semelhante a uma **sedução instantânea**. No entanto, são desprovidas de vida e da verdadeira essência da arquitetura (Pallasmaa, 2019).

As casas e as **cidades** contemporâneas não contêm segredos. A sua essência e conteúdo são captados de forma quase imediata. Comparemos, por exemplo, os segredos de uma antiga cidade ou de uma casa velha, que estimulam a imaginação e contam histórias, com o vazio transparente das cidades e casas contemporâneas. Existe na contemporaneidade uma obsessão pelo novo e um **desinteresse pelo tradicional**. A verdade é que este negar da tradição veio tirar esta imagem da casa onírica (arquétipo) das nossas almas. As casas contemporâneas satisfazem grande parte das nossas necessidades físicas. No entanto, têm algumas deficiências quanto às necessidades

psicológicas, no que diz respeito ao nível da personalidade, da segurança, entre outros (Pallasmaa, 2019).

Há três elementos na casa que evoluíram muito com o tempo e quase perderam a sua essência. Esses elementos são a porta, a janela e a lareira. Isto aconteceu porque a arquitetura moderna tentou evitar brutalmente a imagem da casa tradicional (arquétipo).

A porta e a janela são elementos distintos, com funções também elas distintas. Porém, nas casas modernas estes são muito semelhantes, ambos os elementos foram convertidos em **paredes de vidro**, como podemos ver, por exemplo, na Casa Farnsworth de Mies van der Rohe (figura 3.3), onde não existe quase distinção entre porta e janela. Com a evolução que houve na arquitetura, a proteção da **porta maciça** que oculta o mundo exterior e nos acolhe no nosso mundo interior, foi substituída por **portas transparentes** que nos deixam demasiado expostos. A magia e os sonhos que víamos através das **janelas pequenas e pontuais**, como podemos ver na fantástica pintura de Gustave Caillebotte (figura 3.4) foram substituídas por **grandes janelas**, não existindo separação entre o espaço exterior e interior. Nas casas modernas tudo parece estar visível, não existem surpresas (Pallasmaa, 2019).



Fig. 3.3 – Vista exterior da Casa Farnsworth de Mies van der Rohe, 1951 (Fotografia de autor desconhecido, s.d.)



Fig. 3.4 – Homem jovem à janela (Pintura de Gustave Caillebotte, 1875)

Também a **lareira** perdeu a sua essência, porque passou de uma **fonte de calor e abrigo**, que era o **coração do lar**, com um papel muito importante nas várias tarefas e para a reunião da família, que quase marcava o ritmo do dia. Para passar a ser **algo estético** e quase **decorativo**, como um quadro. A lareira dos tempos antigos agora é substituída pela televisão. Esta mudança revela as transformações que ocorreram na maneira de vivenciar e habitar os espaços (Pallasmaa, 2019).

Até ao século XVII a lareira era o elemento principal da **sala**. Depois, com a invenção da luz elétrica, a sala teve de se reinventar. Os habitantes já não precisavam de acender a lareira, agora podiam usufruir deste espaço a toda a hora e realizar as mais variadas tarefas nesta divisão. Porém, desde o antigo Egipto que as salas de refeições tinham uma grande importância e estas é que eram as verdadeiras salas de convívio, onde se recebiam os convidados. Foi depois da Revolução Francesa, que os apartamentos franceses foram divididos em compartimentos menores, surgindo num desses espaços a sala de jantar com uma mesa e cadeiras em seu redor,

esta divisão mais tarde acabou por se tornar universal e comum até há poucos anos (Ferreira, 2021).

Os **quartos**, desde a Roma antiga até ao século XIX, eram espaços partilhados, não existindo qualquer privacidade ou intimidade como existe nos dias de hoje. Os dormitórios apenas eram divididos com cortinas ou outros elementos. Muitas vezes a cama era um espaço onde se tratava de coisas e onde se recebiam as pessoas. Atualmente a ideia de quarto foi bastante alterada, pois tornou-se num espaço íntimo, calmo e que nos proporciona vivências e emoções muito diferentes dos dormitórios antigos. Os quartos têm vindo cada vez mais a diminuir de área, sobretudo porque este espaço atualmente na maioria dos casos é apenas para descanso e repouso, e dado que passamos pouco tempo em casa este espaço necessita de pouca área (Ferreira, 2021).

A **casa de banho** foi dos espaços da casa que mais transformações sofreu. Desde tempos remotos que existe a necessidade de um espaço de higiene, inicialmente era coletivo, ou seja, público, posteriormente é que este se tornou um espaço privado. Mais tarde a casa de banho foi inserida na casa. Porém, até meados do século XIX esta não tinha um lugar destinado somente a esse uso, a higiene era feita através de bacias que podiam ser transportadas para qualquer lugar da habitação, geralmente o lugar mais comum era a cozinha. No final do século XIX, surgem as canalizações e as louças (sanitas, lavatórios e banheiras). As louças começaram a ser produzidas industrialmente e é então que a casa de banho tem direito a um espaço próprio dentro da casa (Ferreira, 2021).

A **cozinha** era o centro da vida doméstica e apesar da evolução da sociedade, dos modos de habitar e ainda da tecnologia, esta não mudou tanto como era de esperar. A evolução da tecnologia veio alterar bastante a configuração sobretudo das cozinhas em relação às outras divisões. Foram introduzidos vários equipamentos e eletrodomésticos que temos de ter atualmente para que esta funcione (Monteys & Fuertes, 2017).



Fig. 3.5 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: cozinha da Idade Média, cozinha do século XVIII, cozinha da Revolução Industrial, cozinha dos anos 20, cozinha dos anos 40 a 80, cozinha contemporânea do século XXI (Fotografias de autores desconhecidos, 2016)

O primeiro passo para aproximar a cozinha do resto da habitação, foi trazer o fogo para dentro dela, nas salas. Esses espaços começaram a ganhar armários e dispensas, isto só foi possível na **Idade Média** com a invenção das chaminés na Europa (Moyo, 2016).

No século XVIII, houve uma grande mudança nas cozinhas devido à invenção do fogão de ferro fundido. Contudo, nessa altura a cozinha era apenas usada por criados. Daí as cozinhas serem em lugares escuros e longe das divisões principais da casa. Mais tarde com a **Revolução Industrial**, além de todas as alterações que ocorreram neste período, também a cozinha foi reflexo disso, com a invenção do fogão a gás, com a fabricação em massa e a preços muito reduzidos acessíveis a quase todos (Moyo, 2016).

Na década de **1920**, a cozinha sofreu grandes alterações, tornando-se muito prática, eficiente e com um design compacto, tudo pensada para economizar tempo. O contrário aconteceu nas décadas seguintes entre os anos **40 e 80**, onde a função foi substituída pela estética, onde o objetivo era que a cozinha se tornasse num ícone de design de interiores. **Hoje**, as cozinhas são também espaços de convívio, onde é privilegiado a estética, mas também a função. Toda esta evolução pode ser expressa através de imagens (figura 3.5)¹⁸ (Moyo, 2016)

Independente das mudanças a que as cozinhas foram sujeitas ao longo destes anos, a sua essência ainda permanece, mesmo passando pouco tempo em casa e conseqüentemente na cozinha e da facilidade em comer fora, mandar vir comida ou consumir comida congelada, parece que o **ato de cozinhar** em casa é algo que permanecerá para sempre e este é um espaço fundamental nas casas (Monteys & Fuertes, 2017).

3.3. EVOLUÇÃO DOS MODOS DE HABITAR

Comparando as casas modernas do século XX e XXI com as habitações típicas da Baixa Pombalina do século XVIII (figura 3.6), verificamos que ambas são habitações com as suas diferenças e semelhanças. Todavia, expressam a **maneira de habitar da sua época**. Podemos perceber que, desde o século XVIII até ao século XX, houve uma grande **evolução na maneira de habitar** e de viver os espaços. Estas mudanças na arquitetura que vão ocorrendo sistematicamente estão sempre relacionadas com as mudanças na sociedade, porque as necessidades, as expectativas, os desejos e as rotinas/hábitos, vão sempre mudando e a arquitetura tem de se adaptar e tentar corresponder a elas. Neste sentido a **arquitetura espelha a sociedade** e evolui com ela.

As **casas pombalinas** são adequadas às necessidades do seu tempo e mesmo ao tempo atual. A compartimentação da casa é muito bem pensada, havendo vários compartimentos polivalentes, os quais podiam ser adaptados às necessidades reais dos habitantes. O que acontece nas **casas atuais** é que todos os habitantes vivem da mesma maneira, têm as mesmas necessidades de divisões, resultando numa standardização das habitações.

A evolução da **tecnologia** e dos **materiais** está diretamente relacionada com a evolução da arquitetura. A necessidade de mais equipamentos, leva a que tenhamos de alterar a configuração das nossas casas e a forma de habitar, de modo a integrar esses **equipamentos** no nosso dia-a-dia. O facto de existirem mais materiais, resulta numa maior **variedade de soluções** e

¹⁸ Esta informação assim como a do parágrafo anterior foi com base no artigo “A Evolução do Design da Cozinha” de 2016, que podemos encontrar no site Moyo. Disponível a partir de <https://www.moyo.pt/blog-de-design-e-decoracao-de-interiores/a-evolucao-do-design-de-cozinha>.

acabamentos. Esta evolução ao nível dos materiais veio alterar a maneira como se constroem as habitações e consequentemente a maneira como vivemos nelas.



Fig. 3.6 – Interior de uma casa pombalina (à esquerda) e interior de uma casa contemporânea (à direita) (Fotografia de autores desconhecidos, 2022 e 2018)

Ao longo dos tempos, a vida começou a ficar mais apressada e os habitantes começaram a passar **menos tempo** em suas casas, o que tornou desnecessário ter casas com grandes áreas. No entanto, o que aconteceu foi exatamente o oposto. Cada vez mais, as pessoas acham que precisam de mais espaço (ilusão de necessidade).

Para perceber a evolução dos modos de habitar e dos modos de vida é preciso primeiro perceber as **transformações demográficas**, sociais e as alterações no próprio ciclo familiar, para uma melhor definição do programa habitacional (Pedro & Filho, 2012).

Mas o que veio alterar os modos de habitar?

Vários fatores levaram a que os modos de habitar e as habitações se tenham vindo a modificar, tais como a **Revolução Industrial** e as **Guerras Mundiais**. Ambas tentaram criar soluções habitacionais rápidas e em grande quantidade. Por outro lado, a evolução da tecnologia, o surgimento do teletrabalho (que veio unir o espaço de trabalho com o doméstico, algo rigidamente separado antes), entre outros, também geraram mudanças.

Ao **nível social**, verificamos a progressiva **emancipação feminina** (entrada da mulher para o mercado de trabalho e novo papel da mulher na estrutura da família), a diminuição do número de filhos por casal¹⁹ que resulta na redução do agregado familiar. O **aumento da esperança média de vida**, que leva a um grande aumento do número de idosos ativos (envelhecimento da população) na sociedade que muitas vezes até são viúvos. O **aumento de grupos atípicos**, como famílias monoparentais, solteiros ou pessoas simplesmente a viver sozinhas, estudantes, emigrantes, surgimento de **arranjos familiares com diversas configurações**, **emergentes estilos de vida** e novas formas de união, criam novas e diferentes necessidades (Pedro & Filho, 2012).

¹⁹ Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em 2021 era de 1.34 filhos por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), sendo que em 1950 era de 3.2 filhos e em 1980 era de 2.25 filhos, tem havido um grande decréscimo. Disponível a partir de <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+Índice+sintético+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reprodução-416>

Todos estes fatores provocaram mudanças nas habitações e na forma de pensar os espaços. Antigamente, as casas eram habitadas por **famílias tradicionais** e de alguma forma mais padronizadas. Atualmente, existe uma grande diversidade de habitantes, com idades muito diferentes, gostos e necessidades. Daí ser importante uma maior diversidade de habitações, para acompanharem esta evolução na sociedade e para que sejam amplamente qualificadas.

Antigamente, as **mulheres** ficavam em casa e dedicavam a sua vida ao lar e à família. Atualmente, no nosso país e noutros, as mulheres têm o seu trabalho, apostam na sua carreira e não passam o dia em casa como antes passavam, o que resulta numa diminuição considerável no tempo que estão a habitar as suas casas. Também os próprios **filhos** passam pouco tempo em casa, devido à excessiva carga horária escolar e ainda às atividades extracurriculares.

A maior parte das **famílias mudam ao longo do tempo** e as habitações não estão preparadas para mudar com elas. Nem se trata das novas formas de arranjos familiares ou famílias atípicas. Trata-se do que acontece na maioria das famílias, que é a sua evolução natural e inevitável. Esta evolução deve ser correspondida em termos arquitetónicos. O facto de as habitações não estarem preparadas para os diversos tipos de famílias e modos de habitar é verdadeiro problema. A **evolução natural da família**, sempre existiu e é uma questão para a qual ainda existem poucas soluções e repostas (Pedro & Filho, 2012).

Mas que mudanças familiares são estas?

Segundo João Branco Pedro e José Jorge Boueri Filho (2012)²⁰, nas famílias tradicionais assim como em algumas não tradicionais, primeiramente existe apenas um casal, depois a família evolui e sofre mudanças com a chegada do primeiro filho, podendo chegar ao segundo, terceiro, quarto filho, ou mais. Depois da família estar completa começa a segunda mudança, que é o inverso, com a saída dos filhos de casa para criarem as suas próprias famílias e nas suas próprias habitações, ficando o casal novamente sozinho. No ato de projeto, o arquiteto deve ter em conta, a **transformação do número de membros da família**, assim como as **necessidades específicas de cada membro**, que variam consoante a fase da vida em que estão.

Além desta evolução também temos de considerar a expectativa de vida do casal, que depois deste ficar sozinho, sem os filhos, também um membro do casal pode ficar a viver completamente sozinho, devido ao falecimento do outro membro ou da sua ida para um lar. Além disso, eventuais separações do casal e novas uniões, vão alterar o ciclo familiar e logo também vão alterar os modos de habitar (Pedro & Filho, 2012). **Será que as habitações portuguesas estão preparadas para estas transformações familiares recorrentes?**

Existem muitas famílias com poucas posses económicas e que não têm possibilidade de mudar de casa nas várias fases da sua vida familiar e acabam por permanecer na casa por muito tempo, tendo de se adaptar à sua habitação e não o contrário, que seria o mais correto. Tudo isto demonstra que devia dar-se mais importância ao estudo da relação entre o espaço da habitação

²⁰ Apesar dos autores mencionados, que são os coordenadores do livro “Qualidade espacial e funcional da habitação. Cadernos edifícios, Nº 7” as ideias utilizadas neste capítulo são retiradas do capítulo “Transição Demográfica e Ciclo familiar: Influências no projeto de apartamentos” que foi escrito por um dos coordenadores José Jorge Boueri Filho, mas também por Fabiano Borba Vianna.

e a **evolução do ciclo familiar**. Percebendo as várias alterações do ciclo familiar para projetar os espaços domésticos de forma correta, ao nível do seu dimensionamento, da sua organização espacial, entre outros, tudo para responder às transformações de cada etapa da vida familiar que estão em constante mutação (Pedro & Filho, 2012).

Deve-se considerar que as famílias mudam de tamanho, primeiro se expandindo e depois contraindo, com implicações importantes no projeto das habitações. Isso significa que as necessidades encontradas na casa são diferentes, de acordo com as mudanças no tamanho da família, as diferentes demandas em relação ao espaço útil e aos diferentes padrões de vida, sendo que esta flexibilidade é que permite o uso alternativo dos espaços.

(Kenchian, 2005, p.140)

Para resolver os problemas habitacionais existentes, deve-se ter em conta alguns aspetos sobretudo na fase de projeto, como ter maior número de **plantas-tipo** e dentro de cada planta possuir diferentes arranjos interiores. Aplicando algumas estratégias de **flexibilidade** (maior versatilidade no uso do espaço, alternativas de compartimentação e ter elementos construtivos favoráveis a transformações) e **adaptabilidade** em relação ao uso da habitação. Com a diversificação das famílias e os modos e estilos de vida contemporâneos, é necessário existirem mais plantas, com **programas variados** e módulos de tamanhos diferentes, de forma a corresponder à diversidade das famílias existentes (Pedro & Filho, 2012).

Um edifício que apresenta várias soluções, para responder a várias necessidades das famílias e da sua evolução é a **Unidade de Habitação de Marselha**, da autoria do arquiteto Le Corbusier. Esta é uma verdadeira cidade vertical que, além de habitação dispõe de muitos serviços e comércio, como cafetaria, posto de correios, cabeleireiro, lavandaria, pequeno hotel, creche, entre muitos outros espaços (Pedro & Filho, 2012).

Este projeto apresenta aspetos muito interessantes ao nível das **unidades habitacionais**, apresentando unidades com vários dimensionamentos e soluções para os diferentes tipos de famílias. Além disso, ainda apresenta estratégias de flexibilidade de forma a acompanhar as **transformações do ciclo familiar**. Apesar desta obra arquitetónica ser de meados do século XX, mais concretamente de 1952, encontra-se bastante atual quando comparada com edifícios coletivos contemporâneos (Pedro & Filho, 2012).



Fig. 3.7 – Apartamento da Unidade de Habitação de Marselha (Foto de Francisco Pereira, 2014)

Este projeto junta dois sistemas construtivos diferentes, que possibilitam que o edifício possua uma estrutura flexível. Os apartamentos possuem **elementos móveis** que facilmente são alterados e permitem unir, separar ou transformar divisões em função de novas necessidades que vão existindo. Além destes elementos móveis que conferem flexibilidade aos vários espaços também o duplo pé-direito (figura 3.7) permite maior liberdade para mudar e adaptar, conferindo aos espaços uma flexibilidade tridimensional, não só ao nível da planta (Pedro & Filho, 2012).

A **camada exterior** é composta por **betão armado**, muito usado na arquitetura do século XX, para formar as unidades habitacionais agregado à estrutura de betão, surge a **camada interior** constituída por **elementos leves** e pré-fabricados. Este sistema estrutural numa espécie de grelha modular, permite que o edifício tenha 337 unidades habitacionais de diversos tamanhos, com 23 arranjos de variadas plantas (figura 3.8) e possibilita desde famílias unipessoais até famílias com vários filhos (Pedro & Filho, 2012).

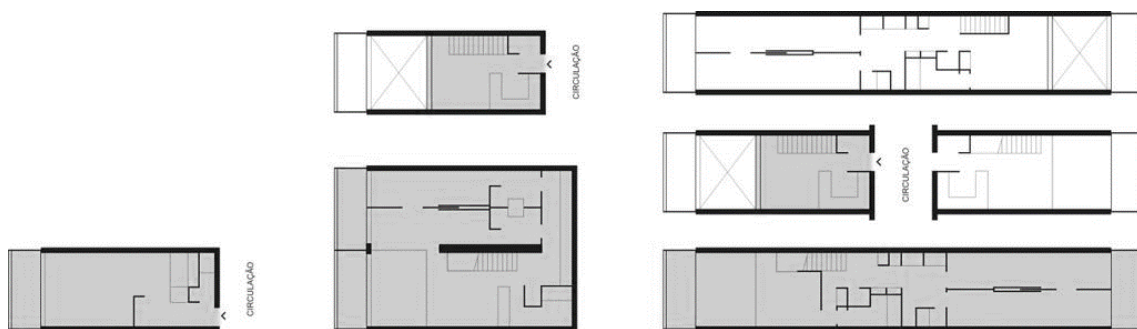


Fig. 3.8 - Três tipos de arranjos de plantas da Unidade de Habitação de Marselha, 1952 (Plantas de Pedro & Filho, 2012, p.47)

Cada pessoa devia ter as suas próprias necessidades e a sua casa ideal. Pois não existe “uma **casa ideal**”, mas sim a casa ideal de cada indivíduo, pois somos todos diferentes, temos experiências de vida diferentes e não temos todos as mesmas necessidades. Quem é que convencionou a forma de habitar ideal? Quais são as nossas reais necessidades e falsas necessidades?

3.4. NOVAS EXIGÊNCIAS HABITACIONAIS

As exigências habitacionais foram aumentando ao longo dos tempos e atualmente as habitações têm de respeitar certos **requisitos de segurança, salubridade e conforto**. As novas exigências por vezes podem condicionar e limitar os projetos de arquitetura, mas por outro lado vão aumentar a qualidade de vida dos seus habitantes.

No **século XVIII**, ainda não havia regulamentos rígidos que tinham de ser seguidos para melhorar a qualidade das habitações e conseqüentemente dos seus habitantes e as exigências habitacionais eram muito poucas quando comparadas com as atuais. No entanto, depois do terramoto e com a reconstrução da Baixa Pombalina houve a preocupação e a oportunidade de criar um novo tipo de arquitetura que buscou **combater os inconvenientes da cidade antiga** e melhorar as condições de segurança, salubridade e higiene (Mascarenhas, 2009).

No Plano da **Baixa Pombalina** foram aplicadas várias **medidas** para melhorar a qualidade das habitações, mas sempre numa tentativa de estender estas medidas para o nível urbano. Para melhorar as condições de **segurança**, foi criada uma estrutura de madeira capaz de resistir a

sismos e toda a estrutura e desenho do edifício respeita certas regras para impedir a propagação do fogo entre pisos do mesmo imóvel e para os edifícios adjacentes. Uma das muitas decisões que foram tomadas para melhorar a segurança dos edifícios, além da **gaiola pombalina** foi, por exemplo, envolver as escadas com paredes em alvenaria de pedra até ao primeiro piso. Também foram tomadas medidas ao nível da **salubridade e da higiene**, como por exemplo a criação de **esgotos**, para evitar a propagação de doenças (Mascarenhas, 2009).

Os edifícios pombalinos representam o **início das preocupações** com a segurança, salubridade e conforto nos edifícios de forma a garantir que os habitantes tenham uma boa qualidade de vida. Apesar dos edifícios pombalinos serem uma **inovação** para a altura e de se adequarem às comodidades da época, atualmente estamos perante novos padrões de vida, novas exigências e novos tempos e as necessidades do século XVIII/XIX são muito diferentes das do século XXI.

A **ideia de higiene** no período pombalino é muito distinta da ideia atual. Na altura bastava uma pia de despejo (figura 3.9) e um sistema de esgotos simples chegava para cumprir as exigências ao nível da higiene. Atualmente, necessitamos de **instalações sanitárias** com certos equipamentos e áreas que permitam executar as várias tarefas ligadas à higiene, daí os ocupantes da Baixa fecharem muitas vezes as varandas das traseiras para esse efeito, construindo umas instalações sanitárias improvisadas (figura 3.9).

Além dos edifícios pombalinos carecerem de instalações sanitárias, também a falta de **infraestruturas** ou o facto de estarem antiquadas é uma preocupação, sobretudo por razões de segurança (Santos, 2005). A configuração da **cozinha** também sofreu muitas alterações e atualmente precisa de estar preparada para instalar os vários equipamentos que são necessários para as várias tarefas da cozinha. Em relação aos **quartos**, estes são por vezes interiores (figura 3.9), não possuindo luz natural nem ventilação, o que hoje seria impossível perante a regulamentação. No que diz respeito aos **acessos** dos apartamentos, para estes serem acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada deveriam possuir um elevador. Naturalmente estes edifícios têm de sofrer algumas alterações para se adequarem às novas formas de vida e de habitar.



Fig. 3.9 – Pia de despejo (à esquerda), instalações sanitárias improvisadas no logradouro (ao centro) e quarto interior (à direita), Edifício na Rua das Pedras Negras (Fotografias da autora, 2022)

Atualmente existem exigências regulamentares além das exigências dos próprios habitantes, das suas necessidades e expectativas. As exigências de espaço são definidas pelo **RGEU** (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) que foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 38 382, de 7 de agosto de 1951, tendo sido atualizado em **1975**. O RGEU “define exigências gerais relativas à construção, saúde, segurança e estética das edificações urbanas” (Pedro, 2020b, p.950). Estas exigências surgiram para garantir as condições mínimas de habitabilidade e são de **cumprimento obrigatório** (Pedro & Filho, 2012).

A habitação é o nosso refúgio e principal espaço de vida e por isso deve proporcionar condições de higiene, conforto e segurança. **As exigências espaciais** determinam que as habitações devem ter espaços com certas dimensões e equipamentos que permitam desempenhar as várias funções domésticas, além de acessos adequados às diferentes divisões. Estas exigências mudam de país para país, mas em Portugal as exigências espaciais que estão presentes no regulamento, estabelecem as **condições mínimas** relativamente (Pedro & Filho, 2012):

- **Área bruta da habitação** (superfície total do fogo, esta é medida pelo exterior das paredes);
- **Área útil da habitação** (superfície que resulta da soma de todos os compartimentos da habitação):
 - A área da habitação é muito importante porque vai influenciar a vida dos seus moradores. Por vezes áreas pequenas podem trazer complicações patológicas, quando por exemplo a área útil está abaixo dos 8m² por habitante. Porém, se for abaixo de 14 m² a experiência ainda é negativa. No entanto, acima de 20 m² a vivência já se torna positiva;
 - A área útil mínima dos compartimentos que são habitados é definida no RGEU. As exigências de área são estabelecidas consoante a tipologia associada (ou o número de quartos) e a cada tipologia está associada uma lotação máxima, como por exemplo, um T2 tem uma lotação máxima de 4 moradores e um T4 de 7 moradores;
- **Equipamento sanitário:**
 - A área útil mínima das instalações sanitárias também é definida no RGEU.
 - Artigo 84.º - “Em cada habitação, as instalações sanitárias serão quantitativamente proporcionadas ao número de compartimentos e terão, como mínimo, uma instalação com lavatório, banheira, uma bacia de retrete e um bidé” (RGEU, 1975);
- **Compartimentos:** Área, dimensão, pé-direito, organização espacial e relação entre as divisões:
 - O pé-direito livre deverá ser pelo mínimo 2,40 m (altura mínima de piso a piso é de 2,70 m), no caso de corredores, despensas e instalações sanitárias o pé-direito poderá ser mais reduzido, podendo no mínimo chegar a 2,20m;
 - É importante perceber a relação entre o espaço, os equipamentos e o habitante, incluindo os acessos, as circulações e ainda o espaço para aceder às peças de mobiliário e equipamentos (figura 3.10 e ver anexo 4);

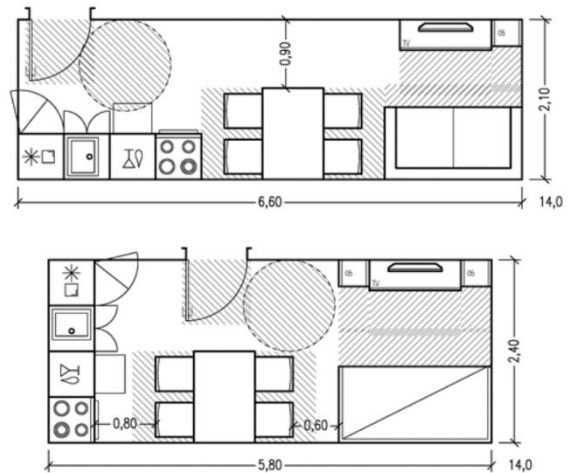


Fig. 3.10 – Modelos de salas, relação entre área, acessos e equipamentos/mobiliário (Plantas de João Branco Pedro, 2020a, p.957)

- **Acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada (NTA):**
 - As divisões das habitações devem possuir **formas** e ter **dimensões** que permitam equipar os vários espaços de acordo com as necessidades dos habitantes. Também as pessoas com **mobilidade condicionada** devem conseguir circular pela habitação sem ser preciso fazer alterações, pelo menos os espaços mais públicos (entrada, sala, cozinha e instalação sanitária) devem estar acessíveis e adequados para receber todo o tipo de visitas (Pedro & Filho, 2012).

Este último ponto não consta no RGEU, mas é complementar e também é de cumprimento obrigatório, pois está previsto nas **Normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada**, que entrou em vigor em 2006. O objetivo é que as habitações possam ser visitadas ou habitadas por pessoas com mobilidade condicionada (Pedro & Filho, 2012).

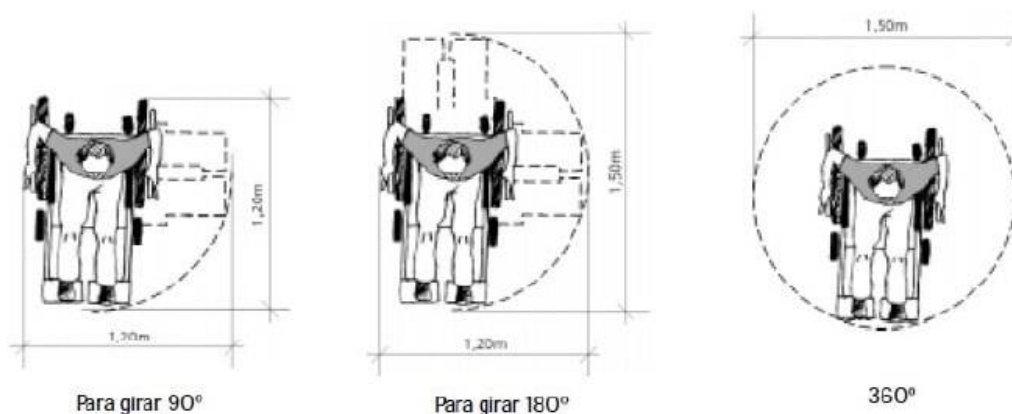


Fig. 3.11 - Áreas mínimas para manobras de cadeiras de rodas (Desenho de autor desconhecido, s.d.)

No que diz respeito a **novas habitações**, onde sejam realizadas obras de construção, ampliação ou alteração é necessário que as normas do RGEU e das NTA sejam cumpridas. Em relação a **habitações existentes** onde apenas se façam obras de conservação, alteração ou ampliação, apenas é preciso que essas obras estejam em conformidade com as normas em vigor.

A maior parte das novas habitações **cumpr**e as exigências de espaço e ainda melhor do que os mínimos definidos no Regulamento (Pedro & Filho, 2012). Além dos requisitos de acessibilidade também é importante referir as preocupações ao nível dos incêndios, segundo a legislação de SCIE (Segurança Contra Incêndio em Edifícios) que garante a segurança do edifício em caso de incêndio.

As habitações devem conter todos os **espaços necessários** para desenvolver as várias funções domésticas e do quotidiano. Geralmente as funções são: preparação de refeições, estar e reunir, tratamento da roupa, dormir/descansar, diversão/trabalho/estudo, higiene pessoal, circulação e arrumação. Que devem corresponder às nossas **necessidades humanas básicas** como conviver (receber visitas, ver televisão...), manter a casa (limpeza...), cuidar do corpo (repouso, higiene...) e da mente (estudar, ler, brincar...) e ainda armazenar (objetos pessoais, comida...) (Pedro & Filho, 2012).

No princípio do século XXI, aumentou a **consciência ambiental** e o reconhecimento da responsabilidade da arquitetura perante os recursos naturais do nosso planeta. Na arquitetura surgiu a preocupação de criar **edifícios mais sustentáveis** e que criem menos impacto para os ecos sistemas. No entanto, por vezes a questão económica prevalece e foi isso que aconteceu muito no século passado. As habitações têm pouca qualidade técnica, funcional e ambiental e são muitas vezes descontextualizadas para os locais onde se encontram implantadas. Isto resulta em edifícios que não funcionam de forma satisfatória e que não dão qualidade de vida aos seus habitantes. Além de falharem arquitetonicamente também apresentam um **grande impacto no meio ambiente** (Pedro & Filho, 2012).

O RGEU tem sido um regulamento de extrema importância para garantir a qualidade das habitações. Contudo, em edifícios já existentes é muitas vezes difícil cumprir alguns requisitos, sobretudo relativamente à questão dimensional dos compartimentos. Para combater essas dificuldades foi publicada a **Portaria nº304/2019** e esta prevalece sobre o RGEU (ver anexo 2 e 3). Esta Portaria define os requisitos funcionais mínimos da habitação, ao nível das áreas, dimensões de compartimentos e equipamentos. Esta Portaria é uma adaptação do RGEU para aplicar em obras de edifícios existentes, ou seja na sua **reabilitação**, com normas menos rígidas e portanto mais flexíveis (Pedro, 2020b).

No caso de obras de reabilitação os **requisitos são inferiores** ao RGEU, pois são permitidas áreas e dimensões inferiores. Porém, garantem as condições mínimas e o **nível básico de segurança e salubridade**. Alguns requisitos também são dispensados porque os edifícios existentes têm certas especificidades que os novos não apresentam (Pedro, 2020b). A Portaria complementa o RGEU em algumas situações particulares. Atualizando alguns requisitos do RGEU que já se encontram antiquados perante os novos modos de vida e de habitar. Esta Portaria ajuda não só à preservação do património como também à sua valorização e ainda melhora as condições de habitabilidade dos seus ocupantes (Pedro, 2020a).

Relativamente aos edifícios pombalinos da Baixa de Lisboa, estes são **edifícios incluídos num conjunto classificado** e por essa razão tem de haver um cuidado especial na sua adaptação e na sua reabilitação. O objetivo é intervir o mínimo possível de forma a respeitar a autenticidade histórica e material. O critério de preservação prevalece sobre as tomadas de decisões, para cumprir os códigos éticos e deontológicos de conservação e restauro.

No século XX, assistimos a uma construção massiva de habitações novas. Felizmente, temos vindo a assistir a uma mudança de rumo ao nível das exigências habitacionais, de uma forma mais **quantitativa** para uma perspetiva mais **qualitativa**. É preciso que as habitações durem mais tempo e para isso é necessário aumentar o seu ciclo de vida.

Atualmente tem crescido a preocupação com o nível de **conforto das habitações**: conforto térmico, acústico e lumínico. E a legislação mais recente contempla todas estas questões ao nível da qualidade do ambiente interior. As novas exigências têm em conta questões de ordem funcional, ambiental, cultural, paisagística, entre outras. Sem dúvida que os regulamentos foram muito benéficos para a garantir a qualidade das habitações. Contudo, o RGEU deveria ser de **novo atualizado** e adequado às novas realidades, porque desde 1975 muita coisa se alterou.

CAPÍTULO 4. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

4.1. LISBOA ANTES DO TERRAMOTO DE 1755

Antes do terramoto de 1755, a cidade era composta por bairros com uma arquitetura pobre em torno de igrejas e de palácios da nobreza, sendo que esta cidade nunca teve projetos ou reformas urbanísticas (França, 1989). A **malha da cidade** era apertada e irregular (figura 4.1), assim como as ruas e os becos que também eram estreitos, **semelhante às zonas antigas** de Alfama e do Castelo (Santos, 2005). A cidade crescera de forma caótica e desorganizada e tinha problemas de circulação, higiene e sobretudo de segurança (Mascarenhas, 2009).



Fig. 4.1 – Planta de Lisboa antes do terramoto (Gravura de João Nunes Tinoco, 1650, Museu de Lisboa)

Foram vários os povos que vieram ocupar esta zona sucessivamente, devido às excelentes condições que este lugar oferecia (Mascarenhas, 2009). Segundo Maria Helena Ribeiro dos Santos (2005), na **pré-história**, o vale onde se encontra a Baixa terá sido um esteiro do Tejo e a ocupação dos habitantes era feita na colina do Castelo de S. Jorge, pelo seu carácter quase de defesa natural. O primeiro povo a estabelecer-se nesta área foram os **fenícios**, por volta de 1200 a.c. (Mascarenhas, 2009).

Posteriormente, durante a **ocupação romana**, entre 100 e 40 a.c., o vale já apresentava dimensões mais reduzidas e a sua ocupação já não era estritamente na colina, mas também se estendera até ao rio e a oeste do vale (Santos, 2005). Esta civilização deixou um conjunto de vestígios (termas, templos, teatros, um circo, uma necrópole, entre outros) que demonstram a importância que a cidade teve em termos económicos e culturais. Após a queda do império romano, a cidade foi ocupada por vários povos, tais como os vândalos, visigodos, entre outros (Mascarenhas, 2009).

No período da presença **muçulmana**, Lisboa foi fortificada com novas muralhas, que circundavam cerca de 16 hectares (Silva, 1939), a chamada Cerca Moura²¹ ou Velha, onde foram feitos um palácio e uma mesquita. Porém, após a **conquista cristã**, os muçulmanos que restaram tiveram de deixar o núcleo muralhado e procurar um novo lugar ou bairro fora do recinto muralhado, o qual hoje conhecemos como Mouraria (Santos, 2005), caracterizada por ser uma área localizada na encosta norte, ingreme e com pouco sol. Também os **judeus** criaram os seus próprios bairros (Judarias). O que ficou mais conhecido foi Alfama que era uma pequena Judaria²² (Santos, 2005).

Em 1147, teve início a **ocupação cristã** da cidade, devido à tomada aos mouros por D. Afonso Henriques. O primeiro rei a residir na cidade foi D. Afonso III, em 1255. Nessa altura a cidade teve um grande crescimento e desenvolvimento, sobretudo ao nível do comércio. A cidade de Lisboa desde sempre sofreu **sucessivos terremotos** (ver anexo 5), como é perceptível na figura 4.2, e em 1356 a cidade assistiu a um violento terremoto e em 1373 houve uma guerra entre Portugal e Espanha, tendo ambos os acontecimentos provocado grandes danos na cidade (Mascarenhas, 2009).

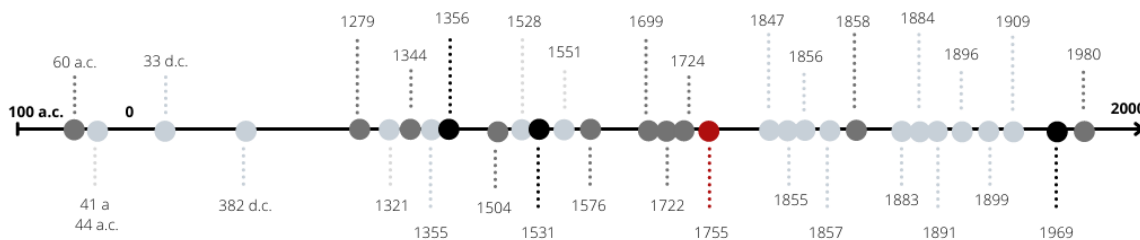


Fig. 4.2 – Registos dos sismos ocorridos em Lisboa (Adaptado de Mascarenhas, 2009, p. 25)

Legenda: A cinzento-claro estão representados os sismos com pouco impacto, a cinzento-escuro os sismos com médio impacto, a preto os sismos mais violentos e mais relevantes e a vermelho o maior sismo de sempre.

Em 1373, surgiu a **Cerca Fernandina**, mandada contruir pelo rei D. Fernando. Esta cerca encerrava uma área com 104 hectares e incluía casas e terrenos de cultivo, bem como várias casas religiosas. Nos séculos XIV e XV, os edifícios possuíam um ou dois andares e apresentavam um aspeto rural, pois tinham um pátio murado, pomares e hortas nas traseiras. A população entre os séculos XIII e XVI, aumentou mais do dobro. No século XVI, surge o **Paço da Ribeira**, mandado contruir por D. Manuel I²³, para ligar o centro às zonas ribeirinhas e foram criados palácios junto do rio. Já no século XV a área comercial situava-se na zona da Baixa e as casas eram mais altas e

²¹ A Cerca Moura ou Velha servia para defender o núcleo urbano da cidade de Lisboa na época medieval, no entanto, acabou por perder a sua função defensiva com a construção da Cerca Fernandina, no século XIV. Disponível a partir de https://pt.wikipedia.org/wiki/Cerca_moura.

²² Judaria ou bairro judeu era a parte de uma cidade em que eram obrigados, por lei, a residir os judeus. Por extensão, o termo aplica-se a qualquer parte de um aglomerado populacional habitado maioritariamente ou exclusivamente por pessoas de cultura judaica. Disponível a partir de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Judaria>.

²³ Segundo Dilva Frazão, D. Manuel I, apelidado de O Venturoso, foi o Rei de Portugal e Algarves de 1495 até 1521. Disponível em https://www.ebiografia.com/d_manuel_i_o_venturoso/.

próximas. Por volta de 1530, surgem uma série de acontecimentos que têm muito impacto negativo para a cidade, tais como um terramoto, a perseguição dos judeus pela inquisição e ainda uma praga (Santos, 2005).

No século XVI, aparece o primeiro bairro com traçado regular fora das muralhas. Surge o **Bairro Alto de São Roque**, que tinha ruas muito largas e regulares para a época. Durante a ocupação espanhola (1580-1640), o Paço da Ribeira foi remodelado, e foram construídos muitos palácios e conventos (Santos, 2005).

4.2. O GRANDE TERRAMOTO DE 1755

José Augusto França (1989) refere que “A história de Lisboa, e com ela a do país inteiro, ficou marcada pelo **terramoto** que, na manhã de **1 de Novembro de 1755**, destruiu quase completamente a velha cidade que vivia então os restos da sua opulência” (p. 7).

A cidade já tinha sofrido mais terramotos através dos séculos, mas nunca com a intensidade que este tivera. Um pouco por todo o mundo se tratou deste trágico acontecimento, através de gravuras ou da literatura (autores como Voltaire e Kant). Philippe Le Bas era gravador régio em Paris. Através dos seus esboços feitos no local, conseguimos ter a perceção dos danos causados pelo terramoto e o impacto sobretudo nas construções monumentais de Lisboa (figura 4.3).



Fig. 4.3 - Ruínas da Sé de Lisboa após o Terramoto de 1755 (Gravura de Jacques Philippe Le Bas, 1757)

A cidade ficou arrasada pelo **terramoto**, **maremoto** e ainda mais pelos **grandes incêndios**. Dois terços das ruas ficaram inabitáveis. Quase a totalidade das igrejas se desmoronaram, ficaram em ruínas ou arderam. Poucos conventos restaram e ficaram habitáveis. Nenhum hospital restou e as residências da corte também foram totalmente destruídas. O número de mortos e feridos foi estimado em cerca de doze ou quinze mil²⁴ (França, 1989).

²⁴ Retirado da frase original: “O Núncio calculou quarenta mil mortos, outros falavam em setenta ou noventa mil, o futuro marquês de Pombal reduziu o cálculo a seis ou oito mil — mas os números mais fidedignos da época anunciam de doze a quinze mil...” (França, 1989, p.10).

Era **dia de Todos-os-Santos**, e se o trágico acontecimento tivesse ocorrido mais tarde por volta da hora da missa, teria havido muitas mais vítimas, que teriam sido esmagadas dentro das igrejas. Houve muitas **perdas materiais**, ainda por cima para um país que já era empobrecido, tanto na agricultura como no comércio e onde a indústria nem existia. Até a própria corte viu o seu palácio devastado e todas as suas **riquezas completamente perdidas** (França, 1989).

Segundo França (1989), durante a catástrofe, o **pânico instaurou-se pela população**, pois todos tentavam refugiar-se nos lugares que achavam ser mais seguros. O medo após o terramoto era a chegada das pestes, vindas dos cadáveres espalhados pela cidade (figura 4.4). Era, por isso, muito importante “enterrar os mortos e tratar dos vivos”²⁵. Além da **peste** também havia a preocupação de combater a **criminalidade**, para manter a ordem e prender os salteadores. Para isso foram criadas forcas em quatro pontos da cidade.



Fig. 4.4 - Alegoria ao terramoto de 1755 (Pintura de João Glama Ströberle, 1756-1792)

Eram necessárias **medidas urgentes** e estas foram tomadas por **Sebastião José de Carvalho e Melo**²⁶, que com a subida de D. José I ao trono, assumiu a questão do Reino, em maio de 1756. O ministro Carvalho, nas suas medidas pensou logo no futuro da cidade, tal como (França, 1989):

- Tirar o entulho das ruas;
- Drenar as águas estagnadas;
- Efetuar o nivelamento dos sítios;

²⁵ Segundo o Diário de Notícias, a célebre frase atribuída a Marquês de Pombal em plena gestão da crise do terramoto de Lisboa não terá sido de sua autoria, mas de Pedro de Almeida, 1º Marquês de Alorna e avô de Leonor de Almeida, próximo do rei D. José I, com a frase exata: “enterrar os mortos e cuidar dos vivos e fechar os portos.” Disponível a partir de <https://www.dn.pt/dinheiro/opiniao-enterrar-os-mortos-e-cuidar-dos-vivos-5732795.html>.

²⁶ Segundo Dilva Frazão, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Marquês de Pombal ou Conde de Oeiras foi um nobre, diplomata e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da história portuguesa. Disponível a partir de https://www.ebiografia.com/marques_de_pombal/.

- Realizar o inventário com a descrição de cada bairro, praça, rua, casa, edifício público, etc.

Após o terramoto começaram a surgir barracas por toda a cidade. Em seis meses foram levantadas nove mil casas, chegando até a representar uma nova forma residencial. Foram também criados planos para cada bairro, onde se pretendia estabelecer uma **regularização da nova cidade**, para que não houvesse uma desordem urbana como na cidade antiga (França, 1989).

4.3. RECONSTRUÇÃO DA BAIXA POMBALINA

O **General Manuel da Maia**²⁷, que era engenheiro-mor do Reino, entregou a 4 de dezembro de 1755 as várias hipóteses de reconstrução de Lisboa, ao Marquês de Pombal. Maia discute no seu texto as **cinco hipóteses urbanísticas**, cria vários modelos arquitetónicos possíveis e ainda propõe questões de ordem mais técnica e prática (França, 1989).

Das cinco hipóteses apresentadas por Manuel da Maia, as **principais hipóteses** para a reconstrução da cidade foram:

- 1) **Reedificar a cidade, à luz do que era antigamente, fazendo novos edifícios** (logo uma cidade melhorada), alargamento das ruas e a redução dos edifícios em dois pisos acima das lojas. Esta solução evitava problemas na divisão e repartição das propriedades, mas ao estar a construir como dantes, era esquecer a perigosidade do terramoto.
- 2) **Destruir a baixa da cidade velha** (parte mais danificada pelo terramoto), e assim planeá-la com mais liberdade; ou então abandonar a cidade antiga, deixando os proprietários dos edifícios destruídos atuarem à sua vontade, e a nova cidade seria então edificada para os lados de Belém (zona menos destruída pela catástrofe).
- 3) **Criação de uma cidade realmente nova segundo novos planos**, com maior solidez e beleza, alargando as ruas e diminuindo a altura dos prédios (França, 1989).

Das cinco hipóteses urbanísticas, é importante compreender a decisão tomada de **reedificar a cidade no mesmo sítio onde sempre fora** (hipótese 3), percebendo que este local adquiriu alguma importância nos séculos passados, para além da localização geográfica de excelência e das condições ambientais excecionais. Segundo Walter Rossa “O plano pombalino teve a sensibilidade de procurar integrar a memória dessa zona da cidade, as presenças e as ocupações que nela coexistiam antes do terramoto, constituindo uma iniciativa de grande erudição e visão histórica (Mateus, 2003, p.110).” A Baixa desde sempre foi um centro histórico, e na 2ª metade do século XVIII após o terramoto não o deixou de ser, pois tornou-se no resultado dos ideais iluministas da época. Toda a sua conceção e planeamento urbano, são um exemplo perfeito de **cidade iluminista**, como se pode ver na figura 4.5 (Santos, 2005).

²⁷ Manuel da Maia (1677-1768) foi nomeado Engenheiro-Mor do Reino em 1754 e foi o responsável pela elaboração da planta da cidade de Lisboa e por alguns dos mais ambiciosos projetos de engenharia da sua época. Disponível a partir de https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_da_Maia.

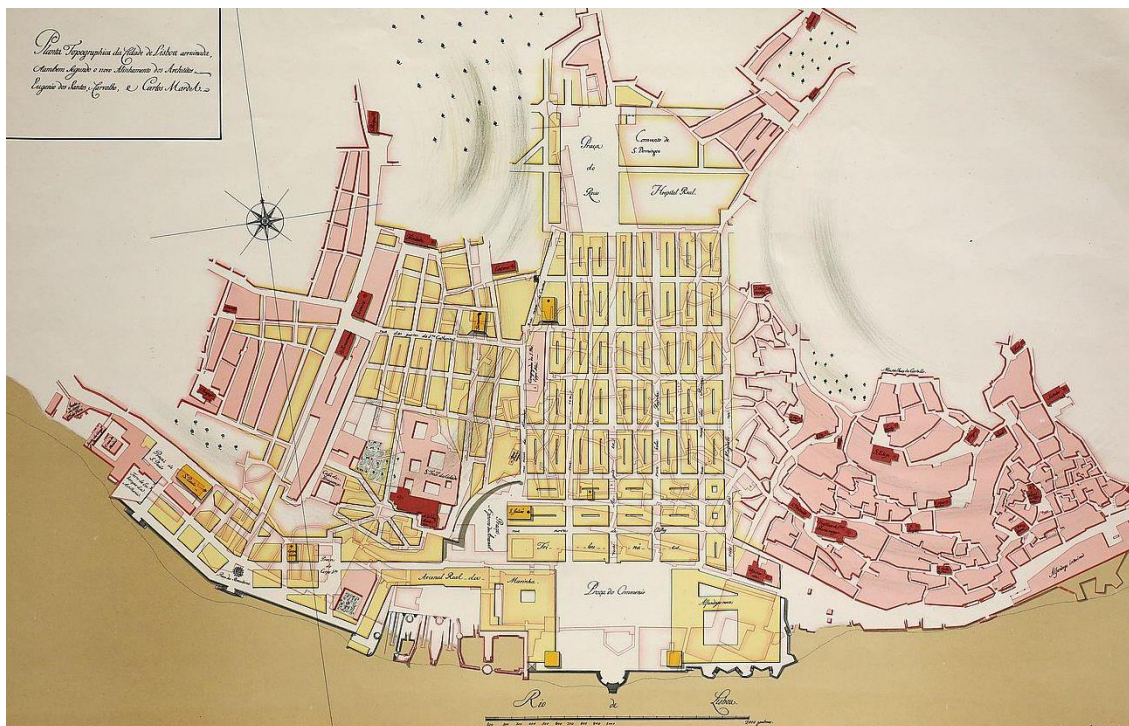


Fig. 4.5 - Planta do projeto de reconstrução de Lisboa após o Terramoto de 1755 (Litografia colorida de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, 12 de junho de 1758)

Este tipo de desenho urbano é muito diferente dos tecidos urbanos da Idade Média. As **idades medievais** apresentam edificado muito diferenciado, assim como o tecido das ruas que se vão alterando lentamente ao longo dos tempos, sem seguir qualquer plano ou modelo. A Baixa possui, pelo contrário, um tecido bastante homogéneo e relativamente recente, que chegou até ao século XX quase sem modificações, onde cada quarteirão e fachada segue um plano e um modelo. O centro histórico apesar de não ter origem medieval, surge entre zonas antigas dessa mesma origem. Contudo, este é o começo de toda a expansão moderna que virá a acontecer, com o surgimento, por exemplo, da Avenida da Liberdade (Santos, 2005).

Surgem então **plantas novas**, com as ruas desenhadas livremente, onde para cada uma haveria uma lógica de simetria a ser seguida (ao nível das portas, janelas e alturas). Estas plantas foram desenhadas pelo **capitão Eugénio dos Santos**²⁸, que se assume como o arquiteto responsável pelo desenvolvimento da cidade. O engenheiro-mor aborda os aspetos mais preocupantes, como os aspetos técnicos (sobretudo ao nível da saúde pública, umas das suas ideias relaciona-se com a criação de esgotos nas ruas principais e ainda a criação de várias fontes de água para a cidade) e de comodidade da população na cidade nova. Neste trabalho também passou a colaborar o tenente-coronel **Carlos Mardel**²⁹. Assim era a equipa (figura 4.6): Manuel da

²⁸ Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760) foi o engenheiro militar e arquiteto responsável pela reconstrução da Baixa Pombalina de Lisboa após o terramoto de 1755. Disponível a partir de https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugénio_dos_Santos.

²⁹ Carlos Mardel (1695-1763) nasceu na Hungria, foi um engenheiro militar e um dos principais arquitetos da reconstrução de Lisboa, juntamente com Eugénio dos Santos. Disponível a partir de https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Mardel.

Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, que iria ocupar-se de reconstruir a cidade de Lisboa, que viria a ser a **Lisboa Pombalina** (França, 1989).



Fig. 4.6 – Figuras principais da Reconstrução da Baixa Pombalina. Da esquerda para a direita: D. José I, Marquês de Pombal, Carlos Mardel, Manuel da Maia e Eugénio dos Santos (Pinturas de autores desconhecidos, s.d.)

No plano de reconstrução da Baixa Pombalina, a **arquitetura serviu de modelo a várias áreas da cidade**, que perdurou até ao século XIX e inícios do século XX. Este tipo de arquitetura acabou por tornar-se quase vulgar, o que dificultou a valorização arquitetónica e estética dos edifícios da Baixa (Santos, 2005).

A Baixa constitui uma obra-prima do génio da criatividade humana que se traduz hoje num sítio histórico-monumental único para a História da Humanidade. É o resultado de um esforço de um povo e de uma vontade política que soube executar o plano de uma cidade moderna, exemplar nas suas soluções metodológicas e tecnológicas, inovadoras para a época. [...] Pela qualidade e importância do seu plano soube manter grande parte da sua integridade e refletir a contribuição de séculos de História, de estilos e de vontade.

(Mateus, 2003, p. 107)

4.4. AS CARACTERÍSTICAS DA ARQUITETURA HABITACIONAL POMBALINA

O projeto não correspondeu apenas a um projeto arquitetónico e urbanístico, também se tornou num **projeto social único** para o seu tempo, ambição do Iluminismo e do Absolutismo. A nova regularidade da cidade implicava um novo civismo (Mateus, 2003). O plano para a reconstrução da cidade de Lisboa, incidiu sobretudo sobre a Baixa, onde foi estabelecido um **tipo de arquitetura** (com sistemas construtivos antissísmicos e antifogos) e ainda um **estilo**, que contribuiu para a homogeneidade desta zona da cidade. Cada lote faz parte de um conjunto monumental, que pode apresentar diferenças por alterações posteriormente realizadas (Santos, 2005). O edifício de rendimento, de acordo com a **segunda parte da dissertação**³⁰ de Manuel da Maia, deve ter um piso destinado ao comércio ou à indústria e três pisos destinados para habitação. No que diz respeito às ruas principais e praças, verifica-se uma regularização na composição das fachadas. Porém, as restantes ruas possuem um desenho de fachada mais

³⁰ A segunda parte da dissertação de Manuel da Maia foi proposta a 16 de fevereiro de 1756 (Mascarenhas, 2009, p.36).

variado. Uma possível razão para que isso tivesse acontecido deve-se às diferentes fases de construção, uma vez que as ruas principais foram construídas primeiramente e respeitaram de forma mais rigorosa os planos, enquanto as ruas secundárias, como foram construídas posteriormente, não seguiram de forma tão exata as orientações (Mascarenhas, 2009).

Segundo o **Plano de 12 de junho de 1758**, relativamente aos alçados existem algumas **regras de composição**, em que a altura das portas das lojas deveria ser a mesma do que a das janelas de sacada do primeiro piso. Os pisos acima deveriam ter janelas de peitoril. Também por volta de **1758**, Eugénio dos Santos elabora **desenhos de composição de fachadas** para as ruas principais, respeitando o plano acima referido (Mascarenhas, 2009).

Nestes desenhos, os edifícios em vez de apresentarem três pisos como inicialmente, passam a ter quatro. À primeira vista os alçados, quando passeamos pelas ruas da Baixa, parecem todos iguais. No entanto, se tivermos um olhar mais atento, percebemos que existem diferenças em certos detalhes (por vezes até em edifícios que se encontram adjacentes), como nas janelas, nos lintéis e nas mansardas. Geralmente os edifícios da zona do **Chiado** são considerados pombalinos, porém, a lógica de alçado é muito diferente da que foi proposta por Eugénio dos Santos para as ruas principais e para o Rossio, pois são muito mais decorados (Mascarenhas, 2009).

Apenas num planeamento global, como este, se podem criar **eixos monumentais**, pontos de fuga longínquos e perspetivas (sistemas de vistas). Estes definem **praças** e uma arquitetura ou **conjuntos arquitetónicos** que funcionam quase como um fundo de enquadramento do espaço público/urbano e de delimitação do mesmo (Santos, 2005).

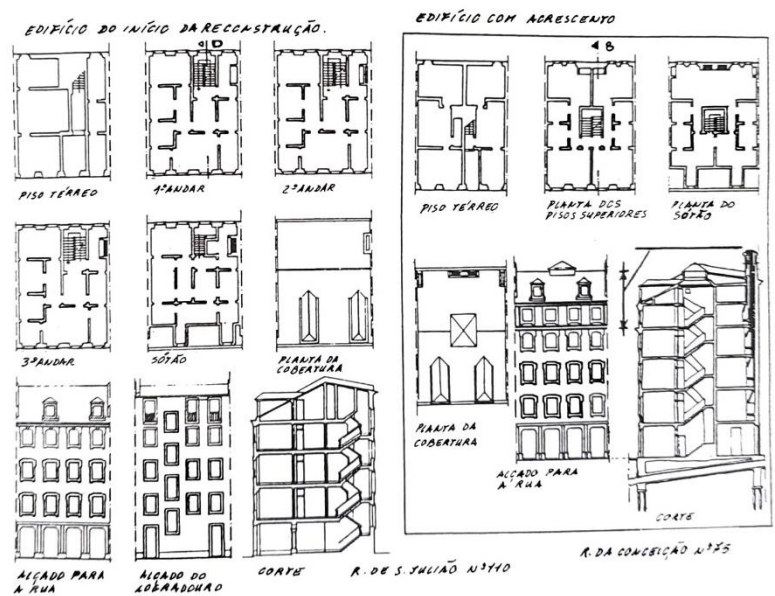


Fig. 4.7 - Plantas, alçados e cortes no início da reconstrução e com acrescento (Desenho de Mascarenhas, 2009, p.49)

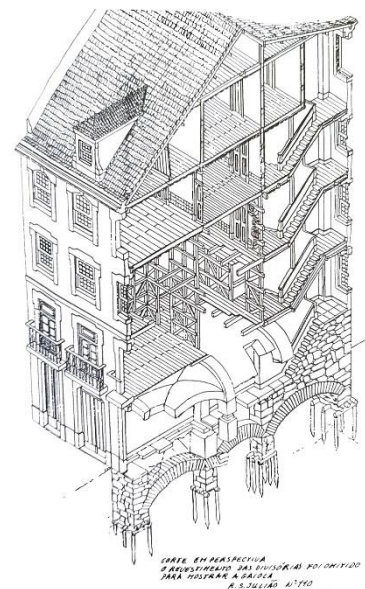


Fig. 4.8 - Corte perspetivado, rua de S. Julião, nº 110 (Desenho de Mascarenhas, 2009, p.57)

Com o terramoto, houve a necessidade de realojar grande parte da população num curto período de tempo. Neste contexto, os edifícios pombalinos tiveram de corresponder às

necessidades e exigências da população. A reconstrução da cidade estendeu-se até meados do século XIX (Mascarenhas, 2009).

Inicialmente, após o terramoto a construção era pensada para resistir aos possíveis abalos (figura 4.8). Contudo, com o passar do tempo, o **medo do terramoto foi diminuindo** e as construções de alguma forma foram ficando mais despreocupadas em termos de solidez e alguns edifícios começaram até a crescer em altura, passando o número de pisos máximo estabelecido pelo plano inicial pós-terramoto (Mascarenhas, 2009).

Os edifícios pombalinos surgem agrupados em **quarteirões** geralmente retangulares (que melhora o aproveitamento do terreno e confere uma maior estabilidade estrutural do conjunto, sobretudo quando comparada com a estabilidade individual de um edifício), parecendo que as fachadas são contínuas, sendo até difícil distinguir onde começa e onde acaba cada propriedade. Existindo variações subtis ao nível da fachada consoante a **importância das ruas**, sendo os edifícios das ruas principais mais elaborados, essas pequenas diferenças não são ao nível do edifício ou do quarteirão, mas ao nível das ruas. As ruas principais e secundárias estão na sua maioria orientadas no sentido Norte-Sul, assim como os quarteirões (Mascarenhas, 2009).

Segundo o levantamento elaborados por Jorge Mascarenhas (2009), os **alçados** dos edifícios de rendimento pombalinos (figura 4.9) são caracterizados pelos seguintes aspetos:

- Os edifícios possuem quatro pisos sob a cornija³¹;
- Por cima das pilastras³² as cornijas percorrem todo o quarteirão (formando um pequeno capitel), a união das cornijas dos vários edifícios do quarteirão é excelente;
- Os cunhais³³ dos quarteirões têm um revestimento em pedra;
- Existe um alinhamento tanto vertical como horizontal entre a cantaria dos vários pisos, exceto no piso térreo;
- As cantarias do piso térreo e as do primeiro piso têm a mesma altura (no que diz respeito às janelas de sacada) e também o pé-direito do piso térreo e do primeiro piso é igual;
- Nos pisos superiores a largura dos vãos é igual ao espaço entre eles, criando uma métrica de ritmo uniforme;
- As janelas do primeiro andar, nas ruas principais, geralmente são de sacada e apresentam balaustradas³⁴ em ferro. Nas ruas secundárias as janelas do mesmo andar são de peito;

³¹ Segundo o Dicionário Visual de Arquitetura (ver bibliografia), p. 241, Cornija é a parte superior e saliente de um embasamento composto por várias molduras.

³² Ibidem, p. 463, Pilastra é um membro vertical adossado à parede e de secção quadrangular, que pode desempenhar uma função estrutural ou decorativa.

³³ Ibidem, p. 579, Cunhal é a esquina que forma um edifício.

³⁴ Ibidem, p. 136, Balaustrada é uma série de balaústres que formam um gradeamento ou parapeito.

- Os vãos no piso térreo são mais largos que nos restantes pisos, consoante a inclinação das ruas (máxima inclinação é de 14°). Quando existe sobreloja a cantaria do vão e da sobreloja é a mesma;
- Acima da cornija, surgem os telhados de mansardas nas ruas principais e praças e telhados triangulares nas ruas secundárias. Os dois tipos de telhados apresentam janelas de trapeira³⁵ (podem ou não ser alternadas) coroadas por pequenos telhados triangulares;
- Acima do telhado surgem as paredes de separação, para dificultar a propagação de fogo entre as propriedades;
- As fachadas originalmente eram pintadas com a cor ocre;



Fig. 4.9 – Fachada-tipo das ruas principais: um piso de lojas, quatro de habitação e um de trapeiras (Desenho de Sebastião de Carvalho e Mello e Eugénio dos Santos, 1758)

- | | |
|--|--|
| 1- Loja (piso térreo) | 7- Paredes de separação (impede propagação do fogo) |
| 2- 1º piso (piso nobre de habitação) | 8- Cornija |
| 3- 2º piso (habitação) | 9- Janelas de peito (2º e 3º pisos) |
| 4- 3º piso (habitação) | 10- Cunhal revestido com pedra |
| 5- Telhado triangular | 11- Faixa de pedra que percorre sobre as vergas (marcação) |
| 6- Janela de trapeira com telhado triangular | 12- Janelas de sacada com balaustradas de ferro |

As **estruturas** dos edifícios pombalinos de rendimento eram caracterizadas pela segurança, pois estavam preparadas para resistir a possíveis terremotos ou incêndios. A **gaiola pombalina** é caracterizada por três direções de elementos de madeira. Os elementos horizontais, os travessanhos, os elementos verticais, os prumos e os elementos diagonais, que realizam o travamento, denominados por cruces de Santo André. O sistema em gaiola aplicado nos edifícios não era inovador para a altura. O que tornou este sistema tão característico foi o seu uso sistemático, possível devido à produção industrial em série de diversos elementos estruturais, assim como o seu melhoramento relativamente a estruturas existentes mais simples (que se encontravam sobretudo na encosta do castelo) (Mascarenhas, 2009).

Este sistema, além de resistir a possíveis abalos pela sua flexibilidade, ainda possibilita que as paredes sejam mais leves, quando comparadas com as paredes tradicionais de alvenaria

³⁵ Segundo o Dicionário Visual de Arquitetura (ver bibliografia), p. 543, Trapeira é uma abertura feita na vertente de um telhado, projetada para o exterior usada para iluminar e ventilar o espaço no último andar de um edifício.

de pedra (Mascarenhas, 2009). Mas a **flexibilidade da estrutura**, além de resistir melhor aos terremotos, também permite a introdução de alterações ou modificações, sem danificar a estrutura do conjunto dos edifícios (Santos, 2005).

Com o passar do tempo, este sistema construtivo foi sendo substituído por sistemas mais simplificados, dando ultimamente lugar a estruturas de betão. Com efeito, existem casos na Baixa Pombalina onde todo o **interior dos edifícios foi removido e substituído por estruturas com técnicas mais recentes** (Santos, 2005). O sistema de fundações, era constituído por estacas de madeira que sustinham os edifícios nos terrenos de aterro (Mascarenhas, 2009).

Os **interiores** dos edifícios de rendimento pombalinos são muito mais variados (figura 4.7) do que os alçados, pois a planta depende muito da localização e da posição do edifício no quarteirão. No entanto, apresentam algumas características comuns, tais como a simplicidade e austeridade ao nível dos acabamentos. A **tipologia esquerdo/direito** caracteriza-se por corresponder a dois apartamentos por piso separados pela caixa de escadas. Esta tipologia é a mais recorrente neste tipo de edifícios de rendimento, por ser mais económica e porque poupa espaço. A **tipologia singular** caracteriza-se por um apartamento por piso, esta tipologia foi utilizada quando os lotes eram mais estreitos. Não se conhecem desenhos quanto aos interiores destes edifícios, dado que devem ter sido definidos consoante as necessidades dos proprietários (Mascarenhas, 2009).

4.5. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Os edifícios de rendimento foram feitos para serem um investimento financeiro, numa perspetiva de estes serem alugados. Por essa razão, o piso térreo é destinado a lojas e os restantes a habitação (Santos, 2005). Segundo Mascarenhas (2009), os interiores dos edifícios pombalinos são muito simples e possuem acabamentos austeros. O **piso térreo** dos edifícios de rendimento geralmente é destinado a atividades comerciais e é caracterizado pela sucessão de vários espaços que podem ser cobertos por abóbadas de aresta (mais comum nas ruas secundárias), arcos e vigas de madeira ou apenas vigas de madeira (figura 4.10). Em relação aos pavimentos destes espaços, este é feito maioritariamente através de pedras de calcário pesadas.

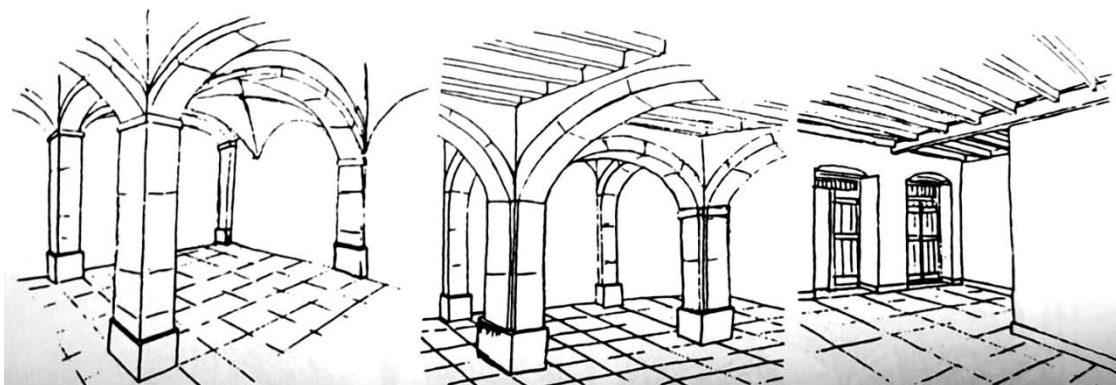


Fig. 4.10 – Piso térreo dos edifícios pombalinos, à esquerda abóbadas de aresta, ao centro arcos e vigas de madeira e à direita apenas vigas de madeira (Desenho de Mascarenhas, 2009, p. 58)

Os **acessos** aos pisos elevados, inicialmente destinados a habitação, são feitos através da entrada localizada principalmente ao centro da fachada que em seguida dá para um hall de

entrada escuro e estreito. As **escadas** pombalinas geralmente estão posicionadas ao eixo do edifício. São estreitas e têm os primeiros dois lanços ou apenas um em pedra e os restantes em madeira. Maioritariamente, existem dois lanços por piso e estes são separados por um patamar intermédio. Apesar de algumas características comuns, existem muitos tipos de escadas pombalinas, umas são mais simples desenvolvendo-se à volta de uma parede, enquanto outras são mais trabalhadas com balaustradas em ferro forjado (Mascarenhas, 2009). As formas das escadas estão muito limitadas pelo sistema construtivo em gaiola, pois toda a escada tem de adaptar os seus patins e lanços a essa estrutura (Dias, 2015)³⁶.

Como já foi referido a tipologia mais recorrente é o esquerdo/direito, sendo o acesso a cada habitação feito através das escadas até atingir o **patamar de acesso** que está presente em todos os pisos de habitação. Nesse patamar, apesar de haver geralmente duas habitações por piso, no caso do esquerdo-direito, podemos encontrar uma ou duas portas de entrada por cada apartamento (Mascarenhas, 2009).

Os apartamentos com **duas portas** de entrada permitem que um dos compartimentos seja utilizado para outra atividade que não a habitação, como por exemplo pequenas indústrias, comércio ou escritórios, fazendo com que este espaço seja independente dos restantes, pois tem um acesso autónomo para o público, havendo outro para a família (Santos, 2009).

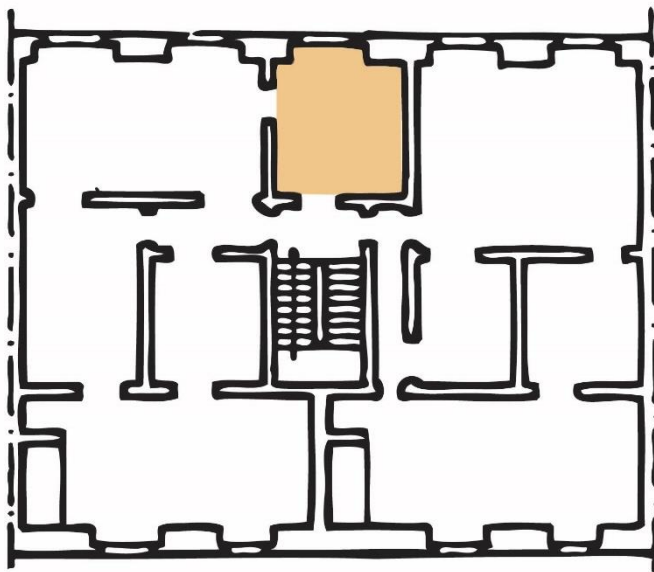


Fig. 4.11 – Compartimento independente, com acesso pelo patim da escada ou pelo apartamento da esquerda (Adaptado do desenho de Mascarenhas, 2009, p.67)

O **compartimento independente** é um elemento singular que geralmente se encontra entre a caixa de escadas e a parede do alçado principal. Este é acedido tanto pelo patim das escadas como por um dos apartamentos do piso (espaço comum). A existência desta divisão faz com que a escada recue, logo fique oculta. Esta divisão é por um lado uma continuidade da habitação, mas por outro apresenta um grau de **descontinuidade**, por dar a possibilidade de fechar o acesso pelo interior da casa e apenas aceder pelas escadas, fazendo com que este espaço

³⁶ Apesar da referência ser feita a Carlos Dias Coelho (2015) que é o coordenador do livro: “Os Elementos Urbanos, Nº1”, todo este subcapítulo é com base no capítulo 9, sobre O Edifício Comum: Casas Lisboetas, escrito por Xavier Monteys.

possa ter outras atividades distintas da habitação. Estes espaços polivalentes e independentes nas habitações são ainda na atualidade uma inovação, pois permitem usos variados e modos de vida distintos, isto apenas com a abertura e posicionamento estratégico das portas (Dias, 2015).

Esta **divisão independente** revela a complexidade destes edifícios (figura 4.11), pois além de servir como espaço de negócios, também pode ser uma parte da habitação mais independente, onde pode morar um filho mais velho que necessite do seu espaço e independência ou simplesmente um idoso que precise dos cuidados da família e ao mesmo tempo do seu espaço pessoal. As salas das casas pombalinas e sobretudo os compartimentos independentes são uma oportunidade para os seus habitantes e não são apenas mais um espaço (Dias, 2015).

Segundo Carlos Dias Coelho (2015) a vida da casa acontece entre a rua (frente) e o logradouro interior do quarteirão (traseiras), em que na frente se realizam negócios e estabelecem-se relações sociais e nas traseiras desenvolve-se a vida familiar.

O **interior dos apartamentos** é bastante simples, pois existe uma hierarquia muito definida em que os compartimentos mais importantes (figura 4.12), ou compartimentos nobres, tal como a sala de estar e jantar que ficam virados para a rua, para que sejam mais ventiladas e iluminadas. Geralmente estas divisões apresentam mais elementos decorativos. Para iluminar estes espaços existiam janelas em todos os compartimentos que variavam em termos de altura consoante o piso onde se encontram. Os vãos podem ser de sacada quando a janela vai até ao chão e dá acesso à varanda ou de peito (Mascarenhas, 2009).

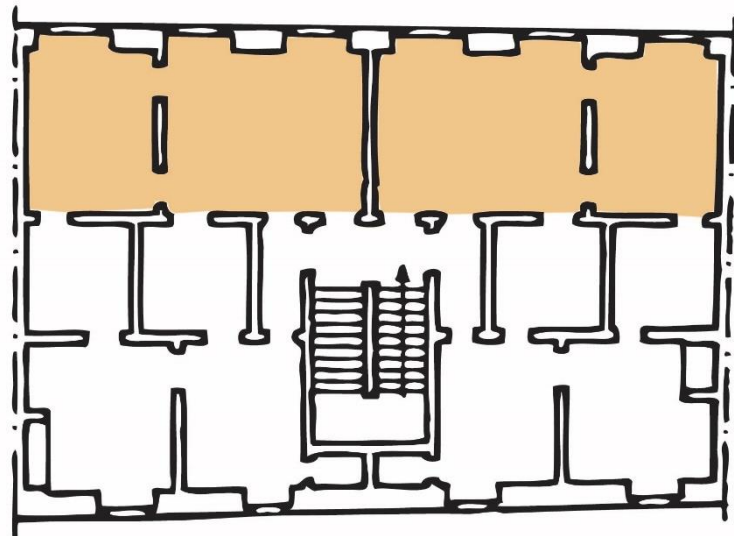


Fig. 4.12 – Compartimentos importantes para a frente de rua (Adaptado do desenho de Mascarenhas, 2009, p.67)

Os compartimentos menos importantes (figura 4.13) eram virados para o saguão³⁷, como é o caso da **cozinha**. Estas partes da casa eram para o uso quotidiano e eram a parte mais oculta da habitação (Dias, 2015). A **luminosidade** e **ventilação** destes espaços não tem a mesma

³⁷ Segundo Monteys (Dias, 2015), o saguão da Baixa originalmente foi projetado devido às preocupações higienistas, este servia para recolher as águas sujas até ao esgoto debaixo da rua (p. 201).

qualidade que nos compartimentos virados para a frente de rua, o que faz com que em certos casos tenham de existir além do saguão do quarteirão um saguão próprio do edifício (Mascarenhas, 2009).

A **cozinha** não possuía decoração e tem uma disposição bastante simples. A um canto existia uma pia, que era para despejo da cozinha, mas também servia de sanitário, pois não existiam instalações sanitárias na construção inicial. O mais importante na cozinha era a enorme lareira que existia sempre, esta era constituída por duas paredes e uma pedra de soleira. As **lareiras** normalmente aparecem ou na parede da fachada ou na parede que divide a propriedade (Mascarenhas, 2009).

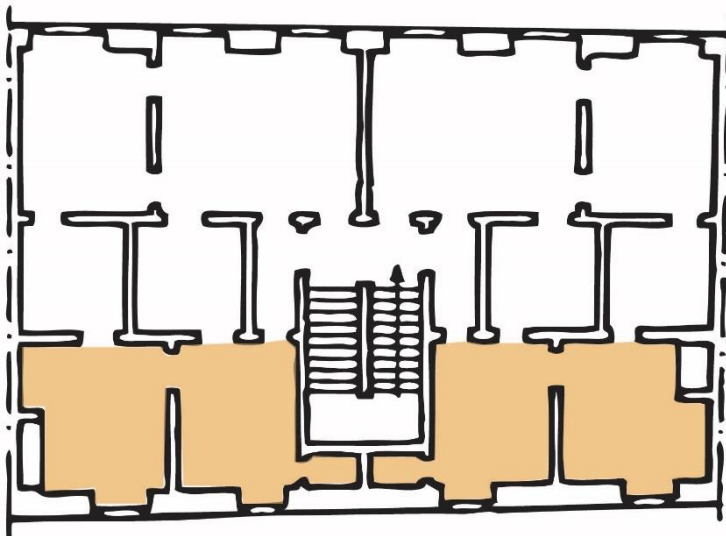


Fig. 4.13 - Compartimentos menos importantes para o interior do quarteirão (Adaptado do desenho de Mascarenhas, 2009, p.67)

Após ter passado algum tempo depois da construção da Baixa, houve a necessidade de construir **casas de banho**, ou simplesmente instalar um lavatório e uma sanita, para isso os habitantes utilizaram muitas vezes o compartimento ao lado da cozinha para esses fins, devido a ter mais facilidade no abastecimento e escoamento de águas, mas também por vezes fechavam uma parte dos pátios para se instalar a casa de banho (Santos, 2005).

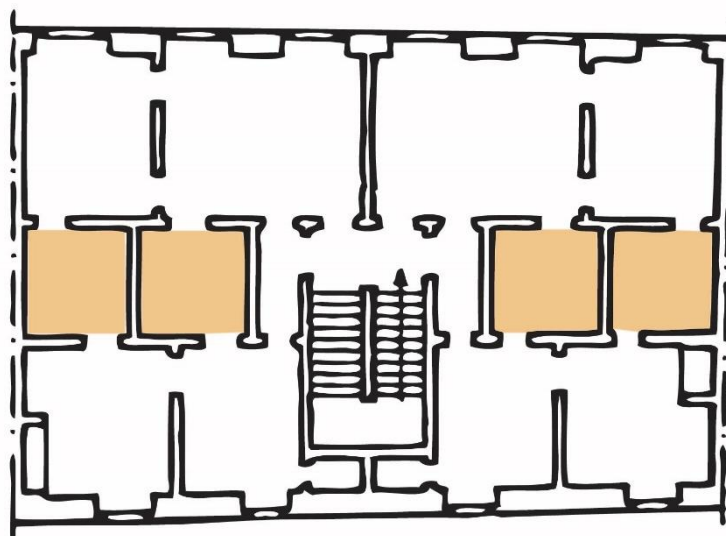
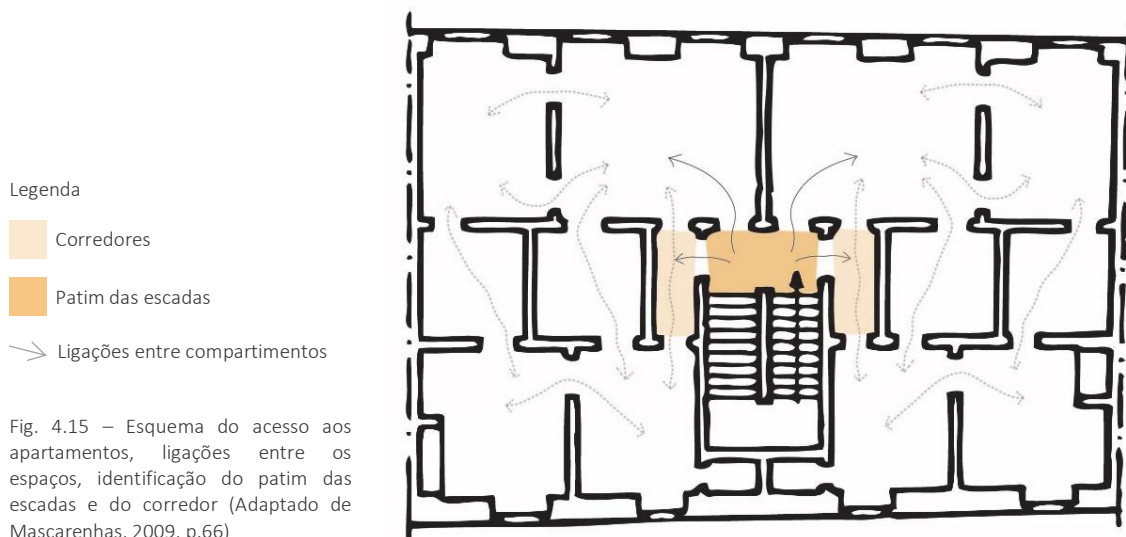


Fig. 4.14 - Compartimentos interiores da habitação e inexistência de corredores (Adaptado do desenho de Mascarenhas, 2009, p.67)

Entre os compartimentos voltados para a rua (sala de estar e jantar) e os compartimentos do interior do quarteirão (cozinha) existem uma série de **quartos** interiores (figura 4.14), que não possuíam **luz natural nem ventilação**, o que não seria permitido pelas atuais normas urbanísticas e da edificação.

Para introduzir alguma **luz** nessas divisões interiores as portas muitas vezes de taipal possuíam uma bandeira com vidros, mas também porque o **pé direito** destes compartimentos geralmente é grande, sobretudo no piso nobre (primeiro andar) o que faz com que as portas também sejam mais altas (Santos, 2005). Esta forma de organizar os quartos acaba por roubar muito espaço para efeitos de **circulação**, porque os quartos geralmente apresentam mais do que uma porta, fazendo com que o espaço central de todos esses compartimentos seja desperdiçado (Mascarenhas, 2009).

A ligação entre estes compartimentos interiores era feita através de **portas** que ligavam estas divisões e não por corredores (Mascarenhas, 2009). No entanto, existe em muitos casos um pequeno corredor nestes edifícios, geralmente próximo das portas de entrada, que liga a sala da frente (esta também pode ser acedida pelo patamar das escadas) com outra sala nas traseiras, como se pode observar na figura em baixo.



O **corredor** não faz a distribuição interior dos espaços como nas casas atuais, em que estrutura a casa (Dias, 2015), pois este não é o principal acesso aos espaços. Além do corredor existem compartimentos de ligação (figura 4.15) entre os espaços da frente e das traseiras, que acabam por ter essa função também. A distribuição das casas pombalinas é principalmente do tipo tradicional, devido à quase inexistência de corredores (Santos, 2005).

O tamanho do corredor explica-se pela importância que os quartos interiores têm na organização interior da habitação. Os espaços apresentam uma multiplicidade de portas o que torna a casa num **espaço muito flexível**, que permite circular atravessando todas as divisões e em quase todas as direções (Dias, 2015).

Algo interessante da natureza destes espaços é a possibilidade e **facilidade de ampliar os espaços** como pode ser observado na figura 4.16. Tal é possível simplesmente abrindo as portas

de duas folhas. Para voltar à configuração original é somente necessário voltar a fechar as portas. Esta capacidade que os edifícios pombalinos têm de se transformarem é muito importante na atualidade, porque a vida familiar e individual está sempre em constante mudança e as habitações têm de responder a essas alterações e **acomodar os interesses** por vezes muito **distintos dos seus habitantes** (Dias, 2015).



Fig. 4.16 – Flexibilidade e multiplicidade de portas no apartamento pombalino (Fotografia de João Porfírio na empresa The Third Floor, 2017)

Os fogos pombalinos vão sendo mais pobres e simples à medida que se vai subindo as escadas. Tal é visível na dimensão dos pés-direitos que vai diminuindo, ao nível dos acabamentos que vão sendo mais pobres à medida que nos aproximamos da cobertura e também na quantidade de luz que entra nos espaços que vai sendo cada vez mais escassa. Nos andares superiores e sobretudo no piso das **águas-furtadas**, os tetos são baixos e irregulares, pois apresentam alturas diferentes. Além disso, apresentam um número muito reduzido de janelas e acabamentos muito pobres (Mascarenhas, 2009).

A maioria dos edifícios, como já foi referido são da **tipologia esquerdo-direito**, pois é uma forma de poupar espaço e de economizar ao nível da construção. Apesar de a maioria dos edifícios terem dois apartamentos por piso, estes podem variar muito, havendo quatro distribuições possíveis:

- **Simétrico** (os apartamentos são rigorosamente simétricos e as escadas encontram-se ao eixo);
- **Praticamente simétrico** (a escada encontra-se a eixo, e os apartamentos são simétricos. No entanto, os espaços em frente e atrás das escadas pertencem apenas a um fogo);
- **Assimétrico, mas com escada a eixo** (a escada encontra-se ao eixo e os apartamentos são da mesma dimensão, no entanto, a disposição interior varia);
- **Assimétrico** (a escada não se encontra ao eixo, o que faz com que exista um apartamento maior que o outro) (Mascarenhas, 2009).

Ao nível dos **acabamentos** estes eram muito simples, o pavimento era soalho de pranchas de madeira de pinho. Tal como o pavimento também o teto era em tábuas de madeira. Em relação às paredes é comum ver aplicados pequenos silhares de azulejo (Mascarenhas, 2009).

CAPÍTULO 5. ENQUADRAMENTO PÓS-TERRAMOTO

5.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS PRÉDIOS POMBALINOS

A reconstrução da Baixa acabou por se **arrastar no tempo** e foi bastante **irregular**. O prazo para a conclusão das obras era de cinco anos, estabelecido a 12 de Maio de 1758. Porém, não foi cumprido e o plano de reconstrução não correu conforme planeado. Em 1777 com a **afastamento de Marquês de Pombal** os trabalhos foram suspensos e nessa altura apenas 25% da Baixa estava construída, ou seja, cerca de 140 edifícios. No início do século XIX, devido às **Invasões Francesas** a reconstrução da Baixa entrou em decadência. A demolição dos edifícios existentes, o aterro de entulho, a escassez de mão-de-obra e de materiais fizeram com que houvesse atrasos nos trabalhos (Mascarenhas, 2009). Esta não foi uma construção de raiz, foi uma obra erguida sobre uma cidade destruída, que sofreu um grande terramoto e maremoto, e por essa razão exigiu outro tipo de planeamento e de trabalhos que naturalmente foram mais demorados. Os trabalhos de reconstrução arrastaram-se por tanto tempo que o Rossio só ficou terminado quase um século depois do terramoto.

Apesar do termo “Baixa Pombalina” fazer referência a Marquês de Pombal, esta área não foi toda erguida durante a sua governação como se pensa, a reconstrução só veio a estar **terminada depois da segunda metade do século XIX**. Existem muitos desenhos de **alçados** o que demonstra que estes foram planeados e desenhados. Os desenhos dos alçados variavam consoante a sua posição no edifício e no quarteirão e ainda consoante a importância da rua onde se inseriam. No entanto, não se encontraram desenhos relativamente aos **interiores**, o que indica que estes foram definidos pelas vontades dos seus proprietários (Mascarenhas, 2009).

Ainda que não existam desenhos dos interiores verifica-se muitas **semelhanças entre os tipos de plantas**. Através do **tipo de escadas** e da sua localização podemos classificar o edifício e ainda perceber em que fase da reconstrução se insere. No processo de evolução dos interiores, existe uma **primeira fase** onde as escadas eram situadas atrás da porta da rua, como nos edifícios medievais, depois surge a **segunda fase** onde as escadas surgem junto da fachada do logradouro, por último, na **terceira fase** as escadas encontram-se no interior do imóvel, solução muito usada atualmente (Mascarenhas, 2009). Não só houve mudanças ao nível do posicionamento das escadas e conseqüentemente da organização espacial do interior como também se foi realizando o **melhoramento** das soluções interiores dos edifícios.

O tempo foi passando e o **medo e pânico do terramoto foram sendo esquecidos**, o que acabou por resultar em alterações ao que estava inicialmente proposto no plano de reconstrução. No final do século XIX, existiam edifícios que não tinham respeitado os princípios do plano, outros respeitaram, mas foram sofrendo **alterações**, ou então foram bastante modificados. Pode parecer que se apenas alguns edifícios sofrerem alterações não haverá qualquer **impacto para o conjunto do quarteirão**. Contudo, é necessário perceber que estes edifícios foram concebidos para resistir como um conjunto, não só a sismos, como a incêndios e se um é alterado, todo o plano é colocado em causa e em risco (Mascarenhas, 2009).

A preocupação de construir de forma a resistir a abalos foi decrescendo e as habitações começaram a ser mais altas e a ter **estruturas menos resistentes** para a atividade sísmica. Algumas estruturas em gaiola foram até totalmente substituídas por estruturas de **betão e aço**. O acrescento de mais pisos veio criar uma **descontinuidade** estrutural e veio prejudicar os edifícios adjacentes. A construção nos logradouros alterou a salubridade e a segurança e veio descaracterizar o interior do quarteirão. Todas as alterações na estrutura irão ter um **grande impacto na segurança** e no desempenho geral do edifício (Mascarenhas, 2009). No **Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina** podemos analisar as propostas de alteração ao nível dos alçados dos edifícios da Baixa. O objetivo deste plano é manter a continuidade e lógica do plano inicial e ainda zelar pela segurança dos edifícios (ver anexos 48 a 50).

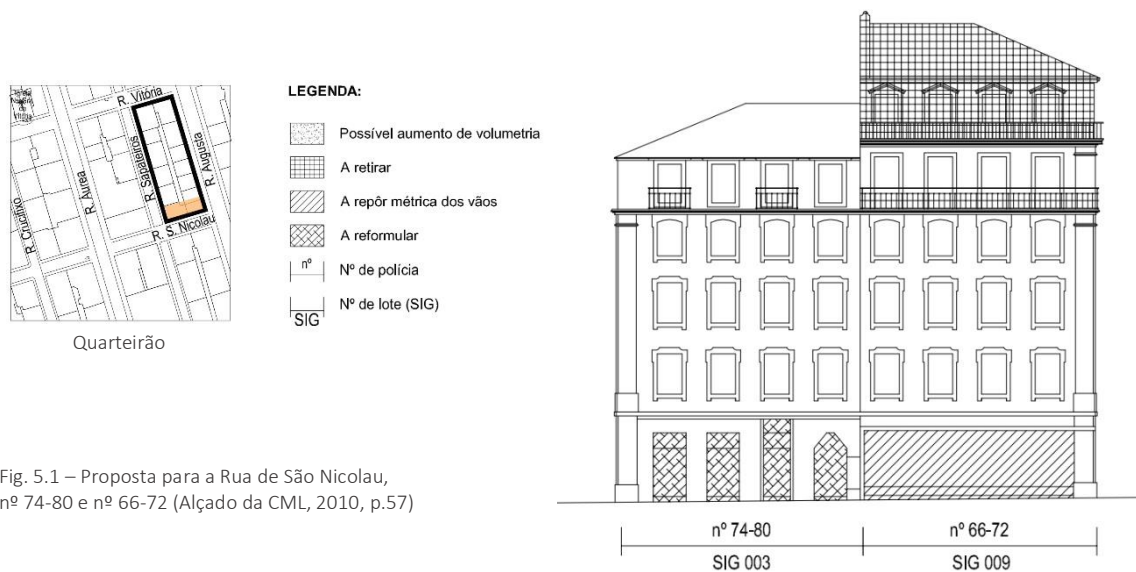


Fig. 5.1 – Proposta para a Rua de São Nicolau, nº 74-80 e nº 66-72 (Alçado da CML, 2010, p.57)

Segundo Jorge Mascarenhas (2009) as **alterações mais comuns** realizadas nos prédios pombalinos foram:

- Introdução de elevadores;
- Acrescento de mais pisos (figura 5.1);
- Remoção de paredes interiores;
- Modificações na estrutura em gaiola (abertura ou fechamento de vãos de porta ou alteração da sua posição);
- Criação de novas paredes para criar corredores;
- Criação de espaço para sanitários;
- Remoção de azulejos no interior e aplicação no exterior, isto veio alterar a uniformidade das ruas e a sua continuidade;
- Criação de novas trapeiras;
- Abertura de montras, os vãos originais são rasgados para dar lugar a grandes montras, que vão desequilibrar a estrutura, a harmonia e simetria (figura 5.1).

Após o início dos trabalhos em Lisboa, **outros núcleos** de norte a sul de Portugal foram influenciados, não só nos aspetos urbanos, mas também a nível arquitetónico e construtivo.

Existem **quatro núcleos pombalinos em Portugal**: Vila Real de Santo António (Faro), Porto Côvo (Sines), Manique do Intendente (Azambuja) e Porto dos Almadas (Porto) (Mascarenhas, 2009).

As **características comuns** que estes núcleos têm entre si e com a Baixa Pombalina são: a predominância de edifícios de habitação, a forma como os edifícios se agrupam em quarteirão e um traçado urbano rígido. A **construção** é estandardizada, repetida e modulada. São edifícios **caracterizados** pela sua simplicidade e austeridade, mas sobretudo, são utilitários e funcionais mais do que qualquer atributo estético, porque pretendem alojar pessoas e apoiar atividades. Existe uma uniformidade de alturas entre os edifícios e entre as dimensões de alguns elementos, onde o módulo de referência é o palmo e os processos construtivos são racionalizados (Mascarenhas, 2009).

Em **Vila Real de Santo António** (figura 5.2), o plano segue a mesma lógica aplicada à da Baixa de Lisboa, com uma **malha ortogonal** e uma orientação também norte-sul. Os **interiores**, apesar de mais simplificados e mais modestos são muito semelhantes aos pombalinos. Os compartimentos são ligados entre si, sem corredores e os acabamentos e a **estrutura de madeira** são semelhantes à dos edifícios lisboetas, embora mais simplificados (Mascarenhas, 2009).



Fig. 5.2 - Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António (Fotografia de Pablo Sabater, 2021)

Depois da tipologia criada por Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel para a reedificação da Baixa de Lisboa, surgiu uma nova tipologia arquitetónica no final do século XVIII até meados do século XIX. A **tipologia neoclássica** apesar de utilizar a estrutura da gaiola pombalina, os edifícios acabam por ser bastantes diferentes, no que diz respeito à volumetria, organização espacial e ainda ao nível dos elementos decorativos (CML, 2020).

Seguidamente à tipologia neoclássica surgiu uma nova tipologia arquitetónica e construtiva, que deu origem aos **edifícios Gaioleiros**. Esta tipologia surgiu em finais do século XIX e princípios do século XX (CML, 2020). Em meados do século XIX, as preocupações com a solidez e resistência dos edifícios desvaneceu-se, assim como a memória do trágico terramoto, além de os núcleos urbanos estarem a expandir-se. Nesta tipologia houve uma preocupação maior com a **salubridade das habitações** (OASRS, 2016). Por essa razão, os edifícios têm um pé-direito elevado

além de um grande número de vãos, não só para circulação do ar, como para iluminação dos espaços (CML, 2020).

Em termos **volumétricos** estes edifícios têm empenas mais profundas, mas os lotes são estreitos, e por vezes quando situados na Baixa ocupam todo o saguão, o que coloca em causa a segurança do quarteirão. Os edifícios gaioleiros são mais **altos com seis ou sete pisos**, enquanto os pombalinos inicialmente foram concebidos para ter quatro pisos de altura. A cobertura também difere sendo de águas planas, revestida com telha marselha e estrutura em madeira. O **sistema estrutural** gaioleiro explorou a gaiola de madeira pombalina, mas de forma a torná-la mais leve e simplificada, para economizar tempo, dinheiro e para conseguir atingir alturas elevadas e edifícios com mais área. Também as dimensões dos elementos da gaiola são mais reduzidas. O termo “gaioleiros” vem precisamente da utilização da gaiola pombalina. Enquanto a estrutura tem influências do período pombalino, as fachadas têm mais influências do neoclassicismo, pelo despojamento de ornamentos e devido à sua métrica (CML, 2020).

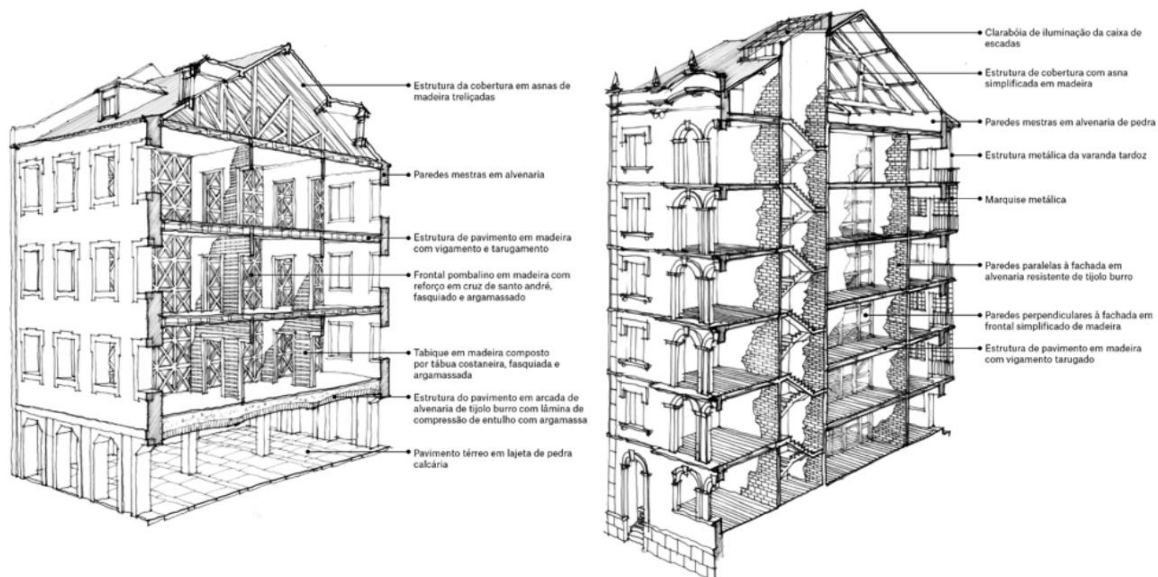


Fig. 5.3 – Arquétipo de um edifício pombalino e de um edifício gaioleiro (Desenhos da OASRS, 2016)

A **fachada** em grande parte dos casos é revestida a azulejo e as guardas das varandas são em ferro fundido com desenhos complexos. Em relação aos materiais, as fachadas eram em alvenaria de pedra irregular (que ia diminuindo de espessura com a altura), mas as fachadas de empena eram em tijolo maciço. Ao nível do **interior**, a distribuição dos pisos geralmente era em esquerdo-direito. As habitações apresentam longos corredores, não havendo tanta comunicação entre compartimentos como nos pombalinos, mas apesar do corredor, ainda se mantém a ligação entre divisões. Esse **corredor** distribui os vários espaços: sala, quartos e cozinha. O **compartimento independente** existente nos pombalinos mantêm-se e ainda com acesso direto às escadas (CML, 2020). Claramente os edifícios gaioleiros têm muitas **influências dos pombalinos** (figura 5.3), mas as características mais comuns são o sistema estrutural e a organização espacial do interior.

5.2. NORMAS DE SALVAGUARDA DO VALOR CULTURAL DO LEGADO ARQUITETÓNICO E URBANÍSTICO POMBALINO

Geralmente as cidades históricas surgiam de uma forma espontânea e progressiva, com edifícios de diferentes épocas e estilos e distribuídos por ruas orgânicas e irregulares, sem uma malha organizada. O mesmo não aconteceu com o aparecimento da Baixa, este centro histórico surgiu de forma planeada, segundo um **plano pormenorizado**, com regras estabelecidas, tanto para a parte arquitetónica como urbanística e apesar desta parte da cidade não ter surgido de uma forma natural, é importante reconhecer a qualidade do Plano de Reconstrução original do século XVIII (Santos, 2005).

Atualmente existe uma preocupação em preservar os centros históricos, para que estes não se tornem em zonas degradadas e de alguma forma irreconhecíveis. Os **centros antigos** das cidades, ganharam um carácter afetivo. A questão da preservação da Baixa não se relaciona somente com a imposição de regras e regulamentos, que estipulam o que se deve manter e o que se deve retirar, trata-se de preservar uma parte da cidade que é uma **herança cultural**. Apesar destes edifícios serem vistos por muitos promotores como objetos úteis para investimentos financeiros, eles são muito mais que isso. São obras de arte que merecem ser preservadas e restauradas (Santos, 2005).

[...] o património não tem nada que ver com a história; apesar de utilizar conhecimentos e vivificar o estudo histórico, o património não é um inquérito do passado, mas a sua celebração, não é um esforço por saber exatamente o que realmente aconteceu, mas antes uma profissão de fé num passado ajustado aos propósitos contemporâneos³⁸.

(Lowenthal, 1998)

Segundo Maria Helena Ribeiro dos Santos (2005), é muito importante promover a preservação dos edifícios significativos do período pombalino e também de épocas posteriores que acabam por contribuir para a valorização desta área. O **restauro dos edifícios** a preservar deve respeitar os seus valores e a sua autenticidade, e os novos elementos introduzidos não se devem confundir com os antigos. Porém, deve haver uma harmonia entre eles, pois por vezes, é melhor utilizar uma linguagem atual do que tentar reproduzir uma antiga.

Existem vários documentos e planos que tem por objetivo a **salvaguarda do património da Baixa Pombalina**, diretamente ou indiretamente. Indiretamente, porque existem várias cartas e convenções que tratam da **conservação e restauro do património mundial** em geral, desde monumentos a lugares. Estas cartas e convenções não são direcionadas apenas para o património da Baixa, mas devem ser analisadas, debatidas e respeitadas. Depois existem os documentos e planos que foram diretamente e propositadamente realizados para salvaguardar o património da

³⁸ Tradução livre de Pedro Vaz (2019), no livro Edificar no Património: pessoas e paradigmas na conservação e restauro. Lisboa: Edições 70. Citação original: "In fact, heritage is not history at all; while it borrows from and enlivens historical study, heritage is not an inquiry into the past but a celebration of it, not an effort to know what actually happened but a profession of faith in a past tailored to present-day purposes."

Baixa Pombalina. São específicos para aquela zona classificada e têm um conjunto de medidas, normas e recomendações que devem ser implementadas e cumpridas.

A **Carta de Atenas**, de 1931, pela primeira vez definiu os princípios básicos e fundamentais do restauro e contribuiu para o desenvolvimento de um movimento internacional, que se veio a impor registando os consensos teóricos sobre o restauro dos monumentos. A **carta teve de ser atualizada** e teve ainda de definir melhor os seus princípios num novo documento. A atualização dessa carta foi feita em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, no IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (ICOMOS, 1964³⁹). Entre 1960 e o fim do século XX, surgiram um conjunto de normas e recomendações internacionais que tiveram por objetivo a proteção do património urbano. Esses debates foram proporcionados pela UNESCO e pelo ICOMOS (Lopes, 2020).

A **Carta Internacional de Veneza**, foi publicada pelo **ICOMOS** (Concelho Internacional dos Monumentos e dos Lugares) e trata da Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (Choay, 2020). Desta carta é importante refletir principalmente sobre três artigos que são os que se podem aplicar à salvaguarda da Baixa Pombalina. Os dois primeiros (Artigo 9.º e 12.º) são referentes ao restauro e o último é relativo à documentação e publicação (Artigo 16.º).

Artigo 9.º - O restauro é uma operação que deve guardar um carácter excecional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e sustenta-se no respeito da substância antiga e de documentos autênticos. [...] O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do documento [...].

Artigo 12.º - Os elementos destinados a substituir as partes devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, para que o restauro não falsifique o documento de arte e de história [...].

(Choay, 2020, p.217)

Artigo 16.º - Os trabalhos de conservação, restauro e de escavação serão sempre acompanhados pela constituição de uma documentação precisa na forma de relatórios analíticos e críticas ilustradas de desenhos e de fotografias. Todas as fases de trabalho de resgate, de consolidação, de recomposição e de integração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decorrer dos trabalhos serão consignados [...].

(Choay, 2020, pp.217-218)

O **Documento de Nara** sobre **autenticidade** do património cultural, foi publicado pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS em 1994. Este é um **complemento à Carta de Veneza**, para responder ao interesse e preocupação pelo património arquitetónico e considera-o como expressão da diversidade de cada cultura. A **Carta de Cracóvia** de 2000 debate novos conceitos sobre o **restauro**, mas tem como referência o Documento de Nara (Lopes, 2020). Na Convenção

³⁹ Esta Norma Internacional foi publicada no livro "Património Cultural, critérios e normas internacionais de proteção", de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, Editora Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2014, pp. 121-125.

da Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (**UNESCO**), reunida em Paris em 1972, surgiu a **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural** (Choay, 2020). No Artigo 1.º é definido o Património Cultural, o qual é dividido em monumentos, conjuntos e sítios. Para o caso da Baixa é importante verificar o conceito de **conjuntos**.

Artigo 1.º - Grupos de construções isolados ou reunidos que, em razão da sua arquitetura, da sua unidade, ou da sua integração na paisagem, têm um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

(Choay, 2020, p.222)

Em 2005 surgiu um documento **“Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda”** que reúne vários estudos e trabalhos que foram sendo desenvolvidos por vários departamentos e equipas da CML, ligados ao estudo e à gestão da reabilitação da Baixa Pombalina (CML, 2005). O **PDM de Lisboa**, de 2012, que surgiu da revisão do plano de 1994, é um documento de planeamento estratégico e normativo, que inclui as principais estratégias e normas urbanísticas para a cidade de Lisboa. Este plano tem como objetivo também criar uma cidade mais **sustentável** e em atuar sobre o **património** (paisagístico, arqueológico e arquitetónico) (CML, 2012).

No tópico das Áreas estruturantes, na alínea b, existe a preocupação de **revitalizar a Baixa** e os eixos históricos, assim como reabilitar a cidade consolidada. O PDM introduz fortes limitações às intervenções na Baixa para posteriormente ser criado um plano de pormenor, mas este não veio a ser concretizado. No PDM também podemos observar que a Baixa (Conjunto arquitetónico) segundo o Decreto n.º 95/78, DR n.º 210, de 12-09-1978 foi classificada como **Imóvel de Interesse Público**, em **1978** e a Praça do Comércio é classificada como Monumento Nacional, em 1910 (CML, 2012). Um bem é considerado como sendo de Interesse público quando a proteção e a valorização representam um valor cultural de importância **nacional** (Lopes, 2020).

Na legislação portuguesa ainda não era possível na década de 1970 classificar conjuntos construídos. Apenas era possível classificar monumentos individuais. Na área da Baixa Pombalina foram reconhecidos valores culturais e urbanos e por essa razão foi **classificada** em 1978 como se fosse um monumento (Santos, 2005). Com a Lei n.º 107/2001, de 08/09, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, passou a ser possível a classificação de conjuntos e a Lisboa Pombalina foi classificada em 2012.

A Câmara Municipal de Lisboa e a DGPC são entidades públicas com tutela sobre o património cultural da cidade (Lopes, 2020). O **SIPA** é o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, o qual é gerido pela **DGPC** (Direção-Geral do Património Cultural) e existe desde 1992. Os objetivos desde sistema de informação são dar suporte às estratégias, às políticas e às ações de intervenção de salvaguarda e valorização do património português. Este sistema dispõe de informação sobre a Baixa Pombalina, que está classificada como Conjunto de Interesse Público desde o ano de 1978, através do Decreto-Lei n.º 95/78, de 12 de Setembro (SIPA, 2011).

O regulamento do **Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina (PPSBP)**, publicado pela CML em 2009, vem da sequência do relatório da “Proposta de Revitalização da Baixa Pombalina”, realizado em 2006. Segundo o Artigo 3.º do Capítulo 1 sobre Disposições

Gerais, os objetivos do plano são sobretudo: **salvaguardar o património** arqueológico, histórico, arquitetónico e urbanístico da Baixa Pombalina. Revitalizar o conjunto urbano, identificar e **proteger os valores** arqueológicos e históricos, definir as **regras para a conservação e reabilitação** dos edifícios. Restaurar a segurança e a salubridade das edificações e regulamentar a inserção de usos (comércio, habitação, serviços...), tendo em conta as suas características (CML, 2009).

Segundo o Artigo 4.º este Plano prevalece sobre o Plano Diretor Municipal (**PDM**) de Lisboa (CML, 2009). Este Plano é acompanhado por vários elementos como: anexos, plantas, mapas, relatórios, recomendações e estudos que ajudam a compreender as características arquitetónicas que devem ser preservadas e definem as regras para a reabilitação e conservação destes edifícios. Este plano define uma área específica de intervenção que pode ser observada na **planta de enquadramento** (figura 5.4).

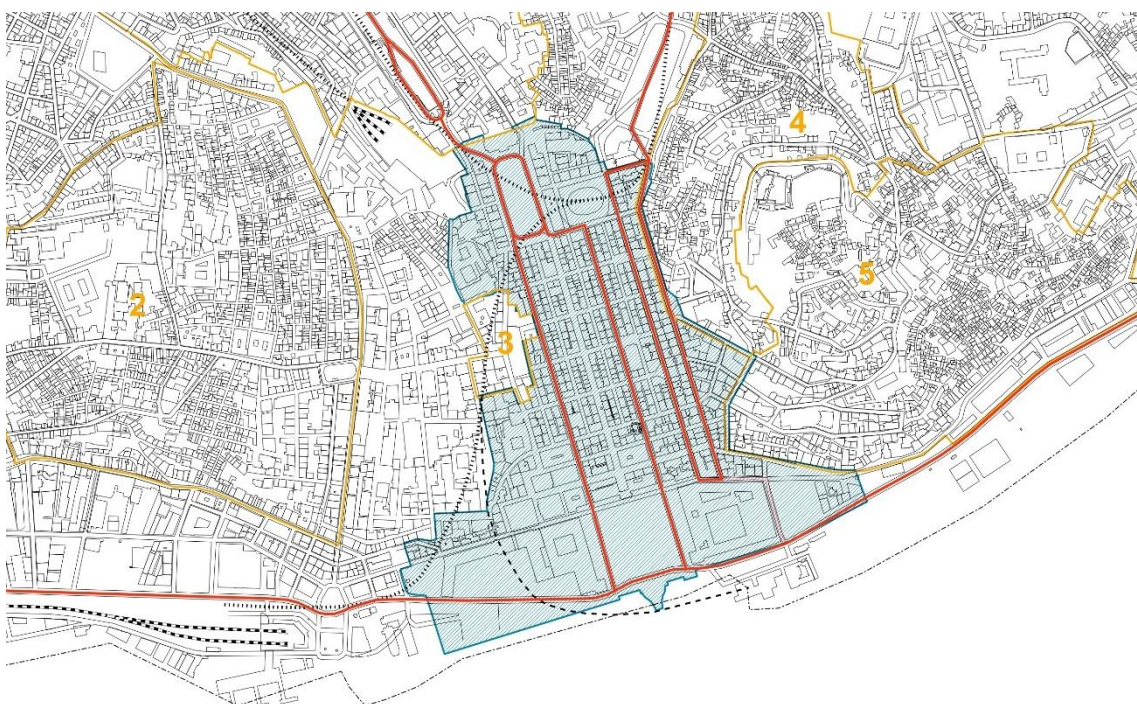


Fig. 5.4 – Planta de enquadramento do Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina (a azul está representada a área protegida, a vermelho os eixos principais e a amarelo os vários núcleos históricos) (Planta da CML, 2010)

De acordo com o Artigo 13.º sobre Regras Gerais, alínea 4, “No conjunto histórico da Baixa Pombalina são admitidas obras de conservação e alteração para permitir a sua reabilitação e requalificação funcional e estrutural” (p. 11) e ainda no mesmo artigo, a alínea 3 refere-se às intervenções ou obras em edifícios classificados ou em vias de estar (CML, 2009).

Artigo 13.º - Não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou exterior de edifícios individualmente classificados ou em vias de classificação como monumento nacional ou imóvel de interesse público, nem mudança de uso suscetível de os afetar, no todo ou em parte, sem autorização expressa da autoridade do património cultural competente.

(CML, 2009, p. 11)

Conforme o Artigo 17.º referente aos Usos mistos, é estabelecido que o **piso térreo** deverá ter na sua maioria: comércio, serviços, indústrias e equipamentos coletivos. Os **pisos superiores** deverão principalmente ser usados para: habitação e serviços. Neste plano são estabelecidas **regras de intervenção** para as seguintes componentes: fachadas, coberturas; sistema estrutural; interiores; saguões e logradouros. Ao nível das **fachadas** (Artigo 21.º), os projetos de alteração deverão contribuir para a valorização não só do edifício, como do quarteirão, respeitando os critérios dos alçados. A sua alteração é autorizada se melhorar o desempenho estrutural, se reforçar a estrutura do edifício ou se for para remover elementos dissonantes. Em relação às **coberturas** (Artigo 22.º) podem ser feitas obras de conservação desde que não alterem a geometria, assim como os materiais originais (CML, 2009).

As **obras de alteração do interior** (Artigo 27.º, alínea 4) devem cumprir a estabilidade do imóvel. As características tipológicas devem ser conservadas quando estas apresentarem interesse histórico e artístico, assim como os elementos arquitetónicos e decorativos. As **caixas de escada** pombalinas e neoclássicas não podem ser alteradas, devendo ser mantidas a sua configuração e materialidade. As redes e instalações técnicas devem respeitar os elementos estruturais e não é permitida a execução de caves. No que toca aos **saguões e logradouros** (Artigo 28.º) estes devem estar livres e sem nenhuma ocupação, exceto quando justificadas, como por exemplo, para a introdução de um elevador (CML, 2009).

Artigo 27.º (alínea 1) - O relatório prévio a que se refere o artigo 8.º caracteriza o estado de conservação e interesse histórico e arquitetónico da tipologia interior dos edifícios, bem como o valor artístico dos elementos funcionais e decorativos existentes, nomeadamente caixas de escada, pavimentos, tetos de madeira, estuques decorativos, azulejos, cantarias, bancos de conversadeiras, guardas de ferro fundido ou forjado, e outros elementos de valor patrimonial apresentando as propostas de conservação, restauro ou alteração convenientes.

Artigo 27.º (alínea 2) - Nos edifícios cuja tipologia interior apresente valor histórico e artístico, quer se trate de modelos pombalinos, neoclássicos ou de época posterior, são autorizadas obras de alteração parcial, para melhoria de condições funcionais e de habitabilidade, nomeadamente para a introdução de instalações sanitárias, cozinhas e elevadores.

(CML, 2009, pp. 22-23)

A Baixa foi reconhecida como Imóvel de Interesse Público e esta classificação esteve associada à publicação da tese de doutoramento de **José Augusto França** , em 1962 com o tema, Lisboa Pombalina e o Iluminismo. A Baixa Pombalina começou a ganhar mais interesse e preocupação, sobretudo desde a sua candidatura em 2004 à **Lista do Património Mundial** da UNESCO, no entanto esta candidatura foi suspensa (Andrade, 2017). A Baixa é um lugar único, que merece ser preservado pois apresenta valores culturais, históricos, arqueológicos, arquitetónicos, urbanísticos, simbólicos e até emocionais. Este lugar está associado à **identidade** da cidade de Lisboa e por essa razão merece ser salvaguardado.

Existem alguns documentos e planos que têm estratégias de conservação e preservação. No entanto, é sempre difícil definir um plano quando estamos perante estados de conservação

muito diferentes e quando muitos edifícios já foram bastante alterados e se encontram dissonantes dos restantes. **Como assegurar a autenticidade da Baixa Pombalina?** Apesar da vasta área e das imensas dificuldades e entraves, as **perspetivas futuras** são positivas, pois caminhamos para intervenções cada vez mais sensíveis e que têm respeito pela história e pela autenticidade do nosso património. É muito importante preservar o que ainda resta deste **tesouro único**, mas sempre adaptando os fragmentos do passado às condições de vida atual, para que esta área não fique parada no tempo e evolua com os seus habitantes, porque é a evolução, a adaptação e a transformação que dão vida às cidades e as mantêm vivas.

5.3. UM OLHAR MODERNO SOBRE A ARQUITETURA POMBALINA

O **comércio** é a **atividade económica mais antiga** e importante do centro de Lisboa. Devido à sua localização estratégica, o porto de Lisboa (figura 5.5) foi sempre muito importante para as trocas comerciais não só ao nível nacional como internacional. O seu apogeu foi durante a expansão marítima dos descobrimentos. Com a reconstrução da Baixa surgiram novos edifícios e estes foram **ocupados sobretudo pela burguesia**, que tinha recursos económicos para viver no centro da cidade e interesse em habitar esta área próxima das atividades que praticavam e do comércio onde trabalhavam (Nobre, 2015).



Fig. 5.5 - Cais das colunas (Terreiro do Paço), início do século XX (Fotografia de autor desconhecido, s.d.)

A Baixa foi palco de transformações e no século XIX sofreu uma **modernização**, por exemplo, com a construção do teatro D. Maria II (1830), com o embelezamento da Praça do Rossio (1891), com a inauguração da Estação do Rossio (1891) e com a inauguração do Elevador de Santa Justa (1902). Depois destas transformações, passaram a existir novas formas de viver na Baixa. Alguns edifícios do período pombalina foram adaptados às **novas necessidades da época**, de forma a torná-los mais sofisticados. Lisboa tornava-se agora numa **cidade moderna**, onde podíamos encontrar novas formas de lazer, diferentes das que tínhamos na cidade antiga. A zona da Baixa, nesta altura, era o palco da cidade (Andrade, 2017).

Na primeira década do século XX, a **situação da Baixa era bastante negativa**. Houve uma redução da população residente e 78% dos edifícios precisavam de algum tipo de **intervenção** e muitos deles encontravam-se mesmo **degradados** e envelhecidos (ver anexo 7). Isto aconteceu por questões económicas e por falta de interesse por parte das famílias ligadas ao comércio. Os

proprietários destes edifícios não tinham dinheiro para investir na manutenção e além disso muita da burguesia que vivia na Baixa, ocupou os novos imóveis da zona expandida mais a norte. (Nobre, 2015).

Durante muitas décadas a Baixa **não foi reconhecida como tendo valor cultural e patrimonial** e foi por essa razão que acabou por ficar num estado de degradação e abandono, que mais tarde se veio a verificar. Foram quase **dois séculos de desvalorização** deste património cultural e urbanístico. O plano e o valor deste lugar só foram reconhecidos por alguns **arquitetos modernos**, que acabaram por comparar a arquitetura pombalina com a moderna, como Francisco Keil do Amaral, Porfírio Pardal Monteiro e Carlos Ramos (Cisneiros, 2016).

Desde meados do século XX, que os edifícios da Baixa concentram **mais comércio e serviços que habitação** (ver anexo 8) e esta não é uma questão da atualidade. O comércio concentrava-se mais no piso térreo e por vezes no primeiro piso. Os restantes pisos variavam entre serviços, pequenas indústrias e oficinas, armazéns e habitação, em alguns casos os serviços iam até ao último piso. Além disto a Baixa foi sempre um lugar que concentrava a administração pública e privada e sedes bancárias. Na década de 1960 e 1970, os imóveis habitacionais foram começando a ser substituídos por **edifícios de escritórios** e o comércio e os setores administrativos foram saindo gradualmente desta área. Nessa época também se assistiu ao processo de **desertificação**. A Baixa possuía comércio de luxo e lojas requintadas com artigos distintos que só existiam ali, mas também tentava corresponder às necessidades dos habitantes locais (Nobre, 2015).

Por razões culturais e históricas, na década 70, algumas funções que existiam nesta área passaram para a **Avenida da Liberdade** (figura 5.6), sobretudo serviços e comércio de luxo. Algo que veio alterar muito a vivacidade do centro histórico de Lisboa, foi o surgimento dos **Centros Comerciais** na periferia, que se tornaram em novos centros urbanos e verdadeiros rivais para o comércio que existia na Baixa, criando novos hábitos de compra. Não foi só a criação de novos polos comerciais, mas também, a saída das sedes dos bancos e empresas para a periferia (Nobre, 2015).



Fig. 5.6 – Marquês de Pombal e Avenida da Liberdade (Fotografia de autor desconhecido, 1938)

Estas superfícies são um aglomerado de comércio e serviços, possuem grande diversidade de oferta, bons acessos, facilidade de estacionamento e evita o tráfego da cidade. A

falta de estacionamento e o trânsito da área do centro da cidade, são pontos negativos que fazem com que as pessoas prefiram recorrer à periferia. O facto de os meios de **transporte se terem desenvolvido** veio alterar a dinâmica das cidades, porque as pessoas já não têm necessidade de se concentrar no centro da cidade ou perto, podendo viver na periferia e realizar **movimentos pendulares** (Nobre, 2015).

Ainda que a Baixa seja uma zona classificada, até 2011⁴⁰ não existia nenhum plano de Reabilitação ou Conservação. Isto originou dificuldades acrescidas nas ações de restauro e conservação. Apesar da sua classificação em 1978⁴¹, que tem como principal objetivo, a sua preservação, esta veio trazer algumas barreiras, quer para os investidores, quer para os proprietários. Pois para efetuar obras de alteração é necessário muito tempo, dinheiro e autorizações. Paralelamente, também se assistiu à realização de **obras ilegais**, sem qualquer critério (Santos, 2005).

Maria Helena Ribeiro dos Santos (2005) refere que, existem vários problemas nos edifícios e nos quarteirões pombalinos, sobretudo na **manutenção deficiente**, mas também no que toca às tubagens de água, esgoto, gás e cabos elétricos. Também as fachadas posteriores e os pátios têm **falta de manutenção**, contribuindo para o aspeto de abandono. Outra questão, prende-se com a falta de ventilação, muitas vezes são realizadas construções que obstruem e não permitem a ventilação dos espaços.

Apesar de existirem alguns aspetos nos edifícios de rendimento menos positivos, a **qualidade de construção destes é notável**, desde o sistema de fundações e da estrutura em gaiola às pedras e cantarias, estes não apresentam degradações graves, nem mesmo os edifícios abandonados. Tal como disse o professor Flávio Lopes numa das suas aulas, estes são **edifícios com séculos de garantia** como não existem muitos. Porém, se forem introduzidas novas estruturas, a duração do edifício decresce imenso. Além da qualidade construtiva e arquitetónica, é de salientar a qualidade espacial destes edifícios. A arquitetura excecional da Baixa deve ser preservada, não só pela sua qualidade, mas também, porque é um testemunho da antiguidade, como já não existem muitos.

Há ainda outro aspeto em que o caso de Lisboa é excecional: a totalidade da cidade é tratada como "espaço significante", procurando pela forma conectar o seu passado e futuro e ao mesmo tempo apresentar um ideal de beleza racional e depurada que espelhasse as intenções do poder político, num método que a Casa do Risco desenvolve e que iria ter ainda utilização exemplar numa obra fora de Lisboa, em Vila Real de Santo António.

(SIPA, 2011)

⁴⁰ A aprovação deste Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina foi publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 55, de 18 de março de 2011, sob o Aviso n.º 7126/2011.

⁴¹ A "Baixa Pombalina" encontra-se classificada como imóvel de interesse público (IIP), conforme Decreto 95/78, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 210, de 12 de setembro. A Lisboa Pombalina é o símbolo da excecional resposta ao Terramoto de 1755, que destruiu grande parte do centro da cidade de Lisboa.

Muitas foram as tentativas de atrair população para habitar no centro da cidade, sobretudo população jovem, no entanto não houve êxito. Visto que não conseguiram atrair população para residir permanentemente, os empresários e investidores decidiram cativar os residentes temporários, neste caso os **turistas**. Este é um ótimo lugar para quem quer conhecer a capital, pois está inserido no coração da cidade. Os turistas vieram trazer de novo a vida que a Baixa Pombalina tinha perdido e surgiu uma “nova Baixa”. Mas se por um lado trouxe vida, por outro fez com que se perdessem os moradores e os comerciantes portugueses que ainda lá existiam. Para alojar a grande quantidade de turistas foram requalificados os edifícios antigos e degradados para criar **hotéis**, **hostels**, alojamentos locais e **airbnb**⁴². Além da criação de espaços hoteleiros também o comércio começou a focar-se nos turistas (Nobre, 2015).

A cidade está feita para os turistas (figura 5.7) e não para os residentes. Com o aumento de turistas e de unidades hoteleiras, houve uma **diminuição da qualidade de vida dos residentes**. No entanto, algo positivo a salientar, é que o turismo veio fazer com que o número de edifícios degradados diminuísse. O **futuro** da Baixa está nas ações dos investidores privados. Atendendo a que o turismo é uma das atividades económicas mais rentáveis, o **negócio da hotelaria tem vindo a crescer** imenso nos últimos anos, sobretudo porque Lisboa foi destacada como um dos melhores destinos de férias do mundo (Nobre, 2015).



Fig. 5.7 – Rua Augusta cheia de turistas a passear (Fotografia da autora, 2022)

A Baixa está a perder os moradores permanentes, porque estes muitas vezes estão a ser **forçados a sair** ou a venderem as suas casas. Mas os **turistas não vivem os espaços**, não interagem com a cidade da mesma forma que os verdadeiros habitantes, não criam laços afetivos duráveis, nem criam relações sociais profundas. Tudo o que vivem e experienciam é durante um curto espaço de tempo. **A Baixa está sempre ocupada sem realmente estar** (Andrade, 2017). É como se

⁴² Airbnb foi fundado em Agosto de 2008 por Brian Chesky, Joe Gebbia e Nathan Blecharczyk em São Francisco e é um serviço online comunitário para as pessoas anunciarem, descobrirem e reservarem acomodações e meios de hospedagem. O Airbnb permite aos indivíduos alugar o todo ou parte de sua própria casa, como uma forma de acomodação extra. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Airbnb>

fosse um filme em que o cenário é sempre o mesmo, mas os atores estão sempre em constante mudança. A Baixa ao estar a **adaptar-se às necessidades dos “novos residentes”** está a dificultar a permanência dos que deveriam ser os verdadeiros habitantes.

As **transformações da Baixa** são devidas a vários fatores (Andrade, 2017):

- **Especulação imobiliária**, que aumenta os preços das rendas, fazendo com que os antigos residentes e jovens e a maioria da população portuguesa que procuraram esta zona não consigam suportar tais preços e tenham de procurar outros lugares para viverem, muitas vezes nem perto do centro é possível;
- **Crescimento do turismo** e de **habitação de luxo**, que dificulta a permanência dos residentes;
- **Mudanças dos estilos de vida** e novas exigências habitacionais;
- **Concorrência comercial e de lazer** noutras zonas da cidade de Lisboa;
- **Falta de regulamentação** que controle as intervenções nos edifícios, sobretudo ao nível do interior e em alojamentos turísticos.;
- **Mudança nas dinâmicas da cidade**, existe maior circulação de pessoas na rua, alterando as rotinas de quem realmente habita, porque todo o comércio na Baixa está direcionado para o novo público. Viver na Baixa Pombalina torna-se cada vez mais difícil.

Os turistas são muito importantes para a economia do país e para revitalizar de novo este lugar, no entanto é necessário haver um **equilíbrio**. O ideal seria conjugar os turistas com os moradores, não só de várias faixas etárias, como também, de várias classes socioeconómicas. Também os comerciantes e serviços deveriam corresponder às necessidades de todos os habitantes e não só dos estrangeiros. É necessário que se promova a **diversidade e a inclusão social**, porque a **cidade é um direito de todos** como refere Henri Lefebvre (Andrade, 2017). A Baixa não deveria ser apenas um lugar de passagem, mas também de permanência.

Qual será o futuro da Baixa?

Tudo dependerá das medidas tomadas pelo Município de Lisboa, pelos planos de salvaguarda e da maneira como serão aplicados e pelas intervenções que serão feitas. A Baixa é um lugar rico e ainda tem muito para ser estudado e analisado, para posteriormente poder reabilitar, conservar e adaptar de forma consciente e fundamentada. Este é um exemplo único para a arquitetura e urbanismo e que influenciou toda a construção portuguesa posterior. Cabe às novas gerações terem a sensibilidade de preservar este centro, mas a **Baixa está na mão de todos**. As perspetivas futuras da Baixa são positivas, porque felizmente caminhamos na direção certa e cada vez mais existem tentativas para fazer renascer esta área, para que ela volte a ter mais vida e a ser mais vivida do que visitada. Se esta cidade renasceu de um terramoto também conseguirá renascer de alguns obstáculos e dificuldades. Os próximos anos e décadas serão fundamentais para perceber que rumos irá ter a Baixa.

5.4. EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES REALIZADAS EM EDIFÍCIOS ANTIGOS

A Baixa ainda se apresenta como **centro simbólico** da cidade de Lisboa. Apesar de muitos edifícios da Baixa estarem abandonados e degradados, cada vez mais tem havido a preocupação de conservá-los, reabilitá-los e de enaltecer as suas qualidades. Esta preocupação em **recuperar**

o **património antigo** deveria sempre existir. Seguidamente, vamos refletir sobre duas intervenções feitas com grande sensibilidade e delicadeza. Um dos projetos é da autoria do **Atelier Aurora Arquitetos** e o outro do **arquiteto José Adrião**. São duas abordagens um pouco diferentes entre si, mas que tentam preservar o edifício ao máximo e fazer a distinção do existente/antigo e do novo/moderno.

Projeto: Intervenção no apartamento na Estrela, Lisboa

Arquitetos: Atelier Aurora Arquitetos

Ano: 2015

Área: 200 m²



Fig. 5.8 – Planta do apartamento na Estrela (Planta do Atelier Aurora Arquitetos, 2015)

Este apartamento antes da intervenção já se encontrava em bom estado de conservação e quase pronto a habitar e possui uma **qualidade arquitetónica excepcional**, como podemos observar nas imagens seguintes (figura 5.9). Este apartamento não sofreu propriamente uma reabilitação, mas sim uma **intervenção no existente**, de forma a potenciar os seus valores e ao mesmo tempo acrescentando um toque de modernidade ao espaço. Esta intervenção foi sobretudo uma redefinição de espaços e uma **adequação aos modos de habitar** modernos e em especial à forma de habitar dos clientes (Aurora Arquitetos, 2015).

Houve um trabalho profundo para **recuperar os elementos originais** e com valor deste apartamento. Foram mantidos os pavimentos de madeira, os azulejos da cozinha, as decorações das paredes e tetos e as guarnições dos vãos. A recuperação destes elementos permite enaltecere as qualidades existentes neste edifício antes da intervenção. Na **cozinha** (figura 5.9, imagem da direita) conseguimos perceber o contraste entre os azulejos existentes e a nova intervenção, numa harmonia perfeita (Aurora Arquitetos, 2015).

A **organização espacial do apartamento** foi bastante alterada sobretudo do lado norte, onde houve uma conversão da área social na área privada e vice-versa. A **antiga área privada**, composta por três quartos, transformou-se numa grande sala de estar. Enquanto a **antiga área social**, composta por uma sala e escritório, transformou-se em dois quartos e um closet. O lado sul manteve a sua configuração original. Na **sala** (figura 5.9, imagem da esquerda) as paredes que dividiam os quartos foram demolidas, mas ainda assim, houve a sensibilidade por parte dos arquitetos em emoldurar as paredes demolidas com madeira e latão e em deixar os aros e as bandeiras das portas antigas (Aurora Arquitetos, 2015).

E é da relação de diálogo permanente da pré-existência com os novos elementos que resulta a criação de inesperadas possibilidades. Uma espécie de palimpsesto como forma de repensar e desafiar as funções e relações preestabelecidas, dos utilizadores à própria arquitetura.

(Aurora Arquitetos, 2016)

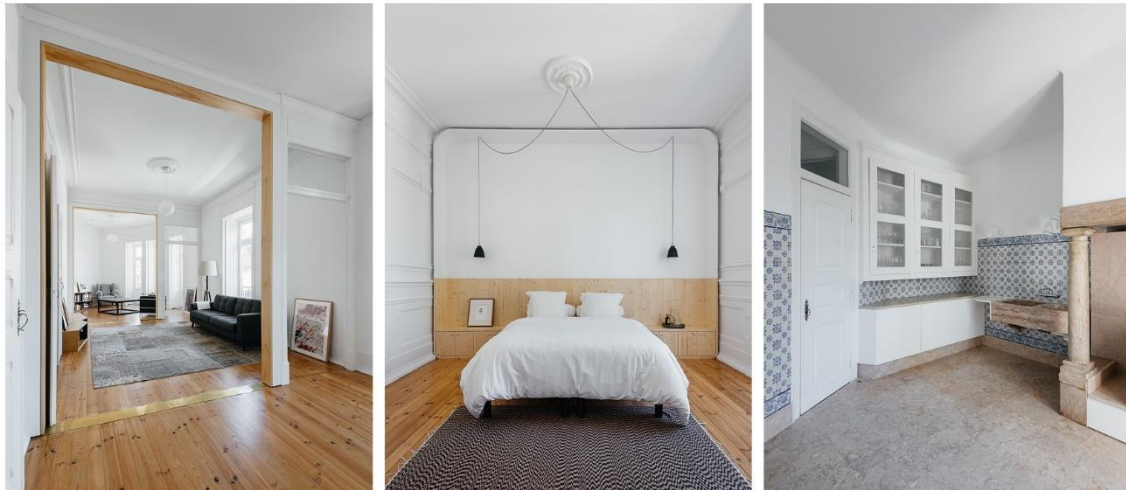


Fig. 5.9 – Da esquerda para a direita: sala de estar (antigos quartos), quarto (antiga sala) e cozinha (Fotografias da empresa do mal o menos, 2016)

O mais interessante neste projeto é a **delicadeza** com que foi feito, existindo uma clara distinção entre o antigo/existente e o moderno/novo. Os elementos pré-existentes permanecem intocáveis e os **novos elementos** em madeira (figura 5.9, imagem do centro) não tocam na estrutura original e surgem de forma a não interferir com o antigo, para que cada elemento arquitetónico tenha o seu espaço e a sua importância, sem competirem entre si, apenas criando uma harmonia e equilíbrio.

Projeto: Reabilitação no edifício Residencial Douradores, Nº 186, Lisboa

Arquitetos: José Adrião Arquitetos

Ano: 2020

Área: 1309 m²



Fig. 5.10 – Aspeto do interior do edifício antes da obra (Foto de Nuno Almendra, 2020)

Fig. 5.11 – Planta dos apartamentos na Baixa (Planta do Arquiteto José Adrião, 2020)



O edifício em análise foi construído na primeira metade do século XIX. É um edifício de gaveto e situa-se na **área da Baixa Pombalina**, com a fachada principal virada para a rua dos Douradores e a outra para a rua de Santa Justa. Este imóvel, ao contrário do anterior, não se encontrava em boas condições e em **grande parte** estava **devoluto**. Os apartamentos estavam em **condições precárias** (figura 5.10), com infraestruturas degradadas. A estrutura também estava degradada e fragilizada, devido a anteriores demolições em paredes resistentes, que provocaram patologias e anomalias graves (Adrião, 2020).

O edifício originalmente era um esquerdo-direito. Porém, devido a ser um imóvel de gaveto o atelier decidiu adicionar mais um apartamento por piso (figura 5.11), mantendo a **estrutura pombalina** assim como a **organização espacial existente**. Neste projeto não falamos apenas de intervenção, falamos mais de reabilitação. Primeiramente reabilitando as anomalias das estruturas, cobertura e piso térreo. A reabilitação foi feita em paralelo com as **sondagens estruturais**, assim como aos frescos e pinturas parietais existentes (Adrião, 2020).



Fig. 5.12 – Da esquerda para a direita: sala (1º piso), sala (5º piso) e sala (2º piso) (Fotografias de Fernando Guerra, 2020)



Fig. 5.13 – Rua dos Douradores, 186, em Lisboa; pormenor de frescos conservado no decurso de obras de reabilitação (Fotografia de Flávio Lopes, 2020)

Durante as sondagens foram descobertas várias **camadas de frescos e pinturas** em todos os apartamentos (figura 5.12). Uma das decisões mais importantes deste projeto foi em **revelar os frescos e pinturas escondidos** durante décadas, e talvez séculos, e de os preservar. Os arquitetos também tiveram muita sensibilidade ao tentar não alterar os elementos originais do edifício, colocando as infraestruturas nos tetos e pavimentos. Uma decisão também interessante

foi a de não restaurar os frescos e somente proceder à sua **preservação**, deixando os frescos sobrepostos, incompletos e com as suas falhas (figura 5.13). Para que se perceba as várias intervenções existentes nos apartamentos e os vários tempos ali presentes (Adrião, 2020).

Estes são **dois projetos distintos, mas que partem do mesmo objetivo** que é a preservação e conservação destes edifícios de grande valor e qualidade arquitetónica. Além da preservação, ainda têm como objetivo o enaltecimento desses valores e qualidades. Escolhi estes dois projetos não só por serem verdadeiros exemplos de como intervir em edifícios com qualidades excecionais, como também, por se relacionarem com os conceitos principais desta tese. O projeto do atelier Aurora Arquitetos relaciona-se com o conceito da **adaptabilidade**, por adequar os vários espaços às necessidades e requisitos atuais dos habitantes e pela capacidade que teve em reorganizar os espaços. E o projeto do arquiteto José Adrião relaciona-se com o conceito da **mutabilidade**, visto que o principal objetivo é demonstrar a evolução do edifício através dos frescos e pinturas.

CAPÍTULO 6. CASO DE ESTUDO 1 | Rua de São Mamede, 25

6.1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DO EDIFÍCIO EM ESTUDO

Localização: O edifício constitui um exemplo da arquitetura civil pombalina de habitação corrente e está localizado no centro histórico da cidade, na **zona do Castelo-Sé**, acima da Baixa Pombalina. A fachada principal está voltada para a Rua de São Mamede (norte) como é visível na figura 6.1 e a fachada tardoiz (figura 6.2) está virada para o logradouro onde se implantam os anexos (edifícios de apoio) em ruínas. O quarteirão onde está inserido, para além da rua já mencionada, é delimitado pela Travessa do Almada (nascente), pela Rua Pedras Negras (sul) e pela Rua da Madalena (poente), localizado na freguesia de Santa Maria Maior.



Fig. 6.1 – Fachada principal, quarteirão e anexo em ruínas (Adaptado do Google Earth, 2022)



Fig. 6.2 – Fachada Tardoiz, quarteirão e anexo em ruínas (Adaptado do Google Earth, 2022)

Proteção:

- O edifício em estudo é abrangido pela **Área de Reabilitação Urbana (ARU)**;
- Está integrado no **Conjunto de Interesse Público** designado de *Lisboa Pombalina*;
- Localiza-se numa área de potencial valor arqueológico de nível II do PDM;
- O edifício também integra o **Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina**.

Traçado: De acordo com o PDM, a área em estudo integra-se nos Espaços Consolidados do tipo Espaços Centrais e Residenciais e corresponde ao **Traçado Urbano B**;

Utilização inicial: Habitação, atualmente encontra-se desocupado;

Época de construção: 2ª metade do século XVIII;

Ano de construção: 1780-1785.



Fig. 6.3 – Ortofotomapa do quarteirão (Adaptado do Google Earth, 2022)

6.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: LUGAR

Na planta de **Tinoco** de **1650**, a zona onde o edifício se localiza foi profundamente modificada após o terramoto de 1755. Na cartografia de **Carlos Mardel**, de **1756**, ainda não existia o edifício em estudo (figura 6.4).



Fig. 6.4 - Cartografia histórica de Carlos Mardel, 1756 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na **Planta Topographica de Lisboa** (figura 6.5), de **1780**, podemos observar que a zona onde o edifício se insere já apresenta um plano urbanístico novo, onde o quarteirão já se encontra definido.



Fig. 6.5 - Planta Topographica de Lisboa, 1780 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na cartografia de **1812**, mandada elaborar pelo **Duque de Wellington** (figura 6.6), podemos perceber de forma mais precisa o quarteirão. No entanto, não existem grandes alterações ao nível do traçado desde a planta anterior de 1780.

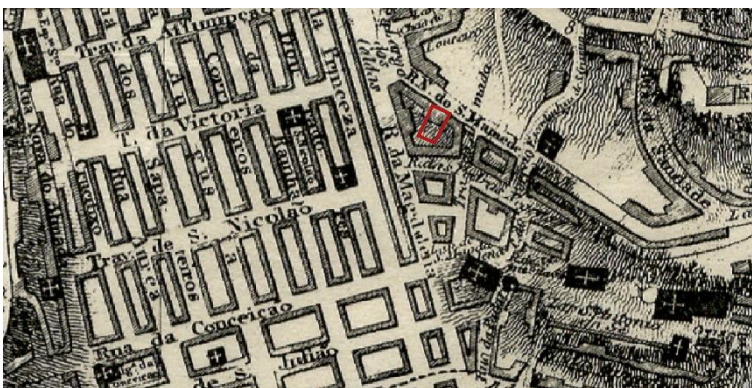


Fig. 6.6 - Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na planta elaborada sob a orientação de **Filipe Folque**, de **1856-8** (figura 6.7), já conseguimos identificar o edifício bem como o logradouro e até o anexo que hoje se encontra em ruínas.

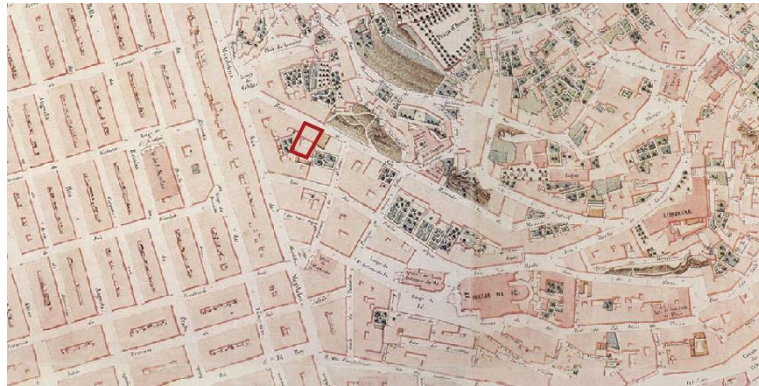


Fig. 6.7 – Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58 (Adaptado do Lxi, 2022)

Em relação à planta de **Francisco e César Goullard** (figura 6.8), de **1878** e de **Silva Pinto**, de **1911**, as diferenças em relação à planta de Filipe Folque são muito poucas, o que reflete a consolidação urbanística do local.



Fig. 6.8 – Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na planta de **Silva Pinto**, de **1911** (figura 6.9), o quarteirão, o edifício e o pátio são apresentados tal como existem atualmente.



Fig. 6.9 – Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911 (Adaptado do Lxi, 2022)

No **ortofotomapa atual**, do Google Earth (figura 6.10), percebemos que não existem quase alterações desde a planta de 1911. Este edifício está num lugar muito privilegiado, pois

encontra-se perto da Sé de Lisboa e do Castelo de São Jorge e ainda da Igreja de Santa Maria Madalena.



Fig. 6.10 – Ortofotomapa (Adaptado do Google Earth, 2022)

6.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: EDIFÍCIO

O edifício está localizado numa **área privilegiada** e numa zona com uma posição estratégica que em tempos concentrava a vida comercial e cívica da cidade (SIPA, 2007). O **núcleo da Sé** onde o edifício está inserido tem uma grande vista para a colina e para rio e uma excelente exposição solar.

O **edifício manteve as suas características desde a sua construção**, pois de uma forma geral foi conservada a sua métrica, aparência exterior, cobertura, vãos e materiais de revestimento pombalinos. Este é um dos poucos casos onde o edifício se encontra quase inalterado, sendo de extrema importância conservar este testemunho que representa a tipologia pombalina. Em caso de reabilitação, todos os valores e características únicas deste estilo arquitetónico deverão ser preservados.

Não se conhecem registos que evidenciem a evolução deste edifício. Apenas se sabe que atualmente se encontra desocupado e com uma grande necessidade de obras de reabilitação e restauro, devido ao **estado de degradação** a que este chegou.

A estrutura em geral encontra-se em bom estado, com exceção do anexo que está em ruína. No edifício as **patologias mais evidentes** são a degradação das caixilharias (apodrecimento das madeiras e alguns vidros partidos) e da cobertura que levam a fenómenos de infiltração, que por sua vez levam à corrosão e ao apodrecimento dos vários materiais. Também existem várias fendas, as obliquas derivadas dos assentamentos das fundações e as cruzadas resultantes da atividade sísmica. Ao nível das fachadas estas encontram-se num mau estado de conservação e as principais patologias derivam da presença de humidade, resultando no destacamento da tinta e na deterioração e desagregação do reboco. Verifica-se também a presença de fissuras e de vegetação. Também as cornijas, os frisos e as cantarias apresentam alguma danificação.

Estas **patologias** diversas são principalmente causadas pelo envelhecimento, pela falta de manutenção e aplicação de operações preventivas para manter o bom funcionamento do edifício, principalmente ao nível da cobertura e da caixilharia.

6.4. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

6.4.1. PERÍODO CONSTRUTIVO

- O edifício em estudo é de finais do século XVIII, inserindo-se na **tipologia de construção pombalina**, com uma boa construção de origem.
- O imóvel pertence à época de reconstrução dos quarteirões limite da Baixa Pombalina, dos finais do século XVIII.

6.4.2. SISTEMA ESTRUTURAL

- O sistema construtivo é o característico das construções pombalinas, com **paredes portantes periféricas em alvenaria** simples, rebocadas com argamassas à base de cal e pintadas nos pisos elevados, e revestidas com azulejos no piso térreo.
- Também no **interior**, ao nível dos **pisos elevados**, a estrutura é característica das construções pombalinas, com a utilização de **paredes de frontal** (figura 6.11, direita), executadas com barrotes de madeira em várias direções, argamassa, pedra e tijolos de pequenas dimensões. Os **tabiques** de madeira também foram utilizados para a compartimentação dos espaços, no entanto estas paredes não têm grande função estrutural. O sistema estrutural interior de todos os pisos pode ser observado nas plantas da figura 6.12.
- Ao nível do **interior do piso térreo** (figura 6.11, esquerda), este também segue as construções pombalinas, com a utilização de paredes exteriores e pilares de alvenaria de pedra e tijolo, os pilares suportam os arcos e abóbadas e ainda as paredes de frontal dos pisos elevados.
- Os **pavimentos** (figura 6.11, centro) são todos compostos por barrotes de madeira e soalho. Os barrotes são apoiados nas paredes exteriores de alvenaria e também nas paredes de frontal. O pavimento do piso 1 tem algumas diferenças pois a estrutura do pavimento é apoiada nos arcos de pedra do piso térreo.
- A **cobertura** do edifício é de duas águas. Possui uma estrutura em madeira no seu interior e é composta por telhas marselha e rematadas com beirado em telha canudo e cimalha.



Fig. 6.11 – Da esquerda para a direita: abóbadas de aresta no piso térreo; pavimento e vigas de madeira; parede de frontal (Fotografias de Vasco Appleton, 2020)



6.4.3. FACHADAS

Fachada principal:

- A fachada principal (figura 6.13, fotografias de cima) é regular, seguindo a geometria do período pombalino, através da hierarquização das janelas de sacada e de janelas de peito em seis alinhamentos. Este alçado possui um grande cuidado no desenho da fachada assim como na escolha dos materiais.
- Esta fachada **caracteriza-se por**:
 - No **piso térreo** observamos três portas de maiores dimensões e uma porta de menores dimensões e ainda dois vãos de peito, neste piso o revestimento é feito por azulejo, enquanto nos restantes a fachada é apenas rebocada;
 - No **primeiro piso** encontramos seis vãos de sacada com varandas individuais;
 - No **segundo piso** observamos seis vãos de peito;
 - No **terceiro piso** encontramos de novo seis vãos de sacada, mas, com varanda corrida, acima da cornija;
 - No **quarto piso** surgem as trapeiras, com varandas individuais. Existem quatro trapeiras, havendo duas em cada água da cobertura;
 - As bases das varandas são em cantaria de pedra lioz, assim como as molduras de todos os vãos e as guardas das varandas são em ferro fundido;
 - As caixilharias dos vãos são em madeira pintada e todas as janelas possuem vidro simples.

Fachada tardoz:

- A fachada tardoz (figura 6.13, fotografias de baixo) também segue a geometria do período pombalino, através da hierarquização das janelas de peito em sete alinhamentos.
- Esta fachada **caracteriza-se por**:
 - No **piso térreo** apenas conseguimos observar duas portas, sendo que a restante área térrea estava coberta pelo anexo em ruínas. No entanto, este piso possui três portas e um vão muito pequeno;
 - No **piso 1** existem quatro vãos de peito, duas portas e um dos vãos está coberto por uma parte do anexo, no entanto é um vão muito pequeno;
 - O **piso 2 e 3** apresentam sete vãos de peito, emoldurados com cantarias e sem varandas;
 - O revestimento desta fachada é feito através de reboco;
 - O tratamento formal desta fachada é muito mais simples e despojado que na fachada principal, não existindo tanto cuidado no desenho do alçado.

Nota: ver anexo 15



Fig. 6.13 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Rua de São Mamede; alçado principal para a rua de São Mamede; alçado tardoz para o logradouro; logradouro visto do edifício na Rua das Pedras Negras, 34 (Fotografias atuais da autora, 2022 e Fotografia da fachada tardoz de Francisco Valsassina, 2020)

6.4.4. INFRAESTRUTURAS

- As fundações das paredes são diretas e são executadas em pedra e estacas de madeira.
- O edifício terá sido construído sobre pré-existências (ocupação pré-terramoto), que do ponto de vista geológico enquadra-se no miocénico.
- A implantação do edifício é sobre **solo argiloso**, tal como pode ser observado na planta em baixo (figura 6.15).
- Segundo a Carta da Vulnerabilidade Sísmica dos Solos do Plano Diretor Municipal de Lisboa, o edifício situa-se numa **zona em que a vulnerabilidade sísmica dos solos é média**.



6.4.5. INTERIORES

- O edifício é composto por piso térreo, três pisos elevados (1º a 3º andar), sendo o último piso (4º andar) um aproveitamento da cobertura, tipo “água-furtada”. O edifício principal tem 18 m de largura por 15,8 m de profundidade, enquanto o anexo possui 16,3 m de largura por 9 m de profundidade.
- No interior verificamos as **seguintes características**:
 - O interior e a linguagem do piso térreo são bastante diferentes dos restantes pisos, pois este é abobadado e utiliza materiais diferentes;
 - As paredes são revestidas a azulejo até meia altura, como é visível na figura 6.15;
 - Os pavimentos são em tábua corrida de pinho nacional;
 - Os tetos são do tipo “saia e camisa” (forro de madeira com tábuas encaixadas, formando reentrâncias, a “saia” e saliências, a “camisa”);
 - A escada segue a linguagem pombalina, pois é em pedra no primeiro lanço e em madeira nos restantes;
 - As portas interiores são duplas (duas folhas) e com bandeira e são em madeira pintada, assim como as portadas das janelas (figura 6.15).



Fig. 6.15 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: vista geral do piso 2; cozinha do piso 3; salão do piso 3; compartimento interior do piso 3; escadas do piso 3 para o 4; vista geral do piso 4 (Fotografias de Frederico Valsassina, 2020)

6.4.6. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

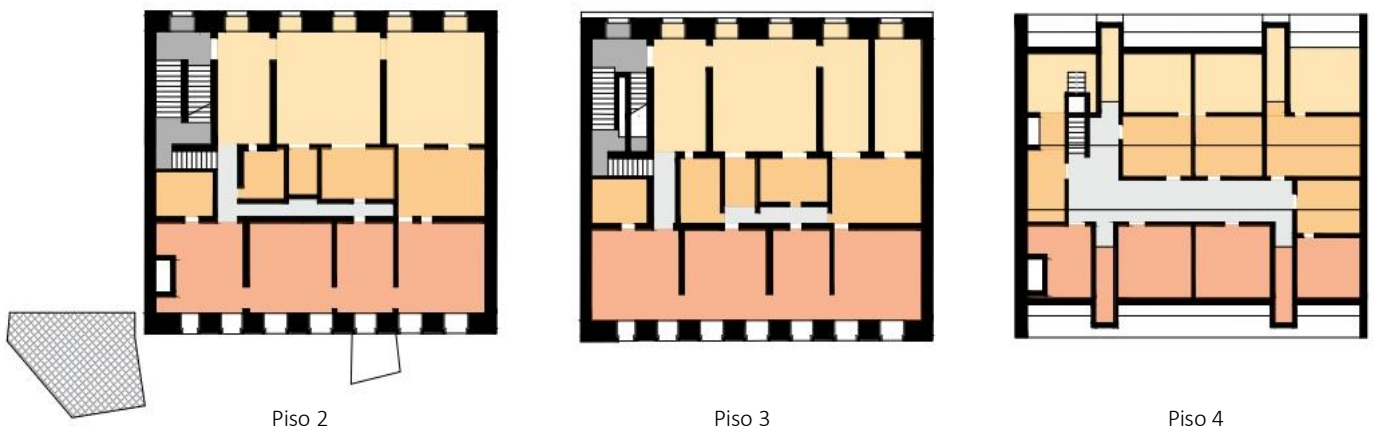
A organização espacial atual (ver anexo 14) deste imóvel corresponde à original. É marcada pela posição de escadas junto à empena do lado direito do prédio e por dois alinhamentos de paredes de frontal paralelas à fachada. Para além disso é caracterizado pela **tipologia singular**, ou seja, apenas possui um apartamento por piso, apesar de geralmente os edifícios pombalinos serem caracterizados pela tipologia de esquerdo-direito.

O espaço de cada apartamento é dividido em **três zonas** (figura 6.16): a **principal**, voltada para a rua; a **secundária** voltada para o logradouro e a **intermédia** de uso polivalente.



Piso térreo

Piso 1



Piso 2

Piso 3

Piso 4

Legenda

- Estrutura
- Acessos
- Corredores
- Espaços para a traseira de rua
- Espaços interiores
- Espaços para a frente de rua
- Espaços do logradouro (piso térreo e piso 1)

Fig. 6.16 – Organização espacial do caso de estudo na Rua de São Mamede, 25 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Planta sem escala

6.4.7. ELEMENTOS COM VALOR

Os elementos do edifício que expressam o seu **valor cultural** podem ser sistematizados do seguinte modo:

- O **sistema estrutural pombalino**, incluindo as paredes periféricas, a gaiola pombalina e as abóbadas do piso térreo;
- As **fachadas** com todos os seus elementos característicos, tais como cantarias. Cornija, bacias de varandas, gradeamentos, socos e revestimento azulejar no piso térreo;
- A **espacialidade interior** e os revestimentos azulejares pombalinos, bem como os tetos de saia e camisa ainda recuperáveis;
- A **caixa de escadas**.

6.4.8. ENTRE A PERMANÊNCIA E A MUDANÇA

Neste edifício verificamos uma elevada permanência das características principais da arquitetura pombalina. As fachadas e a cobertura apenas sofreram **pequenas modificações** que podem ser revertidas. O sistema estrutural e a compartimentação interior foram mantidas o que mostra que **o imóvel resistiu bem às mudanças** do estilo de vida das famílias. Também as áreas destinadas ao comércio, no piso térreo mantiveram a sua configuração.

Neste caso de estudo não se conhecem plantas e alçados de modificação da organização espacial interna original como nos casos seguintes. Os desenhos técnicos das plantas, dos alçados e dos cortes podem ser observados nos anexos 14 e 15.

Nota: A análise do edifício da Rua de São Mamede, 25, foi realizada com base na documentação existente na Câmara Municipal de Lisboa e com recurso a visitas ao local. Foi também importante a consulta do Relatório Prévio produzido pelo arquiteto Frederico Valsassina (2020) e do Estudo de Diagnóstico elaborado pelo Engenheiro Vasco Appleton (2020). Assim como a utilização da plataforma Lisboa Interativa (Lxi) da CML.

CAPÍTULO 7. CASO DE ESTUDO 2 | Rua dos Anjos, 2

7.1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DO EDIFÍCIO EM ESTUDO

Localização: O edifício, de função edifício habitacional, está localizado numa zona histórica da cidade, mais especificamente na **zona dos Anjos**. O imóvel em estudo é de gaveto. A fachada principal (figura 7.1) está delimitada pela Rua dos Anjos (poente) e a sua fachada lateral (figura 7.2) está delimitada pela Travessa do Maldonado (sul). Este edifício encontra-se junto do Largo do Intendente de Pina Manique. O quarteirão onde está inserido, para além das ruas já mencionadas, é delimitado pela Travessa do Forno aos Anjos (norte) e pela Travessa do Forno do Maldonado (nascente) e localiza-se na freguesia de Arroios.



Fig. 7.1 – Fachada principal e lateral, quarteirão (Adaptado do Google Earth, 2022)

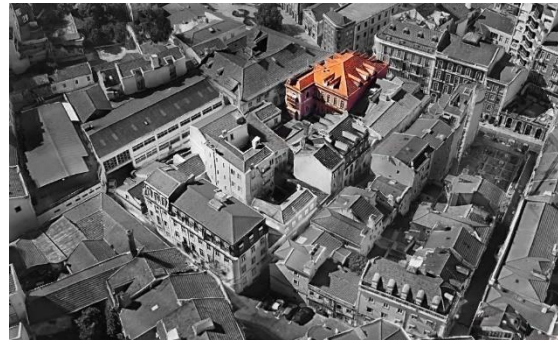


Fig. 7.2 – Fachada Tardoz, quarteirão (Adaptado do Google Earth, 2022)

Proteção:

- O edifício em estudo não é classificado, mas encontra-se na **zona de proteção** do Imóvel de Interesse Público, que é a Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego;
- O edifício em questão está inserido na zona AHH3, segundo o **Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria** e está incluído na Carta Municipal do Património com a referência 06.41 A.

Traçado: De acordo com o PDM, a área em estudo é considerada como Espaço Consolidado do tipo Espaços Centrais e Residenciais e corresponde ao **Traçado Urbano A**;

Utilização inicial: Habitação “Casa dos Maldonado”;

Propriedade: Senhorio direto era o Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, mais tarde a Família Maldonado;

Época de construção: 2ª metade do século XVII;

Ano de construção: 1678.

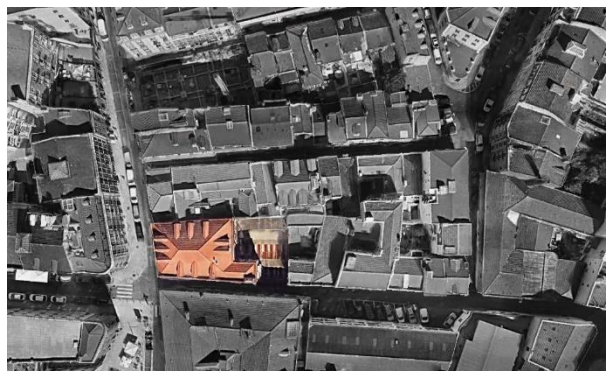


Fig. 7.3 – Ortofotomapa do quarteirão (Adaptado do Google Earth, 2022)

7.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: LUGAR

O edifício em estudo ainda não aparece nas plantas que mostram a cidade antes do terramoto, como é o caso da planta de **Tinoco de 1650**. A partir da **Planta Topographica de Lisboa de 1780** (figura 7.4), podemos observar que a zona onde o edifício se insere já se encontra consolidada e delimitada e o quarteirão já se encontra definido. No entanto, a planta ainda é pouco detalhada. Também podemos verificar a extensão do terreno do Mosteiro do Desterro (representado na planta com o número 116), que nesta cartografia ainda não teria sido reformulado para a criação do Largo do Intendente.



Fig. 7.4 - Planta Topographica de Lisboa, 1780 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na cartografia de **1812**, elaborada a mando do **Duque de Wellington** (figura 7.5), podemos perceber de forma mais precisa o quarteirão e o edificado existente, inclusive o edifício em estudo. Contudo esta cartografia ainda está muito longe de representar o panorama atual. Nesta planta podemos observar uma ligeira reformulação da cerca do Mosteiro do Desterro (ver anexo 23), que deu origem ao Largo do Intendente de Pina Manique, no qual se foram edificando palácios e casas nobres.

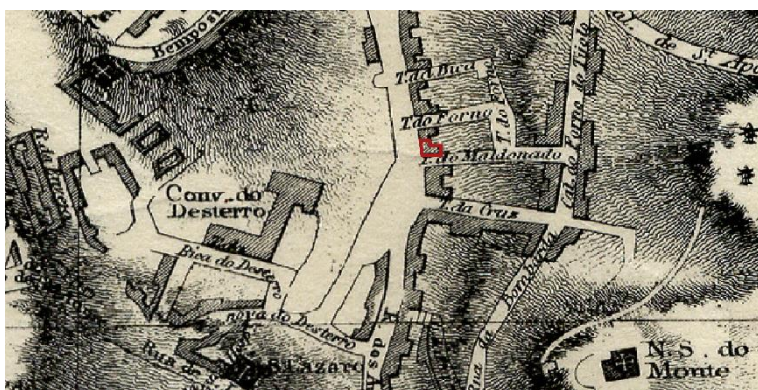


Fig. 7.5 - Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na planta de **Filipe Folque, de 1856-8** (figura 7.6), observamos maior informação e já conseguimos identificar o quarteirão e a forma do edifício. Também podemos perceber que houve uma grande evolução no traçado, com o surgimento de muito edificado e novos quarteirões. Em relação à cerca do Hospital do Desterro (1857), antigo Convento, esta encontra-se mais recuada, surgindo de forma mais visível o Largo do Intendente. Este mais tarde foi remodelado e expandido, e veio trazer mais vida e importância histórica/cultural a esta zona.

Fig. 7.6- Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58 (Adaptado do Lxi, 2022)



Em relação à planta de **Francisco e César Goullard de 1878** (figura 7.7), as diferenças em relação à planta anterior não são muito significativas, a maior diferença é em relação ao Largo do Intendente, que agora está definido por edificado e delimitado por duas ruas.

Fig. 7.7 – Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878 (Adaptado do Lxi, 2022)



Na planta de **Silva Pinto de 1911** (figura 7.8), as alterações são muito significativas quando comparadas com a planta anterior, pois surgiram novos edifícios e esta zona já se apresenta muito consolidada. A cerca do antigo Convento deixou de existir, passando a ser agora uma zona com grande concentração de edificado. O Largo do Intendente já se encontra completamente definido, e não teve alterações até à situação atual. Podemos perceber que até à planta de 1878 o edifício em estudo encontrava-se na rua principal. Porém, com o surgimento do Largo do Intendente e da Avenida Almirante Reis (ver anexo 24), este passou a estar localizado numa rua secundária.

Fig. 7.8 – Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911 (Adaptado do Lxi, 2022)



No **ortofotomapa atual**, do Google Earth (figura 7.9), podemos verificar o surgimento de mais edificado e a consolidação de algumas áreas. Este edifício situa-se num lugar privilegiado, fazendo o coroamento a norte de um dos largos mais importantes de Lisboa, que é visitado por milhares de pessoas por dia. O edifício tem um grande valor arquitetónico assim como os edifícios da sua envolvente, como é o caso do edifício da autoria do arquiteto Adães Bermudes, atualmente utilizado como hotel, e a Fábrica de cerâmica da Viúva Lamego, ambos classificados como imóveis de Interesse Público em 1982 e 1978, respetivamente.



Fig. 7.9 – Ortofotomapa (Adaptado do Google Earth, 2022)

7.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: EDIFÍCIO

O **local** onde se implanta o edifício, teve origem numa ermida antiga numa zona caracterizada pelos seus campos e hortas. Quanto ao Largo do Intendente, só com a alienação de parte da cerca dos frades Bernardos do Desterro foi possível constituir este espaço público.

Em 1736, D. Miguel Maldonado fez uma empreitada na propriedade mais antiga, localizada sobre a Rua dos Anjos, juntando-a a uma outra, contígua pela atual Travessa do Maldonado. Os **Maldonado** permaneceram nos Anjos, pelo menos até 1834. Em 1882, a propriedade dos Anjos seria vendida ao Comendador José Daniel da Silva Pereira Tavares, coube ao comendador a iniciativa pelas obras que transformaram e ampliaram a propriedade, primeiro em 1883 e depois em 1887.

A propriedade apresenta **quatro momentos marcantes** (o edifício foi sujeito a várias alterações e expansões):

- **Primeiro**, corresponde à reconstrução do edifício inicial seiscentista, da responsabilidade de D. Miguel Maldonado que em 1736, engrandeceu o imóvel, conferindo-lhe um carácter nobre (ficando com um aspeto palaciano) e realizou obras de ampliação, entre 1730 e 1740;
- **Segundo** momento é o da reconstrução do Pós-Terramoto de 1755, que pela análise formal da arquitetura situa-se perto do último quartel do século;
- **Terceiro**, no ano de 1883, coincidiu com as modificações e ampliações, no qual o proprietário, Comendador Daniel Tavares, manda modificar a fachada, acrescentando-lhe uma platibanda, e a transformação dos vãos das janelas do piso térreo em portas e, em 1887, modifica a fachada principal e lateral, acrescentando um piso à primeira e regularizando, em parte, os vãos sobre a Travessa do Maldonado;

- **Quarto**, no ano de 1957, foram feitas obras de adaptação ao nível do piso 1, para receber o Externato Lusitano do Comércio.

A propriedade constituía a agregação de várias propriedades que integravam uma unidade mais extensa, intitulada por Prazo de S. Jordão. Este tinha como senhorio o Convento da Santíssima Trindade de Lisboa.

O edifício em estudo encontra-se numa **localização privilegiada**, junto do **Largo do Intendente**, perto do centro de Lisboa e possui vista para o Rio Tejo a partir dos pisos mais elevados. Está rodeado por dois edifícios classificados como Imóvel de Interesse Público, sendo estes a **Fábrica de cerâmica da Viúva Lamego** (situado a 40 metros, classificado desde 1978) e o Edifício na Avenida Almirante Reis, n.º 2 a 2 K (atual **Hotel 1908**, situado a 100 metros, classificado desde 1982). O imóvel não está classificado, mas encontra-se numa zona geral de proteção.

As **anomalias** encontradas no edifício são o resultado, por um lado, da degradação natural dos materiais associados a uma falta de manutenção adequada dos espaços, e também das intervenções estruturais pouco cuidadas ou inadequadas.

As paredes de frontal, tabique, alvenaria de pedra e os pavimentos de madeira apresentam-se na maioria em bom estado de conservação. O edifício em geral apresenta um **estado de conservação razoável**, apesar de várias fendas em tetos e paredes, associados à degradação lenta e progressiva das peças de madeira sob a ação da água e ainda dos assentamentos das fundações.

Ao nível dos **pavimento e paredes** verificam-se diversas patologias associadas à falta de capacidade de carga das fundações, bem como das alterações estruturais ocorridas ao longo da vida útil do próprio edifício.

As principais **patologias** derivam da presença de humidade, provenientes da cobertura e das caixilharias, resultando em destacamentos de reboco e pintura, bem como eflorescências e diversas fissuras ao longo do edifício. Os materiais que se encontram em pior estado de conservação são os revestimentos parietais de argamassas tradicionais de cal e areia, pintura mural, que por sua vez, foram encontradas superfícies intensamente picadas e/ou desgastadas.

7.4. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

7.4.1. PERÍODO CONSTRUTIVO

- O edifício é constituído por elementos estruturais característicos do séc. XVIII e apresenta características do período construtivo **pré-pombalino**, com **reconstrução pombalina**.

7.4.2. SISTEMA ESTRUTURAL

- O sistema construtivo é o característico das construções pombalinas, com **paredes portantes periféricas em alvenaria** simples (figura 7.10).
- Ao nível dos **pisos elevados**, a estrutura utilizada foi a das construções pombalinas, com a utilização de **paredes de frontal** (sistema estrutural antissísmico, figura 7.10) e **paredes de tabique** (figura 7.10), que servem para fazer a divisão dos espaços. O

sistema estrutural interior de todos os pisos pode ser observado nas plantas da figura 7.11.

- Ao nível do **piso térreo**, este é constituído exclusivamente por elementos em alvenaria (paredes, pilares, arcos e abóbadas), seguindo as construções pombalinas.
- Os **pavimentos** elevados são compostos por vigamentos de madeira que apoiam sobre as paredes estruturais do edifício (paredes de alvenaria de pedra ou paredes de frontal).
- A **cobertura** é de quatro águas, possui uma estrutura em madeira e é composta por telhas marselha rematadas com beirado em telha de canudo e cimalha.
- Os dois alinhamentos estruturais principais são perpendiculares à fachada principal que dá para a Rua dos Anjos, são em alvenaria de pedra no piso térreo e em frontal de madeira nos pisos elevados.



Fig. 7.10 – De cima para baixo: sondagem estrutural do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2: Parede de alvenaria de pedra; parede de frontal; parede de tabique (Fotografias de Vasco Appleton, 2019)



Fig. 7.11 – Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Planta sem escala

7.4.3. FACHADAS

Fachada principal:

- A fachada principal (figura 7.12 e ver anexo 26) é regular, seguindo a geometria do período pombalino, através da hierarquização das janelas de sacada e de peito em cinco alinhamentos. Este alçado é bastante mais nobre e simétrico do que o da fachada lateral que dá para a Travessa do Maldonado.
- Esta fachada **caracteriza-se por**:
 - No **piso térreo**, o exterior do edifício segue o mesmo alinhamento dos pisos superiores, apresentando uma simetria de eixo. No entanto, os vãos não são todos da mesma dimensão como nos pisos elevados. Existe uma porta de entrada mais larga ao centro e duas portas de cada lado mais estreitas;
 - O edifício é **revestido** por azulejos do século XIX, com exceção do piso térreo que é composto por um embasamento em pedra (calcário lioz);
 - Todos os pisos apresentam cinco janelas de sacada e todos eles estão alinhados simetricamente, apesar de apresentarem alturas diferentes dependendo do pé-direito do piso em questão;
 - No **primeiro e segundo piso** encontramos vãos de sacada com varandas individuais;
 - No **terceiro piso** encontramos de novo vãos de sacada, mas, com varanda corrida que une as duas fachadas, acima da cornija;
 - No **quarto piso** existe um aproveitamento da cobertura, com abertura de onze trapeiras, havendo três em cada água da cobertura, exceto na fachada tardoz que apresenta duas;
 - Os últimos dois pisos, o **terceiro piso** e as **águas-furtadas**/quarto piso, foram posteriormente acrescentados;
 - As bases das varandas são em cantaria de pedra lioz, assim como as molduras de todos os vãos e as guardas das varandas são em ferro fundido. No **segundo piso**, as cantarias em pedra são mais trabalhadas em comparação com os restantes pisos, demonstrando assim, a parte mais nobre do edifício.

Fachada lateral:

- Uma parte da fachada lateral (figura 7.12) é regular e também segue a geometria do período pombalino, através da hierarquização das janelas de sacada e peito em dois alinhamentos, no entanto a restante fachada não tem a mesma linguagem, pois não apresenta o mesmo cuidado no desenho do alçado.
- Esta fachada **caracteriza-se por**:
 - Parte da fachada é uma **continuidade da fachada principal**, sendo que a diferença é que no alçado do piso térreo existe uma janela oval e o revestimento em certa parte passa a ser reboco pintado, em vez da pedra lioz;
 - A restante fachada apresenta janelas de peito em cinco alinhamentos, e o revestimento nesta área é azulejo (continuidade dos azulejos dos pisos superiores). No piso térreo existe uma porta ao centro e duas janelas de peito de cada lado.

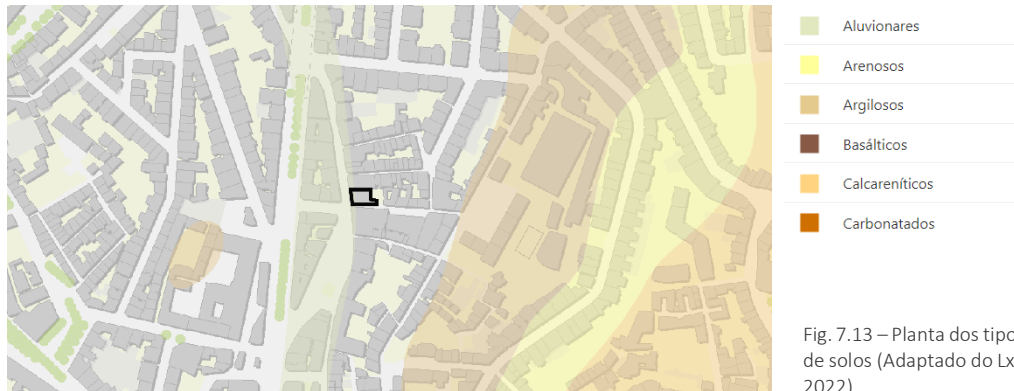


Fig. 7.12 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: alçado principal para a rua dos Anjos; Largo do intendente, vista para o edifício; Fachada lateral para a Travessa do Maldonado antigamente (1964) e atualmente (Fotografias atuais da autora, 2022 e Fotografia antiga de autor desconhecido, 1964)

7.4.4. INFRAESTRUTURAS

- As fundações são construídas em alvenaria de pedra complementada com arcos para transmitir as cargas ao solo e resistir assim melhor aos sismos.

- Parte do edifício está sobre **solo aluvionar**, tal como pode ser observado na planta em baixo (figura 7.13).
- Segundo a Carta da Vulnerabilidade Sísmica dos Solos do Plano Diretor Municipal de Lisboa, de 2012, o edifício situa-se numa **zona em que a vulnerabilidade sísmica dos solos é muito elevada** (a poente) e **média** (a nascente).



7.4.5. INTERIORES

- O edifício é composto por piso térreo, três pisos elevados (1º a 3º andar), sendo o último piso (4º andar) um aproveitamento da cobertura, tipo “água-furtada” (figura 7.14). A área de cada piso é aproximadamente 340 m².
- No interior verificamos as seguintes **características**:
 - As paredes são revestidas com reboco à base de cal área;
 - O material lenhoso está muito presente neste edifício, podemos encontrá-lo nas portas, portadas, janelas e respetivas molduras, nos pavimentos e rodapés;
 - O núcleo de escadas é constituído por uma estrutura mista de alvenaria de pedra e madeira. Construído em alvenaria de pedra até ao piso 2 e em estrutura mista de alvenaria de pedra e madeira do piso 2 para cima;
 - A maioria das portas interiores são duplas (duas folhas), com bandeira e são em madeira pintada;
 - As paredes de tabique têm a principal função de compartimentar o interior de todo o edifício;
 - Os tetos são trabalhados com frisos e ornamentos em estuque.

7.4.6. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

No piso térreo desenvolve-se o comércio e nos pisos superiores correspondem a habitação, o acesso ao edifício é feito pela empena poente na qual se acede um hall de entrada, que é composto por uma escada permitindo fazer a distribuição para os restantes pisos de habitação. Este imóvel (ver anexo 25) é caracterizado pela **tipologia singular**, ou seja, apenas possui um apartamento por piso.

O facto de o edifício ter resultado do aproveitamento de estruturas pré-pombalinas justifica o facto de a **organização do interior não corresponder aos modelos pombalinos** edificados na Baixa. A organização espacial (figura 7.15), com **áreas nobres** voltadas à rua dos Anjos e **áreas secundárias** voltadas ao logradouro teve de se adaptar às estruturas preexistentes.

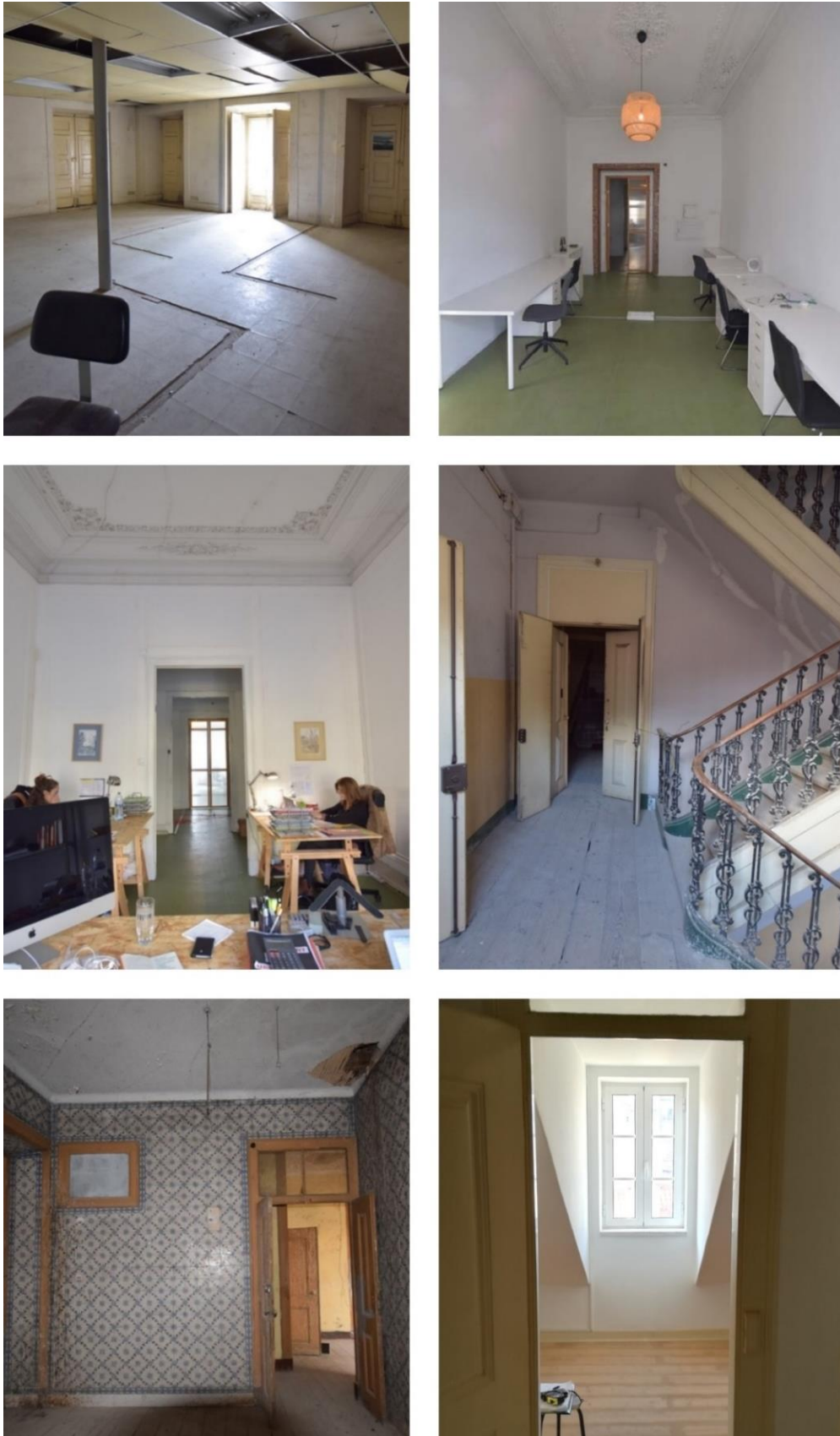


Fig. 7.14 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 1; vista geral do piso 2; vista geral do piso 2; patim do piso 3 e escadas; vista geral do piso 3; vista geral do piso 4 (Fotografias de Patrícia Mestre, 2020)



Fig. 7.15 – Organização espacial do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Planta sem escala

7.4.7. ELEMENTOS COM VALOR

Caracterizam-se seguidamente os **elementos que expressam o valor histórico-cultural** do edifício:

- **No interior** é de destacar: as paredes de frontal e as paredes de alvenaria de pedra executadas após o terramoto, que se encontram num bom estado de conservação; o calcário de lioz e encarnado; os azulejos esponjados nos rodapés entre os degraus das escadas e elementos em madeira; as flores em cerâmica vidrada (na platibanda); os azulejos e mosaicos hidráulicos; a pintura mural; as guardas metálicas das escadarias (figura 7.16); o pavimento em tábua corrida de madeira e as sancas e tetos em estuque.
- **No exterior** são de destacar: o desenho da fachada; os elementos pétreos (cantarias dos vãos, embasamentos, cunhais e pilastras em calcário lioz); as guardas das varandas em ferro forjado; as carantonhas em faiança nas goteiras sob as varandas e os azulejos o (com desenhos/padrões muito característicos), do final do século XIX (figura 7.16).

Fig. 7.16 – Elementos com valor histórico-cultural, guardas metálicas da escadaria e azulejos decorativos da fachada do final do século XIX (Fotografias de Patrícia Mestre, 2020)



7.4.8. ENTRE A PERMANÊNCIA E A MUDANÇA

A história deste edifício e da sua envolvente revela vários tipos de transformação para a adaptação às necessidades. Em primeiro lugar, registamos uma **alteração das características do local**, desde o século XVII até ao início do século XX, altura em que a rua dos Anjos, na sua relação com o Largo do Intendente de Pina Manique se estabilizou.

Em segundo lugar, verificamos **transformações arquitetónicas profundas** após o terramoto de 1755 e em torno do século XIX que foram moldando a expressão arquitetónica do edifício. Em terceiro lugar, também notamos que alguns interiores foram modificados (figura 7.17), sendo a última intervenção relativa à demolição de elementos estruturais para permitir a utilização do primeiro andar por uma escola. Assim, o que nos chega do passado é um somatório de fragmentos com algumas coerências e muitas discontinuidades.

Nota: A análise do edifício da Rua dos Anjos, 2, foi realizada com base na documentação existente na Câmara Municipal de Lisboa e com recurso a visitas ao local. Foi também importante a consulta do Estudo histórico e patrimonial produzido pelo arquiteto Jorge Paulo e Ricardo Branco (2019), dos Programas decorativos realizado pela arquiteta Patrícia Mestre (2020) e do Estudo de Diagnóstico elaborado pelo Engenheiro Vasco Appleton (2019). Assim como a utilização da plataforma Lisboa Interativa (Lxi) da CML.



Planta pré 1887

Planta de 1887

Só há registo de plantas do primeiro piso, por ter sido o que foi mais sujeito a transformações.

Podemos perceber que as plantas pré 1887 e 1887 são mais próximas da organização espacial do período pombalina, com compartimentos nobres virados para a frente de rua, secundários para o logradouro e divisões interiores.

Na planta de 1957, podemos observar que foram feitas obras de adaptação ao nível do primeiro piso, para receber o Externato Lusitano do Comércio.

Os interiores foram ficando ao longo do tempo menos compartimentados, para isso foram removidas paredes de frontal e tabique. As paredes de alvenaria de pedra foram mantidas.

Nos restantes pisos, conseguimos perceber que a organização espacial interna foi menos alterada que no piso 1.

Nota: ver anexos 16 a 22, relativos à mutabilidade dos alçados e das plantas.



Planta de 1957

Planta atual



Cave

Piso térreo

Piso 1

Piso 2

Piso 3

Piso

Fig. 7.17 – Mutabilidade do interior do primeiro piso, através de plantas pré 1887, 1887, 1957 e da atual, do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Estas plantas foram elaboradas segundo as plantas do Arquivo Municipal de Lisboa. Planta sem escala

CAPÍTULO 8. CASO DE ESTUDO 3 | Rua 1º de Dezembro, 42

8.1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DO EDIFÍCIO EM ESTUDO

Localização: O edifício de rendimento da rua 1º de Dezembro está localizado na **zona da Baixa Pombalina**. A fachada principal (figura 8.1) está delimitada pela Praça D. Pedro IV (nascente) e a fachada tardoz (figura 8.2) está delimitada pela rua 1º de dezembro (poente). O imóvel faz parte de um conjunto de edifícios que delimitam e definem a Praça D. Pedro IV, mais conhecida como Praça do Rossio. Este prédio ocupa toda a profundidade do quarteirão e está localizado na freguesia de Santa Maria Maior.



Fig. 8.1 – Fachada principal, quarteirão (Adaptado do Google Earth, 2022)



Fig. 8.2 – Fachada Tardoz, quarteirão (Adaptado do Google Earth, 2022)

Proteção:

- O edifício em estudo é abrangido pela **Área de Reabilitação Urbana (ARU)**;
- Está integrado no **Conjunto de Interesse Público** designado de *Lisboa Pombalina*;
- O edifício também integra o **Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina**.

Traçado: De acordo com o PDM, na Planta de Ordenamento em relação à Qualificação do Espaço Urbano, a área em estudo é considerada como Espaço Consolidado do tipo Espaços Centrais e Residenciais e corresponde ao **Traçado Urbano B**;

Utilização inicial: Habitação, atualmente encontra-se desocupado;

Época de construção: 2ª metade do século XVIII;

Ano de construção: 1780.



Fig. 8.3 – Ortofotomapa do quarteirão (Adaptado do Google Earth, 2022)

8.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: LUGAR

Na planta pré-terramoto da autoria de **Tinoco de 1650**, já existe registo da antiga “Praça do Rocio”, com uma conformação diferente da atual.

No projeto pós-terramoto de **1756** de **Carlos Mardel** (figura 8.4), surge uma geometria de quarteirão semelhante à que podemos encontrar atualmente. Nesta planta, a atual Praça D. Pedro IV já se encontra definida. Podemos observar que a praça era delimitada pelo Convento de São Domingos, pelo Hospital Real e por alguns quarteirões novos.

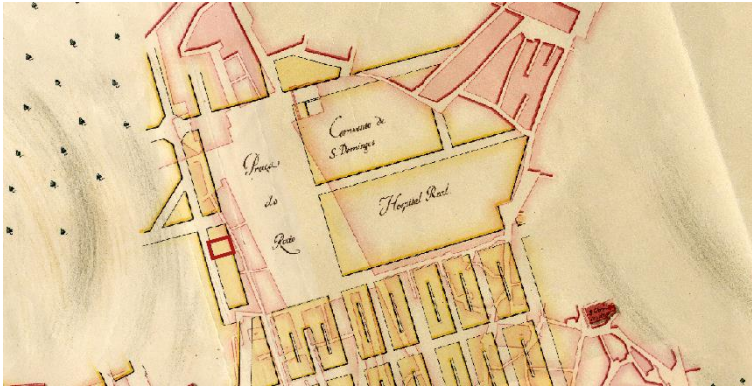


Fig. 8.4 - Cartografia histórica de Carlos Mardel, 1756 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na **Planta Topographica de Lisboa** (figura 8.5), de **1780**, a configuração e o detalhe são muito semelhantes aos da planta anterior. Podemos perceber que a “Praça do Rocio”, nesta planta já não é delimitada pelo Hospital Real, mas sim por um quarteirão semelhante aos já projetados do lado esquerdo da praça. Na restante área que estava ocupada pelo Hospital surge a Praça da Figueira (assinalada com o número 89). Esta praça era o principal mercado da cidade e era sobre terra batida.



Fig. 8.5 – Planta Topographica de Lisboa, 1780 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na planta mandada elaborar pelo **Duque de Wellington** (figura 8.6), de **1812**, as diferenças para a planta anterior não são significativas, mas já são perceptíveis os quarteirões cuja construção já foi iniciada.

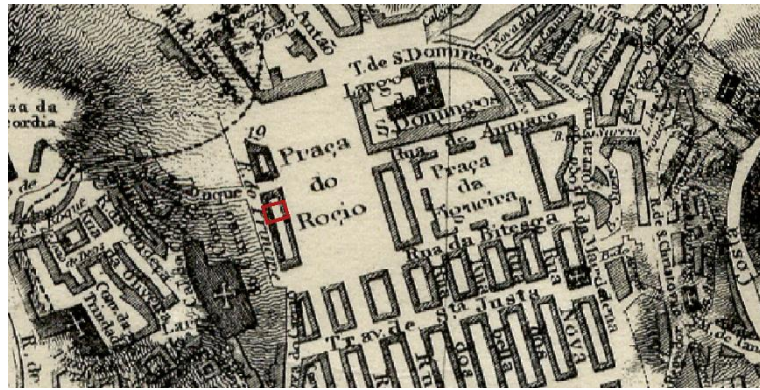


Fig. 8.6 – Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na planta de **Filipe Folque**, de **1856-8** (figura 8.7), percebemos o avanço da reconstrução da Baixa, o que tornou o centro da cidade numa zona mais densa e consolidada. A Praça D. Pedro IV nesta planta já não é delimitada pelo Convento de São Domingos, mas por quarteirões semelhantes aos atuais. A praça a norte passou a ser delimitada pelo Teatro D. Maria II, de estilo neoclássico, da autoria do arquiteto Fortunato Lodi e inaugurado a 1846. Também a Praça da Figueira sofreu melhoramentos, com a sua arborização e instalação de iluminação em 1834, e o mercado que aqui existira foi cada vez ganhado mais importância para a cidade de Lisboa. Podemos também perceber um primeiro esboço do que virá a ser a Praça dos Restauradores, que irá ser inaugurada em 1886. O edifício em estudo nesta cartografia já apresenta mais detalhe e já conseguimos entender a localização privilegiada que este tem ao delimitar uma das praças mais importantes de Lisboa.



Fig. 8.7 – Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na cartografia de **Francisco e César Goullard**, de **1878** (figura 8.8), as diferenças relativamente à planta anterior são mais ao nível do traçado das praças, sobretudo na Praça D. Pedro IV, com a sua arborização e com o erguer da estátua, em 1870 em honra do rei.

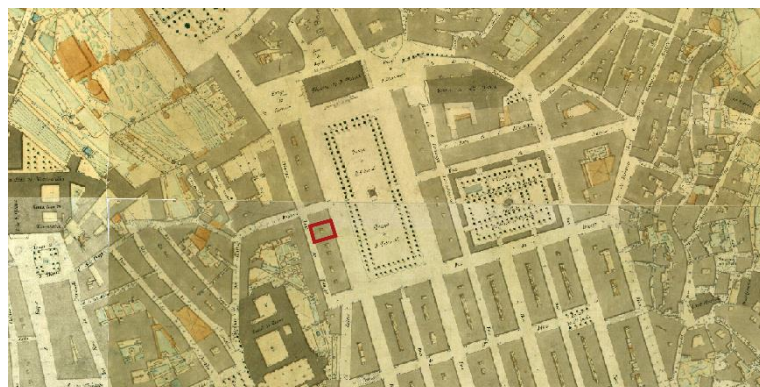


Fig. 8.8 – Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878 (Adaptado do Lxi, 2022)

Na planta de **Silva Pinto** de **1911** (figura 8.9), conseguimos reparar que o que era um esboço do que viria a ser a Praça dos Restauradores, inaugurada a 1886, agora já é uma praça consolidada. Na Praça do Rossio são construídas duas fontes monumentais iguais, acrescentadas em 1889 e que ladeiam a Estátua de D. Pedro IV. Em relação à Praça da Figueira, agora em vez de uma praça a céu aberto, encontramos uma praça com um enorme edifício em ferro que ocupava oito mil metros quadrados, foi inaugurado em 1885 pela família real, mais tarde, em 1947 veio a ser demolido. Nesta planta um novo edifício foi erguido, no lugar de antigos palácios: a Estação do Rossio, inaugurada em 1890, da autoria de José Luís Monteiro.

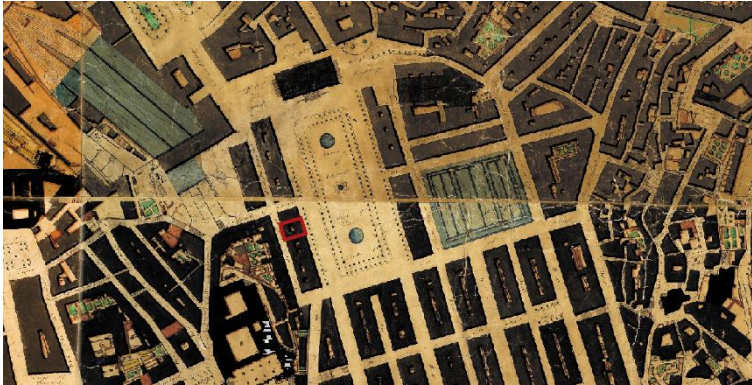


Fig. 8.9 – Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911 (Adaptado do Lxi, 2022)

No **ortofotomapa atual** (figura 8.10), do Google Earth, podemos perceber que existiram poucas alterações desde a planta de Silva Pinto. Podemos verificar algumas alterações no desenho da Praça dos Restauradores. Antes esta era dividida em duas partes e agora essas partes encontram-se unidas. Também o antigo mercado em ferro na Praça da Figueira foi demolido.



Fig. 8.10 – Ortofotomapa (Adaptado do Google Earth, 2022)

8.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: EDIFÍCIO

Segundo o site Restos de Coleção⁴³, inicialmente o **Café Chave D'Ouro** (ver anexo 44 e 45) ocupava a totalidade do piso térreo e cave do edifício e nele funcionava: um restaurante, um café, um salão de chá, uma tabacaria, uma barbearia e ainda bilhares e na década de 20 este era

⁴³ Artigo disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/10/cafe-chave-d.html> (2012)

o café preferido da Baixa. Este imóvel teve várias intervenções, no entanto é de destacar as realizadas pelo arquiteto Joaquim Norte Júnior e o escultor Fausto Fernandes.

A permanência do Café Chave D'Ouro até 1959 e a instalação do Banco Nacional Ultramarino no mesmo ano foram marcantes para o edifício, pois exigiu **sucessivas ampliações e adaptações para responder constantemente às exigências da época**, afastando-se totalmente do desenho do edifício de rendimento pombalino original (ver anexos 8 a 12).

A propriedade apresenta **sete momentos marcantes** (o edifício foi sujeito a muitas alterações):

- **Primeiro**, corresponde à instalação da sociedade Café Chave D'Ouro no edifício em **1915**, que alterou profundamente a estrutura original do edifício, para melhorar e adequar as instalações a um programa que foi crescendo;
- **Segundo** momento é o de ampliação do estabelecimento em **1919**, com a construção da cave e a introdução de elementos metálicos para substituir alvenarias demolidas;
- **Terceiro**, no ano de **1920**, foram realizadas obras de alteração fachada da Rua 1ª de dezembro (ver anexo 42), e ainda alterações no piso térreo e cave;
- **Quarto** momento foi em **1932**, com as alterações da estrutura da cave e do piso térreo;
- **Quinto**, corresponde ao projeto de alterações de todos os pisos, em **1933**, que consistiram em:
 - Substituição de pavimentos em vigamento de madeira por placas de cimento armado sobre vigas de ferro;
 - Demolição da escadaria central para dar lugar a uma nova e integração de um elevador;
 - Eliminação do saguão no piso 1 e execução de pilares em betão armado e vigas metálicas para substituir a estrutura existente;
 - Alterações profundas na tipologia interior e introdução de uma nova estrutura metálica e de betão armado.
- **Sexto**, corresponde ao projeto de alterações dos pisos 4, 5 e cobertura, no ano de 1934, que consistia:
 - Suprimir todo o saguão;
 - Construção de um terraço;
 - Introduzir pilares de betão;
 - Execução de uma abertura de grandes dimensões no pavimento do piso 1, continuando assim a modificação estrutural que já se tinha manifestado no projeto de 1933.
- **Sétimo** momento foi em 1960, nesta altura os proprietários dos pisos inferiores era o Banco Nacional Ultramarino (BNU). O projeto de alterações nos pisos da cave, no piso térreo e no piso 1 consistia:
 - Execução de uma caixa-forte no nível da cave;
 - Novo compartimento no piso térreo;
 - Demolição de divisórias;
 - Nova compartimentação (divisórias de construção ligeira e facilmente amovíveis);
 - Alterações na escadaria.

Outros momentos de alteração:

- **1902** – Autorização para a construção de uma trapeira na mansarda, por parte do Marquês da Fronteira.
- **1925** – Elevação do piso 1 para nivelar como o piso do lado esquerdo do mesmo andar, demolição de algumas paredes interiores e frontais nos pavimentos, substituindo-os por vigas de ferro, alteração da escada circular em ferro.
- **1935** – Construção da Balaustrada em frente às trapeiras.
- **1980** - O projeto de alterações consistia na instalação de um novo elevador, modificações no edifício a norte, que está ligado a este através de vãos na parede. Ambos os edifícios, desde 1978 pertenciam à Companhia Nacional Ultramarina de Fomento e Administração (CNUF), tirando o piso térreo e a cave que ainda eram ocupados pelo Banco.

O edifício encontra-se numa **localização privilegiada** (figura 8.11), pois o quarteirão a que pertence define a **Praça D. Pedro IV** ou Praça do Rossio (ver anexo 40) a oeste e está perto de sítios fundamentais para a identidade da cidade como a Praça da Figueira, Praça dos Restauradores, Rua Augusta, entre outros.



Fig. 8.11– Café Chave D'Ouro (Fotografia do site Restos de Coleção, anos 40)

Este imóvel está no coração de Lisboa, rodeado por dois **edifícios classificados**, o Teatro Nacional de D. Maria II (situado a 126 metros, classificado desde 1928 e reclassificado desde 2012, devido a um incêndio), classificado como Monumento Nacional e a Estação Ferroviária do Rossio (situado a 130 metros), classificado desde 1971, como Imóvel de Interesse Público.

As **anomalias** encontradas no edifício são o resultado, por um lado, da falta de manutenção e conseqüentemente do envelhecimento dos materiais, mas sobretudo pela falta de critério durante as alterações efetuadas, havendo um certo desrespeito pelas características originais pombalinas, contribuindo assim para a sua desvalorização e destruição.

O edifício em geral apresenta um **estado de conservação razoável sem problemas estruturais relevantes**. As **patologias** são sobretudo ao nível da humidade, especialmente nos

pisos mais perto da cobertura, ou seja, a partir do piso 3, estes apresentam sinais de humidade nas paredes, degradação e empolamento nos revestimentos.

Também existem algumas **patologias mais estruturais**, como a falta de continuidade vertical no núcleo das escadas da cave, alguns sinais de corrosão nas vigas metálicas, alguns sinais em lajes de delaminação e desagregação de betão e ainda fendilhações dispersas na parede norte do último piso (devido às variações térmicas e humidade).

8.4. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

8.4.1. PERÍODO CONSTRUTIVO

- O edifício em estudo foi construído no contexto do Plano de Reconstrução da Baixa Pombalina, segundo os ideias iluministas e racionalistas da época.
- Originalmente a estrutura do edifício era do tipo pombalino, no entanto, mais tarde veio a ser profundamente modificado ao longo do século XX, restando poucos elementos do período original.

8.4.2. SISTEMA ESTRUTURAL

- O **sistema construtivo** inicialmente era o característico das construções pombalinas, com pavimentos de madeira apoiados nas paredes de frontal e nas paredes de alvenaria e no piso térreo, tal como na maioria dos edifícios da tipologia pombalina, a estrutura era constituída por paredes, arcos e abóbadas de alvenaria, do qual já não restam vestígios.
- A partir dos anos 30 do séc. XX, assistiu-se a uma **demolição quase total do edifício**, onde apenas permaneceu a fachada que dá para a Praça D. Pedro IV acima do piso térreo.
- Estas sucessivas alterações ao longo dos anos são devido às várias ocupações que o edifício teve, que fez com que este se tivesse de adaptar às diferentes realidades.
- As **principais alterações** no edifício foram:
 - Eliminação do saguão;
 - Relocalização da escadaria e integração de um elevador;
 - Substituição integral da estrutura pombalina (paredes, pilares, vigas e pavimentos) por soluções em betão armado, tijolo maciço e aço.
- Originalmente o edifício possuía uma cobertura única que cobria a totalidade do imóvel. Porém, em 1934, houve a demolição de cerca de metade da mansarda original, dando origem a um terraço e em 1935 foi construída a balaustrada. Também as chaminés foram sendo alteradas desde 1925, consoante as várias ocupações a que o edifício foi sujeito.
- Após esta alteração da **cobertura**, o edifício passou a ter duas tipologias de cobertura diferentes, em que metade do imóvel que dá para a praça D. Pedro IV é de três águas e a que dá para a rua 1º de dezembro é uma cobertura plana em terraço, a estrutura original era em madeira, tendo sido substituída por uma solução metálica.
- Apesar das alterações estruturais a que o edifício foi sujeito, estas foram importantes para o **estado razoável** em que hoje se encontra, pois, as soluções contribuíram para a robustez e durabilidade do edifício. O sistema estrutural interior de todos os pisos pode ser observado nas plantas da figura 8.12.



Fig. 8.12 – Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua 1º de Dezembro, 42 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Planta sem escala

8.4.3. FACHADAS

Fachada principal:

A fachada principal (figura 8.12 e ver anexo 47) é regular, seguindo a geometria do período pombalino, através da hierarquização das janelas de sacada e de peito em seis alinhamentos. Este alçado tem uma linguagem bastante diferente do alçado tardoz que dá para rua 1^o de dezembro. Os elementos deste alçado estão bem preservados o que faz com que este imóvel se integre no conjunto urbano onde se insere.

- Esta fachada **caracteriza-se por**:
 - Segundo o site Restos de coleção, na primeira metade do século XX, esta fachada era de extrema elegância, pois sobre a porta estava uma escultura do estilo Arte Nova (ver anexo 41) de um anjo de asas abertas em pedra lioz da autoria de Fausto Fernandes;
 - A configuração do **piso térreo** foi sendo profundamente alterada, devido à atividade comercial, tal como os edifícios do mesmo quarteirão. Este piso apresenta uma linguagem mais moderna do que os pisos elevados;
 - Apesar das alterações a que foi sujeito apresenta também uma regularidade no seu traçado como nos pisos elevados, mas com outra linguagem e apenas em três alinhamentos em vez dos seis da restante fachada. Todos os vãos (montras) são da mesma dimensão;
 - O **revestimento** do imóvel é feito através de reboco, exceto o piso térreo em que o revestimento é feito através de azulejos;
 - No **piso 1** encontramos vãos de sacada com uma varanda corrida;
 - No **piso 2 e 3** encontramos vãos de peito, mas o desenho e a dimensão dos vãos variam um pouco entre os dois pisos;
 - No **piso 4** existe um aproveitamento da cobertura, através de quatro trapeiras na água que dá para a praça e existe também uma balaustrada à cota das trapeiras da mansarda, construída em 1935;
 - As bases das varandas são em cantaria de pedra lioz, assim como as molduras de todos os vãos e a guarda da varanda do piso 1 é em ferro fundido. No **piso 1**, existem dois vãos onde as cantarias em pedra são mais trabalhadas.

Fachada tardoz:

A fachada tardoz (figura 8.13) é regular, mas através de uma linguagem moderna ao nível do seu desenho e dos seus materiais, não seguindo a geometria do período pombalino como acontece com a fachada principal. Este alçado encontra-se em pior estado de conservação do que o alçado principal.

- Esta fachada **caracteriza-se por**:
 - Apresentar uma **linguagem moderna** do estilo *Art Déco*, que resultou das alterações a que foi sujeita desde 1933;
 - No **piso térreo** encontramos um desenho semelhante aos pisos superiores. No entanto, apenas em cinco alinhamentos, com vãos da mesma dimensão;

- O **revestimento** do imóvel é feito através de reboco, exceto o piso térreo em que o revestimento é feito através de pedra cinzenta;
- Nesta fachada mais moderna do edifício podemos observar que houve um aumento de pisos relativamente à outra fachada, com a criação de um novo piso e de um terraço em 1934;
- No **piso 1, 2, 3, 4 e 5** encontramos vãos de peito em sete alinhamentos, existindo duas dimensões de janelas, cinco de maiores proporções (A) e duas com metade do tamanho das janelas grandes (B), fazendo este ritmo: AA BAB AA;
- No **terraço** podemos observar um volume construído que segue os três alinhamentos centrais do restante edifício.



Fig. 8.13 – Alçado principal para a Praça D. Pedro IV; Alçado tardoz para a rua 1º de Dezembro; Praça D. Pedro IV, vista para o edifício antigamente e atualmente (Fotografias atuais da autora, 2022 e Fotografia antiga de Frederico Valsassina, s.d.)

8.4.4. INFRAESTRUTURAS

- Parte do edifício está sobre **solo aluvionar**, tal como pode ser observado na planta em baixo (figura 8.14), devido à anterior localização do estremo do Tejo.
- Segundo a Carta da Vulnerabilidade Sísmica dos Solos do Plano Diretor Municipal de Lisboa, de 2012, o edifício situa-se numa zona em que a **vulnerabilidade sísmica dos solos é muito elevada** (a nascente) e **média** (a poente).



8.4.5. INTERIORES

O edifício na sua totalidade é composto por cave, piso térreo e três pisos elevados (1º a 3º andar). Contudo, a metade do edifício que se encontra a nascente tem como último piso (4º andar) um aproveitamento da cobertura, tipo “água-furtada”, enquanto a outra metade a poente apresenta mais dois pisos elevados (1º a 5º andar) e uma cobertura em terraço equivalente ao piso 6.

O imóvel ocupa a profundidade de todo o quarteirão e possui uma planta retangular (22 m de comprimento e 17 m de largura) e a área de cada piso é cerca de 374 m².

- No interior (figura 8.15) verificamos as seguintes **características**:
 - O **sistema construtivo original** pombalino foi muito alterada e hoje já não existe;
 - O valor arquitetónico e histórico que o edifício tinha foi maioritariamente perdido ao longo do século XX;
 - Segundo o site Restos de Coleção, em 1936 o interior foi remodelado num estilo *Art Déco* da responsabilidade do arquiteto Joaquim Norte Júnior, do qual também não restam elementos de valor;
 - O edifício atualmente é constituído por lajes de **betão armado**, pilares e vigas em betão e elementos metálicos. O núcleo de escadas e o elevador estão envolvidos por uma caixa de betão armado;
 - Os vários pisos, da estrutura em betão armado, encontram-se pontualmente compartimentados. Essas divisões foram deixadas pela última ocupação da edificação, e podem dividir-se em dois tipos:
 - **Compartimentação interior** em alvenaria de tijolo rebocada e pintada;
 - **Compartimentação ligeira e amovível** em madeira ou vidro, que são divisórias de fácil remoção;

- Todos os **tetos** são em gesso cartonado, tornando os revestimentos bastante flexíveis e consequentemente a totalidade dos espaços;
- Todos os **pavimentos** são revestidos a alcatifa ou vinil, exceto alguns locais onde o chão é em pedra;
- As **portas** são em alumínio ou em madeira.



Fig. 8.15 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 1; vista geral do piso 2; vista geral do piso 3; divisórias de madeira no piso 3; vista geral do piso 4; cobertura em terraço (Fotografias de Vasco Appleton, 2018)

8.4.6. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Originalmente o imóvel (ver anexo 46) era destinado a habitação nos pisos elevados e ao comércio no piso térreo, mas com as alterações sucessivas a organização funcional do prédio também se alterou. Desde 1915, que o edifício é destinado à **atividade comercial e a serviços**.

O acesso principal ao edifício é feito pela empena nascente no qual depois dá para a caixa de escadas e elevador permitindo fazer a distribuição para os restantes pisos.



Fig. 8.16 – Organização espacial do caso de estudo na Rua 1ª de Dezembro, 42 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Planta sem escala

8.4.7. ELEMENTOS COM VALOR

Os **elementos** que expressam o **valor histórico-cultural** do edifício são:

- A fachada principal ao nível dos pisos elevados e a cobertura em mansarda e trapeiras.
- Não existem elementos decorativos interiores com valor a preservar, devido às grandes alterações ao longo dos séculos.

8.4.8. ENTRE A PERMENÊNCIA E A MUDANÇA

O edifício da rua 1º de Dezembro, 42, é um exemplo de mudança radical sofrida por um prédio pombalino, sujeito a **grande pressão de transformação** (figura 8.18) para permitir funções não previstas inicialmente e que têm uma elevada dificuldade de adaptações às estruturas e espacialidade preexistentes. Uma da razão para as sucessivas alterações a que este imóvel foi sujeito foi devido à localização de excelência que o edifício possui, encontrando-se num lugar central, onde existe a predominância de comércio, serviços e monumentos perante a função da habitação.

Esta situação ocorreu em vários prédios de rendimento pombalinos que foram modificados para acolher sedes de bancos. A alteração profunda dos interiores foi um procedimento recorrente antes da classificação da Baixa Pombalina em 1978 e até ao final do século XX ainda se verificam várias alterações desse tipo em que as exigências funcionais se sobrepujaram às motivações culturais.

É interessante verificar que, apesar das profundas transformações arquitetónicas o edifício continuou a manter a sua função de conformação da Praça D. Pedro IV, sem alteração significativa da sua volumetria e desenho de composição da fachada, como podemos verificar na figura 8.17.

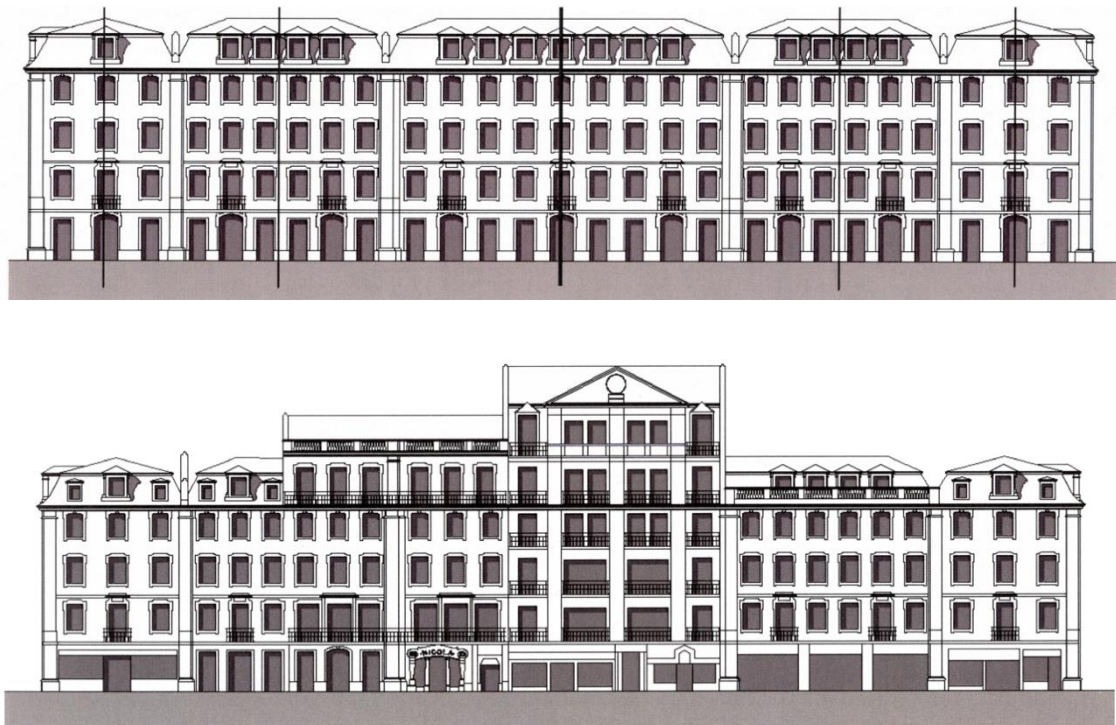
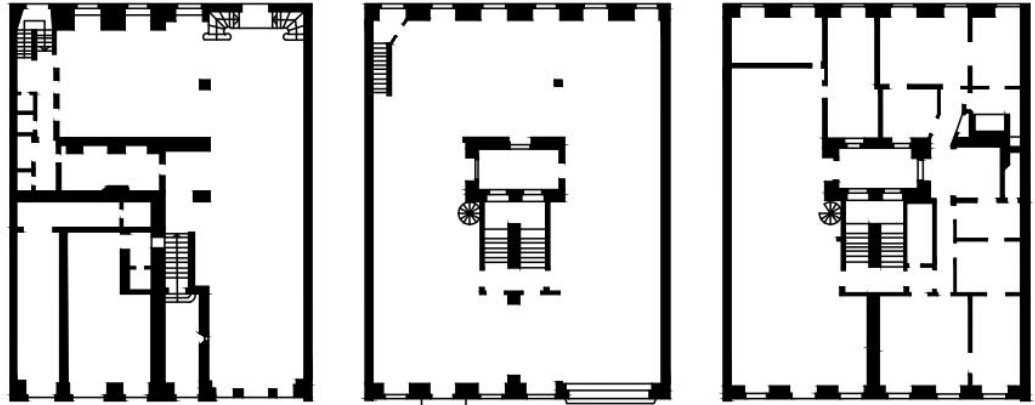


Fig. 8.17 - Praça D. Pedro IV, em Lisboa; fachadas do quarteirão a poente, na versão do projeto original do século XVIII e na atualidade (Esquemas da CML, s.d.)

Plantas de 1925

Podemos observar que os interiores, ao nível de todos os pisos, sofreram sucessivas alterações, sobretudo a partir dos anos 30, do século XX.

As plantas de 1925, são as plantas mais semelhantes ao original, ainda apresentam alguma compartimentação original, o saguão e a escada ao centro do edifício. Apenas foram feitas algumas demolições de paredes interiores, de frontais de pavimentos e de chaminés.

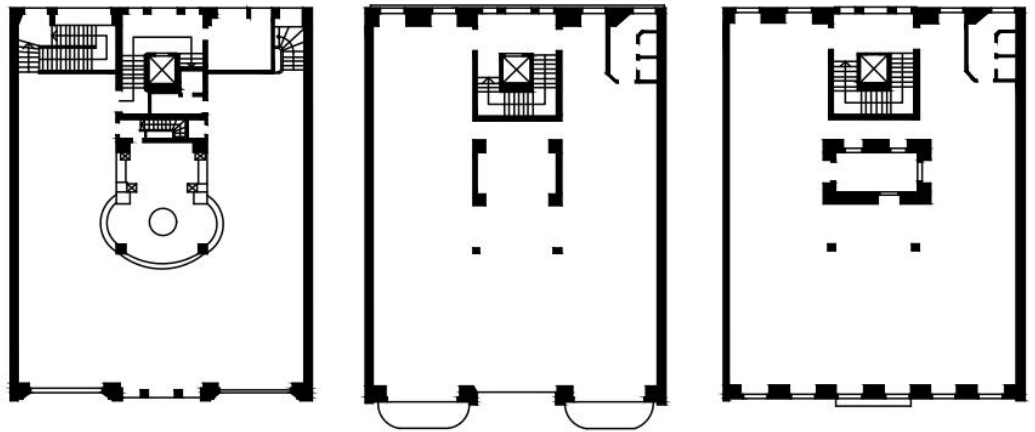


Plantas de 1933

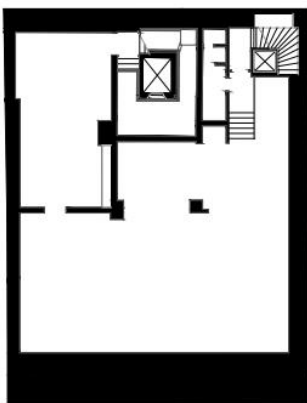
Das plantas de 1925 para 1933 as alterações foram significativas.

Originalmente a estrutura do imóvel era pombalina, mas em 1933 foi substituída por uma estrutura de betão armado e estrutura metálica.

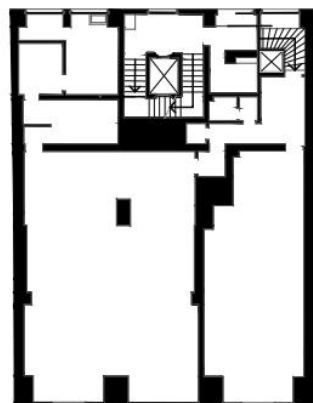
Nota: ver anexos 27 a 39, relativos à mutabilidade dos alçados e das plantas.



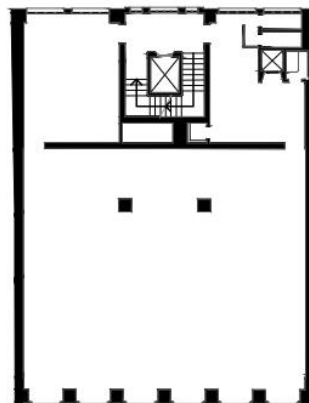
Plantas atuais



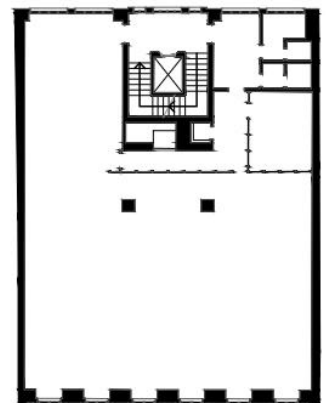
Cave



Piso térreo



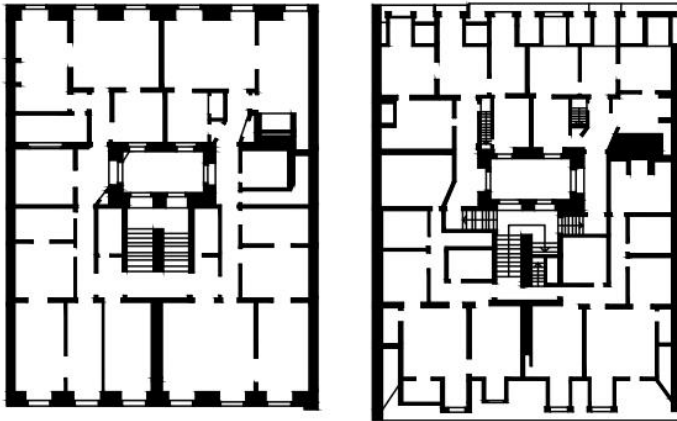
Piso 1



Piso 2



Plantas de 1925

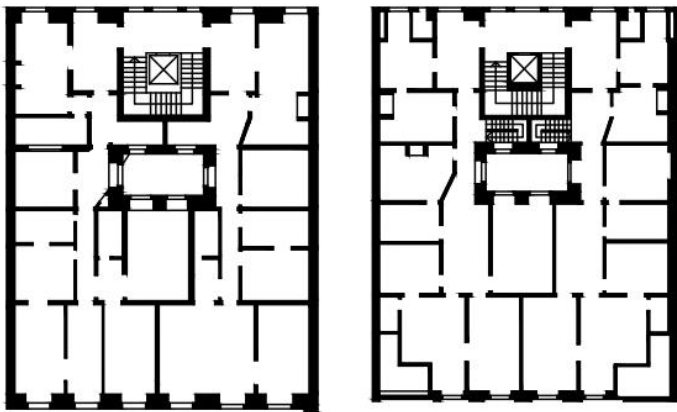


Na planta de 1933 o interior foi muito alterado, pelo Café Chave D'Ouro, nos seguintes elementos:

- Demolição de paredes e alterações na compartimentação interior;
- A escadaria central foi demolida, para dar lugar a uma escadaria em betão armado mais perto da fachada tardoz;
- Introdução de um elevador, no centro da caixa de escadas.

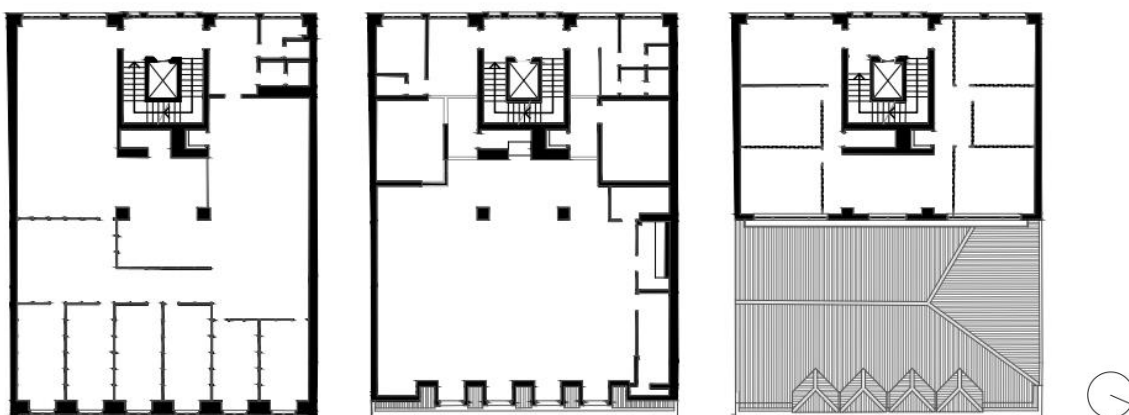
A organização atual do edifício resulta das últimas alterações do edifício que foram em 1969, 1973 e 1978, as duas primeiras da autoria do Banco Nacional Ultramarino (BNU) e a última da Companhia Nacional Ultramarina de Fomento e Administração (CNUF). As últimas intervenções demoliram quase por completo todo o interior, para que este ficasse mais amplo. Criando apenas algumas divisões para instalações sanitárias, salas e gabinetes com construção ligeira amovível.

Plantas de 1933



Apesar das transformações do Café Chave D'Ouro ao edifício original de génese pombalina, estas apresentavam elementos com valor arquitetónico e uma organização espacial interessante e complexa, que merecia ser preservada. No entanto, o BNU e a CNUF, nem essas intervenções mantiveram, alterando todo o interior para uma configuração sem qualidades arquitetónicas e construtivas que não enaltece os valores antigos deste imóvel.

Plantas atuais



Piso 3

Piso 4

Piso 5

Fig. 8.18 – Mutabilidade do interior, através de plantas de 1925, 1933 e da atual, do caso de estudo na Rua 1ª de Dezembro, 42 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Estas plantas foram elaboradas segundo as plantas do Arquivo Municipal de Lisboa.

Nota: A análise do edifício da Rua 1º de Dezembro, 42, foi realizada com base na documentação existente na Câmara Municipal de Lisboa e com recurso a visitas ao local. Foi também importante a consulta do Relatório Prévio produzido pelo arquiteto Frederico Valsassina (2018) e do Estudo de Diagnóstico elaborado pelo Engenheiro Vasco Appleton (2018). Assim como a utilização da plataforma Lisboa Interativa (Lxi) da CML.

CAPÍTULO 9. CONCLUSÃO

A **arquitetura pombalina** surgiu da necessidade de reerguer o centro de Lisboa com prédios que assegurassem maior segurança e conforto, após o **terramoto de 1755**. O plano urbanístico elaborado e as regras da edificação criaram uma nova forma de construir, ou um novo estilo arquitetónico, extremamente racional que inspirou, posteriormente, as construções habitacionais não só por Lisboa, como por todo o país. Após a grande tragédia foram tomadas medidas urgentes pelo Marquês de Pombal a mando de D. José I. O **plano de reconstrução** foi levado a cabo por Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. A reconstrução arrastou-se por muito tempo e durou até meados do século XIX. Atualmente, é considerado um exemplo excepcional de arquitetura da época iluminista. Caracteriza-se pela simplicidade, racionalidade, sobriedade, funcionalidade, simetria e por um regresso à ordem. O plano urbanístico e arquitetónico para a Baixa de Lisboa foi o primeiro a dar resposta às preocupações de segurança contra sismos e incêndios e a incluir medidas de melhoria da salubridade de modo a combater os problemas vividos na cidade antiga.

Alguns edifícios pombalinos foram sujeitos a transformações ao longo dos séculos, com o objetivo de se adaptarem às novas exigências de conforto e segurança. Até à década de 1970 o valor cultural destas construções não era reconhecido. Muitas vezes, as obras eram ilegais e realizadas de forma inadequada, não respeitando as características originais destes edifícios. Só em 1978 é que se reconheceu **valor cultural** a este tipo de arquitetura, através da classificação da Baixa Pombalina como Imóvel de Interesse Público. Já em 2012 a área classificada foi alargada e o conjunto classificado passou a designar-se de *Lisboa Pombalina*.

Na última década, o **turismo** e a especulação imobiliária têm crescido na área da Baixa Pombalina, devido à sua centralidade, resultando numa diminuição da qualidade de vida dos habitantes permanentes (residentes), de forma a privilegiar os habitantes temporários (turistas). As habitações têm-se transformado em hotéis e a Baixa tem assistido ao decréscimo do número de moradores e comerciantes locais, com o conseqüente desaparecimento do comércio tradicional. É necessário travar esta tendência e encontrar forma de aumentar a oferta habitacional no centro da cidade, para que esta ganhe de novo vida e dinamismo social.

O **modo tradicional de projetar** as habitações não está a acompanhar as formas diversificadas de viver e os diferentes arranjos familiares, e também não está preparada para a mudança. No ambiente doméstico, os conceitos de flexibilidade, adaptabilidade e mutabilidade são uma solução para a diversidade da sociedade, de hábitos e de modos de vida em constante mudança. Para resolver os problemas de desadequação das habitações estas devem tornar-se em objetos evolutivos. Devem ser explorados **novos modelos de habitação versáteis e adaptáveis**, de forma a desenvolver uma **variedade tipológica e formal**, que proporcione aos habitantes novas formas de apropriação, acabando assim com o modelo único de habitação.

Na arquitetura, a **flexibilidade** ou **flexibilidade ativa**, é uma resposta às habitações estáticas e imutáveis, através da sua capacidade dinâmica e de mudança, permitindo alterar a configuração dos espaços, de forma temporária ou permanente, por meio da alteração física do espaço e/ou da manipulação de elementos de carácter móvel. Um dos exemplos mais representativos da flexibilidade arquitetónica, encontra-se nas habitações japonesas, nas quais através de um jogo de planos móveis, são criados diferentes arranjos espaciais e ambientes no interior doméstico.

A organização espacial original dos edifícios pombalinos apresenta características de **adaptabilidade** ou **flexibilidade passiva**. Esta resulta da versatilidade dos espaços, na possibilidade de ter usos variados e diferentes apropriações por parte dos habitantes. A adaptabilidade é a resposta às mudanças recorrentes e pretende satisfazer as necessidades dos habitantes de forma continuada. Referimos seguidamente as principais **características de adaptabilidade** dos **edifícios pombalinos**:

- Divisões com características espaciais e dimensões semelhantes que podem ser usadas para diversas finalidades;
- Espaços modestos, com usos genéricos, ou seja, sem funções específicas. Neutralidade dos espaços e do mobiliário, fazendo com que estes não se tornem em divisões pré-definidas e não apresentem um lugar específico na casa;
- Possibilidade de diversificar os usos a dar aos espaços sem transformações físicas;
- Liberdade na utilização do espaço e na possibilidade de mudar a função dos compartimentos a qualquer momento. Por exemplo, um quarto facilmente passa a sala e uma sala a escritório;
- O posicionamento e a dimensão dos vãos potenciam vários usos e diferentes apropriações do espaço. Nos edifícios pombalinos as janelas são muito semelhantes independentemente dos espaços, o que pode variar um pouco é o número de vãos por divisão e a sua dimensão dependendo do piso onde se encontram;
- Os compartimentos independentes (figura 9.1, fotografia da esquerda), com acesso direto ao exterior, permitem a criação de espaços polivalentes com usos distintos do resto da habitação. Esses compartimentos podem ser usados para negócios, para alojar um filho mais velho ou uma pessoa idosa da família;



Fig. 9.1 – Compartimento independente e multiplicidade de portas, Edifício na Rua das Pedras Negras (Fotografias da autora, 2022)

- Multiplicidade de acessos ao apartamento e de portas no interior da habitação (figura 9.1, fotografia da direita), ou seja, entre os vários compartimentos:
 - Cada apartamento, geralmente, tem duas entradas o que confere maior liberdade e variedade de usos. Um dos acessos leva-nos ao interior da habitação, enquanto o outro, comunica com o compartimento contíguo;
 - Os espaços não se abrem para corredores, mas para espaços contíguos. Os compartimentos encontram-se interligados, existindo uma relação entre eles,

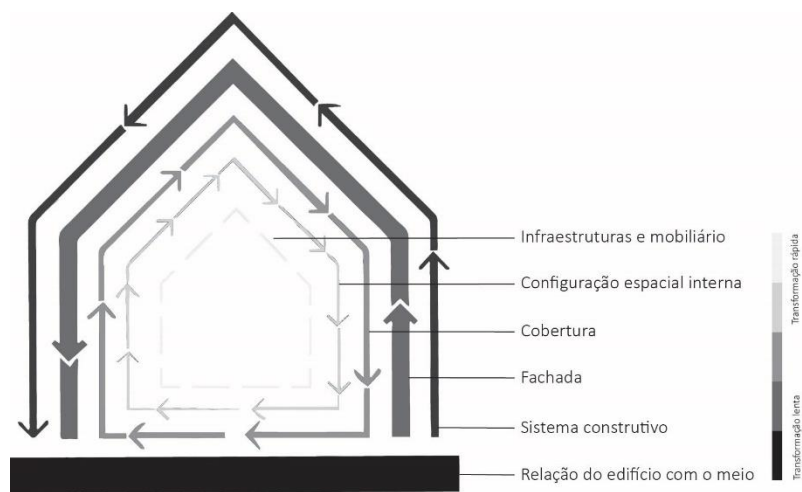
tornando o espaço fluído. Através de portas de variadas dimensões (larguras e alturas), cores e materiais. As portas são mais que elementos de passagem, estas permitem quase ampliar ou reduzir certas divisões, devido à multiplicidade de acessos e portas.

A **mutabilidade** é algo natural e transversal a todas as habitações, visto que está ligado à mudança, à capacidade evolutiva e de transformação dos imóveis. Mesmo que as habitações não estejam preparadas para essas mudanças, naturalmente vão evoluir e sofrer mutações. Ao longo dos tempos, alguns prédios pombalinos foram alvo de transformações, sobretudo ao nível da estrutura e organização espacial existente.

Cada imóvel está sujeito a uma **pressão de transformação diferente** de acordo com os seus ocupantes e com as suas necessidades. Quando se mantém a função habitacional dos pisos elevados, a necessidade de mudança é relativamente pequena. Quando os edifícios são usados para funções muito diferentes podem implicar transformações maiores. Mesmo quando a função se mantém, sabemos que nem todos os elementos constituintes dos edifícios sofrem alterações em simultâneo.

Existem várias **camadas construtivas**, cada uma tem uma capacidade de transformação diferente, assim como durabilidade, como podemos observar no esquema seguinte (figura 9.2), baseado em Stewart Brand (1995). As camadas que estão menos sujeitas à mutação são a relação do edifício com o meio, seguido do sistema construtivo, das fachadas e cobertura. As camadas que estão mais sujeitas à transformação são a configuração espacial interna, as infraestruturas e mobiliário.

Fig. 9.2 – Esquemas das camadas construtivas: relação do edifício com o meio; sistema construtivo; fachadas; cobertura; configuração espacial interna; infraestruturas e mobiliário (Esquema da autora, 2022)



O reconhecimento das camadas mais perenes e da mais modificáveis é importante no momento atual que reconhecemos valor cultural a estes prédios de génese pombalina. As camadas construtivas dos edifícios estudados tiveram **diferentes transformações**:

- Num dos casos reconhecemos uma **elevada permanência** dos seus elementos, pois a evolução das funções e técnicas não prejudicou as características essenciais do edifício;
- Noutro caso, uma **alteração funcional parcial** provocou modificações estruturais que prejudicaram algumas características essenciais do edifício;

- No último caso estudado, de **alteração funcional e estrutural profunda**, considerámos que a evolução prejudicou a maioria das características essenciais do edifício, como podemos verificar na tabela seguinte (figura 9.3).

Camadas construtivas	Grau de transformação	Caso de estudo 1: Rua de São Mamede Nº 25	Caso de estudo 2: Rua dos Anjos Nº 2	Caso de estudo 3: Rua 1º de Dezembro Nº 42
Relação do edifício com o meio	Manteve-se	X		X
	Parcialmente alterado		X	
	Totalmente alterado			
Sistema construtivo	Manteve-se	X		
	Parcialmente alterado		X	
	Totalmente alterado			X
Fachada	Manteve-se	X		
	Parcialmente alterado		X	X
	Totalmente alterado			
Cobertura	Manteve-se	X		
	Parcialmente alterado		X	
	Totalmente alterado			X
Organização espacial interna	Manteve-se	X		
	Parcialmente alterado		X	
	Totalmente alterado			X
Infraestruturas e mobiliário	Manteve-se			
	Parcialmente alterado	X	X	
	Totalmente alterado			X
Nível de mutabilidade		Manteve-se: A evolução não prejudicou as características essenciais do edifício	Parcialmente alterado: A evolução prejudicou algumas características essenciais do edifício	Totalmente alterado: A evolução prejudicou a maioria das características essenciais do edifício

Fig. 9.3– Mutabilidade (grau de transformação) das camadas construtivas dos três casos de estudo (Tabela da autora, 2022)

Os **elementos** sujeitos a **maior pressão de mudança** foram os interiores e as estruturas, pela necessidade de adequação às novas formas de habitar e exigências, ou às novas funções. Exemplo disso, foram as inúmeras habitações que se transformaram em comércio ou serviços, tendo sido necessário reconfigurar todo o seu interior de forma a receber a nova função. Os

elementos que revelam **maior sentido de permanência** foram as fachadas, por configurarem as ruas e fazerem parte de uma estética e lógica de conjunto. Outro fator que contribui para a permanência das fachadas foi o facto de os vãos permitirem uma grande diversidade de funções nos espaços interiores dos prédios sem necessidade de mudança.

Ainda existem algumas **tensões** entre as **normas de salvaguarda do património arquitetónico e urbano** e as **necessidades funcionais atuais**. Em edifícios inseridos em **áreas classificadas**, a adaptação das construções às exigências atuais deve ser feita com respeito pela matéria física e pelos elementos com importância histórica estética. Os edifícios vão-se naturalmente **adaptando às novas necessidades**, de forma a aumentar o conforto e segurança, melhorando a qualidade de vida dos habitantes. Compreensivelmente, as normas limitam essas alterações de forma a preservarem os elementos originais dos edifícios com valor arquitetónico. A legislação atual relacionada com a reabilitação permite uma certa maleabilidade, na medida em que admitem ser inapropriado impor a totalidade das normas da construção nova aos edifícios antigos. Essa legislação reduz a tensão entre a preservação do património e as novas necessidades.

Os **três casos estudados** possuem diferentes arranjos espaciais, encontram-se em diferentes estados de conservação, sofreram distintos graus de transformações e adaptações ao longo do tempo e variadas apropriações por parte dos seus habitantes. Apesar das diferenças dos casos de estudo, verificámos que **o principal fator motivador de mudanças inapropriadas**, foi a utilização total ou parcial dos imóveis para fins não compatíveis com as compartimentações e estruturas projetadas inicialmente para fins maioritariamente habitacionais.

Quando a função habitacional se manteve, caso do **prédio da rua de São Mamede**, e a função comercial do piso térreo se adaptou à preexistência, o imóvel foi pouco alterado. Quando, mesmo que parcialmente, caso do **imóvel na rua dos Anjos**, se vai alterando a função habitacional, assistimos a modificações que nem sempre são realizadas com metodologias apropriadas. Em casos extremos de total incompatibilidade entre as novas funções e as características espaciais e construtivas dos edifícios, caso do **edifício na rua 1º de dezembro**, assistimos a profundas irreversíveis mudanças.

Os **edifícios de tipologia pombalina são mais adaptáveis e mutáveis que os atuais**. Cumprem melhor os requisitos de adaptabilidade devido à sua organização espacial não rígida e por serem mais adaptáveis às necessidades mutáveis dos seus habitantes. Para além disso, são edifícios com uma grande capacidade evolutiva, que perduraram no tempo pelas suas qualidades arquitetónicas e construtivas excepcionais, acompanhando as sucessivas evoluções. No entanto, em casos extremos de profunda mudança funcional, podem perder as suas características autênticas.

O facto de lhes ser atribuído um **valor cultural**, nomeadamente por estarem incluídos no conjunto classificado denominado *Lisboa Pombalina*, obriga os projetos de arquitetura a respeitar as suas características autênticas, sem prejuízo de poderem ser adaptados à vida atual. Compreender as características materiais, estéticas e espaciais dos prédios pombalinos revela-se essencial no desenvolvimento dos projetos arquitetónicos de reabilitação. O conhecimento das **qualidades de adaptabilidade e mutabilidade** destes prédios é um fator importante para harmonizar a preservação do património com a vida das pessoas, nos seus padrões atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Nota: As referências bibliográficas estão de acordo com a norma APA (American Psychological Association), 6ª edição

LIVROS

- Arnau, J. (2000). *72 Voces para un Diccionario de Arquitectura Teórica*. Madrid: Celeste Ediciones.
- Brand, S. (1995). *Show buildings learn: What apenso after they're built*. Londres: Penguin Books.
- Cabrita, R. & Coelho, A. (2003). *Habitação evolutiva e adaptável*. Lisboa: LNEC.
- Calvino, I. (2003). *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Choay, F. (2020). *As questões do Património: Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- Dias, C. (2015). *Os elementos urbanos, Nº1 (2ª ed.)*. Lisboa: Argumentum.
- Eleb-Vidal, M., Chatelet, A. M., & Mandoul, T. (1988). *Thierry - Penser l'habité: le logement en questions*. Paris: Pierre Mardaga Editeur.
- Escudero, L., Gómez, A., Lopez, M., & Murillo, J. (2014). *Dicionário Visual de Arquitetura*. Lisboa: Quimera Editores.
- França, J. A. (1989). *A Reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina (Vol. 12)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação. Disponível a partir de https://www.academia.edu/34759002/A_RECONSTRUÇÃO_DE_LISBOA_E_A_ARQUITECTURA_POMBALINA [Acedido a 29 outubro 2021].
- Hertzberger, H. (2005). *Lessons for students in Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers.
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Letra Livre – Estúdio.
- Lopes, F. (2020). *Lisboa: Arquitetura contemporânea e a cidade antiga*. Lisboa: Caleidoscópico.
- Lowenthal, D. (1998). *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: University Press.
- Kronenburg, R. (2007). *Flexible: Architecture that responds to change*. Londres: Laurence King.
- Kuma, K. (2010). *Kyokai - A Japanese Toxiqne for Articulating Spaces*. Tóquio: Tankosha Publishing.
- Mascarenhas, J. (2009). *Sistemas de construção-V: O Edifício de rendimento da baixa pombalina de Lisboa. Processo evolutivo dos edifícios-Inovações técnicas-Sistema construtivo. Materiais básicos (3ª parte): o vidro (3ª ed.)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Monteys, X., & Fuertes, P. (2017). *Casa Collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa (2ª ed.)*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili
- Monteys, X., Mària, M., Fuertes, P., Puigjaner, A., Sauquet, R., Marcos, C., Callís, E., & Fdez, C. (2011). *ReHabitat fuera de lugar*. Barcelona: Universidade Politècnica de Catalunya.
- Netto, J. (1997). *A construção do Sentido em Arquitetura (3ª ed.)*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Pallasmaa, J. (2019) *Habitar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

- Pedro, J. & Filho, J. (2012).** *Qualidade espacial e funcional da habitação. Cadernos edifícios*, Nº 7. Lisboa: LNEC.
- Ranieri, B. (1994).** *Decoração de interiores – 1001 ideias e sugestões*. Lisboa: Edideco.
- Rodrigues, S. (2013).** *A Casa dos Sentidos - Crónicas de Arquitectura*. Lisboa: Uzina books.
- Rossi, A. (2021).** *A Arquitectura da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, M. (2005).** *A Baixa Pombalina: Passado e Futuro* (2.ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Schneider, T. & Till, J. (2007).** *Flexible Housing*. Oxford: Architectural Press.
- Silva, A. V. (1939).** *A Cêrca Moura de Lisboa* (2.ª ed.). Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Vaz, P. (2019).** *Edificar no Património: Pessoas e paradigmas na conservação e restauro*. Lisboa: Edições 70.
- Venturi, R. (2004).** *Complexidade e Contradição em Arquitectura* (2.ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vitrúvio, M. (1973).** *De Architectura*. Madrid: Ediciones de Arte y Bibliofilia para Unión Explosivos Rio Tinto.

ENCONTROS E JORNADAS DE ARQUITETURA

- Pedro, J. (2020 a).** *Área mínima da habitação na reabilitação de edifícios. análise das exigências definidas na Portaria nº 304/2019*. Encore 2020: 4º encontro de conservação e reabilitação de edifícios (LNEC), 937-948. Disponível a partir de http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1013157/2/Encore2020_P304_Area-minima_Comunic%20v12%20publicado.pdf [Acedido a 4 novembro 2022]
- Pedro, J. (2020 b).** *Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto aplicáveis às obras em edifícios existentes análise comparativa entre a portaria nº 304/2019 e o RGEU*. ENCORE 2020: 4º encontro de conservação e reabilitação de edifícios (LNEC), 949-960. Disponível a partir de http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1013156/2/Encore2020_P304_Compar_Comunic%20v19%20publicado.pdf [Acedido a 4 novembro 2022]
- Mateus, J. (coord.) (2004).** *A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial*. Comunicações das Jornadas 9-10 Outubro de 2003. Disponível a partir de https://www.academia.edu/3876096/MASCARENHAS_MATEUS_João_ed_A_Baixa_Pombalina_e_a_sua_importância_para_o_Património_Mundial [Acedido a 14 dezembro 2022]

DISSERTAÇÕES | TESES

- Andrade, R. (2017).** *Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade* (Dissertação de mestrado, Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE - Departamento de Antropologia, Lisboa, Portugal). Disponível a partir de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15233> [Acedido a 31 novembro 2022].

- Carvalho, M. (2017).** *Arquitetura Doméstica e as necessidades evolutivas: Aproximação aos conceitos de Flexibilidade e Adaptabilidade* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciência e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Portugal). Disponível a partir de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/81601> [Acedido a 14 novembro 2021].
- Cisneiros, A. (2016).** *Habitar a baixa pombalina na contemporaneidade* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciência e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Portugal). Disponível a partir de <https://eg.uc.pt/handle/10316/32915> [Acedido a 5 novembro 2021].
- Esteves, A. M. (2013).** *Flexibilidade em Arquitetura: Um contributo adicional para a sustentabilidade do ambiente construído* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciência e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Portugal). Disponível a partir de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24866> [Acedido a 19 dezembro 2022].
- Gomes, P. (2009).** *As constantes e as variáveis da casa – do formal ao emocional* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal). Disponível a partir de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2167> [Acedido a 8 outubro 2022].
- Gonçalves, I. (2017).** *Arquitetura Para Hoje e Novas Formas de Habitar - esboço de ensaio(s) teórico – prático(s) na cidade da Guarda* (Dissertação de mestrado, Universidade de Engenharia da Beira Interior, Covilhã, Portugal). Disponível a partir de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/8449> [Acedido a 8 outubro 2022].
- Guedes, S. V. (2016).** *Lote da Estação Velha: Ensaio Sobre Arquitetura Evolutiva, Flexível e Adaptável* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal). Disponível a partir de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/86843> [Acedido a 2 janeiro 2022].
- Maia, R. (2016).** *O Habitar japonês: Flexibilidade e adaptabilidade na habitação tradicional japonesa* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Portugal). Disponível a partir de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12538?locale=en> [Acedido a 15 dezembro 2022].
- Nobre, T. (2015).** *A Baixa de Lisboa Reconstruída para os portugueses – Reconstruída para os turistas* (Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal). Disponível a partir de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/29822> [Acedido a 5 dezembro 2021].
- Pereira, S. (2016).** *FLEXIBILIDADE NO ESPAÇO DOMÉSTICO SOHO - Small Office / Home Office* (Projeto final de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Portugal). Disponível a partir de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12044> [Acedido a 20 dezembro 2022].
- Ramos, P. (2018).** *Transição dos edifícios de tipologia pombalina para gaioleira* (Dissertação de mestrado, Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, Setúbal, Portugal). Disponível a partir de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/25659> [Acedido a 14 abril 2022].

Silva, T. A. (2011). *O Conceito de Flexibilidade na Arquitectura Projeto de uma Célula Habitacional Flexível* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal). Disponível a partir de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2253?mode=full> [Acedido a 20 janeiro 2022].

RELATÓRIOS

Appleton, V. (2018). *Estudo de diagnóstico sumário: Edifício Sito na rua 1º de dezembro, 42, em Lisboa* (P0936-A2P-ED-000-00-MD-001-00).

Appleton, V. (2019). *Estudo de diagnóstico: Edifício Sito na rua dos Anjos, em Lisboa* (P1001-A2P-ED-EST-00-MD-001-00).

Appleton, V. (2020). *Estudo de diagnóstico: Reabilitação de um edifício na rua de S. Mamede 25, em Lisboa* (P1054-A2P-ED-EST-00-MD-001-00).

Mestre, P. (2020). *Programas decorativos - Relatório prévio: Rua dos Anjos, 2, Lisboa.*

Paulo, J. & Branco, R. (2019). *Estudo histórico e patrimonial: Casas nobres na Rua dos Anjos / Travessa do Maldonado - As Casas da Chancelaria.*

Valsassina, F. (2020). *Relatório Prévio: Edifício na rua de São Mamede Nº 25 a 25C.*

Valsassina, F. (2018). *Relatório Prévio de Arquitetura: Edifício situado na Praça D. Pedro IV, nº 34 a 36 e Rua 1º Dezembro nº 42.*

REVISTAS

DGEMN (2004, setembro). Dossiê: Baixa Pombalina. *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, Nº 21.

Lameira, G. (2006, setembro). *Habitar/Housing - O Habitante na Arquitetura*, Arquitetura Ibérica Nº 16, Caleidoscópio.

Lorenzo, S. (2014, abril). *Casas 100% Recicláveis. Revista Arquitetura y Diseño*, Nº 156.

BLOGUES

Moyo (2016, 8 novembro). *A Evolução do Design da Cozinha* [Web log post]. Disponível a partir de <https://www.moyo.pt/blog-de-design-e-decoracao-de-interiores/a-evolucao-do-design-de-cozinha>

Couto, A. (2020, 24 julho). *O veneno escondido na parede das casas vitorianas britânicas* [Web log post]. Disponível a partir de <https://uncaffeperdue.com/o-veneno-escondido-na-parede-das-casas-vitorianas-britanicas>

Abreu, R. & Heitor, T. (2007). *ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIDADE NA ARQUITECTURA DOMÉSTICA HOLANDESA: da conversão à multifuncionalidade* [Web log post]. Disponível a partir de <http://infohabitar.blogspot.com/2007/01/estrategias-de-flexibilidade-na.html>

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS E DE ORGANISMOS OFICIAIS

Câmara Municipal de Lisboa (2005). *Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana: Baixa Pombalina – Bases para uma intervenção de salvaguarda.* Disponível a partir de

https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/DELETE_documentos/Baixa_Pombalina_Bases_Intervencao_Salvuarda_vol_6.pdf

Câmara Municipal de Lisboa (2009). *Plano de Pormenor de Salvuarda da Baixa Pombalina: Regulamento,* Disponível a partir de https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/planos_pormenor/baixa_pombalina/regulamento/pp_baixa_pombalina_regulamento.pdf

Câmara Municipal de Lisboa (2012). *Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM).* Disponível a partir de https://informacoeseservicos.lisboa.pt/fileadmin/download_center/normativas/regulamentos/urbanismo/Regulamento_PDM.pdf

Câmara Municipal de Lisboa (2020). *Tipologias Arquitetónicas e Construtivas do edificado na área do Plano de Pormenor da Baixa Pombalina.* Disponível a partir de <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina>

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (1964). *Carta de Veneza: Sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios.* Disponível a partir de <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>

Ordem dos Arquitetos Secção Regional Sul (2016). *Reabilitação e conservação do património arquitetónico.* Disponível a partir de https://oasrs.org/media/uploads/4_CT_Conservacao.pdf

Regulamento Geral das Edificações Urbanas (1975). *Regulamento Geral das Edificações Urbanas: Apoio à prática profissional.* Disponível a partir de http://www.oasrn.org/pdf_upload/rgeu.pdf

Sistema de Informação do Património Arquitetónico (2007). *Castelo e Encosta da Sé.* Disponível a partir de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=26218

Sistema de Informação do Património Arquitetónico (2011). *Baixa Pombalina/Lisboa Pombalina/Baixa de Lisboa.* Disponível a partir de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

VÍDEOS

Brand, S. (Produtor). Muncie, J. (Diretor). (1997). *How Buildings Learn - Stewart Brand* (6 episódios) [Youtube channel]. Reino Unido: BBC TV. Disponível a partir de <https://www.youtube.com/user/brandst/videos>.

WEBGRAFIA

Adrião, J. (2020). *Douradores* [Web Post]. Disponível em <https://josedriao.com/portfolio/douradores/> [Acedido a 2 dezembro 2022].

Moreira, S. (2019). *O que é reuso adaptativo?* [Web Post]. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/926724/o-que-e-reuso-adaptativo> [Acedido a 18 dezembro 2022].

Architectural Resources (2022). *Adaptive Reuse* [Web Post]. Disponível em <https://www.archres.com/adaptive-reuse/> [Acedido a 18 dezembro 2022].

Aurora Arquitetos (2015). *Apartamento na Estrela* [Web Post]. Disponível em http://aurora.com.pt/all_projects/apartamento-na-estrela/ [Acedido a 2 dezembro 2022].

Maio (2016). *110 Rooms* [Web Post]. Disponível em <https://www.maio-architects.com/project/110-rooms/> [Acedido a 22 dezembro 2022].

Restos de coleção (2012). *Café Chave d'Ouro* [Web Post]. Disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/10/cafe-chave-d.html> [Acedido a 2 maio 2022].

REFERÊNCIAS FIGURAS

Contracapa

Fig. 0.1 – **Autora (2022)**. *Praça do Comércio, vista do Arco da Rua Augusta*.

Capítulo 1 | Introdução

Fig. 1.1 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa do limite do Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 1.2 – **Autora (2022)**. *Localização dos três casos de estudo em Lisboa*.

Capítulo 2 | Conceitos e Significados

Fig. 2.1 – **Le Corbusier. (1915)**. *A arquitetura flexível da Maison Dom-Ino*. Disponível em https://www.researchgate.net/figure/Le-Corbusier-Maison-Dom-Ino-1914-Plan-FLC-19209q-FLC-DACS-2008-Source-Le-Corbusier_fig2_232939554 [Acedido a 5 abril 2022].

Fig. 2.2 – **Ghirardi, G. (s.d.)**. *Subdivisão dos espaços da Katsura Imperial Villa, Kyoto (Japão), 1616*. Disponível em <http://www.theblogazine.com/2014/07/the-architecture-of-katsura-palace/> [Acedido a 20 novembro 2022].

Fig. 2.3 – **Autora (2022)**. *Casas vitorianas em Chelsea (Londres)*.

Fig. 2.4 – **Autor desconhecido (2011)**. *Terraced houses em Manchester*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Terraced_houses_in_the_United_Kingdom [Acedido a 20 dezembro 2022].

Fig. 2.5 – **Maio (2016)**. *Liberdade na conceção dos espaços, projeto 110 rooms em Barcelona*. Disponível em <https://www.maio-architects.com/project/110-rooms/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Fig. 2.6 – **Hevia, J. (2016)**. *Alçado principal e interior de um apartamento, projeto 110 rooms em Barcelona*. Disponível em <https://www.maio-architects.com/project/110-rooms/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Fig. 2.7 – **Architectural Resources (2022)**. *Camadas construtivas de Brand: terreno, pele/fachada, estrutura, serviços/instalações, interior, mobiliário*. Disponível em <https://www.archres.com/adaptive-reuse/> [Acedido a 22 dezembro 2022].

Capítulo 3 | Evolução do Habitar

Fig. 3.1 – **Eisen, C. (1755)**. *Cabana primitiva no Essai sur l'architecture de Marc-Antoine Laugier*. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/01-169735/ensaio-sobre-a-arquitetura-slash-marc-antoine-laugier> [Acedido a 10 outubro 2022].

Fig. 3.2 – **Monteys, X. & Fuertes, P. (2017)**. *Vários apartamentos do Edifício Mitre em Barcelona*, Fotografia de F. Corsini, p. 27.

Fig. 3.3 – **Autor desconhecido (s.d.⁴⁴)**. *Vista exterior da Casa Farnsworth de Mies van der Rohe, 1951*. Disponível em <https://casavogue.globo.com/LazerCultura/noticia/2017/02/historia-da-iconeca-farnsworth-house-de-mies-van-der-rohe-ganha-filme.html> [Acedido a 2 setembro 2022].

Fig. 3.4 – **Caillebotte, G. (1875)**. *Homem jovem à janela, 1875*. Disponível em <http://artesteves.blogspot.com/2010/10/gustave-caillebotte-homem-jovem-janela.html> [Acedido a 27 novembro 2022].

Fig. 3.5 – **Autor desconhecido (2016)**. *Da esquerda para a direita e de cima para baixo: cozinha da Idade Média, cozinha do século XVIII, cozinha da Revolução Industrial, cozinha dos anos 20, cozinha dos anos 40 a 80, cozinha contemporânea do século XXI*. Disponível em <https://www.moyo.pt/blog-de-design-e-decoracao-de-interiores/a-evolucao-do-design-de-cozinha> [Acedido a 13 outubro 2022].

Fig. 3.6 – **Autores desconhecidos (2022 e 2018)**. *Interior de uma casa pombalina (à esquerda) e interior de uma casa contemporânea (à direita)*. Disponível em <https://www.lofty.pt/1103/> e <https://verfachadasdecasas.com/15-fachadas-de-casas-con-cristal/> [Acedido a 13 outubro 2022].

Fig. 3.7 – **Pereira, F. (2014)**. *Apartamento da Unidade de Habitação de Marselha*. Disponível em <http://olhararquitectura-3.blogspot.com/2014/03/blog-post.html> [Acedido a 20 outubro 2022].

Fig. 3.8 – **Pedro, J. & Filho, J. (2012)**. *Três tipos de arranjos de plantas da Unidade de Habitação de Marselha, 1952*, p.47.

Fig. 3.9 – **Autora (2022)**. *Pia de despejo (à esquerda), Instalações sanitárias improvisadas no logradouro (ao centro) e Quarto interior (à direita), Edifício na Rua das Pedras Negras*.

Fig. 3.10 – **Pedro, J. (2020a)**. *Modelos de salas, relação entre área, acesso e equipamentos/mobiliário*, p.957.

Fig. 3.10 – **Autor desconhecido (s.d.)**. *Área mínima para manobras de cadeiras de rodas*. Disponível em <https://pt.slideshare.net/jaimeribeiro/guia-de-acessibilidade-e-mobilidade-para-todos> [Acedido a 2 novembro 2022].

Capítulo 4 | Enquadramento Histórico

Fig. 4.1 – **Tinoco, J. N. (1650)**. *Planta de Lisboa antes do Terramoto*. Disponível em <https://www.museudelisboa.pt/pt/colecoes/desenho/plan-de-la-ville-de-lisbonne-en-1650-existant-aux-archives-municipales> [Acedido a 2 fevereiro 2022].

Fig. 4.2 – **Autora (2022)**. *Registos dos sismos ocorridos em Lisboa*. Adaptado de Mascarenhas (2005), p. 25.

⁴⁴ (s.d.) segundo as normas de referência APA, esta abreviatura significa sem data e utiliza-se quando a data da figura é desconhecida.

- Fig. 4.3 – **Le Bras, J. P. (1757)**. *Ruínas da Sé de Lisboa após o Terramoto de 1755*. Disponível em <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ruinas da Sé de Lisboa após o Terramoto de 1755 - Jacques Philippe Le Bas, 1757.png> [Acedido a 5 dezembro 2021].
- Fig. 4.4 – **Ströberle, J. G. (1792)**. *Alegoria ao terramoto de 1755*. Disponível a partir de [https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Terramoto_de_1755_\(João_Glama\)#/media/Ficheiro:O_Terramoto de 1755 \(1756-92\) - João Glama \(MNAA\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Terramoto_de_1755_(João_Glama)#/media/Ficheiro:O_Terramoto_de_1755_(1756-92) - João Glama (MNAA).png) [Acedido a 3 janeiro 2022].
- Fig. 4.5 – **Carvalho, E. S. & Mardel, C. (1758)**. *Planta do projeto de reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755*. Disponível a partir de <http://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?ns=216000&id=2306&paginaEntrada=1> [Acedido a 3 janeiro 2022].
- Fig. 4.6 – **Autores desconhecidos (s.d.)**. *Figuras principais da Reconstrução da Baixa Pombalina: Da esquerda para a direita: D. José I, Marquês de Pombal, Carlos Mardel, Manuel da Maia e Eugénio dos Santos*. Disponível a partir de <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Retrato de D. José I.jpg>
<https://www.jornalterrasdesico.pt/2021/10/pombal-municipio-lanca-obra-sobre-o-marques-de-pombal/>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Mardel
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel da Maia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_da_Maia)
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugénio dos Santos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugénio_dos_Santos) [Acedido a 30 novembro 2022].
- Fig. 4.7 – **Mascarenhas, J. (2009)**. *Plantas, alçados e cortes no início da reconstrução e com acrescento*, p. 49.
- Fig. 4.8 – **Mascarenhas, J. (2009)**. *Corte perspectivado, rua de S. Julião, nº 110*, p. 57.
- Fig. 4.9 – **DGEMN (2004)**. *Fachada-tipo das ruas principais: um piso de lojas, quatro de habitação e um de trapeiras*, p. 70.
- Fig. 4.10 – **Mascarenhas, J. (2009)**. *Piso térreo dos edifícios pombalinos, à esquerda abóbadas de aresta, ao centro arcos e vigas de madeira e à direita apenas vigas de madeira*, p. 58.
- Fig. 4.11 – **Autora (2022)**. *Compartimento independente, com acesso pelo patim da escada ou pelo apartamento da esquerda*. Adaptado de Mascarenhas (2009), p. 67.
- Fig. 4.12 – **Autora (2022)**. *Compartimentos importantes para a frente de rua*. Adaptado de Mascarenhas (2009), p. 67.
- Fig. 4.13 – **Autora (2022)**. *Compartimentos menos importantes para o interior do quarteirão*. Adaptado de Mascarenhas (2009), p. 67.
- Fig. 4.14 – **Autora (2022)**. *Compartimentos interiores da habitação e inexistência de corredores*. Adaptado de Mascarenhas (2009), p. 67.
- Fig. 4.15 – **Autora (2022)**. *Esquema do acesso aos apartamentos, ligações entre os espaços e identificação do patim das escadas e do corredor*. Adaptado de Mascarenhas (2009), p. 66.

Fig. 4.16 – **Porfírio, J. (2017)**. *Flexibilidade e multiplicidade de portas no apartamento pombalino*. Disponível em <https://observador.pt/2017/11/30/the-third-floor-design-tecnologia-e-artesaos-portugueses-num-3o-andar-lisboeta/> [Acedido a 16 maio 2022].

Capítulo 5 | Enquadramento Pós-terramoto

Fig. 5.1 – **CML (2010)**. *Proposta para a Rua de São Nicolau, nº 74-80 e nº 66-72*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 2 dezembro 2022].

Fig. 5.2 – **Sabater, P. (2021)**. *Praça Marquês de Pombal em Vila Real de Santo António*. Disponível em <https://www.sulinformacao.pt/2021/10/vila-real-de-santo-antonio-recebe-simbolos-das-jornadas-mundiais-da-juventude/> [Acedido a 2 dezembro 2022].

Fig. 5.3 – **OASRS (2016)**. *Arquétipo de um edifício pombalino e de um edifício gaioleiro*. Disponível em http://www.oasrn.org/pdf_upload/rgeu.pdf [Acedido a 5 dezembro 2022].

Fig. 5.4 – **CML (2010)**. *Planta de enquadramento do Plano de Salvaguarda da Baixa Pombalina*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 21 junho 2022].

Fig. 5.5 – **Autor desconhecido (s.d.)**. *Cais das colunas (Terreiro do Paço), início do século XX*. Disponível em <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/tag/cais+do+sodré> [Acedido a 21 novembro 2022].

Fig. 5.6 – **Autor desconhecido (1938)**. *Marquês de Pombal e Avenida da Liberdade*. Disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/11/praca-marques-de-pombal.html> [Acedido a 29 novembro 2022].

Fig. 5.7 – **Autora (2022)**. *Rua Augusta cheia de turistas a passear*.

Fig. 5.8 – **Aurora Arquitetos (2015)**. *Planta do apartamento na Estrela*. Disponível em http://aurora.com.pt/all_projects/apartamento-na-estrela/ [Acedido a 4 dezembro 2022].

Fig. 5.9 – **Aurora Arquitetos (2016)**. *Da esquerda para a direita: sala de estar (antigos quartos), quarto (antiga sala) e cozinha*. Disponível em http://aurora.com.pt/all_projects/apartamento-na-estrela/ [Acedido a 4 dezembro 2022].

Fig. 5.10 – **Almendra, N. (2020)**. *Aspetto do interior do edifício antes da obra*. Disponível em <https://joseadriao.com/portfolio/douradores/> [Acedido a 4 dezembro 2022].

Fig. 5.11 – **Adrião, J. (2020)**. *Planta dos apartamentos na Baixa*. Disponível em <https://joseadriao.com/portfolio/douradores/> [Acedido a 4 dezembro 2022].

Fig. 5.12 – **Guerra, F. (2020)**. *Da esquerda para a direita: sala (1º piso), sala (5º piso) e sala (2º piso)*. Disponível em <https://joseadriao.com/portfolio/douradores/> [Acedido a 4 dezembro 2022].

Fig. 5.13 – **Lopes, F. (2020)**. *Rua dos Douradores, 186, em Lisboa; pormenor de frescos conservado no decurso de obras de reabilitação*.

Capítulo 6 | Caso de estudo 1: Rua de São Mamede, 25

Fig. 6.1 – **Autora (2022)**. *Fachada principal, quarteirão e anexo em ruínas*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 6.2 – **Autora (2022)**. *Fachada Tardoz, quarteirão e anexo em ruínas*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 6.3 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa do quarteirão*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 6.4 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica de Carlos Mardel, 1756*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 22 março 2022].

Fig. 6.5 – **Autora (2022)**. *Planta Topographica de Lisboa, 1780*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 22 março 2022].

Fig. 6.6 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 24 março 2022].

Fig. 6.7 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 24 março 2022].

Fig. 6.8 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 24 março 2022].

Fig. 6.9 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 24 março 2022].

Fig. 6.10 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 6.11 – **Appleton, V. (2020)**. *Da esquerda para a direita: abóbadas de aresta no piso térreo; pavimento e vigas de madeira; parede de frontal*.

Fig. 6.12 – **Autora (2022)**. *Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua de São Mamede, 25*.

Fig. 6.13 – **Autora (2022) & Valsassina, F. (2020)**. *Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Rua de São Mamede; alçado principal para a rua de São Mamede; alçado tardoz para o logradouro; logradouro visto do edifício na Rua das Pedras Negras, 34*.

Fig. 6.14 – **Autora (2022)**. *Planta dos tipos de solos*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 20 março 2022].

Fig. 6.15 – **Valsassina, F. (2020)**. *Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 2; cozinha do piso 3; salão do piso 3; compartimento interior do piso 3; escadas do piso 3 para o 4; vista geral do piso 4*.

Fig. 6.16 – **Autora (2022)**. *Organização espacial do caso de estudo na Rua de São Mamede, 25*.

Capítulo 7 | Caso de estudo 2: Rua dos Anjos, 2

Fig. 7.1 – **Autora (2022)**. *Fachada principal e lateral, quarteirão*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 7.2 – **Autora (2022)**. *Fachada Tardoz, quarteirão*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 7.3 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa do quarteirão*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 7.4 – **Autora (2022)**. *Planta Topographica de Lisboa*, 1780. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 30 março 2022].

Fig. 7.5 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 30 março 2022].

Fig. 7.6 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 30 março 2022].

Fig. 7.7 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 31 março 2022].

Fig. 7.8 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 31 março 2022].

Fig. 7.9 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 7.10 – **Appleton, V. (2019)**. *De cima para baixo: sondagem estrutural do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2: Parede de alvenaria de pedra; parede de frontal; parede de tabique*.

Fig. 7.11 – **Autora (2022)**. *Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2*.

Fig. 7.12 – **Autora (2022) & Autor desconhecido (1964)**. *Da esquerda para a direita e de cima para baixo: alçado principal para a rua dos Anjos; Largo do intendente, vista para o edifício; Fachada lateral para a Travessa do Maldonado antigamente (1964) e atualmente*.

Fig. 7.13 – **Autora (2022)**. *Planta dos tipos de solos*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 31 março 2022].

Fig. 7.14 – **Mestre, P. (2020)**. *Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 1; vista geral do piso 2; vista geral do piso 2; patim do piso 3 e escadas; vista geral do piso 3; vista geral do piso 4*.

Fig. 7.15 – **Autora (2022)**. *Organização espacial do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2*.

Fig. 7.16 – **Mestre, P. (2020)**. *Elementos com valor histórico-cultural, guardas metálicas da escadaria e azulejos decorativos da fachada do final do século XIX*.

Fig. 7.17 – **Autora (2022)**. *Mutabilidade do interior do primeiro piso, através de plantas pré 1887, 1887, 1957 e da atual, do caso de estudo na Rua dos Anjos, 2*.

Capítulo 8 | Caso de estudo 3: Rua 1º de dezembro, 42

Fig. 8.1 – **Autora (2022)**. *Fachada principal, quarteirão*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 8.2 – **Autora (2022)**. *Fachada Tardoz, quarteirão*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 8.3 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa do quarteirão*. Adaptado do Google Earth.

Fig. 8.4 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica de Carlos Mardel, 1756*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 2 abril 2022].

- Fig. 8.5 – **Autora (2022)**. *Planta Topographica de Lisboa*, 1780. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 2 abril 2022].
- Fig. 8.6 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Duque Wellington, 1812*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 2 abril 2022].
- Fig. 8.7 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Filipe Folque, 1856-58*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 3 abril 2022].
- Fig. 8.8 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Francisco e César Goullard, 1878*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 3 abril 2022].
- Fig. 8.9 – **Autora (2022)**. *Cartografia histórica, Silva Pinto, 1911*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 3 abril 2022].
- Fig. 8.10 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa*. Adaptado do Google Earth.
- Fig. 8.11 – **Autor desconhecido (anos 40)**. *Café Chave D'Ouro*. Disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/10/cafe-chave-d.html> [Acedido a 16 abril 2022].
- Fig. 8.12 – **Autora (2022)**. *Sistema estrutural e materialidade do caso de estudo na Rua 1º de Dezembro, 42*.
- Fig. 8.13 – **Autora (2022) e Valsassina, F. (s.d.)**. *Alçado principal para a Praça D. Pedro IV; Alçado tardoz para a rua 1º de Dezembro; Praça D. Pedro IV, vista para o edifício antigamente e atualmente*.
- Fig. 8.14 – **Autora (2022)**. *Planta dos tipos de solos*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 5 abril 2022].
- Fig. 8.15 – **Appleton, V. (2018)**. *Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Vista geral do piso 1; vista geral do piso 2; vista geral do piso 3; divisórias de madeira no piso 3; vista geral do piso 4; cobertura em terraço*.
- Fig. 8.16 – **Autora (2022)**. *Organização espacial do caso de estudo na Rua 1º de Dezembro, 42*.
- Fig. 8.17 – **CML (s.d.)**. *Praça D. Pedro IV, em Lisboa; fachadas do quarteirão a poente, na versão do projeto original do século XVIII e na atualidade*.
- Fig. 8.18 – **Autora (2022)**. *Mutabilidade do interior, através de plantas de 1925, 1933 e da atual, do caso de estudo na Rua 1º de Dezembro, 42*.

Capítulo 9 | Conclusão

- Fig. 9.1 – **Autora (2022)**. *Compartimento independente e multiplicidade de portas, Edifício na Rua das Pedras Negras*.
- Fig. 9.2 – **Autora (2022)**. *Esquemas das camadas construtivas: relação do edifício com o meio; sistema construtivo; fachadas; cobertura; configuração espacial interna; infraestruturas e mobiliário*. Adaptado de Stewart Brand.

Fig. 9.3 – **Autora (2022)**. *Mutabilidade (grau de transformação) das camadas construtivas dos três casos de estudo.*

REFERÊNCIAS FIGURAS ANEXOS

Anexo 1 – **Esteves, A. M. (2013)**. *Comparação entre Flexibilidade e Adaptabilidade por vários autores*. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24866> [Acedido a 13 dezembro 2022].

RGEU e Portaria nº 304/2019

Anexo 2 – **Pedro, J. (2020)**. *Quadro síntese de comparação entre a Portaria nº 304/2019 e o RGEU*. Disponível em http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1013156/2/Encore2020_P304_Compar_Comunic%20v19%20publicado.pdf [Acedido a 3 dezembro 2022].

Anexo 3 – **Pedro, J. (2020)**. *Quadro síntese de comparação entre a Portaria nº 304/2019 e o RGEU*. Disponível em http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1013156/2/Encore2020_P304_Compar_Comunic%20v19%20publicado.pdf [Acedido a 3 dezembro 2022].

Anexo 4 – **Pedro, J. (2020)**. *Modelos de compartimentos*. Disponível em http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1013156/2/Encore2020_P304_Compar_Comunic%20v19%20publicado.pdf [Acedido a 4 dezembro 2022].

Plantas Baixa Pombalina

Anexo 5 – **PDM (2007)**. *Planta da vulnerabilidade sísmica da Baixa Pombalina*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 15 agosto 2022].

Anexo 6 – **PPSBP (2010)**. *Planta de implantação da Baixa Pombalina*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 7 julho 2022].

Anexo 7 – **PPSBP (2010)**. *Planta do estado conservação edifícios da Baixa Pombalina*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 15 agosto 2022].

Anexo 8 – **PPSBP (2010)**. *Planta dos usos predominantes da Baixa Pombalina*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 15 agosto 2022].

Enquadramento dos casos de estudo

Anexo 9 – **Autora (2022)**. *Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 1: Rua de São Mamede*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 7 julho 2022].

Anexo 10 – **Autora (2022)**. *Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 2: Rua dos Anjos*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 7 julho 2022].

Anexo 11 – **Autora (2022)**. *Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 3: Rua 1ª de dezembro*. Adaptado de Lisboa Interativa (CML). Disponível em <https://lxi.cm-lisboa.pt> [Acedido a 7 julho 2022].

Anexo 12 – **Autora (2022)**. *Plantas de enquadramento dos casos de estudo*.

Anexo 13 – **Autora (2022)**. *Ortofotomapa com a localização dos casos de estudo*. Adaptado do Google Earth.

CASO DE ESTUDO 1: Rua de São Mamede, 25

Alçados e plantas atuais

Anexo 14 – **Autora (2022)**. *Plantas do edifício na Rua de São Mamede, 25*.

Anexo 15 – **Valsassina, F. (2020)**. *Alçados e cortes do edifício na Rua de São Mamede, 25*.

CASO DE ESTUDO 2: Rua dos Anjos, 2

Alçados e plantas antigas

Anexo 16 – **AML (2019)**. *Fachada principal existente e proposta de alteração na Rua dos Anjos, 1883*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 17 – **AML (2019)**. *Fachada lateral existente (em cima) e modificada (em baixo) na Rua dos Anjos, 1883*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 18 – **AML (2019)**. *Fachada principal modificada na Rua dos Anjos, 1887*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 19 – **AML (2019)**. *Fachada lateral modificada na Rua dos Anjos, 1887*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 20 – **AML (2019)**. *Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, pré 1887*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 21 – **AML (2019)**. *Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, 1887*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 22 – **AML (2019)**. *Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, 1957*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Nota: As plantas, cortes e alçados antigos do edifício na Rua dos Anjos, nº2, foram retirados dos relatórios de Patrícia Mestre (2020), no entanto os mesmos foram retirados do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), da Obra nº 34015.

Fotografias antigas do local

Anexo 23 – **Benoliel, J. (1911)**. *Hospital do Desterro, visto da Rua da Palma, antes da demolição parcial, 1911*. Disponível em <https://www.pinterest.pt/pin/591519732280998584/> [Acedido a 26 dezembro 2022].

Anexo 24 – **Passaporte, A. (anos 40)**. *Vista da rua da Palma e início da Avenida Almirante Reis*. Disponível em <https://www.facebook.com/lisboadeantigamente/photos/a.1493633104195493/1662757637283038/?type=3> [Acedido a 26 dezembro 2022].

Alçados e plantas atuais

Anexo 25 – **Autora (2022)**. *Plantas do edifício na Rua dos Anjos, 2*.

Anexo 26 – **Autora (2022)**. *Alçados e cortes do edifício na Rua dos Anjos, 2*.

Nota: As plantas do edifício na Rua dos Anjos, nº2, foram adaptadas dos desenhos técnicos fornecidos pelo Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes.

CASO DE ESTUDO 3: Rua 1º de Dezembro, 42

Alçados e plantas antigas

Anexo 27 – **AML (1920)**. *Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1920*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 28 – **AML (1933)**. *Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1933*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 29 – **AML (1934)**. *Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1934*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 30 – **AML (1933)**. *Obra de alteração da fachada principal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1933*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 31 – **AML (1935 e 1960)**. *Obra de alteração da fachada principal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935 e 1960*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 32 – **AML (1949)**. *Obra de alteração da fachada principal e corte longitudinal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1949*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 33 – **AML (1933)**. *Obra de alteração das plantas da cave, piso térreo e piso 1, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, pré 1933 e 1933*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 27 dezembro 2022].

Anexo 34 – **AML (1933)**. *Obra de alteração das plantas do piso 2, 3 e 4, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, pré 1933 e 1933*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 27 dezembro 2022].

Anexo 35 – **AML (1935)**. *Obra de alteração das plantas da cave e do piso térreo, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 29 dezembro 2022].

Anexo 36 – **AML (1935)**. *Obra de alteração das plantas do piso 1, 2 e 3, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 30 dezembro 2022].

Anexo 37 – **AML (1935)**. *Obra de alteração das plantas do piso 4, 5 e terraço, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 27 dezembro 2022].

Anexo 38 – **AML (1961)**. *Obra de alteração das plantas da cave, piso térreo e piso 1, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1960 e 1961*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 20 dezembro 2022].

Anexo 39 – **AML (1969)**. *Obra de alteração das plantas do piso 2, 3, 4, 5 e terraço, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1969*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 28 dezembro 2022].

Nota: As plantas, cortes e alçados antigos do edifício na Rua 1º de Dezembro, nº42, foram retirados dos relatórios de Francisco Valsassina (2018), no entanto os mesmos foram retirados do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), da Obra nº 18768.

Fotografias antigas do local e do edifício

Anexo 40 – **Alvão, D. (s.d.)**. *Praça D. Pedro IV*. Disponível em <https://www.pinterest.pt/pin/368732288214456550/> [Acedido a 30 maio 2022].

Anexo 41 – **Cunha, A. F. (anos 20)**. *Fachada principal Art Déco, anos 20*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 13 maio 2022].

Anexo 42 – **Ferrari, A. (anos 20)**. *Fachada tardoz, anos 20*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 13 maio 2022].

Anexo 43 – **Portugal, E. (anos 40)**. *Fachada principal, anos 40*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 13 maio 2022].

Anexo 44 – **Autor desconhecido (1947)**. *Interior de um dos salões, 1947*. Disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/10/cafe-chave-d.html> [Acedido a 13 maio 2022].

Anexo 45 – **Pinto, K. (1947)**. *Interior de um dos salões, 1947*. Disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/> [Acedido a 13 maio 2022].

Alçados e plantas atuais

Anexo 46 – **Autora (2022)**. *Plantas do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42*.

Anexo 47 – **Autora (2022)**. *Alçados e corte do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42*.

Nota: As plantas do edifício na Rua dos Anjos, nº2, foram adaptadas dos desenhos técnicos fornecidos pelo Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes.

Regulamento do PPSBP

Anexo 48 – **PPSBP (2010)**. *Alçados dos edifícios na Rua de São Mamede, anexo 1 do Regulamento do PPSBP*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 25 setembro 2022].

Anexo 48 – **PPSBP (2010)**. *Alçados dos edifícios da Praça D. Pedro IV, anexo 1 do Regulamento do PPSBP*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 25 setembro 2022].

Anexo 48 – **PPSBP (2010)**. *Alçados dos edifícios na Rua 1º de Dezembro, anexo 1 do Regulamento do PPSBP*. Disponível em <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/baixa-pombalina> [Acedido a 25 setembro 2022].

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Comparação entre Flexibilidade e Adaptabilidade por vários autores.....	1
RGEU e Portaria nº 304/2019	
Anexo 2 – Quadro síntese de comparação entre a Portaria nº 304/2019 e o RGEU (p.10).....	2
Anexo 3 – Quadro síntese de comparação entre a Portaria nº 304/2019 e o RGEU (p.11).....	3
Anexo 4 – Modelos de compartimentos.....	4
Plantas Baixa Pombalina	
Anexo 5 – Planta da vulnerabilidade sísmica da Baixa Pombalina.....	5
Anexo 6 – Planta de implantação da Baixa Pombalina.....	6
Anexo 7 – Planta do estado conservação edifícios da Baixa Pombalina.....	7
Anexo 8 – Planta dos usos predominantes da Baixa Pombalina.....	8
Enquadramento dos casos de estudo	
Anexo 9 – Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 1: Rua de São Mamede.....	9
Anexo 10 – Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 1: Rua dos Anjos.....	10
Anexo 11 – Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 1: Rua 1º de Dezembro.....	11
Anexo 12 – Plantas de enquadramento dos casos de estudo.....	12
Anexo 13 – Ortofotomapa com a localização dos casos de estudo.....	13
CASO DE ESTUDO 1: Rua de São Mamede, 25	
Alçados e plantas atuais	
Anexo 14 – Plantas do edifício na Rua de São Mamede, 25.....	14
Anexo 15 – Alçados e cortes do edifício na Rua de São Mamede, 25.....	15
CASO DE ESTUDO 2: Rua dos Anjos, 2	
Alçados e plantas antigas	
Anexo 16 – Fachada principal existente e proposta de alteração na Rua dos Anjos, 1883.....	16
Anexo 17 – Fachada lateral existente (em cima) e modificada (em baixo) na Rua dos Anjos, 1883	16
Anexo 18 – Fachada principal modificada na Rua dos Anjos, 1887.....	17
Anexo 19 – Fachada lateral modificada na Rua dos Anjos, 1887.....	17
Anexo 20 – Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, pré 1887.....	18
Anexo 21 – Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, 1887.....	18
Anexo 22 – Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, 1957.....	18
Fotografias antigas do local	
Anexo 23 – Hospital do Desterro, visto da Rua da Palma, antes da demolição parcial, 1911.....	19
Anexo 24 – Vista da rua da Palma e início da Avenida Almirante Reis.....	19
Alçados e plantas atuais	
Anexo 25 – Plantas do edifício na Rua dos Anjos, 2.....	20
Anexo 26 – Alçados e cortes do edifício na Rua dos Anjos, 2.....	21
CASO DE ESTUDO 3: Rua 1º de Dezembro, 42	

Alçados e plantas antigas

Anexo 27 – Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42.....	22
Anexo 28 – Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1933....	22
Anexo 29 – Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1934....	22
Anexo 30 – Obra de alteração da fachada principal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1933.....	23
Anexo 31 – Obra de alteração da fachada principal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935 e 1960.....	23
Anexo 32 – Obra de alteração da fachada principal e corte longitudinal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1949.....	23
Anexo 33 – Obra de alteração das plantas da cave, piso térreo e piso 1, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, pré 1933 e 1933.....	24
Anexo 34 – Obra de alteração das plantas do piso 2, 3 e 4, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, pré 1933 e 1933	25
Anexo 35 – Obra de alteração das plantas da cave e do piso térreo, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935.....	26
Anexo 36 – Obra de alteração das plantas do piso 1, 2 e 3, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935	26
Anexo 37 – Obra de alteração das plantas do piso 4, 5 e terraço, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935.....	27
Anexo 38 – Obra de alteração das plantas da cave, piso térreo e piso 1, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1960 e 1961.....	27
Anexo 39 – Obra de alteração das plantas do piso 2, 3, 4, 5 e terraço, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1969.....	27

Fotografias antigas do local e do edifício

Anexo 40 – Praça D. Pedro IV.....	28
Anexo 41 – Fachada principal Art Déco, anos 20.....	28
Anexo 42 – Fachada tardoz, anos 20.....	29
Anexo 43 – Fachada principal, anos 40.....	29
Anexo 44 – Interior de um dos salões, 1947.....	30
Anexo 45 – Interior de um dos salões, 1947.....	30

Alçados e plantas atuais

Anexo 46 – Plantas do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42.....	31
Anexo 47 – Alçados e corte do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42.....	32

Regulamento do PPSBP

Anexo 48 – Alçados dos edifícios na Rua de São Mamede, anexo 1 do Regulamento do PPSBP.....	33
Anexo 49 – Alçados dos edifícios da Praça D. Pedro IV, anexo 1 do Regulamento do PPSBP.....	33
Anexo 50 – Alçados dos edifícios na Rua 1º de Dezembro, anexo 1 do Regulamento do PPSBP.....	33

ANEXOS

		FLEXIBILIDADE	ADAPTABILIDADE
ANDREW RABENECK, DAVID SHEPPARD, PETER TOWN	1973/ 1974	A “flexibilidade” é proposta em oposição ao “funcionalismo feito à medida”. As tentativas falhadas da flexibilidade são criticadas por alegadamente remeterem para uma “falácia da liberdade através do controlo”. A habitação flexível deve ser capaz de oferecer “escolha” e “personalização”. O conceito de flexibilidade lida com a “técnica construtiva e distribuição de serviços”	Adaptabilidade na habitação refere-se a unidades habitacionais que podem ser “facilmente alteradas consoante as circunstâncias”. A adaptabilidade está relacionada com o “planeamento e distribuição” de um edifício, incluindo o tamanho das divisões e as relações entre elas.
ADRIAN FORTY	2000	“A incorporação da ‘flexibilidade’ no desenho, iludiu os arquitectos com a possibilidade de projectar o seu controlo sobre o edifício no futuro, para lá do período em que seriam os responsáveis por ele.” A confusão no significado de flexibilidade advém de dois papéis contraditórios: “ela tem servido para expandir o funcionalismo, de modo a torna-lo viável” e “tem vindo a ser utilizada para resistir ao funcionalismo.”	-
STEVEN GROÁK	1992	A flexibilidade chama a atenção para a “capacidade de responder a várias disposições físicas possíveis”.	A adaptabilidade chama a atenção para a “capacidade de responder a diferentes usos sociais”.
TATJANA SCHNEIDER, JEREMY TILL	2007	A flexibilidade na habitação é “alcançada alterando a matriz física do edifício”	A adaptabilidade em habitação é “alcançada através do desenho de divisões ou unidades que podem ser utilizadas de diversas maneiras”.
HERMAN HERTZBERGER	1991	No desenho flexível “não existe uma solução única, preferível a todas as outras; Hertzberger avança com outro conceito, a “polivalência”.	Polivalência
GERARD MACCREANOR	1998	A flexibilidade é “uma ideia desenhada [que leva ao] colapso do esquema de distribuição convencional”. “A flexibilidade não implica a necessidade de mudanças intermináveis nem a ruptura com a fórmula convencional”. A flexibilidade inclui a adaptabilidade.	A adaptabilidade é “uma maneira diferente de encarar a flexibilidade”, que diz respeito à “transfuncionalidade e multifuncionalidade”.

Anexo 1 – Comparação entre Flexibilidade e Adaptabilidade por vários autores (Tabela de Ana Margarida Esteves, 2013, p.42)

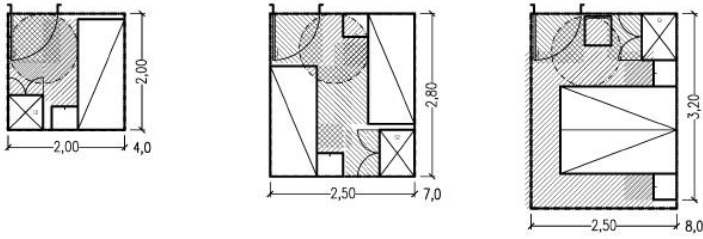
6. QUADRO SÍNTESE

Portaria (artigo 48)	PÉ-DIREITO (P_d)	RGEU (artigo 65 ^o)
Compartimentos habitáveis: $P_d \geq 2,30$ m Compartimentos não habitáveis: $P_d \geq 2,10$ m Alteração de uso: manutenção do existente Situações excecionais: admite manutenção de valores inferiores aos mínimos da Portaria	Compartimentos habitáveis: $P_d \geq 2,40$ m Compartimentos não habitáveis: $P_d \geq 2,20$ m Estabelecimentos comerciais: $P_d \geq 3,00$ m	
Portaria (artigo 58)	SALA, QUARTOS E COZINHA	RGEU (artigos 66 ^o , 67 ^o e 69 ^o)
Programa de compartimentos		
Pequena reorganização espacial: – Sala, equipamento de cozinha, uma ou duas instalações sanitárias Grande reorganização espacial: – Sala – Quartos: T0 (Sem), T1 (individual), T2 (2*individual), T3 (3*individual), T4 (4*individual), T5 (4*duplo+individual) – Equipamento de cozinha – Uma ou duas instalações sanitárias	Sala Quartos: T0 (Sem), T1 (casal), T2 (casal+duplo), T3 (casal+2*duplo), T4 (casal+2*duplo+individual), T5 (casal+3*duplo+individual) Cozinha Uma ou duas instalações sanitárias	
Área útil de compartimentos (A_u)		
Sala: $A_u \geq 10$ m ² Sala e cozinha: $A_u \geq 14$ m ² Pequena reorganização espacial: – Quartos intervencionados: $A_u \geq 5$ m ² Grande reorganização espacial: – 1 ao 4 Quartos: $A_u \geq 6,5$ m ² – 5 ou mais quartos: $A_u \geq 9$ m ² (quarto casal) e RGEU	Sala: $A_u \geq 10, 12, 16$ m ² Cozinha: $A_u \geq 6$ m ² 1 ^o Quarto (casal): $A_u \geq 10,5$ m ² 2 ^o , 3 ^o e 5 ^o Quartos (duplos): $A_u \geq 9$ m ² 4 ^o Quarto (individual): $A_u \geq 6,5$ m ² Suplemento de área obrigatório $A_u \geq 4, 6, 8, 10$ m ²	
Dimensão útil de compartimentos (D_u)		
(Sala e quartos) – – Área do compartimento ≤ 15 m ² : $D_u \geq 2,1$ m Área do compartimento > 15 m ² : $D_u \geq 2,4$ m	(Sala, quartos e cozinha) Área do compartimento $< 9,5$ m ² : $D_u \geq 2,1$ m Área do compartimento < 12 m ² : $D_u \geq 2,4$ m Área do compartimento < 15 m ² : $D_u \geq 2,7$ m Área do compartimento ≥ 15 m ² : $D_u \geq 2,7$ m, e comprimento não superior ao dobro da largura, exceto quando existem vãos nas duas paredes opostas mais afastadas	
Área bruta da habitação (A_b)		
Dispensa de cumprir a área bruta da habitação	T0: $A_b \geq 35$ m ² ; T1: $A_b \geq 52$ m ² ; T2: $A_b \geq 72$ m ² ; T3: $A_b \geq 91$ m ² ; T4: $A_b \geq 105$ m ² ; T5: $A_b \geq 122$ m ² ; T6: $A_b \geq 134$ m ²	
Portaria (artigo 68)	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	RGEU (artigos 68 ^o e 84.1 ^o)
Área útil das IS (A_u)		
Não define a área útil mínima A área resulta da disposição do equipamento sanitário	T0, T1 e T2: $A_u \geq 3,5$ m ² (área de uma IS) T3 e T4: $A_u \geq 4,5$ m ² (área total de duas IS) T5 ou superior: $A_u \geq 6,5$ m ² (área total de duas IS)	
Número de IS e equipamento sanitário		
Pequena reorganização espacial (apenas IS intervencionadas): – IS ₁ : Completa – IS ₂ : Complementar Grande reorganização espacial (todas as IS): – T0, T1 e T2: Uma IS completa – T3 e T4: Uma IS completa e uma IS complementar – T5 ou superior: Duas IS completas Equipamento da IS completa: Lavatório, sanita e duche Equipamento da IS complementar: Lavatório e sanita	T0, T1 e T2: – IS: Lavatório, banheira, sanita e bidé T3 e T4: – IS ₁ : Lavatório, sanita e bidé – IS ₂ : Lavatório e banheira T5 ou superior: – IS ₁ : Lavatório, sanita e bidé – IS ₂ : Lavatório, base de duche e sanita	
Portaria (artigo 78)	CORREDORES DAS HABITAÇÕES	RGEU (artigo 70 ^o)
Não alterados: podem manter as dimensões Alterados: devem cumprir o RGEU	Comprimento $> 1,50$ m: largura $\geq 1,10$ m Comprimento $\leq 1,50$ m: largura $\geq 0,90$ m	
Portaria (artigo 88)	ESCADAS DAS HABITAÇÕES	RGEU (artigo 46.1 ^o)
Não alteradas: podem manter as dimensões Alteradas: largura $\geq 0,70$ m	Largura $\geq 0,80$ m	
Os degraus devem ser dimensionados de modo a garantir uma utilização ergonómica	Omisso	
Portaria (artigo 98)	DIMENSÃO DOS VÃOS	RGEU (artigo 71 ^o)
Nas paredes: $A_v \geq 1/12$ da A_u do compartimento Em planos inclinados: $A_v \geq 1/10$ da A_u do compartimento Iluminação e ventilação dos compartimentos habitáveis através de outros compartimentos: Admitida em condições excecionais	Nas paredes: $A_v \geq 1/10$ da A_u do compartimento Em planos inclinados: não são contabilizados Iluminação e ventilação dos compartimentos habitáveis através de outros compartimentos: Não é admitida	

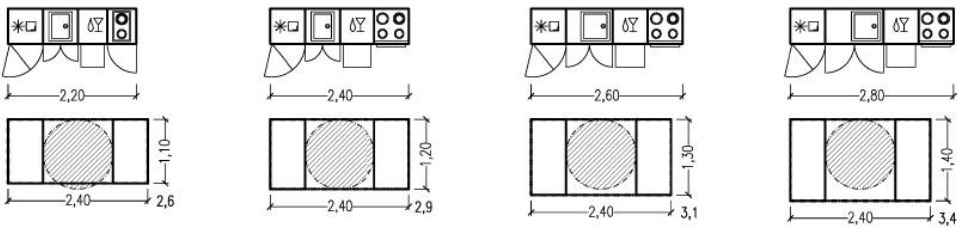
Anexo 2 – Quadro síntese de comparação entre a Portaria nº 304/2019 e o RGEU (Quadro de João Branco Pedro, 2020, p.10)

Marquises são espaços exteriores se área envidraçada $\geq 60\%$ da área da fachada	Marquises são consideradas espaços exteriores se: <ul style="list-style-type: none"> – Largura das varandas $\leq 1,80$ m – Área envidraçada $\geq 33\%$ da área da fachada com um mínimo de $4,3$ m² – Área de ventilação do envidraçado da varanda $\geq 50\%$ área total do envidraçado – Área dos vãos $\geq 1/5$ da A_u do compartimento com um mínimo de $3,0$ m² 	
Portaria (artigo 109)	AFASTAMENTO ENTRE VÃOS DE COMPARTIMENTOS E ...	RGEU (artigos 73º e 75º)
Vãos não alterados: podem manter um afastamento inferior ao definido no RGEU Vãos alterados: podem manter um afastamento inferior ao definido no RGEU se assegurarem a coerência formal da fachada	Afastamento \geq metade da altura de obstáculos frontais, com um mínimo de $3,00$ m Afastamento $\geq 2,00$ m de obstáculos laterais, medido ao eixo vertical da janela Distâncias medidas a partir do limite externo dos obstáculos (e.g., varandas, alpendres)	
Portaria (artigo 112)	CAVES, SÓTÃOS, ÁGUAS FURTADAS E MANSARDAS	RGEU (artigo 77º a 80º)
Pé-direito (P_d): <ul style="list-style-type: none"> – Compartimentos habitáveis: $P_d \geq 2,30$ m – Compartimentos não habitáveis: $P_d \geq 2,10$ m – A_u do compartimento com pé-direito regulamentar $\geq 50\%$ da A_u do compartimento 	Pé-direito (P_d): <ul style="list-style-type: none"> – Compartimentos habitáveis: $P_d \geq 2,40$ m – Compartimentos não habitáveis: $P_d \geq 2,20$ m – A_u do compartimento com pé-direito regulamentar $\geq 50\%$ da A_u do compartimento – Pé-direito $\geq 2,00$ m em qualquer ponto afastado mais de 30 cm do perímetro do compartimento 	
A_u do compartimento apenas inclui área em planta com pé-direito $\geq 2,00$ m	Não é explicitamente definido	
Dispensa os artigos 77º a 80º do RGEU desde que não exista agravamento das condições habitabilidade	Condições de habitabilidade (artigos 77º a 80º)	
Portaria (artigo 122)	COMUNICAÇÕES VERTICAIS	RGEU (artigos 46º, 47º e 50º)
Dispensa os artigos 46º e 47º do RGEU, desde que não exista uma redução das dimensões ou características funcionais	Largura das escadas (L_E): <ul style="list-style-type: none"> – Até 2 pisos ou 4 habitações: $L_E \geq 0,90$ m ($1,10$ m entre paredes) – Mais de 2 pisos ou 4 habitações: $L_E \geq 1,10$ m ($1,20$ m entre paredes) – Altura superior a 30 m: $L_E \geq 1,40$ m 	
Dispensa os artigos 46º e 47º do RGEU, desde que não exista uma redução das dimensões ou características funcionais	Dimensão dos degraus: <ul style="list-style-type: none"> – Cobertor $\geq 0,25$ m e espelho $\leq 0,193$ m – 3, 4 ou 5 pisos sem ascensor: cobertor $\geq 0,28$ m e espelho $\leq 0,175$ m 	
Dispensa o artigo 50º do RGEU, desde que não exista uma redução das dimensões ou características funcionais	Ascensores: <ul style="list-style-type: none"> – Altura do último piso de habitação superior a $11,5$ m: dois ascensores – Mais de 3 pisos e altura do último piso de habitação inferior a $11,5$ m: espaço para futura instalação de pelo menos um ascensor 	
Portaria (artigo 132)	SISTEMA DE EVACUAÇÃO DE LIXOS	RGEU (artigo 97º)
Dispensa o artigo 97º do RGEU	Compartimento para contentores dos lixos em edifícios com mais de quatro pisos habitáveis	
Portaria (artigo 142)	LOGRADOUROS	RGEU (artigo 76º)
Dispensa o artigo 76º do RGEU, desde que não exista agravamento das condições	Faixa de material impermeável, com pelo menos $1,00$ m de largura, ao longo da construção Pavimentos dos pátios e as faixas impermeáveis construídos com inclinações que assegurem rápido e completo escoamento das águas pluviais ou de lavagem para uma abertura com ralo e vedação hidráulica	
Portaria (artigo 152)	ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO	RGEU (artigo 59º)
Dispensa o artigo 59º do RGEU, desde que não exista agravamento das condições	Altura do edifício \leq Afastamento de edifício fronteiro Situações de exceção: terrenos em declive, gavetos	
Portaria (artigo 162)	AFASTAMENTO MÍNIMO ENTRE FACHADAS COM VÃOS ...	RGEU (artigo 60º)
Vãos não alterados – podem manter um afastamento inferior ao definido no RGEU Vãos alterados – podem manter um afastamento inferior ao definido no RGEU se promoverem a segurança e salubridade dos espaços ou a coerência formal da fachada	Afastamento mínimo entre fachadas com vãos de compartimentos habitáveis ≥ 10 m	
Portaria (artigo 172)	INTERVALO ENTRE FACHADAS POSTERIORES	RGEU (artigo 62º)
Dispensa o artigo 62º do RGEU mediante consentimento da câmara municipal	Altura de edifício \leq Afastamento de edifício fronteiro Profundidade do logradouro $\geq 6,00$ m Área livre e descoberta ≥ 40 m ² Situações de exceção: gavetos	

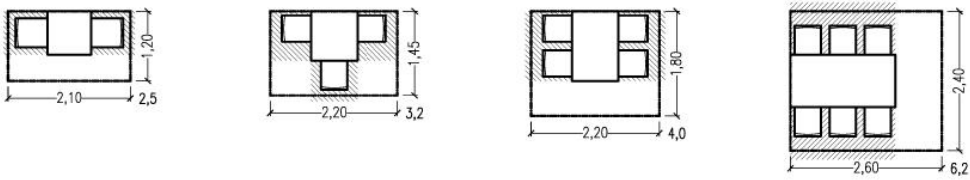
1. Dormir/descanso



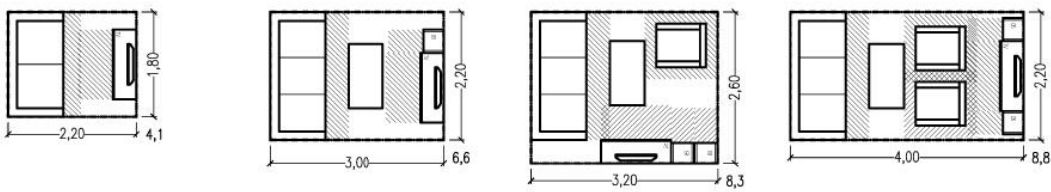
2.b Preparação



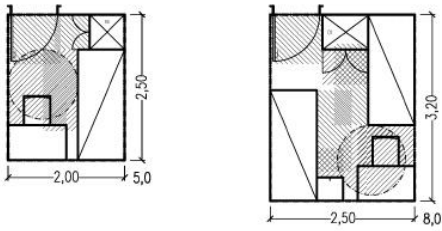
3.a Refeições formais



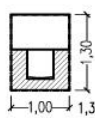
4. Estar/reunir



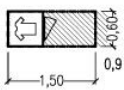
1 + 5.b Estudo/recreio de jovens



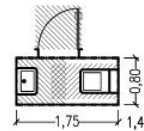
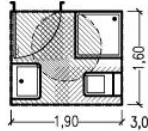
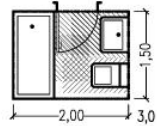
+ 5.c Trabalho/recreio de adultos



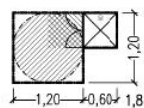
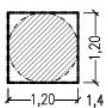
6.a Lavagem de roupa

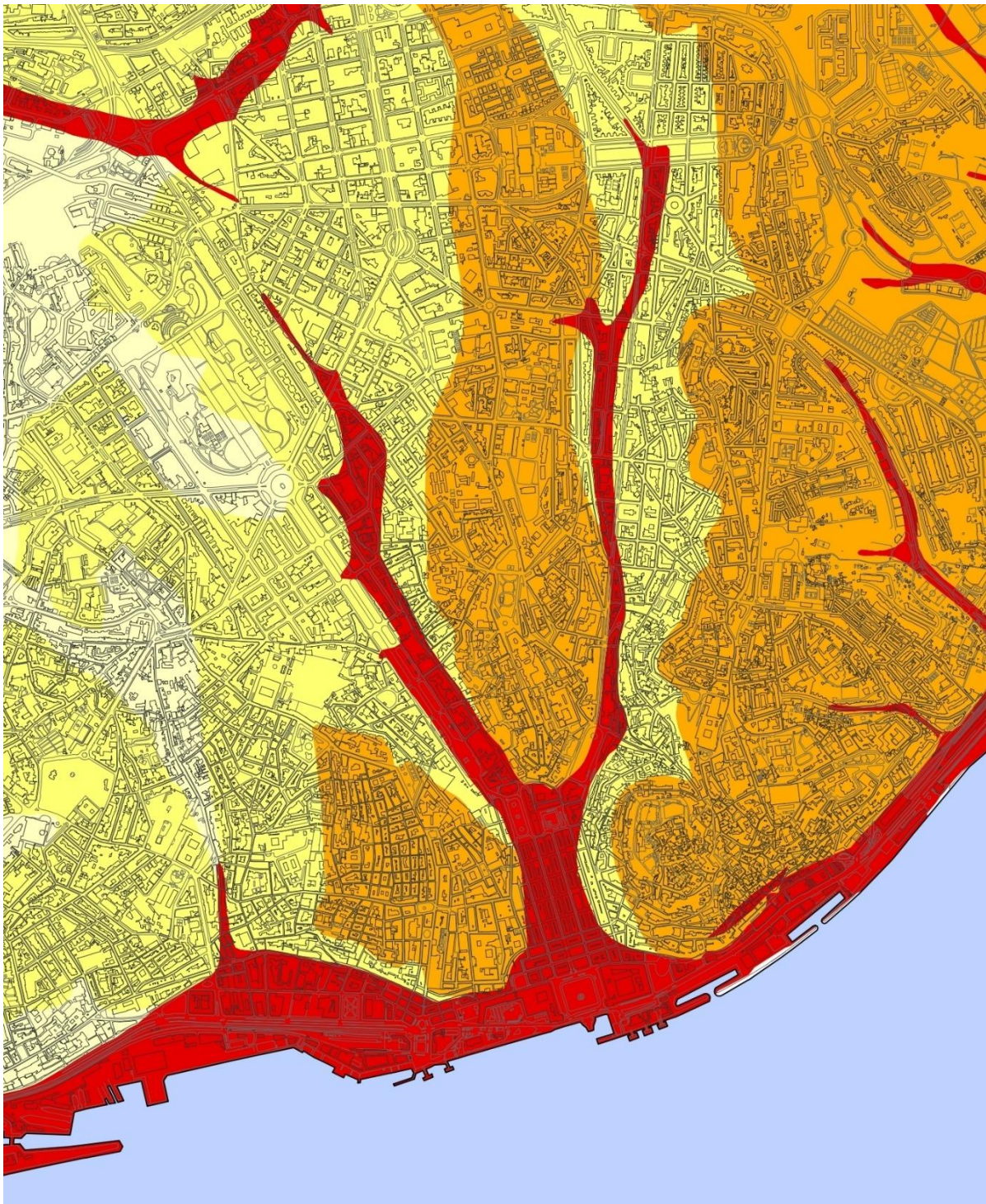


7. Higiene pessoal



8.a Entrada/saída

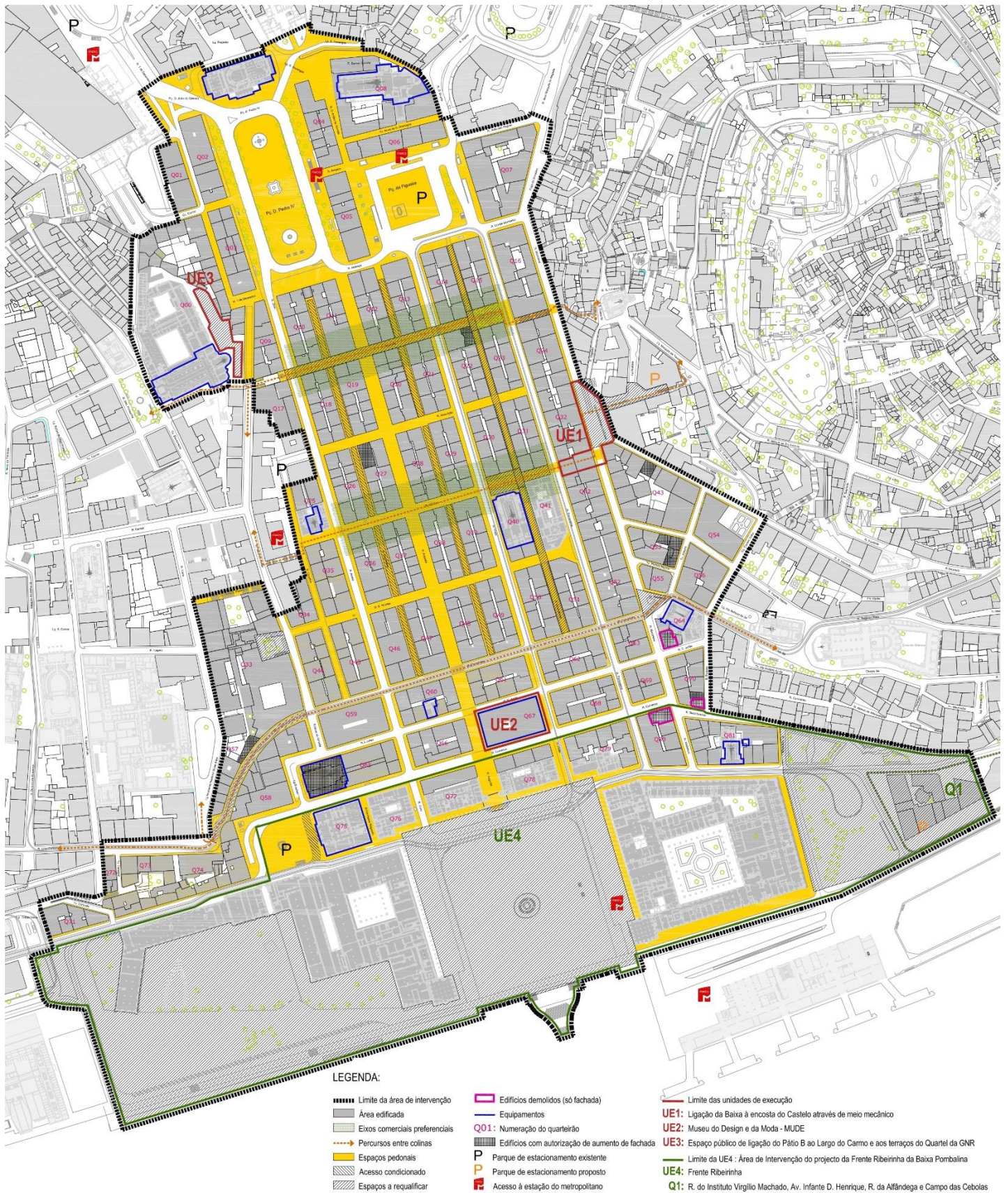




- Muito Alta** (Formações Aluvionares Lodosas, Arenosas e Areno Argilosas / Aterros)
- Alta** (Formações Predominantemente Arenosas Consolidadas / Solos Incoerentes Compactos)
- Média** (Formações Argilosas Consolidadas, Rochas de Baixa Resistência / Solos Coerentes Rijos, Rochas Brandas)
- Baixa** (Formações Rochosas / Rochas de Resistência Média e Elevada)

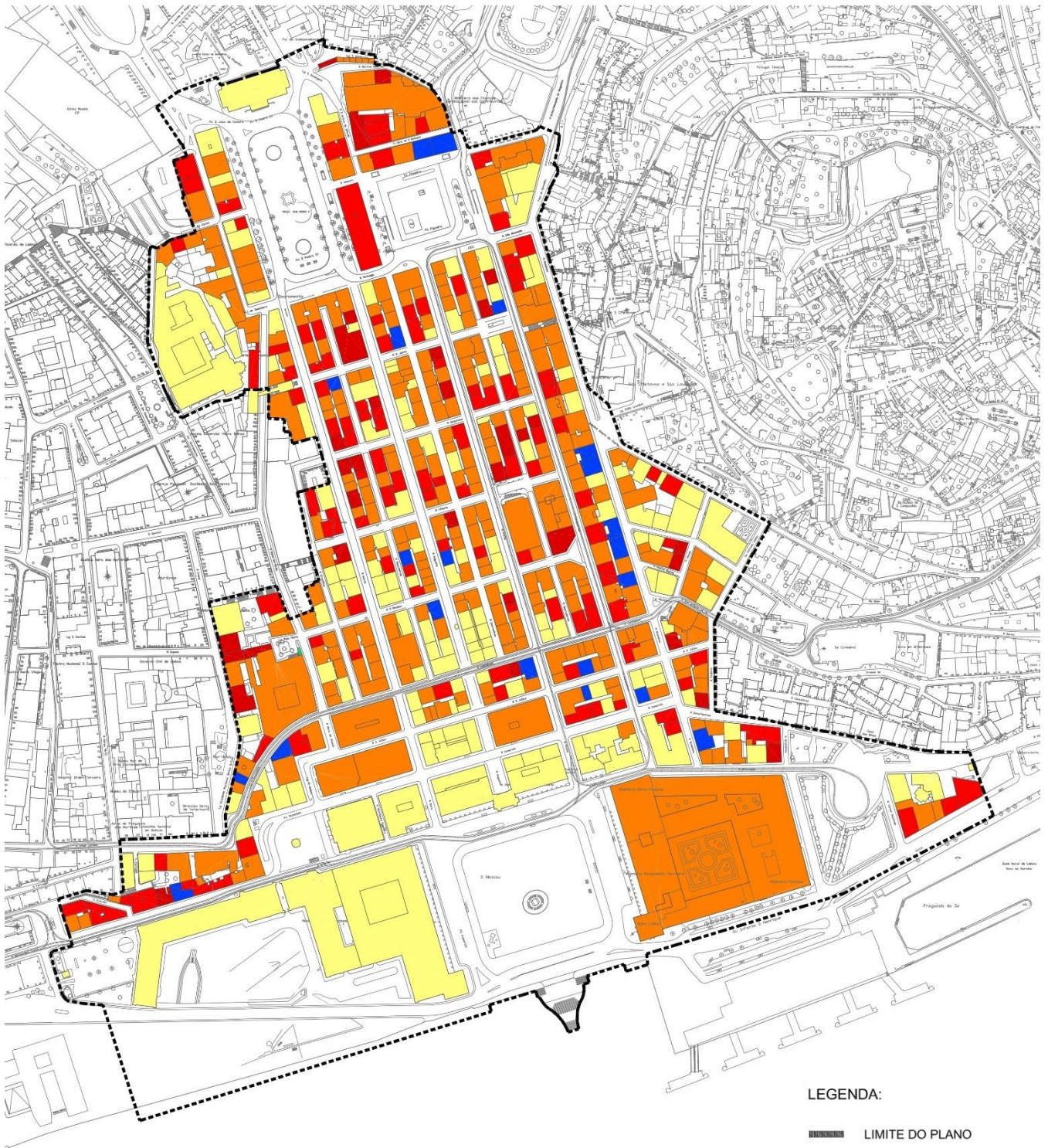
Anexo 5 – Planta da vulnerabilidade sísmica da Baixa Pombalina (Planta do PDM, 2007)

Nota: Planta sem escala



Anexo 6 – Planta de implantação da Baixa Pombalina (Planta do PPSBP, 2010)

Nota: Planta sem escala

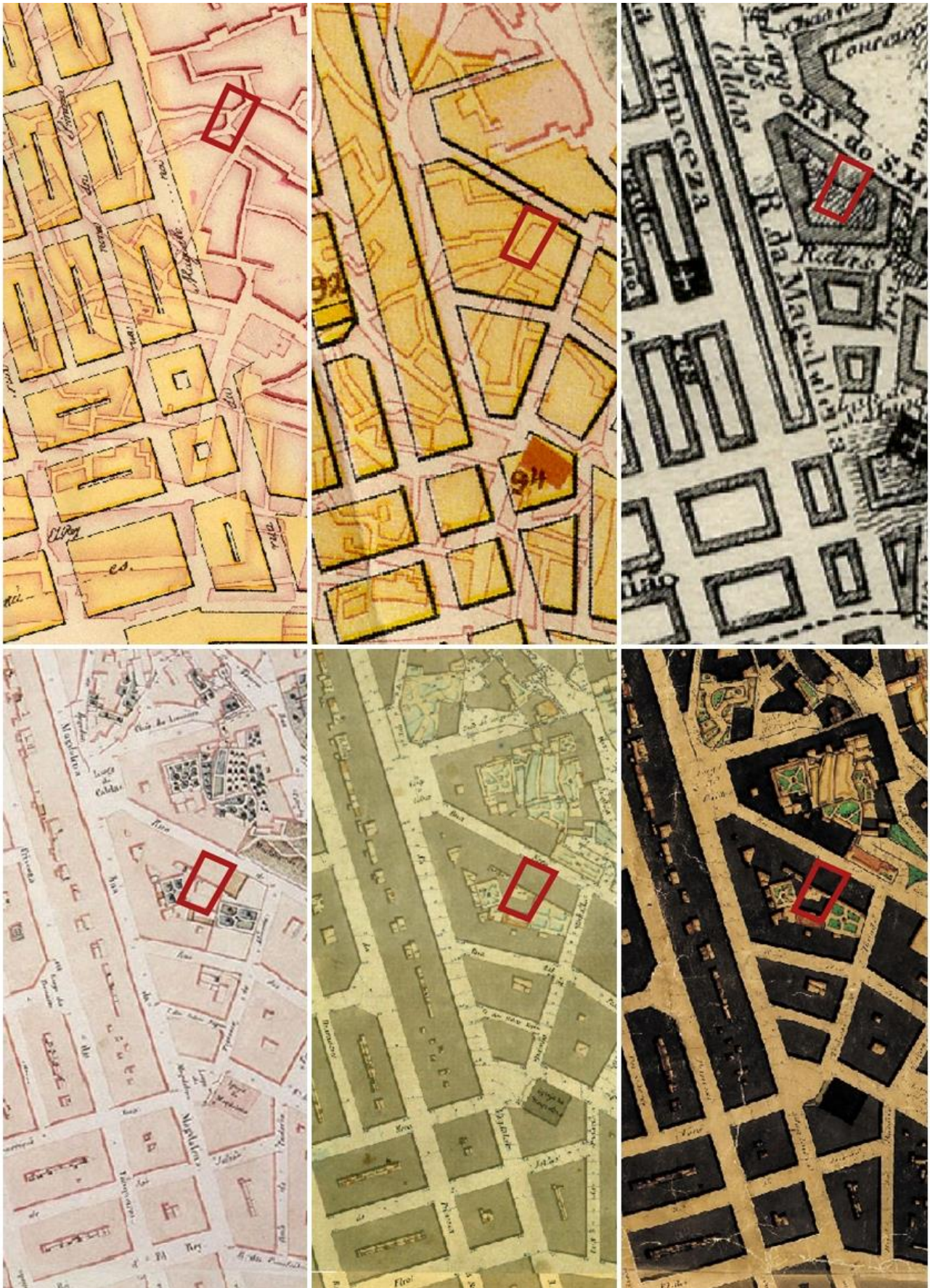


LEGENDA:

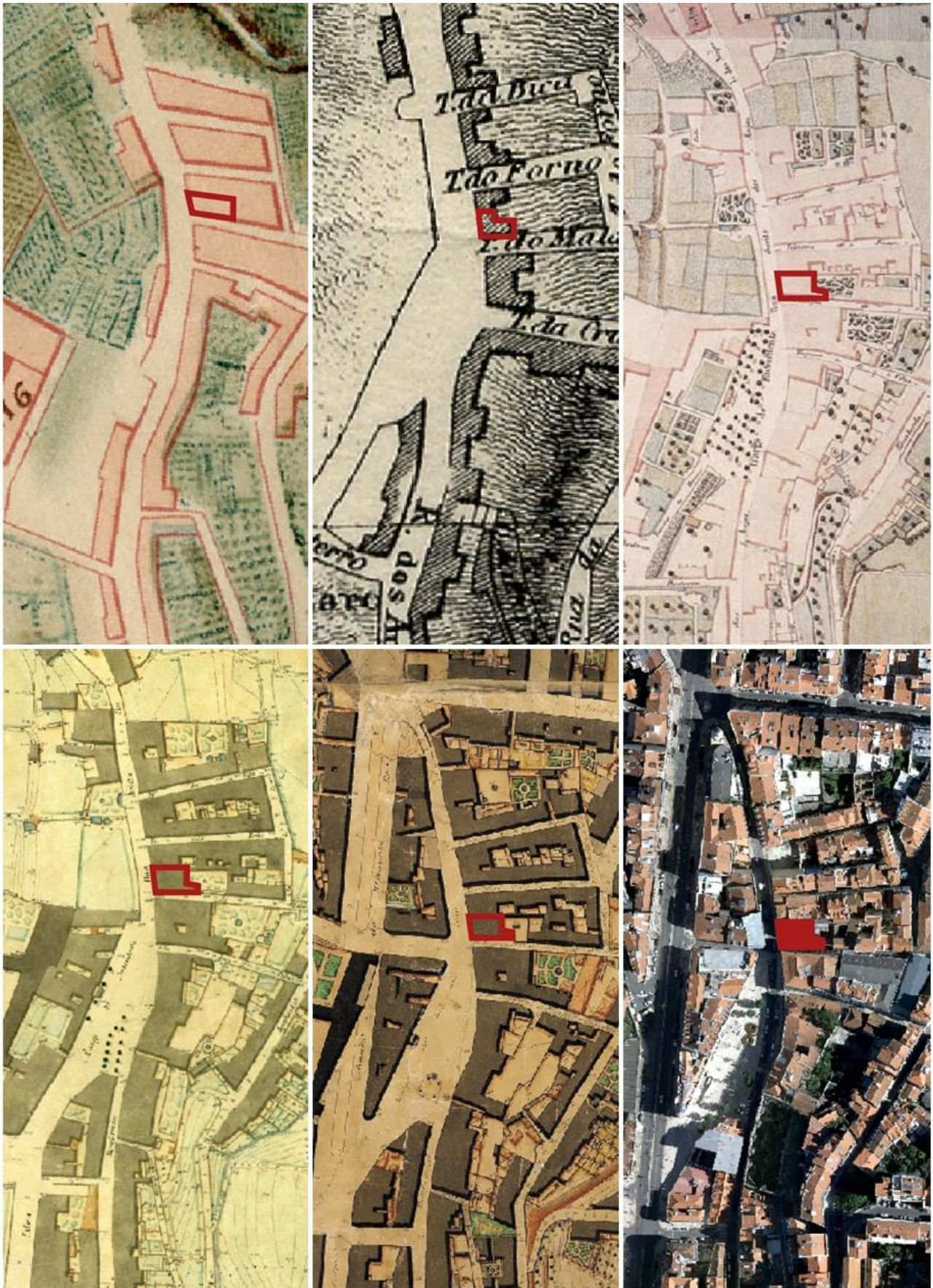
-  LIMITE DO PLANO
-  BOM
-  REGULAR
-  MAU
-  MUITO MAU
-  EM OBRA

Anexo 7 – Planta do estado conservação edifícios da Baixa Pombalina (Planta do PPSBP, 2010)

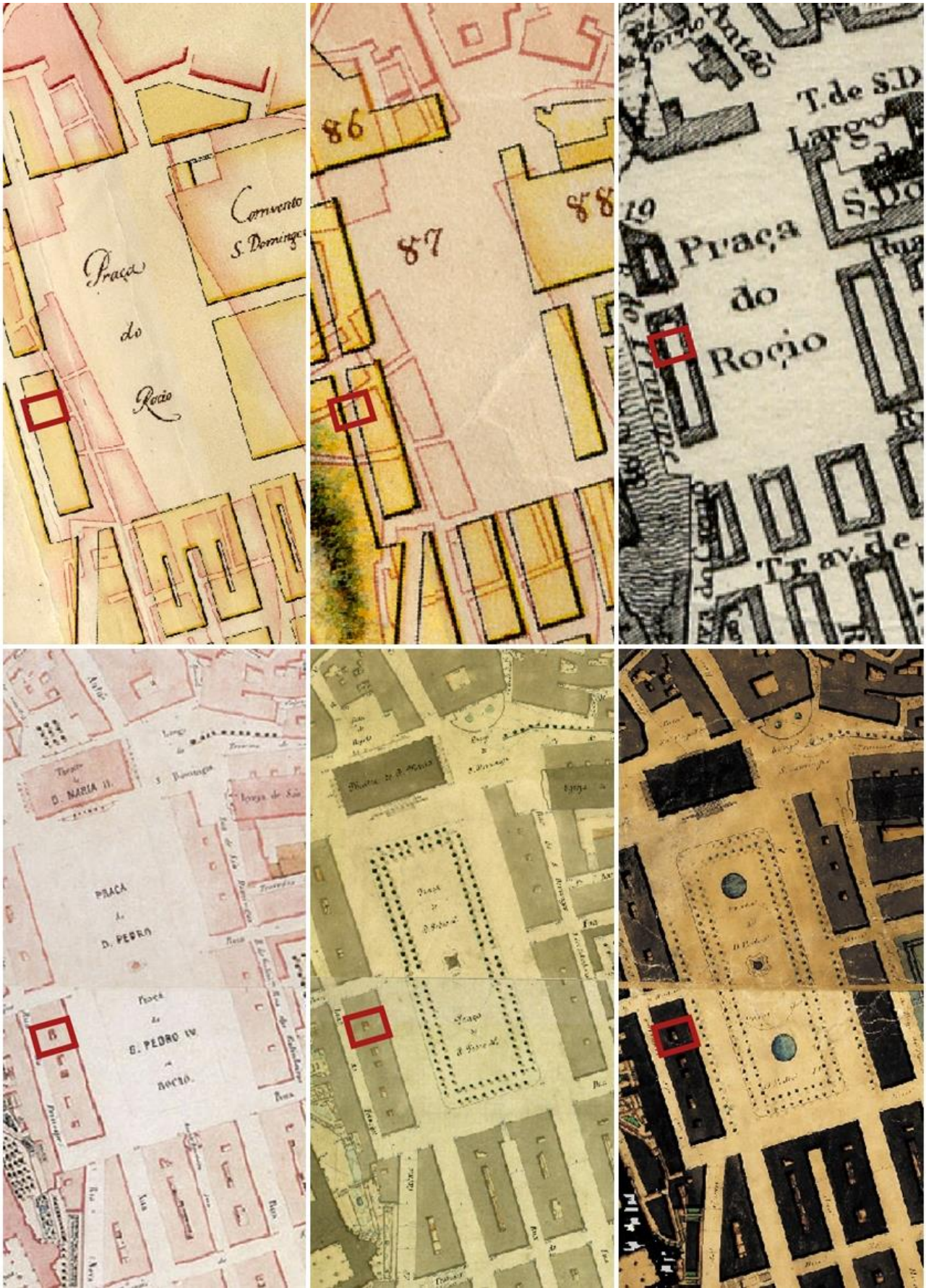
Nota: Planta sem escala



Anexo 9 – Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 1: Rua de São Mamede (Adaptado pela autora do Lxi, 2022)



Anexo 10 - Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 2: Rua dos Anjos (Adaptado pela autora do Lxi, 2022)



Anexo 11 – Evolução urbana e do quarteirão do caso de estudo 3: Rua 1º de dezembro (Adaptado pela autora do Lxi, 2022)



Anexo 12 – Plantas de enquadramento dos casos de estudo (Planta da autora, 2022)

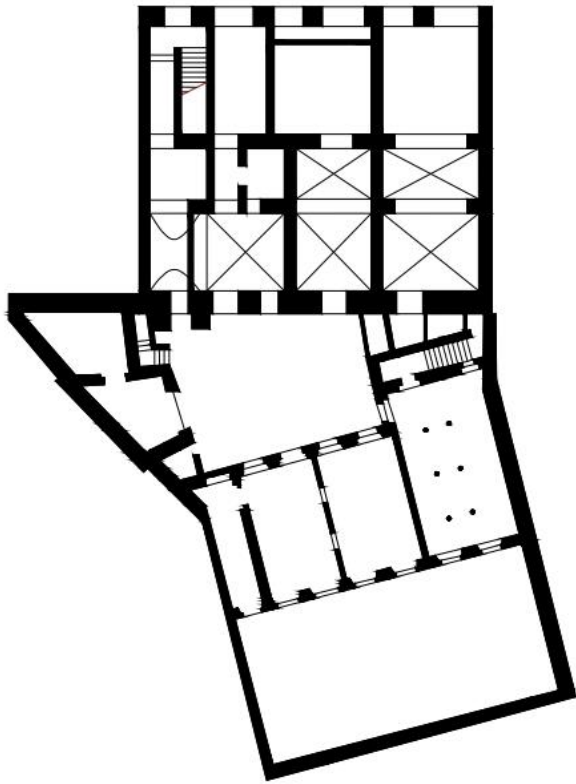
Nota: a vermelho estão representados os casos de estudo; 1 – Edifício na Rua de São Mamede; 2 – Edifício na Rua dos Anjos; 3 – Edifício na Rua 1ª de Dezembro.



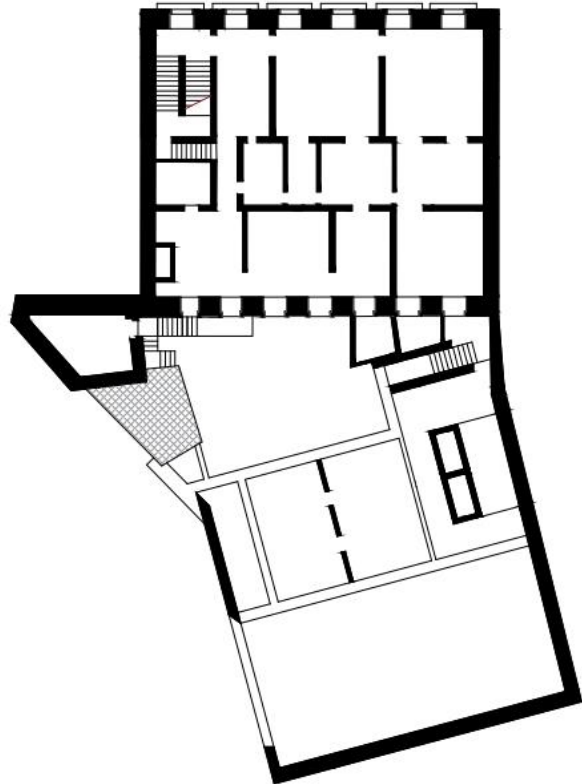
Anexo 13 – Ortofotomapa com a localização dos casos de estudo (Adaptado do Google Earth, 2022)

Nota: a vermelho estão representados os casos de estudo.

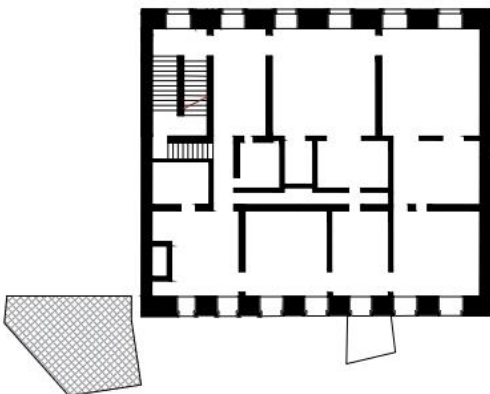
PLANTAS ATUAIS DO CASO DE ESTUDO NA RUA DE SÃO MAMEDE, 25



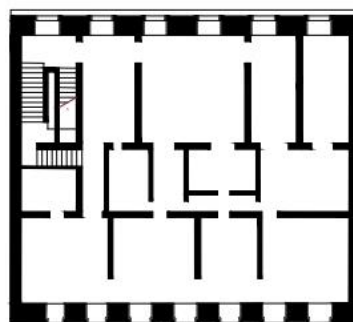
Piso térreo



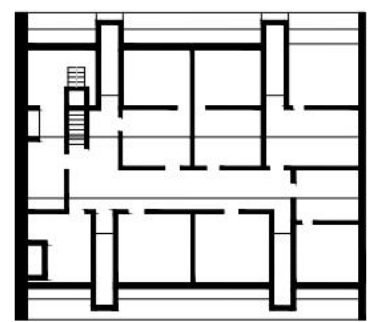
Piso 1



Piso 2



Piso 3



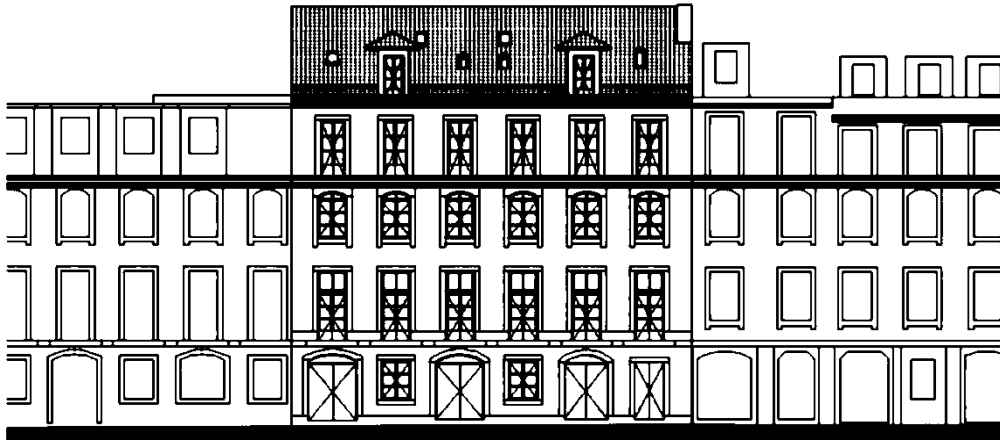
Piso 4



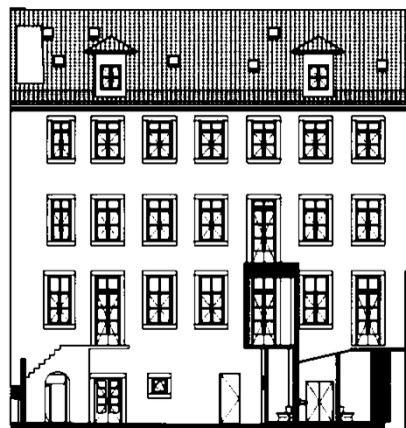
Anexo 14 – Plantas do edifício na Rua de São Mamede, 25 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Plantas sem escala

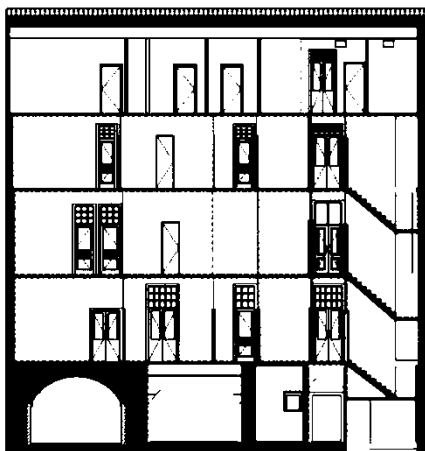
ALÇADOS ATUAIS DO CASO DE ESTUDO NA RUA DE SÃO MAMEDE, 25



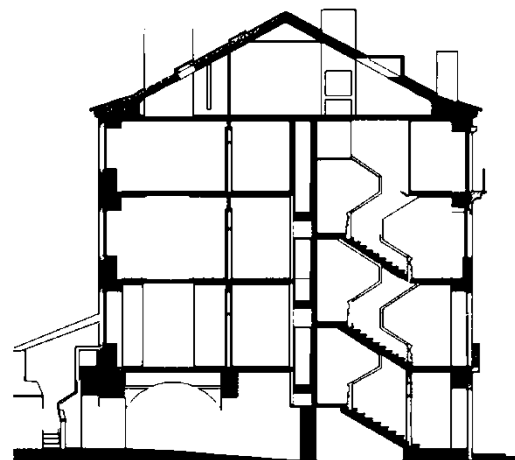
Alçado principal (Rua de São Mamede)



Alçado tardoz (interior do quarteirão)



Corte longitudinal

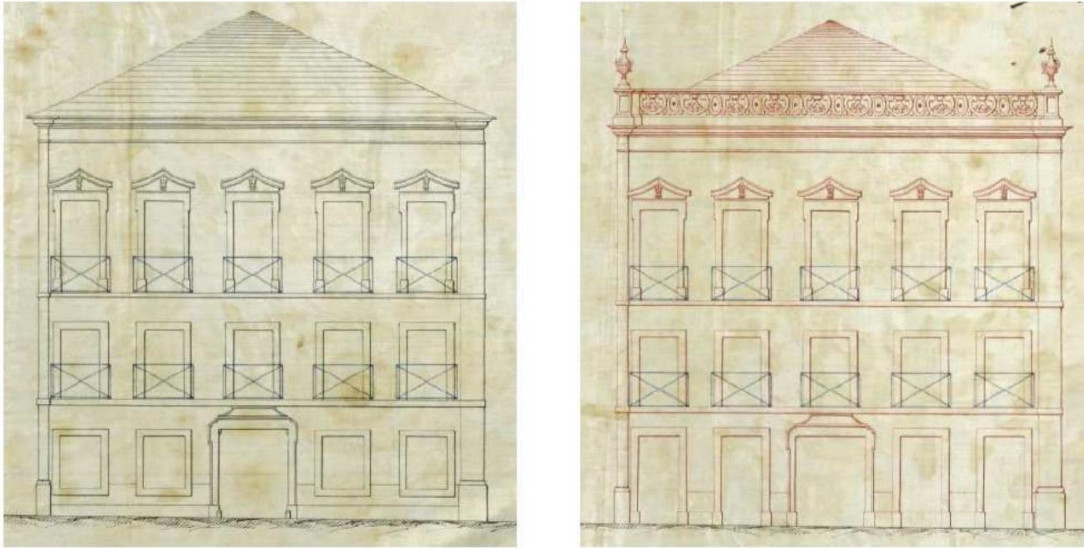


Corte transversal

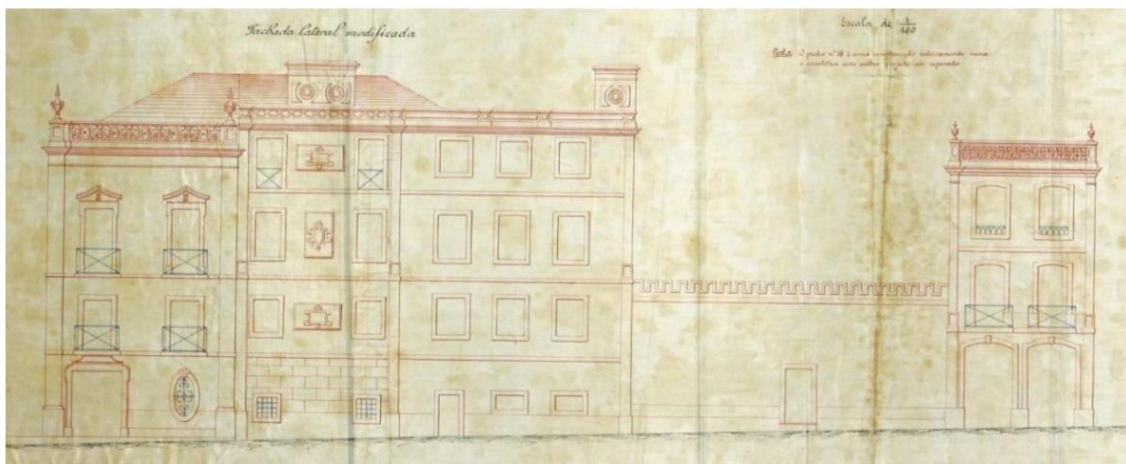
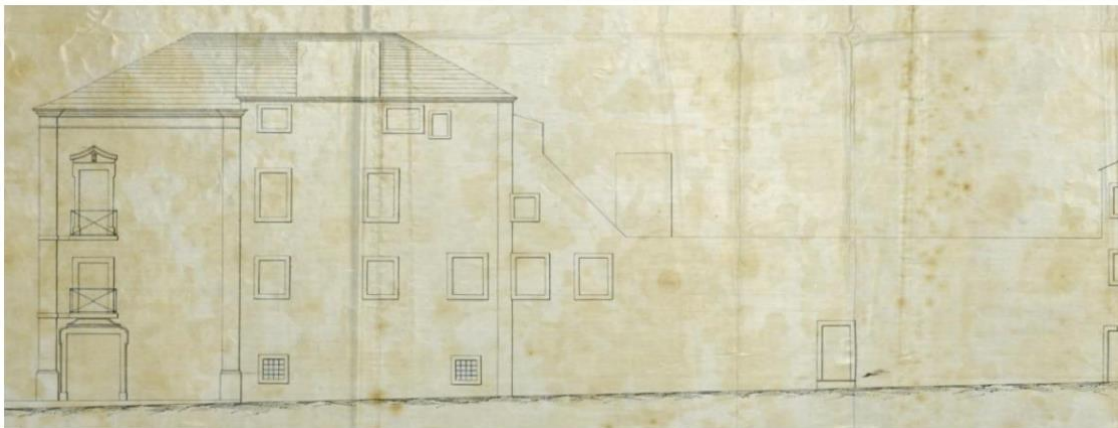
Anexo 15 – Alçados e cortes do edifício na Rua de São Mamede, 25 (Desenhos de Francisco Valsassina, 2020)

Nota: Alçados e cortes sem escala

ALÇADOS ANTIGOS DO CASO DE ESTUDO DA RUA DOS ANJOS, 2



Anexo 16 – Fachada principal existente e proposta de alteração na Rua dos Anjos, 1883 (Desenhos do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), 2019)



Anexo 17 – Fachada lateral existente (em cima) e modificada (em baixo) na Rua dos Anjos, 1883 (Desenhos do AML, 2019)



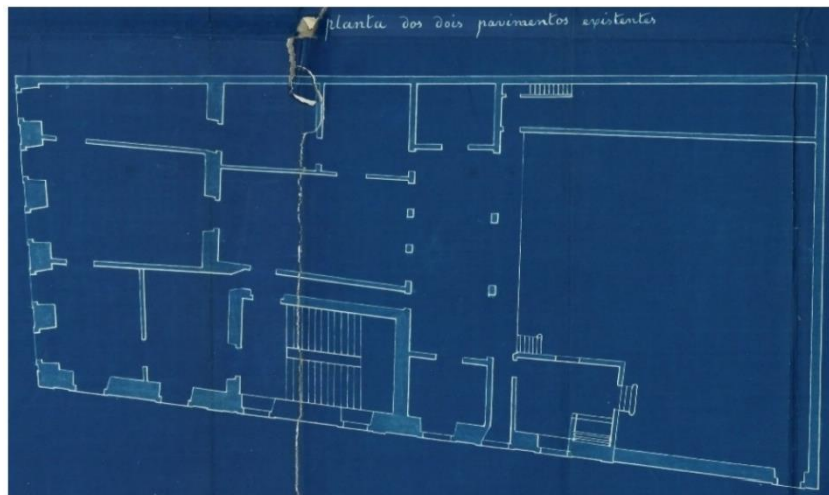
Anexo 18 – Fachada principal modificada na Rua dos Anjos, 1887 (Desenhos do AML, 2019)



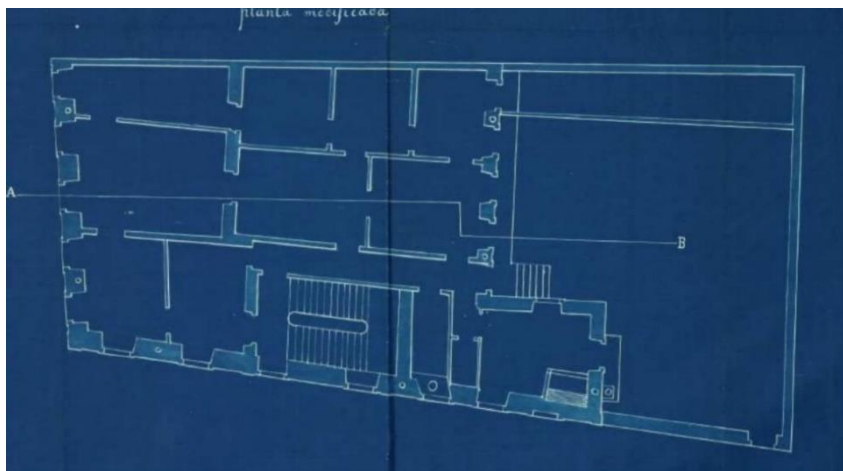
Anexo 19 – Fachada lateral modificada na Rua dos Anjos, 1887 (Desenhos do AML, 2019)

Nota: Alçados sem escala

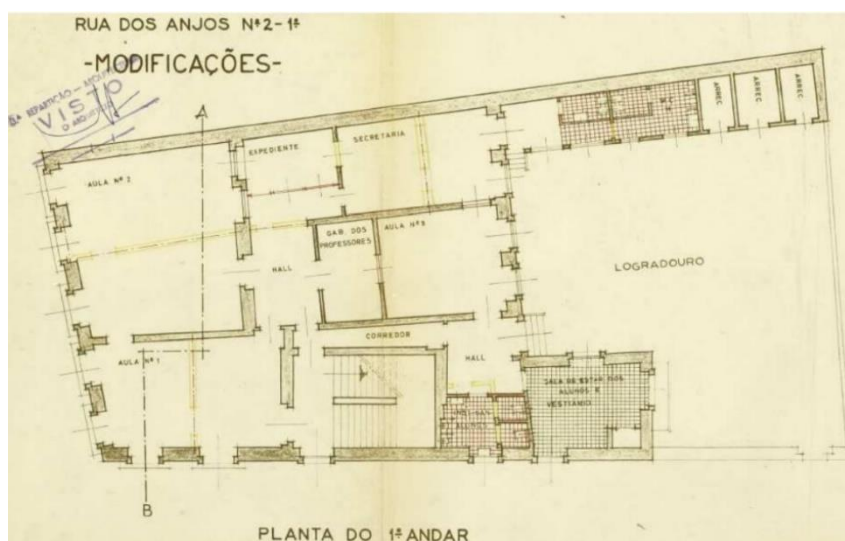
PLANTAS ANTIGAS DO CASO DE ESTUDO DA RUA DOS ANJOS, 2



Anexo 20 – Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, pré 1887 (Desenhos do AML, 2019)



Anexo 21 – Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, 1887 (Desenhos do AML, 2019)



Anexo 22 – Planta do primeiro piso na Rua dos Anjos, 1957 (Desenhos do AML, 2019)

Nota: Plantas sem escala

REGISTO FOTOGRÁFICO ANTIGO DO CASO DE ESTUDO DA RUA DOS ANJOS, 2



Anexo 23 – Hospital do Desterro, visto da Rua da Palma, antes da demolição parcial, 1911 (Fotografia de Joshua Benoliel, 1911)



Anexo 24 – Vista da rua da Palma e início da Avenida Almirante Reis (Fotografia de António Passaporte, anos 40)

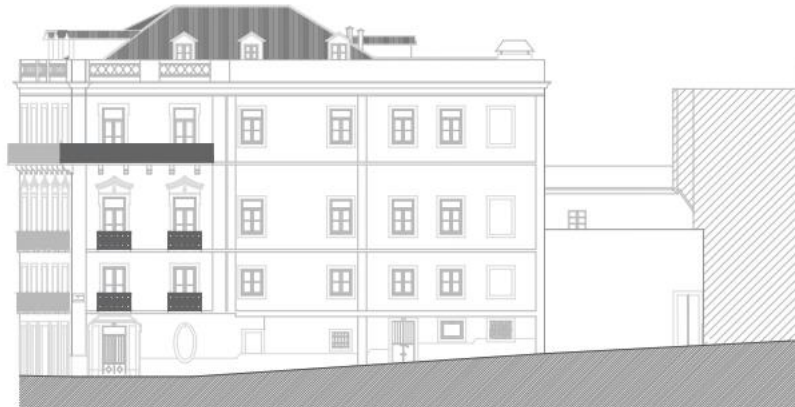
PLANTAS ATUAIS DO CASO DE ESTUDO DA RUA DOS ANJOS, 2



Anexo 25 – Plantas do edifício na Rua dos Anjos, 2 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Plantas sem escala

ALÇADOS E CORTES ATUAIS DO CASO DE ESTUDO DA RUA DOS ANJOS, 2



Alçado lateral



Alçado principal



Corte transversal

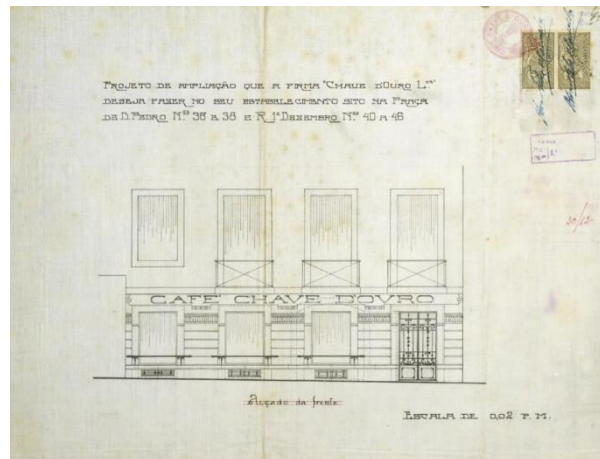


Corte longitudinal

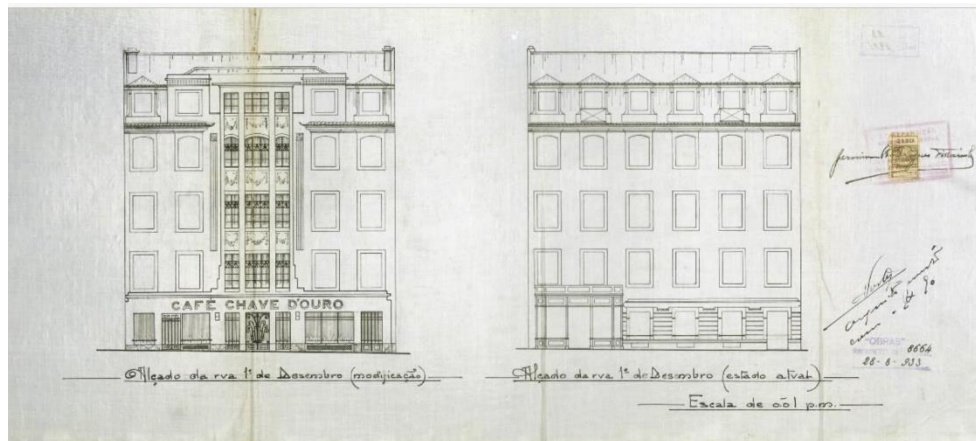
Anexo 26 – Alçados e cortes do edifício na Rua dos Anjos, 2 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Desenhos sem escala

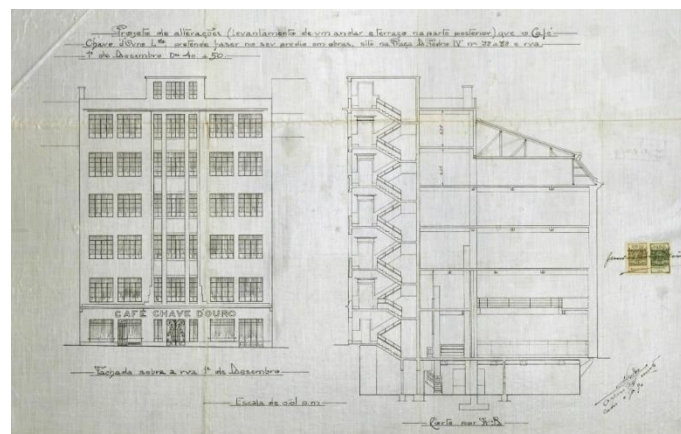
ALÇADOS ANTIGOS DO CASO DE ESTUDO DA RUA 1º DE DEZEMBRO, 42



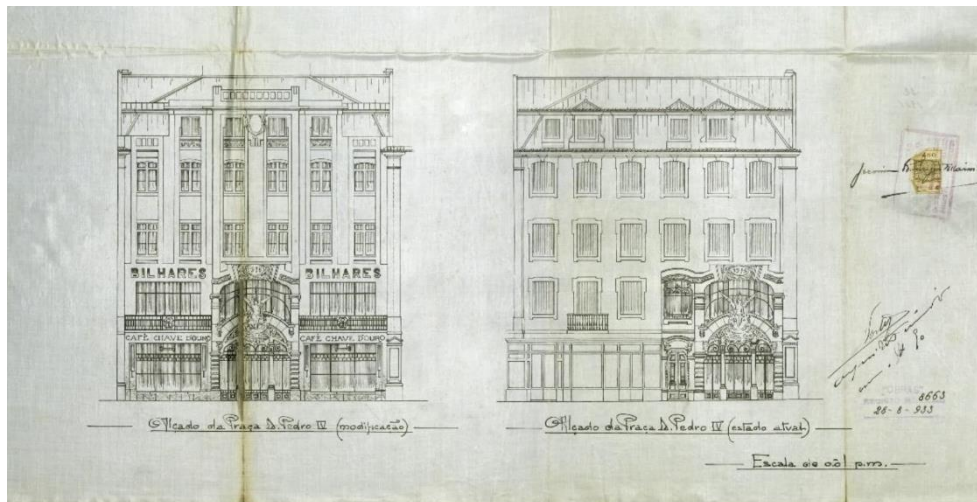
Anexo 27 – Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1920 (Alçado do AML, 1920)



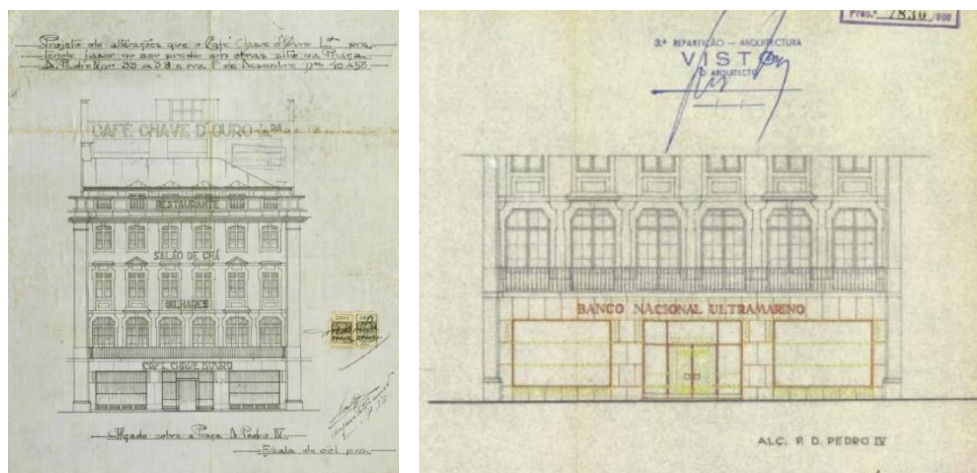
Anexo 28 – Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1933 (Alçado do AML, 1933)



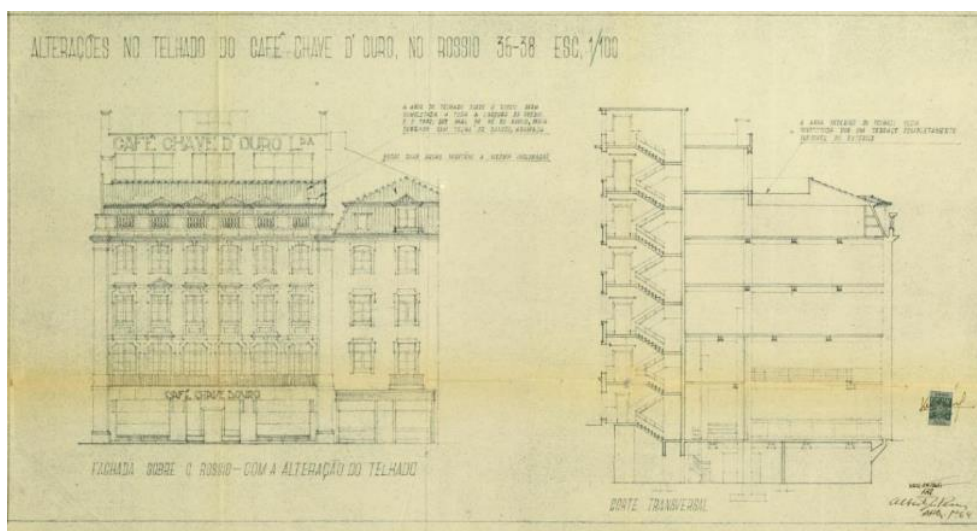
Anexo 29 – Obra de alteração da fachada tardoz do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1934 (Alçado do AML, 1934)



Anexo 30 – Obra de alteração da fachada principal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1933 (Alçado do AML, 1933)

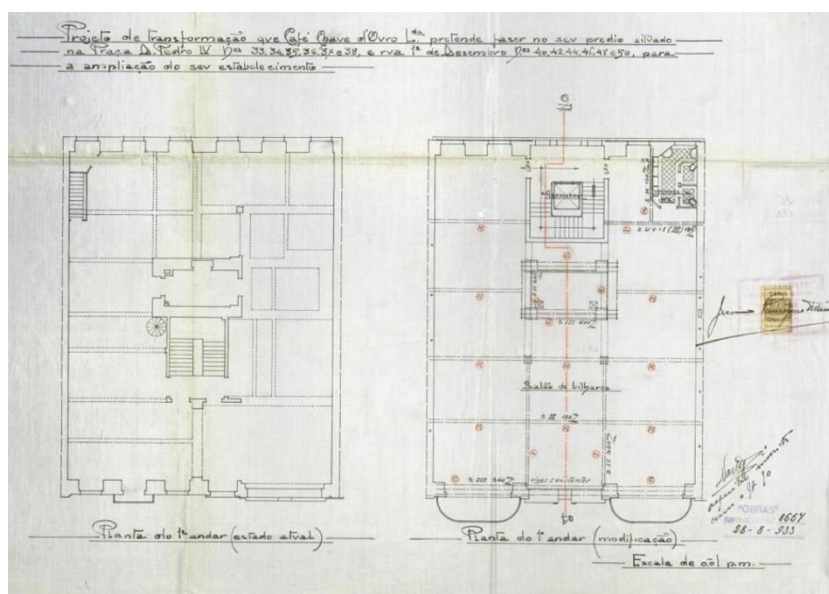
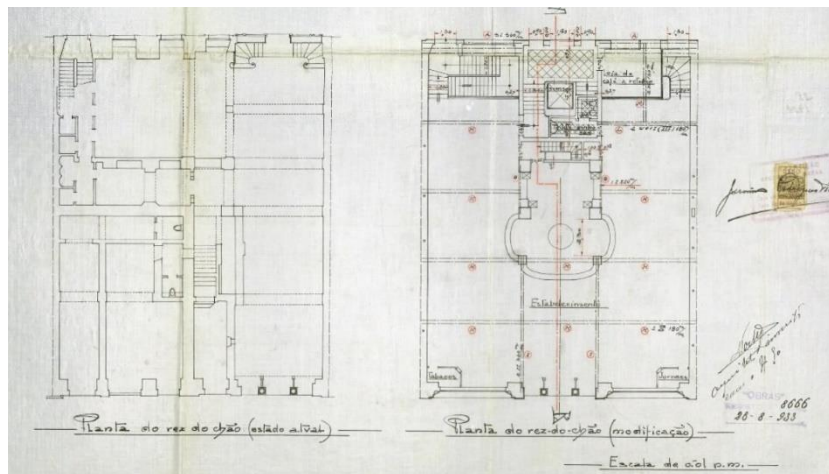
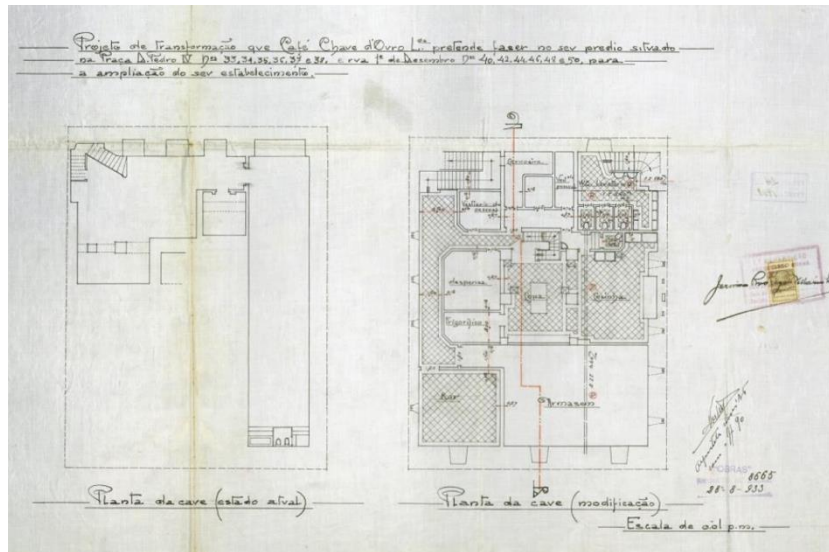


Anexo 31 – Obra de alteração da fachada principal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935 e 1960 (Alçado do AML, 1935 e 1960)

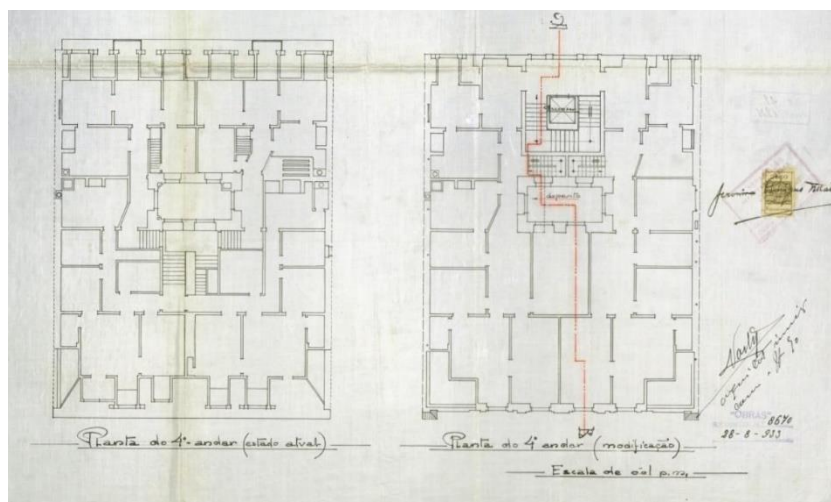
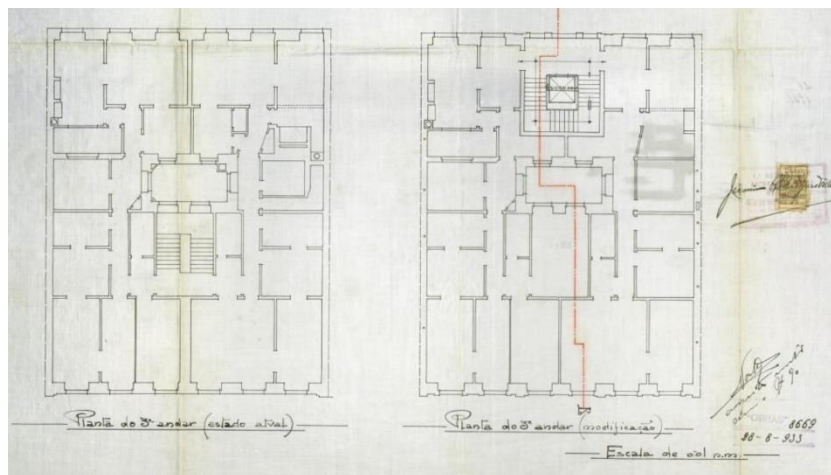
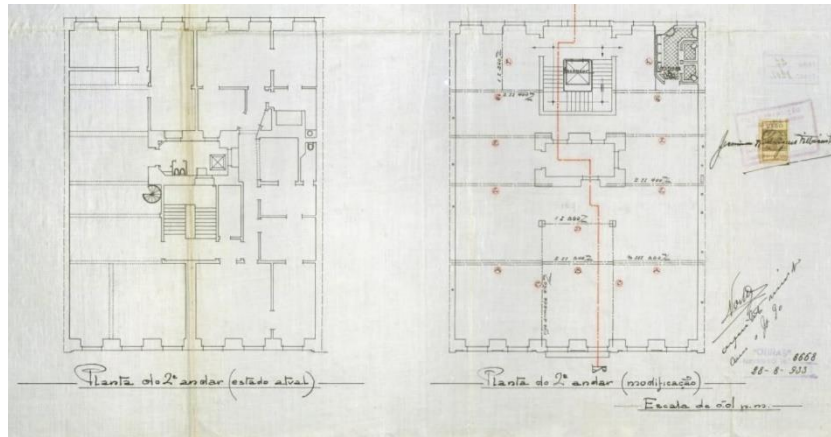


Anexo 32 – Obra de alteração da fachada principal e corte longitudinal do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1949 (Alçado do AML, 1949)

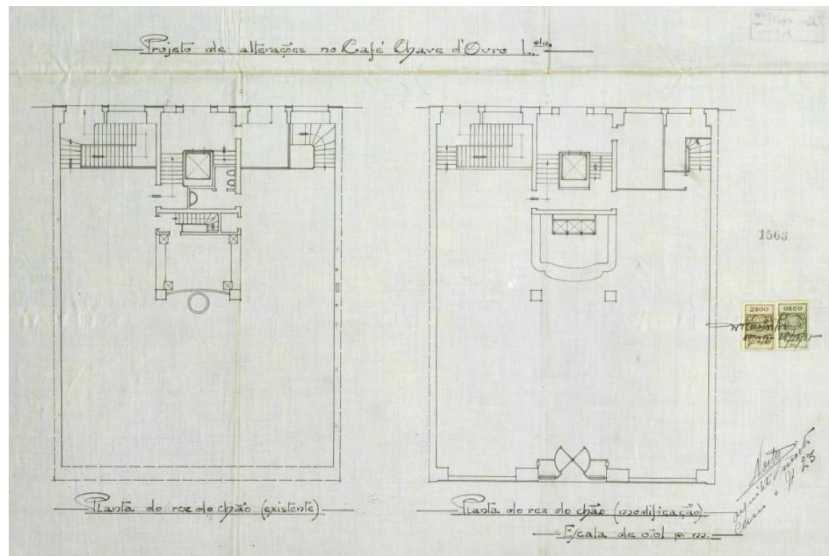
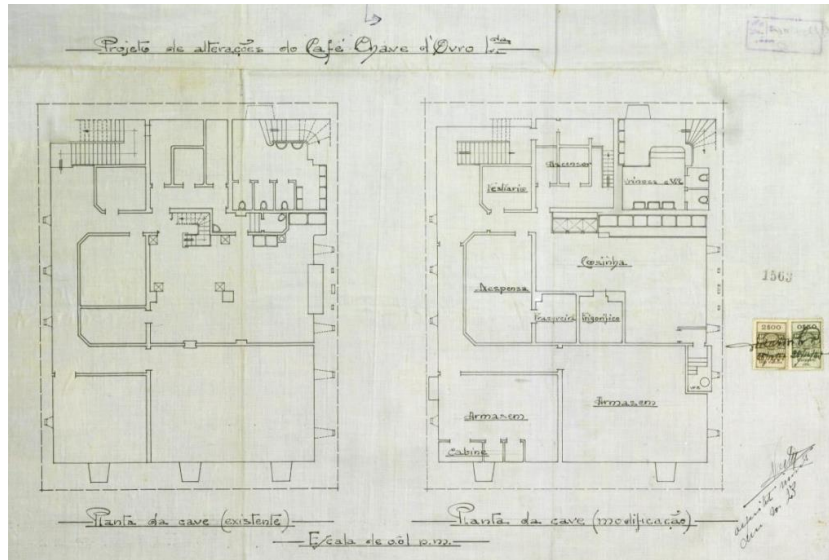
PLANTAS ANTIGAS DO CASO DE ESTUDO DA RUA 1º DE DEZEMBRO, 42



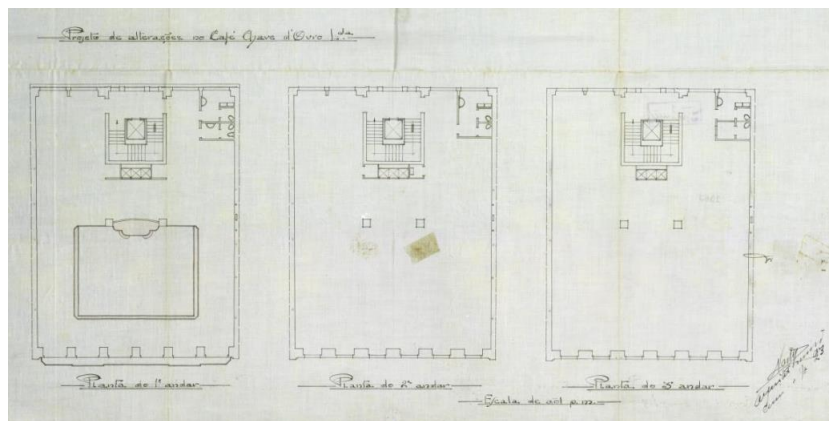
Anexo 33 – Obra de alteração das plantas da cave, piso térreo e piso 1, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, pré 1933 e 1933 (Alçado do AML, 1933)



Anexo 34 – Obra de alteração das plantas do piso 2, 3 e 4, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, pré 1933 e 1933 (Alçado do AML, 1933)



Anexo 35 – Obra de alteração das plantas da cave e do piso térreo, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935 (Alçado do AML, 1935)



Anexo 36 – Obra de alteração das plantas do piso 1, 2 e 3, do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42, 1935 (Alçado do AML, 1935)

REGISTO FOTOGRÁFICO ANTIGO DO CASO DE ESTUDO DA RUA 1º DE DEZEMBRO, 42



Anexo 40 – Praça D. Pedro IV (Fotografia de Domingos Alvão, s.d.)



Anexo 41 – Fachada principal Art Déco, anos 20 (Fotografia dos Restos de coleção, 2012)



Anexo 42 – Fachada tardoz, anos 20 (Fotografia dos Restos de coleção, 2012)



Anexo 43 – Fachada principal, anos 40 (Fotografia dos Restos de coleção, 2012)

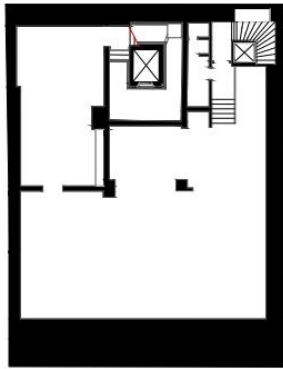


Anexo 44 – Interior de um dos salões, 1947 (Fotografia dos Restos de coleção, 2012)

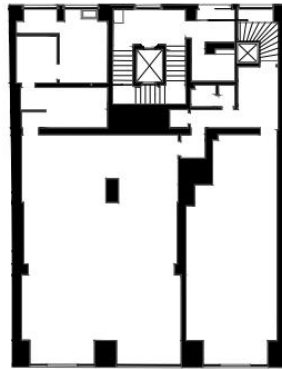


Anexo 45 – Interior de um dos salões, 1947(Fotografia do Arquivo Municipal de Lisboa, 2012)

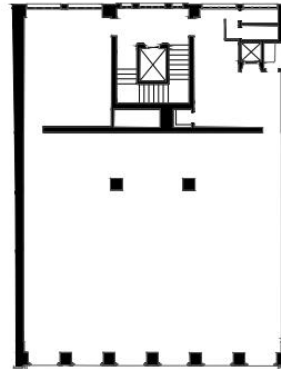
PLANTAS ATUAIS DO CASO DE ESTUDO DA RUA 1º DE DEZEMBRO, 42



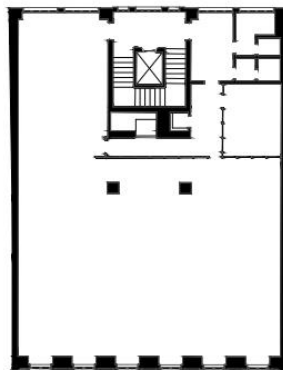
Cave



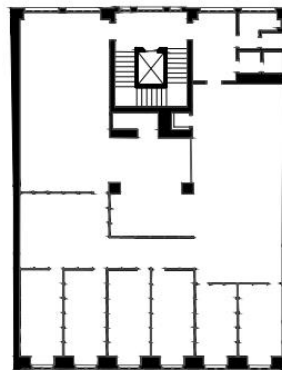
Piso térreo



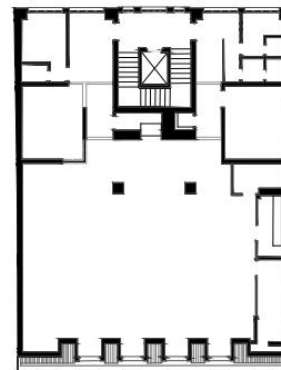
Piso 1



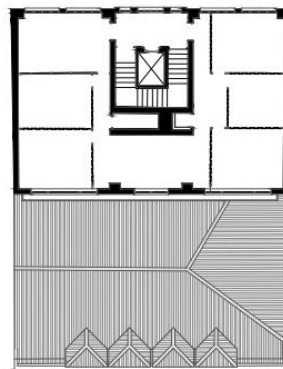
Piso 2



Piso 3



Piso 4



Piso 5 / Cobertura



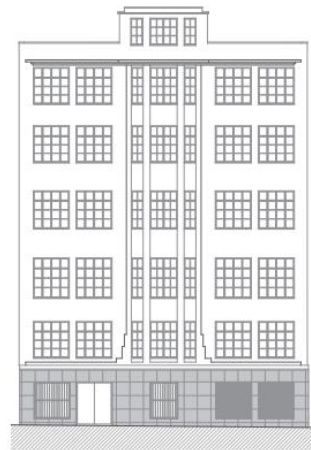
Anexo 46 – Plantas do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Plantas sem escala

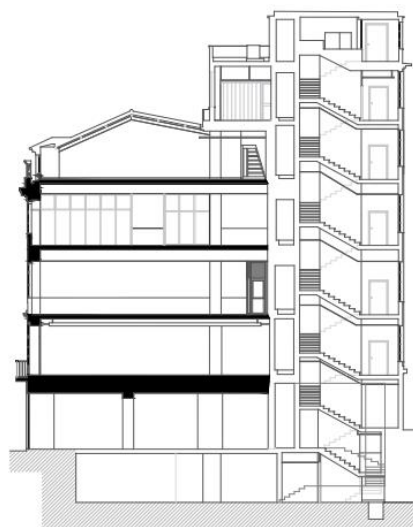
ALÇADOS E CORTE ATUAIS DO CASO DE ESTUDO DA RUA 1º DE DEZEMBRO, 42



Alçado principal



Alçado tardoz



Corte longitudinal

Anexo 47 – Alçados e corte do edifício na Rua 1º de Dezembro, 42 (Plantas da autora, 2022)

Nota: Desenhos sem escala

ALÇADOS DO PPSBP DOS CASOS DE ESTUDO DA RUA DE SÃO MAMEDE E NA RUA 1º DE DEZEMBRO



Anexo 48 – Alçados dos edifícios na Rua de São Mamede, anexo 1 do Regulamento do PPSBP (Desenhos da CML, 2010)



Anexo 49 – Alçados dos edifícios da Praça D. Pedro IV, anexo 1 do Regulamento do PPSBP (Desenhos da CML, 2010)



Anexo 50 – Alçados dos edifícios na Rua 1º de Dezembro, anexo 1 do Regulamento do PPSBP (Desenhos da CML, 2010)

Nota: Alçados sem escala. O alçado tardoz do edifício na Rua de São Mamede não aparece nos anexos do Regulamento do PPSBP porque dá para o logradouro. Em relação ao edifício na Rua dos Anjos, este não aparece por não fazer parte do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina.